

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

ORLANDO MOREIRA JUNIOR

AS CIDADES PEQUENAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE
CAMPINAS-SP: DINÂMICA DEMOGRÁFICA, PAPÉIS
URBANOS E (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Odeibler Santo Guidugli

Rio Claro - SP

2014

ORLANDO MOREIRA JUNIOR

AS CIDADES PEQUENAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE
CAMPINAS-SP: DINÂMICA DEMOGRÁFICA, PAPÉIS
URBANOS E (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" , como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Comissão Examinadora

Odeibler Santo Guidugli (orientador)

Tânia Maria Fresca (Universidade estadual de Londrina)

José Xaides de Sampaio Alves (FAAC-UNESP Bauru)

Silvia Selingardi-Sampaio (IGCE-UNESP Rio Claro)

Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza (IGCE-UNESP Rio Claro)

Rio Claro, SP 17 de setembro de 2014

910.1381 Moreira Junior, Orlando
M838c As cidades pequenas na Região Metropolitana de
Campinas-SP : dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re)
produção do espaço / Orlando Moreira Junior. - Rio Claro,
2014
311 f. : il., figs., tabs.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Odeibler Santo Guidugli

1. Geografia urbana - Brasil. 2. Dinâmica demográfica. 3.
Produção do espaço. 4. metropolização. I. Título.

DEDICATÓRIA

*D*edico este trabalho a você mãe, *Maria Irene Xavier Moreira*, por toda dedicação, paciência, apoio e estímulo constantes. Ao atingir o término do trabalho, é impossível não recordar seu início. Quando você ainda estava comigo, seguia meus passos e não me deixava desistir.

Nestes últimos anos não foram apenas de aprendizados acadêmicos, mas de vida. Fui forçado a aprender a viver sem sua presença e tive que aprender, às vezes a duras penas, os significados de “saudade” e de “nunca mais”. Da mesma forma tive que entender que você ainda vive em mim.

Por isto, a cada etapa que ia se cumprindo eu dedicava, silenciosamente, a você. Eu segui e, neste momento, encerro mais uma etapa. Agora posso sacramentar algumas palavras dedicadas a ti. Por Seus ensinamentos de vida, por todo amor que dedicou a mim e por tudo que me ensinou, eu não poderia deixar de declarar que tudo isto é por ti. Obrigado minha rainha! Saudades eternas. E sempre me lembro de suas palavras: *onde há flor, aflora a luz...* é preciso regá-las, é preciso seguir...

AGRADECIMENTOS

O momento dos agradecimentos é sempre uma forma de retribuir as contribuições dadas por todos aqueles que, direta ou indiretamente, ajudaram a concretizar o presente trabalho. Porém, há sempre o grave risco da omissão involuntária de nomes. Assim, para não correr este risco, advirto que procurarei citar nomes somente quando for imprescindível.

Agradeço, inicialmente, a CAPES e, posteriormente, ao CNPq pelo apoio financeiro concedido, permitindo-me dedicação exclusiva ao desenvolvimento da pesquisa de Doutorado.

Agradeço a todos os professores que passaram por minha vida: da pré-escola; do ensino fundamental e médio; da graduação; da pós-graduação; bem como os colegas de trabalho das instituições de ensino. Foram eles os responsáveis pela minha formação e com os quais aprendi a aprender.

Neste momento agradeço o professor-orientador Odeibler Santo Guidugli, pela paciência e pela orientação que dedicou a mim. Sua experiência e seu conhecimento sobre a Geografia serviram de ensinamentos que ultrapassaram os questionamentos da pesquisa e se estenderam para reflexões mais gerais da ciência e da formação do professor-pesquisador. Este Professor foi fundamental para a realização da “viagem” do doutorado por caminhos menos tortuosos, parafraseando uma frase sua de nossas primeiras conversas.

Agradeço a todos meus familiares, em especial meu pai (Orlando), minha irmã (Emiliana) e minhas lindas sobrinhas (Ana Julia e Juliana).

Igualmente, agradeço a todos meus amigos, desde os mais novos até os mais antigos. Aqueles que ainda convivem comigo e aqueles que já não fazem parte do meu dia a dia, por diversos motivos.

Mais uma etapa se finda. Que venham os novos desafios. Obrigado a todos e saibam que mesmo geograficamente distantes, estaremos de alguma forma, sempre juntos.

RESUMO

Esta tese é o resultado do desenvolvimento de uma pesquisa realizada nas cidades com população inferior a 50 mil habitantes, da Região Metropolitana de Campinas-SP. Está centrada na concretização de uma análise que permita entender como a trajetória de metropolização, as práticas produtivas e de reprodução do capital geram espaços diferenciados e hierarquizados, marcados por diferentes processos socioeconômicos e populacionais. Apesar de abranger uma análise a partir da totalidade da metrópole, o foco principal foi apreender as interações e características particulares das cidades pequenas da região, a fim de apreender as práticas e relações estabelecidas no intra e no interurbano destas realidades. Os resultados permitiram a comparabilidade com outras pesquisas desenvolvidas sobre o tema. O que permitiu identificar, de um lado, aspectos que se assemelham na dinâmica das cidades pequenas de uma região metropolitana daquelas localizadas em áreas não-metropolitanas. De outro, apontar características particulares assumidas pelas cidades pequenas ante o processo de metropolização. Neste sentido, espera-se que a pesquisa possa contribuir, do ponto de vista qualitativo, com o estudo das cidades pequenas e que possa indicar novas possibilidades de pensar teórico-metodologicamente a construção de uma agenda comum entre pesquisadores da temática.

Palavras-chave: cidades pequenas, papéis urbanos, dinâmica demográfica, produção do espaço, metropolização.

ABSTRACT

This thesis is the result of the development of a survey conducted in cities with less than 50,000 inhabitants, in the metropolitan region of Campinas-SP. It is focused on achieving an analysis that allows understanding how the trajectory of metropolization, productive practices and the capital's reproduction generate differentiated and hierarchical spaces, marked by different socioeconomic and population processes. Although it comprehends an analysis from the entire metropolis, the main focus was to understand the interactions and the characteristics of small towns in the region, aimed at grasping the practices and relationships established intra and intercity in these realities. The results allowed the comparability with other researches undertaken on the subject. This research enabled us to identify on one hand, aspects that resemble the dynamics of small towns in a metropolitan region of those located in non-metropolitan areas. On the other hand, it allowed pointing particular characteristics undertaken by small towns at the process of metropolization. In this sense, it is expected that the research may contribute, from a qualitative point of view, the study of small towns and that may indicate new possibilities to think theoretically and methodologically building a common agenda among researchers of the subject.

Keywords: small towns; urban roles; demographic dynamics; production of space; metropolization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Região Metropolitana de Campinas	8
Figura 2: Fluxograma da metodologia adotada na pesquisa	12
Figura 3: Números de trabalhos completos publicados nos ENGs (2000, 2002, 2006, 2008 e 2010) e no Congresso Brasileiro de Geógrafos (2004).	30
Figura 4: Quadro da rede urbana a partir da região de influência de São Paulo	91
Figura 5: Mapa da Região de Influência de Campinas	92
Figura 6: Número de municípios da Região Metropolitana de Campinas por classe de tamanho populacional, em 1970 e 2010	95
Figura 7: Desmembramento territorial e administrativo dos municípios da Região Metropolitana de Campinas, por classe de períodos.	98
Figura 8: Campinas e suas diversas regionalizações, segundo sua formação histórica	102
Figura 9: Evolução populacional dos municípios da Região Metropolitana de Campinas, por classe de tamanho, e de crescimento relativo, entre 1970 e 2010	120
Figura 10: Mapa síntese do crescimento relativo dos municípios da Região Metropolitana de Campinas (1970-2010)	124
Figura 11: Localização das indústrias e dos serviços especializados na Região Metropolitana de Campinas (2002)	125
Figura 12: Vetores de expansão urbana da Região Metropolitana de Campinas	126
Figura 13: Integração rodoviária dos municípios da Região Metropolitana de Campinas, segundo o tamanho populacional, e a composição da rede urbana.	127
Figura 14: Pirâmide de idade da Região Metropolitana de Campinas nos anos de 1970 e 2010	132
Figura 15: Pirâmide de idade de Holambra nos anos de 2000 e 2010	133
Figura 16: Pirâmide de idade de Engenheiro Coelho nos anos de 2000 e 2010	133
Figura 17: Pirâmide de idade de Santo Antônio de Posse nos anos de 1970 e 2010	134
Figura 18: Pirâmide de idade de Pedreira nos anos de 1970 e 2010	134
Figura 19: Pirâmide de idade de Jaguariúna nos anos de 1970 e 2010	135
Figura 20: Pirâmide de idade de Artur Nogueira nos anos de 1970 e 2010	135
Figura 21: Pirâmide de idade de Monte Mor nos anos de 1970 e 2010	136
Figura 22: Agrupamento da população dos municípios por faixa etária, nos anos de 1970 e 2010	137
Figura 23: Evolução relativa da população urbana e rural dos municípios da Região Metropolitana de Campinas, entre 1970 e 2010	145
Figura 24: Comparação da evolução relativa da população urbana nos municípios da Região Metropolitana de Campinas (1970 e 2010)	146
Figura 25: Participação do PIB, por setor, nos municípios da Região Metropolitana de Campinas, nos anos de 1970, 1980, 2000 e 2009	150
Figura 26: Percentual de dos empregos formais por setor da atividade desempenhada, em 1991 e 2010	154
Figura 27: Percentual de pessoas ocupadas, por local de exercício do trabalho principal, em 2010	159
Figura 28: Classes de pessoas ocupadas em outro município, por local de exercício do trabalho principal – 2010	161

Figura 29: Percentual de pessoas que frequentam escola ou creche, por local da escola ou creche que frequentam – 2010	163
Figura 30: Classes de municípios, por proporção de pobres, em 1991 e 2010	168
Figura 31: Índice Paulista de Responsabilidade Social nos municípios da Região Metropolitana de Campinas, no ano de 2010	170
Figura 32: Tipologia econômica dos municípios da Região Metropolitana de Campinas segundo o predomínio das atividades desempenhadas, em 2006	173
Figura 33: Os processos espaciais de conurbação e os principais eixos rodoviários que interligam os municípios da Região Metropolitana de Campinas	195
Figura 34: Mancha urbana de Monte Mor, com destaque para as estradas intermunicipais.	196
Figura 35: Comparação da evolução da mancha urbana na Região Metropolitana de Campinas em dois momentos (1973-2005 e 1989-2000)	198
Figura 36: Integração rodoviária entre Engenheiro Coelho e Artur Nogueira e as cidades de Limeira e Campinas	201
Figura 37: Zona urbana, rural e de expansão urbana do município de Monte Mor	218
Figura 38: Mancha urbana com destaques para os eixos estruturadores do espaço urbano e os corpos d'água	222
Figura 39: Uso e ocupação do solo urbano de Holambra, Engenheiro Coelho, Santo Antônio de Posse e Artur Nogueira	225
Figura 40: Uso e ocupação do solo urbano de Pedreira, Jaguariúna e Monte Mor	226
Figura 41: Lojas de porcelanas as margens dos eixos que dão acesso à Pedreira e que fazem ligação com outras cidades	223
Figura 42: Localização das faculdades no espaço municipal de Jaguariúna e Engenheiro Coelho	232
Figura 43: Novos espaços urbanos em Engenheiro Coelho	233
Figura 44: Localização das unidades escolares e dos postos de saúde nos espaços urbanos de Holambra, Engenheiro Coelho, Santo Antônio de Posse, Pedreira, Artur Nogueira, Jaguariúna e Monte Mor	236
Figura 45: Distribuição da violência – taxa de homicídios, em 100 mil habitantes, nos anos de 2000 e 2010	238
Figura 46: Vulnerabilidade social, riscos ambientais e vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Campinas – 2000	243
Figura 47: Localização dos conjuntos habitacionais no espaço urbano de Santo Antônio de Posse, Artur Nogueira, Pedreira, Jaguariúna e Monte Mor	250
Figura 48: Exemplos do processo de verticalização nas cidades pequenas da Região Metropolitana de Campinas	252
Figura 49: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social das cidades pequenas da Região Metropolitana de Campinas	254
Figura 50: Presença de hortas nos espaço intra-urbano de Holambra e Santo Antônio de Posse	267
Figura 51: Notícia de Jornal sobre a inclusão de Morungaba na Reg. Metrop. de Campinas	271
Figura 52: Pirâmide de idade da Região Metropolitana de Campinas e dos municípios pequenos, segundo as projeções populacionais para 2030	276
Figura 53: Agrupamento da população dos municípios por faixa etária, para os anos de 1970, 2010 e 2030.	277

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Urbanização brasileira (1940 – 2010)	16
Tabela 2: Municípios brasileiros por classe de tamanho da população, entre o período de 1970 e 2010	17
Tabela 3: Percentual dos municípios e da população, por classes de tamanho, em 1970 e 2010	19
Tabela 4: Os municípios brasileiros com melhores e piores IDH em 2010	22
Tabela 5: Artigos sobre cidades pequenas encontrados nos periódicos pesquisados, entre 2000 e 2010	25
Tabela 6: Trabalhos apresentados nos ENGs, entre os anos de 2000 e 2010	27
Tabela 7: Dissertações e Teses sobre cidades pequenas defendidos nas universidades brasileiras, entre os anos de 2000 e 2010	31
Tabela 8: Classificação dos trabalhos analisados sobre cidades pequenas, entre 2000 e 2010	35
Tabela 9: As regiões metropolitanas brasileiras, segundo ano de criação, o total da população, a área territorial, o número de municípios e os municípios com menos de 50 mil habitantes	74
Tabela 10: Municípios que formam a Região Metropolitana de São Paulo	77
Tabela 11: Municípios que formam a Região Metropolitana de Belo Horizonte	79
Tabela 12: Municípios que formam a Região Metropolitana de Salvador	81
Tabela 13: Municípios que formam a Região Metropolitana de Manaus	82
Tabela 14: População total dos municípios da Região Metropolitana de Campinas (1970 - 2010)	94
Tabela 15: Municípios da Região Metropolitana de Campinas, segundo município de origem, ano de criação do Distrito e ano de elevação à categoria de Município	96
Tabela 16: Percentual da participação dos grupos de municípios na composição da população da Região Metropolitana de Campinas, entre 1970 e 2010	121
Tabela 17: Taxa de crescimento relativo da população nos municípios Região Metropolitana de Campinas, entre 1970 e 2010	122
Tabela 18: Taxa geométrica de crescimento médio anual da população entre 1970 e 2010	128
Tabela 19: Números absolutos de nascidos vivos, óbitos e diferenciais do crescimento dos municípios, com sedes as cidades pequenas, da Região Metropolitana de Campinas, entre 1970 e 2010.	130
Tabela 20: Participação relativa da população residente com mais de 60 anos de idade na população total e Índice de Envelhecimento dos municípios da Região Metropolitana de Campinas, nos anos de 1980 e 2010	138
Tabela 21: Percentual da população dos não naturais, por grupo de naturais de outro município do Estado de São Paulo e natural de outro Estado (2010)	141
Tabela 22: Percentual da população dos não naturais dos municípios, com sedes as cidades pequenas, da Região Metropolitana de Campinas (1991 – 2010)	142
Tabela 23: Saldos migratórios anuais dos municípios pequenos da Região Metropolitana de Campinas (1970/1980 e 2000/2010)	143
Tabela 24: Número de instituições financeiras nos municípios da Região Metropolitana de Campinas	152
Tabela 25: Rendimento médio em reais, por ramo de atividades, nos municípios da Região Metropolitana de Campinas no ano de 2010	157

Tabela 26: Percentual de pessoas ocupadas que trabalham fora do domicílio e retornavam para seu domicílio diariamente, por tempo habitual de deslocamento para o trabalho, no ano de 2010	162
Tabela 27: Linhas de ônibus de empresas que atendem as cidades pequenas e as interligam com outros municípios da Região Metropolitana de Campinas	165
Tabela 28: Percentual da renda apropriada por extratos da população em 1991 e 2010	167
Tabela 29: Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios da Região Metropolitana de Campinas, nos anos de 1991 e 2010	169
Tabela 30: Municípios da Região Metropolitana de Campinas por dimensão do Índice Paulista de Responsabilidade Social, em 2010	171
Tabela 31: Receita municipal (2007), segundo a participação relativa das diferentes fontes (%)	178
Tabela 32: Percentual de pessoas ocupadas por categoria do emprego no trabalho principal, em 2010	182
Tabela 33: Articulações interinstitucionais dos municípios, por tipo de articulação, em 2011	207
Tabela 34: Composição das Câmaras Temáticas nos municípios estudados da Região Metropolitana de Campinas	208
Tabela 35: Os instrumentos de política urbana nos municípios em estudo	210
Tabela 36: Existência ou não do Conselho Municipal de Política Urbana, segundo o ano de criação, seu caráter e a realização de reunião nos últimos 12 meses, em 2009	215
Tabela 37: Existência ou não de instrumentos de planejamento municipal, em 2009	217
Tabela 38: Percentual de domicílios atendidos pelos serviços de saneamento básico, em 1991 e 2010	230
Tabela 39: Número de unidades escolares com ensino fundamental e/ou médio, em 2010	232
Tabela 40: Número de estabelecimentos, por tipo de prestador e segundo sua natureza, nos municípios, em dezembro de 2009	234
Tabela 41: Número e taxa de homicídios (em 100 mil habitantes) por tamanho do município, no estado de São Paulo, em 2000 e 2010	238
Tabela 42: Ocorrências de homicídios dolosos, furtos, roubos, latrocínios e estupros nos municípios nos anos de 2001 e 2010	240
Tabela 42: Número de ocorrência de processos de escorregamento, inundação e erosão	244
Tabela 43: Existência ou não de favelas, cortiços e loteamentos irregulares, ou similares, em 2012	247
Tabela 44: Número de unidades habitacionais realizados por programas habitacionais	249
Tabela 45: Distribuição da população segundo os Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) 2010, em %	254
Tabela 46: Frota dos municípios, por tipo de veículos, em 2010	257
Tabela 47: Projeção da população total dos municípios da Região Metropolitana de Campinas para os anos de 2020 e 2030	274

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. AS CIDADES PEQUENAS E SEU(S) ESPAÇO(S) EM DISCUSSÃO NA GEOGRAFIA	14
1.1. O vislumbre das cidades pequenas nos estudos da ciência geográfica	20
1.2. Os caminhos percorridos nas análises em cidades pequenas	40
1.2.1. A rede urbana na interpretação das cidades pequenas	41
1.2.2. A produção do espaço na interpretação do urbano em cidades pequenas	47
1.3. Entre velhas questões e novos desafios	59
2. AS CIDADES PEQUENAS NO CONTEXTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS	62
2.1. Pensar a metropolização para olhar a cidade pequena	65
2.2. As cidades pequenas nas Regiões Metropolitanas brasileiras	73
2.3. Campinas e suas diversas concepções	83
2.3.1. Campinas e suas diversas regiões	84
2.3.2. Campinas e suas possíveis definições regionais	103
3. DINÂMICA DEMOGRÁFICA, RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E SUAS INTERAÇÕES NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS	110
3.1. Muda a dinâmica demográfica, muda o espaço, mudam as cidades	114
3.2. O incremento populacional e suas implicações nas cidades pequenas da Região Metropolitana de Campinas: fecundidade, mortalidade e migração	129
3.2.1. Estrutura sexo/idade: características e consequências	129
3.2.2. O significado das migrações	140
3.3. As cidades pequenas ante o processo de metropolização: a população e suas relações econômicas, sociais e espaciais	148
3.3.1. As atividades econômicas e sua distribuição no conjunto da região	149
3.3.2. Trabalho, renda e as necessidades de deslocamentos	153
3.3.3. A dimensão social	166
3.4. As cidades pequenas da Região Metropolitana de Campinas assumem seu papel	172
4. A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NAS CIDADES PEQUENAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS	187
4.1. A produção do espaço urbano das cidades pequenas ante o processo de metropolização	191

4.1.1. Relações entre os espaços regional e intra-urbano	191
4.1.2. Os eixos viários e os processos espaciais de conurbação	194
4.1.3. As discontinuidades espaciais	197
4.1.4. A questão da centralidade	199
4.1.5. Os interesses em comum	202
4.2. As cidades pequenas e os descompassos entre a norma e o fato urbano/metropolitano	204
4.3. Processos excludentes e produção do espaço urbano nas cidades pequenas da Região Metropolitana de Campinas	220
4.3.1. A estrutura das cidades e a importância do fator locacional	221
4.3.2. Os meios de consumo coletivo e os desdobramentos socioespaciais	229
4.3.3. A questão habitacional e os processos socioespaciais de segregação	245
4.3.4. O papel da gestão urbana local	260
4.4. Lógicas gerais e lógicas particulares na produção do espaço urbano das cidades pequenas da Região Metropolitana de Campinas	263
CONSIDERAÇÕES FINAIS	270
REFERÊNCIAS	286

INTRODUÇÃO

A tese desenvolvida neste texto é a de que, cidades pequenas, numa área economicamente dinâmica (como é o caso de uma região metropolitana), possuem características e interações diferentes entre si. Algumas delas se assemelham às cidades pequenas localizadas distantes de grandes centros econômicos. Outras, apresentam feições particulares advindas da dinamização socioeconômica do contexto regional. Nestas, a localização desponta como elemento fundamental para compreender as diferenças nas transformações e configurações tanto dos papéis desempenhados na rede urbana, quanto na dinâmica interna da cidade.

A localização, portanto, torna-se um fator diferencial, inclusive no interior de uma determinada compartimentação do espaço (regionalização). As relações e o produto, também, são diferenciados. O dinamismo espacial e a proximidade, absoluta e relativa, possibilitariam a ampliação das interações econômicas e populacionais em determinados espaços, não atingindo toda a região, do mesmo modo e com a mesma intensidade. De tal modo, a tese a ser defendida recai, ainda, sobre dilemas que envolvem as distinções escalares, bem como a definição institucional de cidade e de região. Diante disto, os resultados apresentam diferenciações e especificidades, tanto na abordagem regional, quanto na captação das interpretações da dinâmica intra-urbana das cidades pequenas.

No domínio da Geografia, este trabalho representa uma inovação¹ ao incluir a leitura das cidades pequenas numa área metropolitana. Esta é, sem dúvida, uma lacuna importante

¹ Embora seja possível identificar alguns trabalhos que chegam a englobar cidades pequenas no estudo de áreas metropolitanas, trata-se de pesquisas mais genéricas que não têm o como objetivo e nem como objeto: as cidades pequenas. É possível citar alguns exemplos: Campos (2009) e Oliveira (2011) ao estudar a Região Metropolitana de Florianópolis; Maldaner (2007) ao elaborar uma análise comparativa com relação ao rendimento do trabalho na Região Metropolitana de Curitiba e as regiões não metropolitanas do estado do Paraná; e Vercez (2012) ao considerar a produção do espaço no contexto da evolução, reordenação e fortalecimento do processo que envolve a realidade das indústrias na Região Metropolitana de Maringá. Mesmo em casos mais específicos, como o estudo acerca da influência da construção de um aeroporto internacional na pequena cidade de Confins – Região Metropolitana de Belo Horizonte (PEREIRA, 2011); e o estudo comparativo sobre a organização espacial dos setores de serviços de saúde e educação mais especializados na rede urbana das maiores regiões metropolitanas do país (SILVA, 2012), não é possível identificar uma ênfase no estudo da cidade pequena em si. Neles, os termos cidade pequena, cidade local ou cidade de pequeno porte não aparece no título, nas palavras-chave ou com destaque, no resumo. Igualmente, é possível citar trabalhos que foram utilizados, inclusive, como referência no desenvolvimento desta Tese, como Pinto (2007) e Almeida (2010). Ambos estudaram cidades que, atualmente, fazem parte da Região Metropolitana de Londrina. Entretanto, embora façam um estudo a partir da rede urbana, seus trabalhos não focam, especificamente, o estudo de uma cidade pequena no contexto da metropolização. Isto pode ser justificado, sobretudo, pelo fato das cidades estudadas (Jaguapitã e Assaí), terem sido incluídas na Região Metropolitana de Londrina, nos anos de 2011 e 2010, respectivamente. Em suma, há uma divergência teórica e prática ao contemplar trabalhos sobre regiões metropolitanas a partir de duas perspectivas: aqueles que foram elaborados antes da criação das respectivas regiões; e aqueles elaborados após tal implantação regional. Afinal esta inserção não é um detalhe apenas, mas a introdução de forças de mudanças.

presente nos trabalhos que versam sobre o tema, tanto de cunho empírico quanto teórico-conceitual. Outra lacuna observada, foi a ausência de uma agenda comum entre os pesquisadores, ou seja, diferentes metodologias, recortes empíricos e temporais.

Tanto nos estudos das metrópoles quanto das cidades médias, existem esforços em construir uma metodologia unificada de pesquisa, o que permite a comparabilidade. São exemplos: o Observatório das Metrópoles² e a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe)³. Nesta direção, representam avanços tanto no campo teórico quanto empírico. Os resultados extrapolam a constatação, descrição, classificação e análise dos fenômenos, atingindo o nível conceitual e metodológico.

Estes esforços motivaram o desenvolvimento da pesquisa. Ela parte de uma construção teórico-conceitual, que propõe a visão da realidade como um processo, logo repleta de transformações. Ao mesmo tempo ela não exclui ou desconsidera aquilo que foi feito anteriormente. Ao contrário, procura inclui-los, por meio de comparações e diferenciações ou de similaridades e particularidades. Isto evidencia a importância de um levantamento bibliográfico, que também foi imprescindível para a construção de uma abordagem metodológica sobre tema.

Este traço pode servir como justificativa para a importância científica da pesquisa. De um lado, procura contribuir com um tema, ainda, pouco apreciado pela Geografia: as cidades pequenas. De outro, procura apresentar uma proposição metodológica que poderia ser utilizada em outras pesquisas, em outros referenciais empíricos. Mas, exhibe também uma relevância social, pois a inserção do tema das cidades pequenas admite pensar a gama de relações e especificidades que envolvem uma parcela significativa da população nacional, bem como uma ampla extensão do território nacional. Envolve, portanto, uma reflexão acerca das diferentes dinâmicas que influenciam na vida cotidiana dos habitantes destas cidades, o que tem consequências diversas. Ademais, revela a preocupação em relação ao poder público e a gestão territorial local. Estes englobam espaços urbanos e rurais o que, geralmente, podem totalizar uma área municipal extensa. Particularmente, em se tratando do referencial empírico,

² Constituída por 59 instituições dos campos universitário (programas de pós-graduação), governamental (fundações estaduais e prefeitura) e não-governamental. Numa visão interdisciplinar, desenvolve pesquisas sobre diversos temas, o que permite a comparação dos resultados e a identificação de tendências convergentes e divergentes entre as metrópoles.

³ Coordenada pelas professoras Maria Encarnação Beltrão Sposito e Beatriz Ribeiro Soares, a rede oferece condições para os pesquisadores desenvolvessem pesquisas articuladas entre si, permitindo tanto aprofundar, conceitualmente, a cidade média, quanto verificar identidades e diferenças existentes entre estas cidades nas diferentes regiões brasileiras e entre elas e países latino-americanos.

traz novos questionamentos para refletir acerca das cidades pequenas no âmbito regional específico.

Para atingir os resultados que serão descritos nos capítulos que seguem, houve duas preocupações principais. Primeiro, desenvolver, explicitamente, um estudo no âmbito da ciência geográfica, tendo como foco principal os paradigmas que envolvem os temas da Geografia Urbana, Regional e da População. A segunda, foi contribuir, analiticamente, com o conhecimento produzido pela ciência – os conceitos, as teorias, as metodologias e as tendências –, na interpretação das cidades pequenas.

Tanto para uma leitura imediata das fundamentações nas quais se alicerçaram a elaboração da tese, quanto para o exercício analítico que se segue, cabe discorrer sobre alguns pontos que foram fundamentais para a escolha e construção dos caminhos seguidos, bem como para que se atingissem os resultados alcançados:

a) Motivação Inicial

Toda pesquisa tem uma história que, em certa medida, pode ser confundida com a história pessoal de quem a desenvolve. As experiências pessoais, que se iniciaram com o fato do pesquisador ter nascido e vivido, a maior parte da vida, numa cidade pequena ajudaram a despertar o interesse pelo tema, quando do ingresso no curso de graduação em Geografia, na Faculdade de Ciências e Tecnologia, da UNESP, em Presidente Prudente.

No decorrer deste, professores como Maria Encarnação Beltrão Sposito e Raul Borges Guimarães, trouxeram as primeiras aproximações com as questões das cidades e a leitura territorializada dos fenômenos urbanos. Ainda neste período, foram importantes as contribuições de Bernardo Mançano Fernandes, Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol e Antônio Nivaldo Hespanhol, os quais cooperaram com assuntos, os mais variados, e que contribuíram com a construção de um pensamento acerca da totalidade do espaço.

Posteriormente, o ingresso no programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, na Universidade Federal de São Carlos, deu origem a novas perspectivas para a leitura urbana, ampliando as visões sobre a cidade. O desenvolvimento da pesquisa “Processos excludentes e produção do espaço urbano em cidades pequenas paulistas: os casos de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande”, trouxe, além dos resultados científicos, uma constatação pessoal: mesmo realizando um estudo fora do curso da Geografia, tratou-se de uma leitura espacializada, abalizada pelo conhecimento geográfico adquirido durante a graduação.

O encerramento desta etapa gerou questionamentos diversos: 1) a necessidade de fundamentar uma análise geográfica sobre as cidades pequenas; 2) a importância em

sistematizar o conhecimento acerca das pesquisas já efetuadas anteriormente, identificando as tendências segundo os estudos sobre a temática; 3) a importância de superar os desafios teórico-metodológicos; 4) a necessidade de compreender as cidades pequenas a partir de suas localizações geográficas; 5) a iniciativa em identificar lógicas gerais e lógicas particulares na dinâmica urbana e regional, desta tipologia de cidades.

Disto, emergiu o interesse em diferenciar e entender os pontos, em comum ou distintos, existentes entre cidades pequenas localizadas próximas a grandes centros econômicos daquelas deles distantes. Nesta perspectiva, estudar esta tipologia de cidades, numa região metropolitana, trouxe novos desafios teórico-conceituais, inseriu outras questões que foram exploradas e logrou novas respostas sobre o entendimento destas cidades. Foi com esta perspectiva que iniciou o doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da UNESP, de Rio Claro, sob influência da área de concentração Organização do Espaço.

Conhecer a trajetória acadêmica do pesquisador é um meio de advertir os leitores a respeito das opções e concepções teórico-conceituais e metodológicas adotadas pela pesquisa. Ela foi responsável pela construção do conhecimento geográfico e influenciadora, direta, da leitura espacial que foi desenvolvida. Ao debater a utilidade da Geografia e o trabalho do geógrafo, Bérubé (1988), foi provocativo ao afirmar que cada geógrafo é um “prisioneiro” de sua “geografia pessoal”, enraizada em uma cultura, um tempo, um lugar, uma universidade, uma área de pesquisa. Isto merece uma reflexão constante e auto-crítica acerca das opções adotadas. Principalmente, dialogar com outras visões paradigmáticas, sem reproduzir a prática de um dogmatismo científico.

b) A questão semântica

Pequenas cidades, cidades pequenas, cidades de pequeno porte ou cidades locais? Qual destas expressões melhor representaria esta tipologia de centro urbano? Eis uma questão complexa de responder. Como resultado todas são, comumente, utilizadas sem muito rigor conceitual ou analítico procurando, somente, definir ou delimitar um estudo que discorrerá sobre uma cidade de reduzido tamanho populacional. A falta de um consenso é expressão direta das limitações teórico-conceituais e metodológicas com as quais os pesquisadores têm se deparado na leitura destas realidades urbanas.

Três aspectos chamam particular atenção quando se trata de uma cidade pequena. O primeiro diz respeito à sua definição propriamente dita. O segundo, abarca sua delimitação a partir, principalmente, do tamanho demográfico (que será discutido em seguida). Por fim, o

caráter urbano de tais cidades é sempre questionado, tendo em vista as discrepâncias entre aquilo que define, geograficamente, uma cidade e a demarcação institucional aceita.

Numa leitura miltoniana, a organização do espaço, a partir de seu nível funcional, teria a seguinte classificação: cidades locais, as cidades regionais, as metrópoles incompletas e as metrópoles completas. Geograficamente, a cidade local pode ser definida como “aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que lhe implica uma vida de relações” (SANTOS, 1982).

Do ponto de vista institucional, o IBGE classifica as cidades, de acordo com sua centralidade medida pela gestão do território, em cinco grandes níveis: metrópoles (grande metrópole nacional, metrópole nacional e metrópole), capital regional (capital regional A, capital regional B e capital regional C), centro sub-regional (centro sub-regional A e centro sub-regional B), centro de zona (centro de zona A e centro de zona B) e centro local. A última corresponderia a maioria das cidades brasileiras (4.473), cuja “centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes” (BRASIL, 2008). A população destas é predominantemente inferior a 10 mil habitantes.

Deste modo, a definição de cidade local se dá com base no grau, na intensidade e na abrangência da centralidade desempenhada por elas. Nesta direção, conforme Fresca (2010b), é válido salientar que cidades pequenas e cidades locais não devem ser vistas enquanto sinônimos. Cidade local refere-se ao menor escalão das cidades no Brasil, o conjunto de cidades que atende apenas às demandas mais imediatas de sua população. As cidades locais dificilmente vão extrapolar os limites municipais e influenciar outras. Já a cidade pequena seria aquela com complexidade de atividades urbanas que extrapola o denominado nível mínimo, mas que tal complexidade de atividades urbanas não gera elementos necessários para que as mesmas possam ser consideradas cidades intermediárias ou metrópoles. Isto significa que se podem ter cidades com tamanhos demográficos similares, mas que representam realidades completamente diferentes.

Partindo dos pressupostos de definição geográfica e da categorização feita pelo IBGE, seria complicado associar a “cidade local” ao centro local, e a “cidade pequena” ao centro de zona ou a alguma subdivisão do centro sub-regional. A realidade é sempre mais complexa que qualquer classificação estipulada, porque envolve uma série de variáveis, devendo ser avaliada com cuidado e rigor científico.

Por conta disto, a ideia não é criar mais uma diferenciação, tampouco, elaborar nova classificação para a rede urbana. Também não é contrapor os conceitos ou definições que vem

norteando a análise desta tipologia de cidade. A proposta é de aproximar, ao invés de distanciar, os exercícios analíticos que antecederam esta pesquisa. Diante desta perspectiva, tornou-se necessário refletir acerca de uma expressão que melhor explicasse o objeto a ser analisado.

Não se pretende, portanto, defender a tese de que pequenas cidades sejam sinônimas de cidades locais, mas de refletir e considerar que todas são “cidades pequenas”. Emerge, então, a defesa em atribuir à palavra “cidade” um caráter substantivo, devido sua essência de ser urbano e de possuir uma materialidade passível de ser experimentada, ao mesmo tempo em que recebe o atributo de ser “pequena”, tanto territorial e demograficamente, quanto nos papéis que desempenham.

c) Uma questão de grandezas

O tamanho, em especial, o populacional tem sido fundamental para delimitar ou, até mesmo, definir uma cidade como pequena. Como o critério demográfico se baseia no número de habitantes, cria-se o desafio em estabelecer o limite mínimo e máximo para classificar a cidade em grande, média ou pequena. Trata-se, portanto, de um dado quantitativo que, de um lado, marginaliza e ignora os atributos das variáveis demográficas. De outro, desconsidera o quanto o tamanho populacional influencia e é influenciado por aspectos econômicos, sociais e locais.

Quando se fala de cidades pequenas, a noção de volume da população vem logo à mente. Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa. O fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa, sendo isso outro problema. (SANTOS, 1982, p. 70)

Concorda-se com o pensamento do autor tanto ao explicitar a dificuldade, a validade e os equívocos que surgem ao elaborar generalizações, quanto na importância da dimensão qualitativa que infligem conteúdos diferenciados para cada localidade. Assim, a definição territorial e teórica das cidades pequenas engloba os critérios demográficos, funcionais e espaciais. Todos eles são passíveis de ser mensurados, por meio de uma série de variáveis ou indicadores. Porém, o mais importante é atentar aos aspectos qualitativos derivados deles (o modo de vida da população; o dinamismo e as características econômicas e sociais; a proximidade e articulação com o meio rural; a localização geográfica; a concentração espacial; a maior ou menor proximidade de parques produtores, fontes de matérias-primas e mercados consumidores; as especificidades; entre outras).

Todos eles incluem uma dimensão histórica e geográfica. Toda cidade tem uma história de ocupação, formação territorial e de mudanças. Nelas, os papéis urbanos e a configuração espacial sofrem, em caráter permanente ou não, transformações e redefinem a divisão social e territorial da população. Da mesma forma, a localização relativa é um fator que não deve ser negligenciado. Existem diferenças significativas entre as cidades pequenas nas diversas partes do cenário nacional.

Tanto núcleos urbanos com menos de mil habitantes quanto alguns casos de cidades que chegam a ultrapassar 50 mil, podem adquirir predicados de cidades locais na rede urbana. Igualmente há cidades com cerca de 50 mil habitantes com características de uma cidade média em regiões de baixa densidade demográfica. Exemplificando: existem diferenças consideráveis entre cidades pequenas do sudeste e do norte do país. Da mesma forma há diferenças, também, entre cidades pequenas antigas e novas, bem como entre aquelas inseridas em regiões metropolitanas e as localizadas em áreas não metropolitanas. Igualmente, se diferem os conteúdos advindos pela atividade econômica predominante: a agricultura, a mineração, a indústria, etc.

Por isto, é importante delimitar o recorte empírico a partir de um contexto mais amplo (regional), o qual propicia estabelecer um limiar demográfico, funcional e espacial para as cidades. Tendo em vista estas considerações, para a pesquisa foi escolhida a Região Metropolitana de Campinas, localizada no estado de São Paulo, e o limite de 50 mil habitantes, para as cidades pequenas.

Embora, se defenda a ideia de que seja um equívoco considerar o dado demográfico para delimitar o recorte das cidades pequenas, isto é reproduzido aqui com a intencionalidade de demonstrar as particularidades e complexidades que envolvem cidades com população similar. Entretanto, é importante considerar as variações qualitativas e quantitativas embutidas nas variáveis populacionais. Como a ênfase está no estudo de um contexto regional (no caso metropolitano), o uso de um limiar demográfico permite identificar as diferentes características e inserções de cada uma, bem como os papéis, as interações e as áreas de influência que possibilitam considerar se uma cidade é pequena ou não.

Portanto, isto não exclui o pensamento do conjunto, ou seja, o exercício analítico não desconsidera as demais cidades. Tampouco, tem a pretensão de afirmar que as cidades que ultrapassaram o tamanho populacional estabelecido não possuam características e interações que se assemelham às cidades menores; bem como aquelas que retrocedem devem ser consideradas da mesma forma.

d) O referencial empírico

Definido o limiar demográfico, sete cidades formaram o conjunto que contemplou o objeto da pesquisa: Holambra, Engenheiro Coelho, Santo Antônio de Posse, Pedreira, Artur Nogueira, Jaguariúna e Monte Mor. O entendimento delas passaria pela leitura no contexto regional como um todo.

Mesmo reconhecendo as limitações numa análise espacial balizada por um critério de regionalização, que tem orientações político-administrativas, esta opção é aquela que possui as melhores categorias para o estudo das cidades e da urbanização. Portanto, como recorte territorial mais amplo, tem-se a Região Metropolitana de Campinas e, como integrantes menores, as cidades pequenas e seu conjunto municipal.

A Região Metropolitana de Campinas (figura 1) é formada por 19 municípios. Corresponde a uma das regiões mais dinâmicas do cenário econômico brasileiro. Décima maior em tamanho populacional possui uma ampla malha viária que permitiu uma densa ocupação urbana, organizada pela cidade central e outras cidades de diferentes portes.



Figura 1: Região Metropolitana de Campinas.
Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

As diferenças existentes – econômica e social –, entre os municípios trazem questões referentes ao papel das cidades ante o processo de metropolização e de sua institucionalização. De modo geral, a urbanização e a industrialização ocorridas na região geraram grandes potencialidades e oportunidades em função da base produtiva. Também, geraram possibilidades para a proliferação de problemáticas diversas que denunciam as desigualdades socioespaciais, seja em nível metropolitano, seja no interior de cada cidade.

Um resumo da situação regional pode ser extraído da exposição de Selingard-Sampaio (2009), quando analisou a distribuição espacial da indústria e constatou que se trata de um núcleo que mais se expande do que retrai, situado entre as posições mais nobres da hierarquia industrial paulista. Isto explica o fato de ter se tornado e ainda ser um centro atrativo: de capital, de pessoas, de pesquisas, de conteúdos sociais, de interesses políticos, etc.. Não por acaso, motivou a criação institucional da região metropolitana.

Mas, também, deu origem a diversas contradições e diferenciações, que se manifestam espacialmente. A pesquisa que segue tem por intuito procurar respostas para explicar algumas delas, ao mesmo tempo em que levanta novas dúvidas e questionamentos. Com a finalidade de analisar e identificar as configurações inter e intra-urbana associadas à dinâmica sócio-demográfica, econômica e de produção do espaço das cidades pequenas da região, propõe-se contribuir com critérios quanti-qualitativos que subsidiem o entendimento destas realidades. Ao mesmo tempo, suscita pensar a importância das cidades pequenas para a sociedade e para a urbanização.

Reúne, então, uma reflexão que envolve teoria (aplicação e interpretação da realidade a partir da ciência) e prática (levantamento sistematizado do referencial empírico). Trata-se de um estudo de caso, mas que permite o exercício de estabelecer nexos; levantar indagações; registrar as semelhanças e as diferenças entre as cidades pequenas localizadas em regiões metropolitanas e aquelas que se encontram em áreas não metropolitanas.

Em se tratando da Região Metropolitana de Campinas, algumas considerações específicas e certas informações são importantes e merecem ser lembradas, pois foram determinantes para definir as leituras seguidas pela pesquisa. A compreensão do objeto de estudo e do referencial empírico demandou, predominantemente, dados secundários. Isto se explica em razão de se tratar de uma região que tem sido foco de uma série de levantamentos e estudos desenvolvidos por diversas áreas do saber e órgãos públicos. O exercício principal, que se tornou um desafio, foi sistematizar o conjunto de dados e documentos existentes, a fim de observar as especificidades para as cidades pequenas, ante o cenário regional.

e) Os caminhos percorridos: uma proposição metodológica

A possibilidade de trabalhar com dados secundários é um diferencial para a região, ao passo que em outras áreas, talvez, não seja permitido o mesmo direcionamento. Todavia, a ideia foi elaborar uma proposição metodológica que pudesse ser aplicada em outros referenciais empíricos. Logo, contemplam tanto uma leitura a partir de dados obtidos de fontes secundárias, quanto dados primários adquiridos a partir de coleta direta nas localidades.

A metodologia exposta aqui representa tanto o processo quanto o produto. Processo, na medida em que foi o caminho pensado, inicialmente, para conduzir a pesquisa e que, também, sofreu modificações conforme seu desenvolvimento. Isto em decorrência, de um lado, do levantamento do acervo bibliográfico. De outro, dos próprios encaminhamentos que o estudo foi tomando. Produto, porque é resultado também, na medida em que originou uma proposta que foi experimentada e que é possível de ser aplicada em outras regiões.

Como cabe ao pesquisador-cientista não apenas observar os fatos, mas também interpretá-los, o desenvolvimento de uma metodologia sistematizada é um meio de atingir os melhores resultados na interpretação das cidades pequenas, ante o conjunto regional. O ponto de partida para se analisar as cidades pequenas é considerá-las como parte de um processo mais amplo da economia e da urbanização, inserida em uma estrutura dinâmica: a rede urbana. Isto significa que foi adotado um recorte mais amplo, territorialmente instituído (a região) e como integrantes menores as cidades pequenas e seu conjunto municipal.

Tendo por pressuposto uma leitura que contemplasse as esferas populacional, funcional e espacial, metodologicamente, dois caminhos principais foram apreciados, de modo indissociável, na análise. No primeiro, o foco foi a análise interurbana, nos quais se desponta o estudo da rede urbana e das relações com a região, com outras cidades ou com o campo. Neste priorizou-se três eixos principais compostos por diversas variáveis: os ramos das atividades econômicas; o mercado de trabalho; e a dinâmica populacional. O segundo, voltou-se mais para o espaço intra-urbano, envolvendo questões referentes à dinâmica interna, à morfologia, às normatizações urbanísticas e suas relações com o mercado imobiliário. Além de todos serem avaliados na perspectiva da espacialização da população, três eixos se sobressaíram: o uso do solo; a presença/ausência/insuficiência de equipamentos, infraestruturas e serviços urbanos; e os aspectos habitacionais e os processos de segregação.

Apesar de se distinguirem, do ponto de vista analítico, os dois direcionamentos aplicados se complementam. Como, cabe a Geografia um papel primordial quando se trata de analisar e compreender a organização do espaço, estas duas perspectivas analíticas dão respaldo para o entendimento da organização espacial e econômica da urbanização, num sentido amplo, e da produção do espaço urbano, em sentido restrito.

Para atingir os objetivos e viabilizar a leitura da realidade, descrever os fenômenos, elaborar análises, estabelecer comparações e sínteses, um conjunto de procedimentos práticos – uso de técnicas e instrumentos – foi tomado. Isto deu origem a possibilidades de trabalhar

com dados, muitas vezes de caráter quantitativo, mas que possibilitaram fundamentar uma pesquisa qualitativa contribuindo, teórico-metodologicamente, com o estudo sobre o tema.

O uso de técnicas abrangeu uma série de exercícios analítico-práticos. Despontam-se os trabalhos em campo e o levantamento bibliográfico, contemplando: teses e dissertações; periódicos; documentos que versam sobre as cidades pequenas e a região em questão. Igualmente foram relevantes os dados fornecidos por órgãos como o IBGE, o Ministério das Cidades e as Prefeituras Municipais, bem como as informações obtidas em Banco de Dados como o GEOSNIC; o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, a Fundação SEADE, dentre outros. O uso de instrumentos serve para auxiliar nas atividades práticas e teóricas: os softwares (para representação cartográfica), hardwares (scanner, câmeras digitais, microcomputador), fotografias e imagens de satélite foram os mais utilizados.

Por mais que tenha sobressaído um exercício-analítico com base em dados secundários e nos dados primários (na pesquisa específica das cidades pequenas), a análise empírica foi fundamental. Conhecer a realidade previamente, e fazer sua releitura através de um conjunto de dados sistematizados, permitiu identificar os descompassos existentes entre a realidade, os conceitos científicos e as leituras governamentais.

Portanto, a proposta metodológica se deu pela própria observação da realidade, ou seja, a cidade enquanto laboratório do trabalho do geógrafo. O importante foi articular a fundamentação teórica do pesquisador à dinâmica das relações sociais e econômicas desiguais que se manifestam espacialmente. Além disto, permitiu suprir a inexistência de dados contribuindo para identificar algumas características peculiares da paisagem urbana. Assim, mais significativa que classificar as cidades hierarquicamente, a metodologia procurou estabelecer meios para compreender, além dos arrolamentos do tipo hierárquico, os papéis que as cidades pequenas desempenham e as relações e práticas socioespaciais que envolvem sua população.

Na figura 2, um fluxograma explicita o exercício metodológico elaborado e proposto para estudar as cidades pequenas. Nele, estão especificados os caminhos percorridos e os objetivos atingidos.

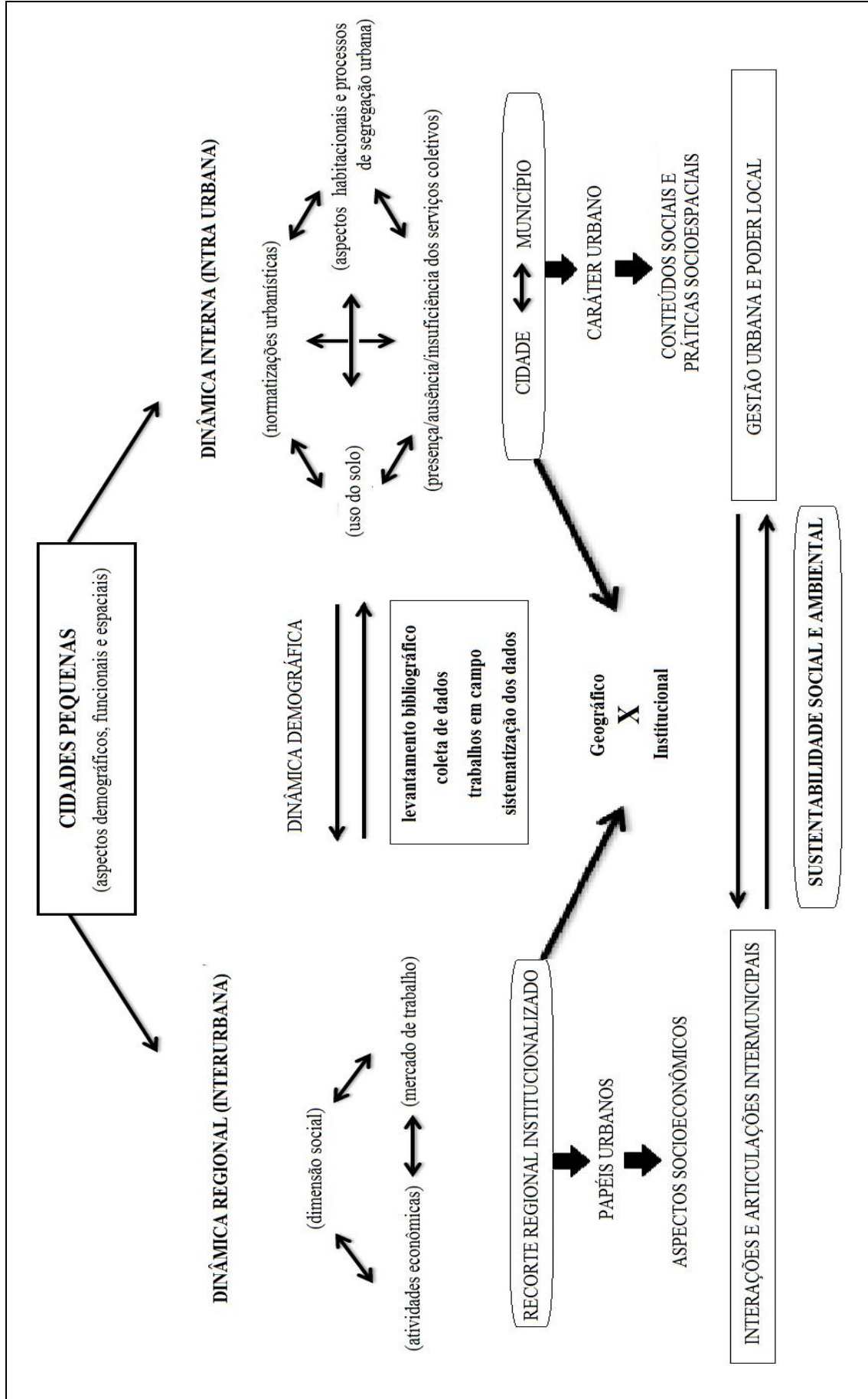


Figura 2: Fluxograma da metodologia adotada na pesquisa.
 Fonte: Elaboração própria.
 Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

f) A estrutura do trabalho

Ante as concepções, referencial empírico e metodologia indicados, os resultados atingidos serão apresentados a seguir, num trabalho dividido em quatro capítulos. Neles, procurou-se desenvolver uma leitura geográfica e institucional sobre o tema, procurando contribuir teórico-metodologicamente com a interpretação destas realidades urbanas.

No primeiro capítulo, “*As cidades pequenas e seu(s) espaço(s) em discussão na Geografia*”, é apresentado um levantamento bibliográfico daquilo que foi produzido entre os anos de 2000 e 2010 na ciência geográfica, envolvendo o tema da pesquisa. Com base na avaliação deste inventário, foi possível verificar como o espaço das cidades pequenas está sendo estudado pela Geografia e o espaço que elas vêm tendo dentro desta ciência.

O segundo capítulo, “*As cidades pequenas no contexto das regiões metropolitanas*”, objetiva apresentar o referencial empírico: a Região Metropolitana de Campinas, bem como as sete cidades consideradas pequenas. Também, discute os processos que envolveram a criação da região metropolitana e, com base numa análise espaço-temporal, expõe as configurações e dinâmicas socioespaciais numa concepção regional.

No terceiro capítulo, “*Dinâmica demográfica, relações socioeconômicas e suas interações na Região Metropolitana de Campinas*”, procurou-se abordar a dinâmica demográfica e suas relações socioeconômicas na organização do espaço regional. Para tanto, foram elencados alguns aspectos que são essenciais para compreender a existência das cidades pequenas na região, bem como as formas que a dinâmica demográfica altera as relações espaciais e por ela é alterada. Com base nestes pressupostos, procurou-se discorrer sobre algumas características destas cidades (num panorama regional), de tal sorte que fosse possível identificar seu papel na constituição da rede urbana.

O quarto capítulo, “*A (re) produção do espaço urbano nas cidades pequenas na Região Metropolitana de Campinas*”, é dedicado à análise da dinâmica interna das cidades pequenas. O espaço intra-urbano, sua configuração e transformações, são avaliados diante das características econômicas e populacionais, que permitem identificar as lógicas gerais e as lógicas particulares na produção do espaço de cada localidade.

Por fim, as “*Considerações Finais*”, encerram o trabalho. Neta parte, objetiva-se estabelecer uma relação entre aquilo que foi proposto inicialmente, e o que foi realizado. A ideia principal desta parte é evidenciar as respostas obtidas pela pesquisa e elencar novos questionamentos que ficam para futuras pesquisas. Também, desperta questões acerca do futuro das cidades pequenas, de modo geral, e das cidades na área de estudo, em particular.

1. AS CIDADES PEQUENAS E SEU(S) ESPAÇO(S) EM DISCUSSÃO NA GEOGRAFIA

A praça e a igreja enquanto centros da vida social e religiosa, rodeadas pelos principais órgãos administrativos e comércios diversos e modestos. Casas não distanciadas, praticamente grudadas nas calçadas. As ruas como continuidade da casa onde as pessoas conversam e as crianças brincam. Pessoas mais simples e humildes de vidas descomplicadas e de um tempo lento. Amenidades sociais e naturais. Verdadeiros eldorados de paz e tranquilidade.

Esta visão poética de enxergar a cidade pequena como um lugar pacato e bucólico, apesar de simbolizar uma imagem corriqueira que se faz destes espaços urbanos, já não mais condiz com a realidade brasileira. Exemplos disto são cidades pequenas que apresentam índices elevados de violência; aquelas que atualmente abrigam presídios gerando, dentre outros, problemas de segurança; as que já evidenciam o aparecimento de favelas ou áreas de ocupação irregular; além de outros diversos problemas de caráter econômico e social. Este conjunto de cidades representa, portanto, espaços muito mais complexos e heterogêneos do que se pode inferir.

No Brasil, do ponto de vista legal, as cidades são definidas pelos perímetros urbanos das sedes municipais, sendo considerado urbano toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), indiferente de suas características qualitativas ou quantitativas. A partir deste pressuposto, refletir acerca das cidades e do urbano no país, suscita inúmeras indagações e, por conseguinte, diversas possibilidades de respostas.

A definição institucional consente a existência de uma significativa diferenciação entre as cidades. Tanto São Paulo quanto Borá, com respectivamente, 11.253.505 e 805 habitantes, possui igualmente *status* de cidade, apesar de apresentarem uma gigantesca diferença demográfica e possuir distintas funções na rede urbana nacional. Para o caso específico das cidades pequenas, existem núcleos urbanos com menos de mil habitantes, bem como alguns casos particulares de cidades que chegam a ultrapassar 50 mil que adquirem características de cidades locais na estruturação interurbana. A diversidade pode ser ainda maior se forem consideradas as características econômicas: agropecuárias, industriais, mineradoras, turísticas, históricas, entre outras.

Esta multiplicidade de cenários e contextos revela, por um lado, a existência de uma variedade de realidades urbanas que envolvem as cidades pequenas, com diferenças tanto espaciais quanto de conteúdos. Por outro, as diferenças existentes no processo da organização

espacial da economia e da urbanização brasileira, que contempla uma realidade extremamente diversificada, incluindo desde grandes aglomerações urbanas até cidades pequenas.

A urbanização brasileira é, em sua essência, um fenômeno recente, apresentando um crescimento significativo do número e do tamanho das cidades na última metade do século XX. A evolução da urbanização brasileira pode ser dividida em dois momentos: o primeiro anterior às décadas de 1940-1950 e o segundo pós 1940-1950.

No período anterior as décadas de 1940-1950 a economia agrário-exportadora explica a reduzida importância das cidades no Brasil, cujos papéis eram predominantemente políticos e administrativos. O país era composto por subespaços organizados por lógicas próprias ditadas, sobretudo, pelas relações voltadas para o exterior. A atividade econômica limitava o desenvolvimento de um mercado interno, do artesanato e da indústria, ou seja, atividades básicas para a consolidação da vida urbana. As cidades que apresentavam maior grau de desenvolvimento eram as que continham os portos e os grandes centros administrativos. Deffontaines (2001)⁴ descreve, de forma detalhada, como se desenhou o processo de urbanização no território brasileiro desde o período da colonização até o início do século passado apontando, especialmente, uma formação de cidades não integradas nacionalmente.

A partir de 1940 os nexos econômicos passam a ser mais importantes e comandam a urbanização e a constituição de uma rede urbana nacional. As alterações econômicas resultaram numa série de transformações socioespaciais. O país que até as décadas de 1930 e 1940 era caracterizado por uma economia agrário-exportadora começa a ganhar características de um país urbano-industrial.

A urbanização que acompanhou a industrialização do país arregimentou enormes contingentes de pessoas, num processo quase contínuo de tornar o uso da terra em urbana, sendo que o crescimento das cidades nem sempre combinou com o crescimento demográfico. Logicamente pelas razões ou variáveis que levam ao crescimento urbano e não são as mesmas que conduzem o crescimento demográfico. Regra geral, a ampliação do espaço urbano tem seguido uma ordem geométrica que não combina com o aumento de população. A cidade torna-se cada vez maior devido às lógicas econômicas e político-administrativas que favorecem a expansão do tecido urbano.

Na última metade do século XX, o país passou, portanto, por um rápido, intenso e contínuo processo de urbanização, com aumento tanto do número quanto do tamanho

⁴ Texto publicado originalmente no Boletim Geográfico (15) em junho de 1944.

demográfico e de área das cidades. Assim, no ano de 2010 a população urbana atingiu o percentual de 84%. Vale destacar que ocorreu, naquele momento, grande concentração populacional em áreas metropolitanas. A tabela 1 traz os dados referentes à urbanização brasileira de 1940 até o ano 2010.

Tabela 1: Urbanização brasileira (1940 – 2010)

Anos	População Total	População Urbana	Taxa de Urbanização (%)
1940	41.236.315	12.880.182	31,24
1950	51.944.397	18.782.891	36,16
1960	70.070.457	31.303.034	44,67
1970	93.139.037	52.084.984	55,92
1980	119.002.706	80.436.409	67,59
1991	146.825.475	110.990.990	75,59
2000	169.799.170	137.953.959	81,25
2010	190.755.799	160.925.792	84,36

Fonte: Censos demográficos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 – IBGE.

Org: Orlando Moreira Junior, 2011.

A taxa de urbanização brasileira revela, de maneira diferenciada, aumento contínuo e acelerado da população urbana em comparação à diminuição da população rural. O Censo de 2010 revelou que 84% da população do país vivia em áreas urbanas. Importante frisar, no entanto, que o crescimento populacional e o aumento da taxa de população urbana apresentam aspectos variados no período analisado. Num panorama recente, o comportamento da dinâmica demográfica e as projeções estipuladas para as próximas décadas indicam uma tendência de desaceleração do crescimento total. Isto revela um quadro diferenciado para as ações e medidas que deverão compor a pauta da gestão e do planejamento territorial, em suas múltiplas escalas.

Ademais, o cenário urbano nacional é, além de amplo, complexo. Apesar da alta taxa de urbanização, dos 5.565 municípios existentes, 3.914 deles registraram população inferior a 20 mil habitantes, e 1.043 possuíam população entre 20 mil e 50 mil. Um apanhado geral deste cenário pode ser observado na tabela 2. Ela permite uma reflexão sobre a evolução da população urbana segundo os diferentes tamanhos de cidades. Mais do que reveladora do processo de crescimento demográfico, ela contribui para a explicação da distribuição da população entre cidades de diferentes tamanhos.

Tabela 2: Municípios brasileiros por classe de tamanho da população, entre o período de 1970 e 2010

	1970		1980		1991		2000		2010	
	Número de Municípios	Total da População	Número de Municípios	Total da População	Número de Municípios	Total da População	Número de Municípios	Total da População	Número de Municípios	Total da População
Brasil	3.952	94.461.969	3.991	119.011.052	4.491	146.815.762	5.507	169.590.693	5.565	190.755.799
Até 2.000	56	92.110	56	88.183	58	91.431	105	172.231	118	197.429
De 2.001 a 5.000	602	2.213.159	610	2.228.112	682	2.451.222	1.225	4.316.217	1.183	4.176.916
De 5.001 a 10.000	1.058	7.764.485	957	7.069.211	1.055	7.687.121	1.312	9.376.707	1.212	8.541.935
De 10.001 a 20.000	1.159	16.403.397	1.114	15.937.703	1.299	18.453.189	1.382	19.654.601	1.401	19.743.967
De 20.001 a 50.000	826	24.998.753	872	26.728.931	926	28.005.202	958	28.700.747	1.043	31.344.671
De 50.001 a 100.000	157	10.443.490	240	15.937.465	284	19.379.111	301	20.911.053	325	22.314.204
De 100.001 a 500.000	83	14.610.868	124	23.631.329	162	32.073.62	193	39.576.864	245	48.565.171
Mais de 500.000	11	17.982.321	18	29.529.639	25	38.776.557	31	46.882.273	38	55.871.506

Fonte: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 – IBGE.
Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

De modo geral, o número de municípios no Brasil cresceu 40% entre 1970 e 2010. Em compensação o total de população cresceu 102% no período. A interpretação da tabela revela certo descompasso entre o número de unidades político-administrativas e o crescimento populacional. Os dados não podem ser lidos sem considerar a dinâmica urbana do país com suas mudanças, pois se tem tanto os novos municípios que foram criados quanto aqueles que alteraram sua população total e que acabaram trocando de classe de tamanho. Este aumento é resultado também da descentralização do estado brasileiro promovida pela Constituição de 1988. Durante a década de 1990 foram criados 1.243 novos municípios, sendo a ampla maioria com população inferior a 20 mil habitantes.

Estas considerações são relevantes para analisar as classes de tamanho populacional. Manteve-se uma concentração de pessoas nas cidades maiores. Em termos absolutos o número de municípios com mais de 500 mil habitantes saltou de 11 para 38, porém percentualmente representou uma ampliação, no período analisado, de 245%. O aumento da população foi de 210%, abrigando em 2010 cerca de 29% do total.

Já o avanço nos grupos que compreendem as cidades intermediárias do país ajuda a explicar o porquê deste tema ser cada vez mais apreciado pelos geógrafos. Na classe que vai de 50 a 100 mil observa-se um crescimento de 107% no número de municípios e de 114% em sua população. Na categoria de 100 a 500 mil os acréscimos no número de municípios e de população foram, respectivamente, de 195% e 232%.

No grupo que vai até 20 mil houve crescimento de 38% do número de municípios enquanto que a população destes cresceu apenas 23%. Na classe de 20 a 50 mil, o aumento de municípios foi de 26% e o de habitantes foi de 25%. Se forem considerados os municípios com população até 50 mil habitantes, chega-se ao total de 4.957 municípios, abrigando 34% da população do país.

Ante este conjunto de constatações, um exercício interessante é observar as mudanças que ocorreram, entre 1970 e 2010, no tocante aos percentuais dos municípios e da população, de acordo com as classes de tamanho. Os valores registrados na tabela 3 explicitam, de um lado, a elevada concentração populacional em algumas poucas cidades e, de outro, um número expressivo de cidades, que no conjunto, ainda, são morada de um percentual considerável de pessoas.

Tabela 3: Percentual dos municípios e da população, por classes de tamanho, em 1970 e 2010.

	1970		2010	
	<i>Número de Municípios</i>	<i>População nos municípios</i>	<i>Número de Municípios</i>	<i>População nos municípios</i>
Até 2.000	1,42	0,10	2,12	0,10
De 2.001 a 5.000	15,23	2,34	21,26	2,19
De 5.001 a 10.000	26,77	8,22	21,78	4,48
De 10.001 a 20.000	29,33	17,36	25,18	10,35
De 20.001 a 50.000	20,90	26,45	18,74	16,43
De 50.001 a 100.000	3,97	11,05	5,84	11,70
De 100.001 a 500.000	2,10	15,46	4,40	25,46
Mais de 500.000	0,28	19,03	0,68	29,29

Fonte: Censos demográficos 1970 e 2010 – IBGE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

A tabela transparece uma característica peculiar da urbanização brasileira. Se, de um lado, foi marcada pela concentração populacional, de outro, pela dispersão do fenômeno urbano pelo território nacional, mesmo que esta tenha ocorrido, sobremaneira, a partir de pequenos núcleos. Logo, como resultado têm-se tanto a afirmação e reafirmação dos processos aglomerativos, quanto a consolidação de um conjunto de cidades que, em certa medida, oferecem qualificativos que levam a questionar a existência do caráter urbano delas.

Em suma, em termos demográfico-espaciais, os municípios com menos de 50 mil habitantes, reúnem um contingente expressivo de toda população e perfazem uma ampla extensão do território. Além de se tratar de uma heterogeneidade de realidades, a grande maioria destas cidades exibem problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais em comum. Apesar disto, a produção de conhecimento, tanto em nível empírico quanto teórico, em torno delas tem estado à margem da produção geográfica.

Uma das características marcantes do processo de urbanização foi a concentração populacional em grandes cidades e metrópoles. Posteriormente, principalmente a partir da última década do século passado, a urbanização brasileira passou a ter uma nova característica: as cidades de porte médio começam a crescer mais que do que as metrópoles e cidades grandes.

Assim, tanto as metrópoles quanto as cidades médias tornaram-se, cada uma a seu tempo, alvos de estudos e pesquisas, especialmente, no que tange seus aspectos físico-territoriais, sociais e a redistribuição espacial da economia. Deste modo, de maneira geral, no Brasil, os estudos sobre os espaços urbanos sempre privilegiaram as abordagens sobre metrópoles, cidades grandes e médias. Porém, há uma outra face do urbano brasileiro que não pode ser abandonada e deve constar nas pautas acadêmicas e políticas: as cidades pequenas.

Nesta direção, a pesquisa representa uma tentativa de contribuir para o entendimento destas realidades urbanas. Para fundamentação dela e devido ao próprio recorte espacial – uma região metropolitana –, adotou-se, inicialmente, o tamanho demográfico para delimitar nosso entendimento por cidade pequena. A partir deste cenário, consideraram-se como pequenas, as cidades com até 50 mil habitantes.

Contudo, a delimitação das cidades pequenas deve ir além de dados quantitativos – como os demográficos, de desenvolvimento econômico e social, entre outros –, devendo, sobretudo, considerar também os aspectos qualitativos, como por exemplo, as funções exercidas na rede urbana e a diversificação econômica (a oferta de produtos, serviços, espetáculos, etc.). Estes dizem respeito aos papéis desempenhados na rede urbana, nas características das funções e atividades urbanas desenvolvidas e na dinâmica que envolve o processo de (re) produção espacial.

Fazer indagações e lograr respostas sobre cidades pequenas requer um pensamento muito mais amplo que permeia, tanto uma reflexão sobre a cidade e o urbano, quanto sobre os processos mais recentes da economia e da urbanização brasileira. A partir destas dimensões é possível contextualizar as cidades pequenas; caracterizar os papéis desempenhados por elas e explicar os processos de uma urbanização excludente que transcendem seus limites.

Classificar ou atribuir uma conceituação à cidade pequena é uma tarefa bastante difícil e complexa. Esta dificuldade se revela ainda maior ao considerar a heterogeneidade destas realidades urbanas e, principalmente, a reduzida preocupação acadêmica dada a esta temática. Nesta direção, a proposta inicial é apontar, de um lado, a discussão sobre a produção da Geografia acerca das cidades pequenas e, de outro, o modo como tem se desenrolado estas discussões, os conceitos abordados, os recortes espaciais e as realidades diferenciadas. Em outras palavras, é importante avaliar o espaço que estas cidades vêm tendo na ciência geográfica, bem como identificar como seu espaço tem sido apreendido por ela.

1.1. O vislumbrar das cidades pequenas nos estudos da ciência geográfica

Dois fatos foram marcantes a partir do ano de 2000. Primeiramente, foi, neste período – mais precisamente no ano de 2007 – que, pela primeira vez na história, a população urbana mundial ultrapassou a população rural. Ainda que este predomínio da urbanização não ocorra de modo uniforme em todos os países ou regiões do mundo, a tendência é a de que, em pouco tempo, a maioria da população mundial estará vivendo em cidades, indiferente do seu porte territorial ou populacional.

O aumento acelerado da urbanização sem um devido planejamento gera vários problemas de ordem social e ambiental (enchentes, dificuldades na gestão dos resíduos sólidos, impactos cada vez maiores da poluição, na saúde da população, degradação dos recursos hídricos, as relações sociais que se tornam tênues, a exclusão social, a segregação espacial, a violência, dentre outros). Impactos significativos no ambiente são decorrentes, dentre outras razões, da falta de infraestrutura urbana, dos modelos de produção e dos padrões de consumo nos espaços urbanizados. Quanto aos espaços sociais tem-se a desvalorização de lugares, o medo, a falta de sociabilidade e o convívio com a degradação ambiental nas cidades.

Nesta direção, o segundo fato engloba o início de uma época em que se almeja um novo padrão de desenvolvimento, em diferentes escalas geográficas, conciliando meios e métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Trata-se de um período no qual os princípios da chamada Agenda 21 tendem a vigorar como norteadores das diretrizes que regem a produção, o planejamento e a gestão urbano e regional.

Assim sendo, neste contexto no qual se tem, por um lado, um crescimento acelerado da urbanização e, por outro, uma série de questões de cunho socioambiental, colocar as cidades pequenas no centro do debate é uma ação que se faz necessária. Afinal, além de representar a morada de parcela significativa da população, de maneira diferenciada, existem casos, nos quais, o entorno rural assume um significado expressivo e bastante modificado. Por conta disto, requer que se reflita acerca da totalidade municipal, focando tanto nos papéis econômicos que desempenham quanto nos conteúdos sociais que a sustentam.

Ao pensar no caso do Brasil, tem-se uma urbanização marcada por um número significativo de cidades pequenas, se tratando de um processo diferenciado, mas nacional, ou seja, presente tanto na Amazônia quanto no Centro-Sul. Estas, na maioria das vezes, se configuram enquanto verdadeiros territórios de exclusão, visto que expressam a marginalização socioespacial resultante da fratura social que produz espaços exclusivos, em diversas escalas, para determinadas funções e usos.

As cidades brasileiras com população inferior a 50 mil habitantes, em geral, desempenham papéis reduzidos na rede urbana e apresentam, em sua maioria, estreita relação com o campo onde, comumente, se encontra a base econômica municipal – rural ou agroindustrial. Neles há ausência de empregos, infraestruturas, serviços diversos, entre tantas outras necessidades, o que aumenta a dependência de suas populações em relação aos centros urbanos de maior porte.

Neste contexto se encontram a maioria dos pequenos núcleos urbanos. Em sua maioria, trata-se de municípios mais pobres, parques de recursos que possam suprir as

demandas necessárias às mínimas atividades sociais e urbanas da população. Ademais, a receita destes municípios advém, principalmente, de repasses dos governos estadual e federal.

Todavia, traçar generalizações é sempre um risco. Um quadro oposto ao descrito também pode ser notado em algumas das cidades pequenas. Um exemplo é o caso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão da ONU. Este índice foi criado por Mahbub ul Haq e Amartya Sen. Consiste numa medida comparativa, apesar das variações segundo as diferentes bases geográficas nas quais são aplicadas, que engloba os indicadores da longevidade, educação e renda.

Uma das principais vantagens da elaboração deste índice é o fato de favorecer a análise e a comparabilidade em diferentes escalas de apreciação. Sem contar que a avaliação e classificação das localidades propicia a adoção de políticas públicas seletivas, visando a melhoria das condições de vida da população. Porém, na prática isto não tem ocorrido nas diversas escalas de organização da esfera pública brasileira, o que acarreta em enormes diferenciações socioespaciais.

A tabela 4 traz as cidades com os melhores e piores IDH em 2010. O índice varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo a 1, melhor é o nível de desenvolvimento humano local, ou seja, melhor a qualidade de vida da população.

Tabela 4: Os municípios brasileiros com melhores e piores IDH em 2010.

Maiores IDH				Menores IDH			
Cidade	UF	IDH	População	Cidade	UF	IDH	População
São Caetano do Sul	SP	0,862	149.263	Melgaço	PA	0,418	24.808
Águas de São Pedro	SP	0,854	2.707	Fernando Falcão	MA	0,443	9.241
Florianópolis	SC	0,847	421.240	Atalaia do Norte	AM	0,450	15.153
Balneário Camboriu	SC	0,845	108.089	Marajá do Sena	MA	0,452	8.051
Vitória	ES	0,845	327.801	Uiramutã	RR	0,453	8.375
Santos	SP	0,840	419.400	Chaves	PA	0,453	21.005
Niterói	RJ	0,837	487.562	Jordão	AC	0,469	6.577
Joaçaba	SC	0,827	27.020	Bagre	PA	0,471	23.864
Brasília	DF	0,824	2.570.160	Cachoeira do Piriá	PA	0,473	26.484
Curitiba	PR	0,823	1.751.907	Itamarati	AM	0,477	8.038
Jundiaí	SP	0,822	370.126	Sta Isabel do Rio Negro	AM	0,479	18.146
Valinhos	SP	0,819	106.793	Ipixuna	AM	0,481	22.254
Vinhedo	SP	0,817	63.611	Amajari	RR	0,484	9.327
Santo André	SP	0,815	676.407	Inhapi	AL	0,484	17.898
Araraquara	SP	0,815	208.662	Anajás	PA	0,484	24.759

Fonte: PNDU, 2013.

Org: Orlando Moreira Junior, 2014

As informações presentes na tabela permitem uma série de reflexões. Duas delas merecem ser realçadas. A primeira diz respeito a amplitude que engendra as cidades pequenas. É notável que, dentre as quinze cidades que apresentam melhores IDH, apenas duas podem ser consideradas pequenas; ao passo que daquelas com piores índices, todas se encontram na classe de população inferior a 50 mil habitantes. Isto significa considerar que as cidades pequenas exibem realidades bastantes distintas uma das outras, o que dificulta o estabelecimento de generalizações.

A segunda nos induz a pensar no cenário nos quais estão inseridas, em especial, suas localizações geográficas. De um lado, as diferenciações entre cidades pequenas são muitas, mesmo em termos de tamanho populacional devido, sobretudo, a maior ou menor densidade demográfica de cada região do território nacional. De outro, um mapeamento dos dados contidos na tabela 4 serviria como panorama para o entendimento das desigualdades num país de dimensões continentais. As cidades pequenas com melhores IDH estão localizadas na região Centro-Sul, com especial destaque para o estado de São Paulo. Enquanto, aquelas com os piores, situam-se nas regiões do Nordeste e da Amazônia.

Igualmente, uma série de diferenciações pode ser encontrada entre as cidades pequenas brasileiras e as localizadas em outras partes do mundo. O que há em comum é o fato de que ante a proliferação da urbanização e, por conseguinte, da emergência de diversos problemas socioambientais, elas precisam ser incluídas e pensadas no momento de elaboração de políticas, planos e ações voltadas para a promoção da equidade social e territorial.

Torna-se, cada vez mais, necessária uma gestão territorial mais integrada a fim de promover o desenvolvimento local e regional, valendo-se da rede urbana para traçar projetos em escalas que não se limitem, somente, ao espaço intra-urbano. Isto contribuiria com a desconcentração de atividades econômicas e de população, bem como minimizaria tanto as migrações para os grandes centros, quanto os efeitos nocivos das grandes aglomerações humanas.

Como cabe a Geografia analisar e compreender a organização do espaço, a intenção inicial é pensar sobre a produção geográfica acerca deste tema central: as cidades pequenas. Para tanto, a fim de subsidiar uma resposta a esta indagação, foi realizado um levantamento sobre a produção divulgada em periódicos nacionais e internacionais; nos anais do Encontro Nacional de Geógrafos; nas Dissertações e Teses de alguns dos principais Programas de Pós-Graduação em Geografia das universidades públicas brasileiras; e em livros.

O recorte temporal, para a análise bibliográfica, circunscreve o período entre 2000 e 2010. Isto não significa que aquilo que foi produzido anteriormente não tenha valor. Ao

contrário, contribuíram para contemplar o quadro urbano nacional e colaboraram, teórico-metodologicamente, com as pesquisas.

Embora o período de dez anos possa comprometer alguns aspectos analíticos acerca do estudo das cidades pequenas, vale justificar a definição deste intervalo. Além das características, anteriormente, descritas acerca deste começo do século, outras motivações ajudaram a delimitá-lo. Foi neste momento que ocorreu um aumento expressivo da criação institucional de regiões metropolitanas, como é o caso da criação da Região Metropolitana de Campinas, em 2000. Ademais, abrange o momento em que os objetivos da Constituição de 1988 passaram a ser sentidos com maior ênfase na vida política das cidades. O Estatuto da Cidade, por exemplo, representou um novo marco legal que colocou a obrigatoriedade na elaboração de Planos Diretores para municípios com mais de 20 mil habitantes. Ele reafirma a descentralização e a participação como eixos centrais para a democratização da gestão pública e para o desenvolvimento urbano.

Logo, o levantamento, neste período, serviria tanto para observar a preocupação em estudar estes centros em meio aos processos políticos que privilegiam a autonomia municipal, quanto de identificar as localizações geográficas destes estudos, em áreas economicamente dinâmicas ou afastadas de grandes centros e, por conseguinte, para verificar a existência ou não de estudos sobre cidades pequenas no contexto da metropolização. Os resultados que serão apresentados a seguir foram fundamentais para refletir teórico-metodologicamente sobre o tema e extrair conclusões sobre as tendências que os estudos sobre cidades pequenas vêm ganhando na ciência geográfica.

Variados olhares sobre as cidades pequenas, especialmente no que diz respeito as bases lógicas da investigação científica, resultam em diferentes meios e modos de apreender a realidade. Reconhecer os fundamentos e teorias acerca da natureza do espaço urbano em cidades pequenas permite promover uma visão crítica e proporciona reflexões sobre os principais problemas que nelas se manifestam.

Nota-se, assim, uma série de possibilidades de leituras urbanas, todas enfrentando os desafios impostos, empregando diferentes padrões teórico-conceituais e metodológicos, a fim de produzir conhecimento. Toda esta complexidade ligada às cidades pequenas foi a razão principal que levou a pensar sobre a produção geográfica referente a temática. Para selecionar os trabalhos foram considerados aqueles nos quais os termos “cidade pequena”, “pequena cidade”, “cidade local” ou “cidade de pequeno porte” apareciam no título, como palavra-chave ou se sobressaía no resumo dos mesmos.

Primeiramente, houve um desafio na escolha dos periódicos na área da Geografia. Eles são uma importante fonte para o desenvolvimento da pesquisa, devido a quantidade existente no âmbito da ciência geográfica, a variedade de suas origens, dos temas abordados e das possibilidades que oferecem para a obtenção de textos mais recentes, tanto nacionais quanto internacionais. Ademais, permitem considerar a importância de um tema ao longo do tempo e do espaço, ou seja, quando e onde cada temática é mais explorada. Devido à variedade de suas origens, dos temas abordados e das possibilidades que oferecem para a obtenção de trabalhos mais recentes, representam o melhor meio de se averiguar o quanto e o que se pesquisa na ciência a respeito da temática estudada.

Alguns dos critérios utilizados para selecionar os periódicos foram a origem, a periodicidade das publicações e o seu alcance científico na leitura bibliográfica. Assim, foram elencados: *Progress in Human Geography* (Estados Unidos da América), *International Journal of Urban and Regional Research* (Estados Unidos da América), *Urban Geography* (Estados Unidos da América), *Scripta Nova* (Espanha), *Estudios Geográficos* (Espanha), *Herodote* (França), *L'Espace Géographique* (França), *Moravian Geographical Reports* (República Tcheca), *Investigaciones Geográficas* (México), *Latin American Perspectives*, *EURE* (Chile), *GeoUSP* (Brasil) e *Terra Livre* (Brasil).

De fato existe um universo bem mais amplo do que este presente no levantamento. Entretanto, a opção por estes periódicos pode ser explicada, principalmente, pela importância que assumem para a ciência geográfica em seu país de origem e por terem abrangência internacional. Vale ressaltar, ainda, que embora o objetivo fosse investigar o que se publica na Geografia, nelas pode haver trabalhos de profissionais de diferentes áreas, como economistas, sociólogos, urbanistas, entre outros.

Na tabela 5 estão organizados os artigos que têm, como tema central, o estudo de cidades pequenas. Ressalte-se que, em alguns dos periódicos, não foi localizado, no período analisado, nenhum artigo abordando a temática. No entanto, em muitos casos, é possível obter textos que se aproximam dos questionamentos que envolvem as cidades, de modo geral, e as pequenas, em particular.

Tabela 5: Artigos sobre cidades pequenas encontrados nos periódicos pesquisados, entre 2000 e 2010.

Periódicos	Ano	Título	Autor (es)
TERRA LIVRE	2008	Segregação socioespacial interurbana: uma hipótese?	ROMA, Claudia Marques
	2009	A Reprodução Contraditória do Rural nas Cidades Pequenas	FABRINI, João E.
Continua.			

(continuação) Tabela 5: Artigos sobre cidades pequenas encontrados nos periódicos pesquisados, entre 2000 e 2010.			
INVESTIGACIONES GEOGRÁFICAS	2009	Las pequeñas ciudades en la urbanización generalizada y ante la crisis global	CAPEL, Horacio
ESTUDIOS GEOGRÁFICOS	2006	Análisis de las consecuencias territoriales del AVE en ciudades pequeñas: Ciudad Real y Puertollano	FUENTE, Raúl S. de La; et al.
L'ESPACE GÉOGRAPHIQUE	2004	Dynamisme rural. L'effet des petites villes	DUBUC, Sylvie
SCRIPTA NOVA	2003	Os papéis urbanos na região de Catanduva: relações entre a produção de moradia e o trabalho volante	BERNARDELLI, Maria L. F. H.
	2005	Gestão social das políticas públicas nas pequenas cidades	GOMES, Rita de Cássia C.; BARBOSA, Anieres SILVA, Valdenildo Pedro da.
	2007	Gestão territorial compartilhada em espaços não-metropolitanos	ENDLICH, Angela Maria
	2009	A centralidade do comércio na cidade pequena nordestina: o caso da feira livre de Varjota (Ceará/Brasil)	ASSIS, Lenilton Francisco de; ARAÚJO, Francinelda F. de.
	2010	Langreo, Mieres, Ponferrada, Puertollano: cambios funcionales y morfológicos en ciudades minero industriales	FERNÁNDEZ, Sergio Tomé
URBAN AND REGIONAL RESEARCH	2008	The Role of Small Towns in Regional Development and Poverty Reduction in Ghana	OWUSU, George
	2009	Immigration as Local Politics: re-bordering immigration and multiculturalism through deterrence and incapacitation	GILBERT, Liette
	2009	The Niche City Idea: how a declining manufacturing center exploited the opportunities of globalization	SCHLICHTMAN, John Joe
	2009	Small Cities? Towards a research agenda	BELL, David; JAYNE, Mark
URBAN GEOGRAPHY	2000	Conceptualizing Small Towns as Urban Places: the process of Downtown redevelopment In Galena, Illinois	PARADIS, Thomas W.
	2000	Main Street Transformed: community sense of place for Nonmetropolitan Tourism Business Districts	PARADIS, Thomas W.
MORAVIAN GEOGRAPHICAL REPORTS	2001	Geography of Small Moravian Towns: case study Bučovice	VAISHAR, Antonin; et al.
	2005	Use of Telecommunication and Information Technologies by Inhabitants of Small Moravian Towns	KALLABOVÁ, Eva; FRANTÁL, Bohumil.
	2006	Sustainable Development of Small Towns: a Slovenian – Moravian comparative methodological approach	CIGALE, Dejan; et al.
	2007	Place And Role Of The Centre In The Spatial Structure Of A Small Town In Poland	KWIATEK-SOLTYS, Agnieszka

Fonte: Progress in Human Geography, International Journal of Urban and Regional Research, Urban Geography, Scripta Nova, Estudios Geográficos, Herodote, L'Espace Géographique, Moravian Geographical Reports, Investigaciones Geográficas, Latin American Perspectives, EURE, GeoUSP e Terra Livre.

Org: Orlando Moreira Junior, 2014.

Apesar de se tratar de distintas revistas, em diversos idiomas e sobre variadas localidades nota-se, indiferentemente, do ano de publicação, uma escassez de trabalhos

versando sobre as cidades pequenas. O tema tem sido pouco aprecido pela Geografia, sendo que, contraditoriamente, as cidades pequenas existem em todos os países: *small towns, las pequeñas ciudades, les petites villes, etc.*

No âmbito da ciência geográfica brasileira foi realizado, para o período considerado, um inventário nos Anais dos Encontros Nacionais de Geógrafos (ENG). Embora existam outros eventos, como o Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB) e o Simpósio Nacional sobre pequenas cidades (que chegou a sua terceira edição no ano de 2014), a opção pelo ENG foi, sobretudo, por sua abrangência a nível nacional, numa reunião de graduandos, pós-graduandos, professores e pesquisadores em geral que apresentam seus trabalhos, os quais fornecem indícios para avaliar as tendências na Geografia nacional, indiferente de suas subáreas.

Este tipo de documento representa uma forma eficiente de comunicação do conhecimento e do desenvolvimento da ciência. Constituem-se como fonte importante na busca, apreensão e difusão de novos conhecimentos. Além de permitir o acesso às informações atualizadas e de possibilitar uma leitura em escala nacional sobre a temática, indicam os principais caminhos que as pesquisas têm seguido no estudo das cidades pequenas.

A partir deles, foram obtidos dados significativos, em quantidade e qualidade. A tabela 6 traz as informações sobre o ano e o local onde ocorreu o evento, juntamente com os autores e seus respectivos trabalhos, presentes nos diferentes anais.

Tabela 6: Trabalhos apresentados nos ENGs, entre os anos de 2000 e 2010.

Evento/ Ano	Título do Trabalho	Autor/Autores
XII ENG Florianópolis-SC (2000)	Os Papéis urbanos na região de Catanduva-SP: relações entre a produção de moradias e o trabalho volante	BERNARDELLI, Maria L. F. H.
	O geoprocessamento como ferramenta de gestão urbana de cidades pequenas	CHAGAS, Jorgenes de B.; et al.
	Cidades locais: importância para o desenvolvimento do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-MG	OLIVEIRA, Bianca S. de; SOARES, Beatriz Ribeiro
XIII ENG João Pessoa-PB (2002)	O clima das cidades tropicais de pequeno porte na região sudoeste de Mato Grosso: Pedra Preta, Dom Aquino e Guiratinga	SILVA, Adriani L. da; et al.
	A cidade pequena e sua participação na organização espacial regional: um estudo de sustentabilidade ambiental em Estrela do Sul-MG	MICHELOTTO, Bruno del G.; GROSSI, Suely Regina del; SOARES, Beatriz Ribeiro
	Os papéis urbanos na região de Catanduva-SP: relações entre a produção de moradias e o trabalho volante	BERNARDELLI, Maria L. F. H.
	Cidades locais do Cerrado mineiro: uma leitura preliminar	BORGES, Gersiane Vicene; SOARES, Beatriz Ribeiro
		Continua.

(continuação) Tabela 6: Trabalhos apresentados nos ENGs, entre os anos de 2000 e 2010.		
	A importância das cidades médias e locais na dinâmica urbana da bacia do rio Araguari-Minas Gerais	ENGEL, Amáris Souza; BESSA, Kelly Cristine F. O.; SOARES, Beatriz Ribeiro
	Rede urbana, urbanidades e as pequenas cidades: ensaiando a discussão	ENDLICH, Angela Maria
VII Congresso Brasileiro de Geógrafos Goiânia-GO (2004)	Para entender as cidades pequenas: contribuições para o debate	GONÇALVES, Francisco E.; COSTA, Ademir Araújo da
	A dinâmica urbana das pequenas cidades do cerrado mineiro e sua participação na rede urbana regional	ENGEL, Amália Souza; SOARES, Beatriz Ribeiro
	Gestão pública nas pequenas cidades do Rio Grande do Norte na era da informação	GOMES, Rita de C. C.; et al
	A modernidade nos espaços rural e urbano das pequenas cidades do cerrado mineiro: estudo em Tupaciguara-MG	BRIDI, Juliana; SOARES, Beatriz Ribeiro
	A questão do lugar para a compreensão da vida cotidiana em Regente Feijó: uma análise em cidades pequenas	SANT'ANA, Maria Julia R.
XIV ENG Rio Branco-AC (2006)	A dinâmica econômica em cidades pequenas: estudo de caso de Ouro Verde/SP.	LEÃO, Carla de Souza; SPOSITO, Eliseu Savério
	A gestão do território no contexto da redemocratização do Brasil: um olhar sobre as pequenas cidades do cariri paraibano	SILVA, Anieres Barbosa da
	Segregação socioespacial em cidades pequenas	ROMA, Cláudia Marques
	Cidades pequenas não devem ser consideradas urbanas? O caso de Novo Triunfo/Bahia	LOPES, Diva Maria Ferlin
	Um olhar sobre a urbanização, seus problemas e o planejamento das cidades locais. Estudo de caso da cidade de Jaguaruna/SC	DELFINO, Deisiane dos S.; DIAS, Vera Lúcia Nehls
	Planejamento, gestão do território e desenvolvimento socioespacial das pequenas cidades do Rio Grande do Norte	GOMES, Rita de Cássia da C.; SILVA, Anieres Barbosa da; SILVA, Valdemiro Pedro da
	O processo de redefinição do espaço urbano em uma cidade de pequeno porte: uma análise do Conjunto Habitacional Catulino Rodrigues de Lima em Rio Brilhante/MS	DOMINGUES, Alex Torres; CAVALI, Aquinda Pereira; CALIXTO, Maria José M.
XV ENG São Paulo-SP (2008)	Existe segregação socioespacial em municípios pequenos? O caso de Forquilha (SC)	LAHORGUE; Mário Leal; GOULART, Elisangela de F. M.; FELÁCIO, Rafael Matos
	Reflexões sobre as pequenas cidades do norte de Minas Gerais (BR)	PEREIRA, Anete Marília
	Pequenas cidades no vale do Ivinhema – MS: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias	BERNARDELLI, Mara L. F. H.; MATUSHIMA, Marcos Kazuo
	Cidade e dinâmica cultural: o contexto das cidades locais da microrregião Ceres, Goiás	CASTILHO, Denis; CHAVEIRO, Eguimar Felício
	Processos excludentes em pequenas cidades paulistas – a modelização cartográfica em Álvares Machado - SP	ROSSI, Rafael; MARTINUCCI, Oséias da Silva
	Entre o rural e o urbano: cidades locais no CONSAD Paraná Centro-PR	QUEIROZ, Marcos Antonio
	Astolfo Dutra: dinâmica industrial de uma cidade local	DEFILIPPO, André; et al.
	Reconstituindo o estudo das cidades de pequeno porte na Geografia urbana brasileira	MEDEIROS, Dhiego A. de; CARVALHO, Thiago A. P.; CARVALHO, Antonio A. T.
	Pequenas cidades da microrregião de Catalão (GO): papel dos processos de “modernização” econômica na dinâmica urbana	MELO, Nágela Aparecida de; SOARES, Beatriz Ribeiro
	Interações espaciais em cidades pequenas e médias: o caso do processo de aglomeração urbana	MIYAZAKI, Vitor Koiti
Continua.		

(continuação) Tabela 6: Trabalhos apresentados nos ENGs, entre os anos de 2000 e 2010.		
ENG Porto Alegre-RS (2010)	Os rondonistas e os desafios na elaboração de propostas de contribuição para o plano diretor de pequenas cidades do interior do país	SILVA, Luis Felipe P. Miranda
	O uso do espaço pelas vaquejadas em cidades pequenas: o caso de Santo Antônio no Rio Grande do Norte	SILVA, Gilnara Kalra N. da
	Produção do espaço urbano, reprodução social da moradia e desigualdades socioespaciais em cidades pequenas paulistas: os casos de Capão Bonito e Buri	MOREIRA JUNIOR, Orlando
	Análise da variabilidade termal nas cidades de pequeno e médio porte paulista: o caso de Presidente Prudente e Votuporanga-SP (1976 – 2009)	FANTE, Karime Pechutti
	Perfil sócio-econômico das cidades pequenas do seridó ocidental da Paraíba	CAVALCANTE, Camila M.
	Pequenas cidades ou cidades locais? Por uma perspectiva teórico-metodológica atual	CASARIL, Carlos Cassemiro
	Pequena cidade: caracterização e conceituação pelo ponto de vista político-administrativo	BACELAR, Winston K. A.
	Reflexões sobre o papel do planejamento urbano na pequena cidade de Rio de Contas/BA	DIAS, Alexandre Custodio J.
	O turismo como subsídio para o desenvolvimento de pequenas cidades do norte de Minas Gerais	SILVEIRA, Gerlaine Soares
	Segregação em pequenas cidades: um estudo de caso na cidade de Anadia, Alagoas	VIEIRA, Jakeline Ribeiro Souza
	Serviços especializados como nova inserção na divisão do trabalho em pequenas cidades: o caso de Santa Fé-PR	VEIGA, Léia Aparecida
	Territorialidades e espaço público em pequenas cidades da fronteira amazônica: reflexões sobre Oiapoque-AP	SANTOS, Paula Gabriele S.
	Pequenas cidades e produção territorial: elementos para a discussão geográfica	CHAGAS, Selton Evaristo A.
	Centros locais e pequenas cidades: distinções necessárias	FRESCA, Tânia Maria
	Produção industrial em pequenas cidades e reinserções na rede urbana: o caso de Assai-PR	ALMEIDA, Adriano Pereira
O uso das ferramentas de geoinformação nas políticas públicas sociais em municípios de pequeno porte	MARTINUCI; Oséias da S.	

Fonte: Anais do ENG (2000, 2002, 2006, 2008 e 2010) e VII Congresso Brasileiro de Geógrafos (2004).

Nota: A cada dez anos o Congresso Nacional de Geógrafos substitui o Encontro Nacional de Geógrafos. O período considerado envolveu no ano de 2004 o VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Para efeito de comparação, o ENG é somente para a apresentação de trabalhos e deliberações sobre o que foi o evento, os próximos e as atividades dos geógrafos. Enquanto no Congresso pode-se deliberar e modificar o Estatuto da Associação de Geógrafos do Brasil (AGB) e o seu regimento.

Org: Orlando Moreira Junior, 2014.

Com relação às publicações nestes eventos nacionais, nota-se que houve um crescimento gradual do número de trabalhos completos a respeito de cidades pequenas para o período analisado (figura 3). Apesar do relativo aumento de trabalhos envolvendo a temática, sua relevância acadêmica ainda tem reduzida expressão. Os números revelam que, proporcionalmente, são poucos os trabalhos que versam sobre a temática aqui explorada, em relação ao total de publicações em cada edição, deste evento científico.

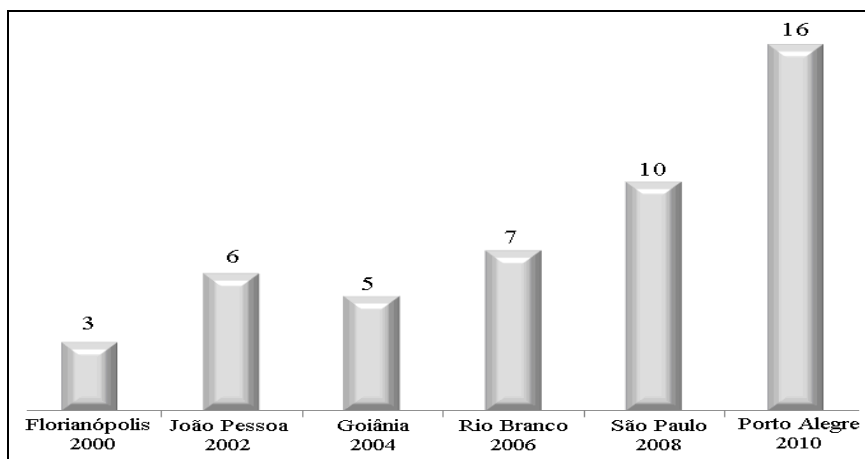


Figura 3: Números de trabalhos completos publicados nos ENG's (2000, 2002, 2006, 2008 e 2010) e no Congresso Brasileiro de Geógrafos (2004).

Fonte: Pesquisa direta nos anais dos eventos.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

No Brasil, ainda, é notável a escassez quantitativa e qualitativa dos trabalhos sobre a temática. Embora a existência deles revele uma preocupação em explicar formas espaciais não metropolitanas de um país imenso, não existe uma agenda em comum entre as pesquisas. O tema é tratado de forma variada, o que pode ser justificado pelo grande volume de municípios existentes e pelo significado relativo, com expressivas particularidades e diversidades urbanas, em todas as Unidades Federativas. Ademais, o país padece de um grave problema: a questão da criação acelerada de municípios.

Complementando a análise, realizou-se, também, um levantamento das Dissertações e Teses dos principais Programas de Pós-Graduação em Geografia das universidades públicas brasileiras. Estes documentos cooperam, especialmente, para o entendimento e a construção dos procedimentos metodológicos para diferentes recortes espaciais. Apesar de, na maioria das vezes, traçar um nexo com uma determinada localidade, por meio de um estudo de caso, estas fontes bibliográficas revelam não apenas o resultado de um estudo, mas, muitas vezes, procedimentos que ensinam a pesquisar.

Para coleta dos trabalhos foi realizada a consulta no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, que contempla todos os programas de Pós-Graduação do país. Para tanto foi utilizado os mesmos critérios citados anteriormente. Na tabela 7 estão registrados os documentos encontrados nos programas de Pós-Graduação em Geografia das instituições avaliadas.

Tabela 7: Dissertações e Teses sobre cidades pequenas defendidas nas universidades brasileiras, entre os anos de 2000 e 2010

Instituição	Nível	Título	Autor	Ano
USP	D	Ilha de calor em cidade de pequeno porte: Caso de Viçosa	FIALHO, Edson Soares,	2009
	M	Transformações urbanas recentes em Tiradentes-MG: anos 80 e 90 do século XX	CAMPOS, Hércio Ribeiro	2006
UNESP Pres. Prudente	D	Sanclerlândia-GO: do povoado do Cruzeiro às novas centralidades	OLANDA, Elson Rodrigues	2010
	D	Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná	ENDLICH, Angela Maria	2006
	D	Pequenas cidades na região de Catanduva-SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias	BERNARDELLI, Mara Lucia F. da H.	2004
	M	Segregação socioespacial em cidades pequenas	ROMA, Cláudia M.	2008
	M	Autoconstrução em Sertãoópolis: resolução do problema da moradia ou exaustão da força de trabalho?	LOPES, Sueli Aparecida	2000
UNESP Rio Claro	D	Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul: contrastes, perfil do desenvolvimento e da qualidade de vida, 1980-2000	FIGUEIREDO, Vilma Dominga M.	2008
	M	Os espaços de medo e os de castigo nas pequenas cidades do estado de São Paulo: o caso Itirapina	SORIANO, Érico	2007
	M	Planejamento ambiental para cidades pequenas: o caso de Perdões-MG	NASCIMENTO, Mariana A. do	2004
UNICAMP	M	Espaço vivido, cotidiano e qualidade de vida em pequenos municípios. Caso: município de Urupês (SP)	CRIVELARO, Sérgio Henrique R.	2008
UFRJ	D	Cidade-campo, urbano-rural: uma contribuição ao debate a partir de pequenas cidades em Minas Gerais	LIMA, Maria Helena Palmer	2007
	M	Transformações em curso no perfil econômico e sócio-espacial de cidades de pequeno porte: o exemplo de Bom Jesus de Itabapoana no Noroeste Fluminense	ANDRADE, Maria Alice Alkmim	2001
UFU	D	A pequena cidade nas teias da aldeia global: as relações e especificidades sócio-políticas nas pequenas cidades de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara-MG	BACELAR, Winston Kleiber de Almeida	2008
	D	Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas	MELO, Nágela Aparecida de	2008
	D	Cidade Média e Região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais	PEREIRA, Anete Marília	2007
	M	Plano Diretor: uma metodologia de elaboração para municípios de pequeno porte	NUNES, Viviane dos G. Alvim	2005
	M	Tupaciguara 'Lá Tem': revitalização urbana e cultura popular	FERREIRA, Alessandra R.	2005
	M	A cidade local no contexto da globalização: o exemplo de Machado/MG	MELLO, Nádia Cristina da Silva	2001
UFMG	M	Da migração à não-migração: o exemplo de pequenas cidades da zona da mata mineira	LISBOA, Severina Sarah	2008
	M	Sistemas de informações geográficas para auxiliar no desenvolvimento local, endógeno e sustentável de municípios de pequeno porte: o caso de Jaboticatubas	MACHADO, Márcio Marques	2001
UFSC	D	Inundações em Venâncio Aires/RS: interações entre as dinâmicas natural e social na formação de riscos socioambientais urbanos	COLLISCHONN, Erika	2009
	M	A industrialização em Sombrio: Gênese e evolução	BELTRÃO, L. M. V.	2001
UEL	M	Jaguapitã-PR: pequena cidade da rede urbana norte-paranaense especializada na produção industrial de mesas para bilhar	PINTO, Léia Aparecida Veiga	2007

Continua.

(continuação) Tabela 7: Dissertações e Teses sobre cidades pequenas defendidos nas universidades brasileiras, entre os anos de 2000 e 2010				
UEM	M	A (Re) Produção do espaço urbano de Dois Vizinhos no contexto do Sudoeste paranaense	SAFFNAUER, Tatiane	2005
UFSM	M	Os papéis urbanos nas pequenas cidades da região da Quarta Colônia-RS	SPOLAOR, Silvane	2010
	M	O sistema termodinâmico do clima urbano de Nova Palma, RS: contribuição ao clima urbano de cidades pequenas	ROSSATO, Paula Savegnago	2010
	M	Construção do espaço urbano da pequena cidade: um estudo sobre São Sepé-RS	SCHERER, Fabiano Bolzan	2009
UFBA	M	O conceito de urbano e as cidades de pequeno porte no semi-árido baiano: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto	LOPES, Diva Maria Ferlin	2005
UFPB	M	A Cidade de Coremas-PB: Geografia Histórica de uma Pequena Cidade	ANDRADE, Rita de Cássia Gregório de	2008
UFRN	M	Cidades Pequenas, Grandes Problemas: Perfil Urbano do Agreste Potiguar	GONÇALVES, Francisco Ednardo	2005
	M	A produção do espaço das pequenas cidades do Seridó Potiguar	MEDEIROS, Maria Suely da Silva	2005
	M	Na Esquina do Brasil: uma leitura geográfica da (re)construção do território	OLIVEIRA, Márcia Silva de	2002

Fonte: Consulta Banco de Teses – CAPES.
Org. Orlando Moreira Junior, 2014.

Foram encontrados trinta e três trabalhos em catorze programas de pós-graduação. Importante verificar a distribuição destes pelo país. Do total, somente cinco foram realizados no Nordeste, enquanto os demais se concentram no Centro-Sul. Destaque para a Universidade Federal de Uberlândia e para a UNESP (Presidente Prudente), com os maiores números de pesquisas efetuadas. Esta espacialização é relevante para pensar não somente onde tem predominado os estudos, mas quais regiões tem sido alvo preferencial dos mesmos. A ausência da região amazônica é um fato preocupante neste aspecto, pois possui características particulares que precisariam ser incluídas na reflexão geográfica sobre o tema.

Com relação aos livros, trazem um conjunto sistematizado de conhecimentos imbricados por teorias e métodos científicos. Representam, dentre outras qualificações, resultados experimentados e consolidados acerca da temática abordada. É, portanto, um produto intelectual que, em geral, encerra um conhecimento ou pesquisa individual ou coletiva. Foram identificados contribuições a partir de consultas bibliográficas disponíveis a partir de resenhas, bibliotecas e pesquisas na *internet*. Destes, destacam-se: “*Small cities: urban experience beyond the metropolis*” de David Bell e Jayne Mark (2006), “*Destination branding for small cities: the essentials for successful place branding*” de Bill Baker (2007); “Pequenas cidades e desenvolvimento local” organizado por Ângela Maria Endlich e Márcio Mendes Rocha (2009); “*Small town sustainability: economic, social, and environmental innovation*” de Paul L. Knox e Heike Mayer (2009); e o livro organizado por Diva Maria

Ferlin Lopes e Wendel Henrique (2010) intitulado “Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso”.

A diversidade de fontes bibliográficas aqui elencada é importante, sobretudo, para alicerçar as bases conceituais e teórico-metodológicas da pesquisa. Ao mesmo tempo, permite um diálogo com estudos de diferente natureza. O levantamento efetuado a partir dos periódicos, dos trabalhos apresentados nos Encontros Nacionais de Geógrafos, nas Dissertações, Teses e livros expressam a preocupação acadêmica sobre uma face do urbano ainda pouco investigada pela Geografia. Também, demonstram uma série de possibilidades e perspectivas analíticas nas quais estas investigações podem seguir, além de elucidar uma série de desafios teórico-conceituais e metodológicos.

A Geografia tem como preocupação maior compreender a forma como o espaço é produzido, ocupado e organizado socialmente no transcorrer do tempo e em diversas escalas. Para tanto, parte da interação entre a sociedade e o espaço, ou seja, da inexorabilidade das ações antrópicas que moldam o espaço e a própria sociedade. Cabe, portanto, a esta ciência um papel primordial quando se trata do entendimento da organização espacial da economia e da urbanização.

Enquanto a urbanização é entendida aqui como um processo em constante transformação; a cidade é vista como um fato concreto, passível de ser experimentado. A cidade pequena, portanto, deve ser compreendida a partir desta contextualização. Esta temática simboliza, por si, um grande desafio e representa um horizonte bastante largo a ser explorado. Isto se deve à dificuldade em estabelecer generalizações ou simplificações que proponham uma regra universal e categórica para a definição e análise destas realidades.

O estudo sobre a cidade e o urbano, realizado na literatura, pode abranger diversos eixos temáticos. Desta forma, com o levantamento bibliográfico inicial surge um desafio: classificar os trabalhos que dizem respeito, exclusivamente, ao estudo das cidades pequenas na Geografia. A intenção não é delinear um panorama sobre a história das pesquisas em cidades pequenas, realizadas pela Geografia. Tampouco avaliar as vertentes apoiadas em paradigmas e em perspectivas teórico-metodológicas como possibilidade de entendimento destas realidades. O objetivo é apreender algumas das direções e abordagens que os pesquisadores têm seguido nos estudos das cidades pequenas.

Os principais eventos acadêmico-científicos voltados para a área do Planejamento Urbano e Regional, do Urbanismo e da Geografia Urbana, como por exemplo, os Encontros Nacionais da ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional) e os Simpósios Nacionais de Geografia Urbana, têm procurado

estabelecer diferentes classes temáticas para a discussão do urbano e da cidade. Assim, tendo como ponto de partida os eixos de discussão destes eventos, é possível estabelecer seis classes temáticas principais nas quais se enquadram o estudo sobre a temática urbana:

- *Estrutura territorial, redes e escalas*: o atual contexto de reestruturação produtiva e reorganização da ocupação do território e dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações contribui para a construção de novas interações socioespaciais, que articulam diferentes escalas, contribuindo para reconfigurar dinâmicas territoriais e redefinir a rede urbana e o papel da urbanização e das cidades;

- *Desenvolvimento regional e pactos territoriais*: estudos que analisam, problematizam e procuram desvendar os atores políticos, agentes econômicos e instrumentos de desenvolvimento que atuam na constituição de redes regionais, circuitos produtivos e reorganização do espaço;

- *Políticas públicas, gestão do território e planejamento urbano e regional*: as políticas públicas, as atividades de planejamento e a gestão do território contribuem para reconfigurar dinâmicas espaciais e interferem nas formas de organização e de desenvolvimento dos espaços em suas diversas escalas;

- *Processos e transformações na configuração dos espaços urbanos*: estudos centrados na produção da cidade, suas transformações e permanências, seja a partir das dimensões morfológicas, seja a partir das políticas, dos interesses e dos agentes envolvidos no processo de apropriação e produção dos espaços urbanos;

- *Ambiente e sociedade*: as novas escalas das questões ambientais e os dilemas, tensões e incertezas em relação aos atuais modos de apropriação e produção do espaço e do uso dos recursos ambientais, bem como as abordagens sob o viés da sustentabilidade;

- *Discussão conceitual e questões teórico-metodológicas*: engloba as investigações que procuram tecer uma definição ao termo cidade pequena ou mesmo apresentar um esforço e possibilidades para uma possível conceituação, assim como aproximações e distinções metodológicas.

Diante da temática, algumas questões ganham maior expressividade. Dentre elas, um ponto que se destaca é a dinâmica demográfica, presente, direta ou indiretamente, em praticamente todos os eixos elencados anteriormente. Afinal, as alterações na dinâmica demográfica interferem tanto na estruturação urbana e das cidades quanto no desenvolvimento territorial, tal qual é afetado pelas mesmas.

Tendo como ponto de partida a classificação estabelecida, é possível atribuir uma classe temática para cada um dos vinte artigos de periódicos, quarenta e sete trabalhos

completos presentes nos anais do ENG, trinta e três pesquisas vinculadas aos Programas de Pós-Graduação e quatro livros elencados na revisão bibliográfica entre os anos de 2000 e 2010. Imputar uma classificação aos trabalhos contribui para verificar o que vem predominando na leitura das cidades pequenas.

Um estudo sobre as cidades pequenas enfoca, em geral, mais de uma das classes assinaladas, pois o entendimento acerca destas realidades perpassa por diversas direções analíticas e escalas geográficas. Um trabalho pode, por exemplo, conter tanto uma discussão conceitual quanto uma análise da constituição da rede urbana e da produção do espaço. Outro pode abordar aspectos referentes aos processos e transformações na configuração dos espaços urbanos para compreender questões referentes ao ambiente e à sociedade.

Apesar disto, ainda há certa miopia que veda o olhar do geógrafo para a reflexão sobre a importância da leitura das cidades pequenas no país. Estes espaços ainda constituem uma imensa área a ser explorada pelo campo científico. Uma série de possibilidades para pesquisas e estudos está aberta e há caminhos a serem trilhados para que se construa uma agenda de pesquisa capaz de explicar a heterogeneidade e as singularidades que envolvem estes centros urbanos.

O rol de trabalhos citados permite observar o modo se tem desenrolado as discussões sobre o tema: os conceitos, as metodologias e os recortes espaciais envolvidos em cenários diferenciados. Além disto, evidenciam as leituras que tem sido efetuadas sobre as cidades pequenas, especialmente no que diz respeito as bases lógicas da análise científica. Isto se confirma na classificação dos trabalhos elencados no inventário que foi realizado, no qual se considerou o objetivo central abordado pelos autores em seus estudos. O resultado desta classificação está agrupado na tabela 8, na qual foi atribuída uma classe para cada um dos oitenta e nove trabalhos.

Tabela 8: Classificação dos trabalhos analisados sobre cidades pequenas, entre 2000 e 2010.

Classes	
Estrutura territorial, redes e escalas	27
Políticas públicas, gestão do território e planejamento urbano e regional	11
Desenvolvimento regional e pactos territoriais	21
Processos e transformações na configuração dos espaços urbanos	24
Ambiente e sociedade	08
Discussão conceitual e questões teórico-metodológicas	13
Total	104

Fonte: Reflexões do autor.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Estas seis classes exemplificam as direções mais comuns seguidas nas investigações acerca das cidades pequenas pela ciência geográfica, ou seja, verificar a direção que os estudos têm seguido e identificar as principais problemáticas que as envolvem. No entanto, os resultados revelam diversos desafios – teórico-conceituais e metodológicos – que dificultam ou se apresentam como verdadeiros entraves aos estudos destas realidades urbanas. Alguns deles merecem ser mencionados.

O primeiro está relacionado à dificuldade em se conceber uma reflexão a despeito das cidades pequenas sem traçar relações com seu entorno. Esta perspectiva engloba a análise da hierarquia urbana; o entendimento dos papéis que elas assumem; a compreensão da relação com o campo e a articulação com o rural. Identificar as estratégias de planejamento e gestão do território também aparece como algumas das possibilidades que vislumbram esta reflexão.

Porém, qual destes aspectos seria o ideal para reconhecer as implicações de novas formas de produção e estruturação do espaço urbano? Em que medida cada um destes aspectos podem dar conta de identificar e analisar os atores sociais que produzem e transformam a cidade, inclusive em termos demográficos, que influem nas dinâmicas de produção e estruturação do espaço urbano em cidades pequenas? Seria possível apenas um destes aspectos dar conta de elucidar os fenômenos e processos que expliquem estas realidades? Uma série de questões e incertezas emerge desta relação entre a cidade pequena e o cenário que a envolve.

O segundo desafio diz respeito ao tamanho demográfico e seu papel na delimitação das cidades e, em especial, daquelas pequenas. Muitas vezes é utilizado como único critério para classificação do que seria uma cidade pequena. Em outras ocasiões é empregado como um, dentre outros fatores, para tal definição. Portanto, o tamanho demográfico tem relevância para o entendimento destas realidades e para sua delimitação. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, estabelece, divulga e trabalha com classes de tamanhos de municípios. No entanto, em suas publicações não se encontra justificativas para aquilo que é apresentado.

Mesmo assim, diversos autores se utilizam destas classes e estabelecem relações com outras variáveis para definição do termo. Isto representa uma multiplicidade de limiares utilizados, o que revela o desafio em estipular um consenso entre os pesquisadores. Há trabalhos que classificam as cidades pequenas como aquelas com até 2.000 habitantes, outros até 10.000, 20.000, 50.000 e outros que apontam aqueles espaços urbanos com população com 50.000 ou 100.000 habitantes.

A localização destas cidades representa o terceiro desafio. É sabido que as cidades brasileiras se concentraram, num primeiro momento, na porção litorânea do território brasileiro e, posteriormente, no Centro-Sul do país, em decorrência da história do desenvolvimento econômico desta região. A ocupação efetiva do território nacional sempre foi uma preocupação dos governantes, desde o período colonial, o que pode ser verificado nas diversas políticas territoriais que procuraram integrar todas as partes do país.

Os centros urbanos sempre representaram uma das formas de concretizar a ocupação do espaço nacional. Os processos recentes de ocupação do território brasileiro são reveladores de uma tendência ao aumento da população urbana e do número de cidades, em especial nas regiões com menor densidade demográfica. As cidades brasileiras apresentam diferentes tamanhos populacionais e territoriais. Vale ressaltar que uma das características da urbanização brasileira está nas cidades dispersas espacialmente, indiferente de sua demografia. Estas diferentes cidades desempenham papéis distintos na rede urbana e estabelecem diferentes níveis de interdependência entre si e em relação ao campo.

Pensando estritamente o caso das cidades pequenas brasileiras, podem-se encontrar núcleos urbanos com diferentes tamanhos populacionais assumindo, igualmente, características de cidades locais na rede urbana. A densidade demográfica regional, as condições naturais, a proximidade ou distância de grandes centros econômicos ou de fontes de matérias-primas, entre outros aspectos locacionais não podem ser negligenciados.

O quarto desafio, notável entre os trabalhos encontrados na pesquisa bibliográfica, é a dificuldade em se estabelecer, quantitativa e qualitativamente, uma definição precisa para cidade pequena. Como consequência, em diversos trabalhos, é possível verificar uma confusão conceitual entre cidade e município, onde ambos os termos são tratados, erroneamente, como sinônimos.

Município é uma subdivisão territorial do estado, constituída por áreas rural e urbana, é a esfera mais local de poder. Já a definição legal de cidade corresponde a qualquer comunidade urbana caracterizada como sede de município, sendo a parte urbanizada de seus distritos considerados prolongamentos destas cidades. Há casos nos quais a cidade é exatamente o município ou quase toda sua totalidade, como por exemplo, Águas de São Pedro-SP, São Caetano do Sul-SP, Hortolândia-SP e São Lourenço-MG.

Os desafios são, portanto, diversos e, em certa medida, estão diretamente relacionados: dotar a noção de “cidade pequena” de um conteúdo teórico-conceitual. Está aí uma tarefa de difícil elaboração que suscita diversos questionamentos. Mas, o que é uma cidade pequena? É um conceito, uma definição ou simplesmente um significado para designar

as cidades, com reduzido tamanho demográfico? Qual dimensão demográfica nos permite afirmar que uma cidade é ou não pequena? Existe um tamanho mínimo, tanto espacial quanto populacional, para caracterizar todas as cidades? A diversificação econômica e social depende exclusivamente do tamanho da cidade e de seu volume demográfico? Qual a sua função na rede urbana e na urbanização como um todo? Qual será o futuro destas cidades?

Estabelecer um aprofundamento teórico-conceitual acerca de cidades é um desafio. Para as cidades médias, por exemplo, pesquisadores vêm desenvolvendo esforços em diversas direções. Os critérios, que vem sendo adotados para fundamentar seu conceito, são: o caráter demográfico, a força de atração populacional, os nexos com outros centros urbanos e a sua localização geográfica. Os critérios baseados no tamanho demográfico e na localização são os mais utilizados, ao menos como primeira aproximação. Tal conceituação é pensada, em síntese, conforme os papéis de intermediação desempenhados na rede urbana.

No caso das cidades pequenas, considerar apenas o critério demográfico em seu caráter quantitativo é o principal argumento para as principais contestações de seu caráter urbano. Em especial, aquelas localizadas em regiões não metropolitanas, longe de grandes centros econômicos e com baixa densidade demográfica. Dentro desta temática o livro de Veiga (2002), intitulado “Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula”, contesta a forma como é realizada a contagem da população urbana no Brasil, que tem como resultado uma elevada taxa de urbanização.

Esta obra teve grande repercussão quando lançado e, ainda hoje, é referência para a Geografia (agrária ou regional, principalmente), a Demografia e o Planejamento. Na Geografia Urbana, após as críticas efetuadas por Carlos (2003), muitos consideram que este debate foi superado. Contudo, concordando ou não com o posicionamento de Veiga (2002) e considerando que sua análise não seja, de fato, uma tese profunda, esta é uma questão que merece reflexão. Para o autor um grande número de sedes de municípios (principalmente aqueles com população inferior a 50 mil habitantes) adquire “estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais” (VEIGA, 2002).

Este autor tem em seu texto fortes argumentos institucionais, como a definição de cidade estabelecida pelo IBGE, a delimitação das áreas urbanas municipais estipuladas pelas prefeituras, as leis e decretos que criam as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões geográficas. Sob este embasamento, o autor contesta o método de contagem da população urbana realizada pelo IBGE, propondo um cálculo a partir da combinação do critério de tamanho populacional com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e

sua localização. Como resultado da aplicação destes critérios haveria uma redução significativa na taxa de urbanização brasileira. Daí o título instigante do livro e da ideia lançada pelo autor: de que o Brasil seria menos urbano do que se calcula partindo-se do pressuposto de que parcela da população brasileira viveria em cidades imaginárias.

Veiga faz uma análise a partir de um Brasil urbano e um Brasil rural, reafirmando uma visão dicotômica entre cidade e campo. Este é o maior equívoco desenvolvido pelo autor, pois não assimila as estratégias que apoiam o processo de reprodução continuada da cidade e do campo nos planos econômico, político, e social, contesta Carlos (2003). Cidade e campo mantêm relações indissociáveis. A história revela que existe uma interdependência cada vez maior entre ambas, no qual não há autonomia nem do campo, nem da cidade. Portanto, o urbano em cidades pequenas, em seu caráter espacial e populacional, deve ser vislumbrado a partir da articulação entre o rural e o urbano.

Assim, para refletir teoricamente sobre elas deve-se, além do parâmetro demográfico, considerar os critérios econômicos, funcionais e espaciais. Admite-se que estes são os critérios balizadores para definir uma cidade pequena ante um cenário regional. O primeiro aborda os dados socioeconômicos, a organização e composição da população economicamente ativa e dos setores de produção. O segundo preocupa-se com a função que os centros exercem numa determinada região. Já o terceiro, contempla tanto a espacialização da população e dos elementos socioeconômicos, quanto seus aspectos locacionais.

Estes desafios aparecem em evidência nos diversos ensaios acadêmicos mencionados anteriormente. Independentemente da classe temática na qual o trabalho se insere, os questionamentos estão presentes e, em certa medida, são indispensáveis. Afinal, cidade pequena é um fenômeno complexo e um conceito em construção. Como tal, há a necessidade de apresentar os critérios para explicá-lo, indiferentemente dos objetivos que se busca atingir.

A classificação, de acordo com o tema, remete a pensar a direção tomada pelos pesquisadores e os problemas levantados por eles. Permite, ainda, compreender como os estudos acerca das cidades pequenas têm se desenrolado, ou seja, quais abordagens analíticas são utilizadas. Assim, denota-se o vislumbrar de uma discussão sobre as cidades pequenas na Geografia, por meio, sobretudo, do estabelecimento de classes temáticas. Em vista disto, se faz necessário indicar os perfis destes trabalhos a partir tanto da temática quanto da perspectiva analítica utilizada.

1.2. Os caminhos percorridos nas análises em cidades pequenas

Os estudos sobre cidades pequenas assumem, em geral, duas correntes analíticas distintas, porém que não se excluem: uma a partir do espaço interurbano e outra centrada no espaço intra-urbano. Esta influência nos estudos ocorre desde a década de 1930, quando as cidades passaram a organizar a vida econômica, social, política e cultural, como assinala Benko (1999). Ao discorrer sobre as teorias de localização na formação de uma Ciência Regional, o autor, sinaliza que dois eixos dominavam os estudos sobre as cidades: o primeiro com foco nos efeitos externos da cidade (rede urbana, relações com a região ou com outras cidades, lógica da respectiva participação do espaço, etc.); e o segundo estaria voltado para a dinâmica interna do tecido urbano (o mercado imobiliário, a morfologia, as funções, o crescimento, etc.).

De fato, esta análise possibilita a integração do espaço e da economia nos estudos urbanos. Longe da ideia de efetuar uma leitura de teor economicista, o intuito de resgatar este pensamento é remeter a possibilidade de análise a partir da economia política do espaço. Afinal, para estabelecer um estudo sobre cidades pequenas é necessário dar conta do entendimento tanto da “economia política da urbanização” (SINGER, 1977) quanto da “economia política da cidade” (SANTOS, 1994b).

A primeira permite estabelecer a relação entre a cidade e a região, pois considera a divisão social do trabalho, juntamente com a divisão territorial do trabalho, as quais definem a repartição territorial dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens. A segunda permite entender como a cidade se organiza internamente “em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade” (SANTOS, 1994b).

Apesar de se distinguirem, do ponto de vista analítico, as duas abordagens aplicadas na interpretação das cidades pequenas são complementares e, em certa medida, indissociáveis. Tanto a análise que se estabelece a partir da rede urbana quanto a análise que evoca a produção do espaço urbano, representam, além de possibilidades de interpretar o urbano pela Geografia, duas perspectivas analíticas. A partir delas é possível encontrar respostas para o entendimento das cidades pequenas em particular, em especial na identificação dos papéis urbanos, das formas e dos conteúdos socioespaciais que engedram as cidades.

Nesta direção, os estudos específicos sobre cidades pequenas têm ficado a cargo da Geografia Regional e da Geografia Urbana, principalmente. É, justamente, a partir destas duas especificidades da ciência geográfica que se procura indicar algumas tendências da discussão

e encaminhamentos analíticos que enfatizem o estudo sobre as cidades pequenas, revelando a posição que vem sendo ocupada por eles nos estudos da Geografia.

1.2.1. A rede urbana na interpretação das cidades pequenas

O estudo da região na Geografia estabelece a diferenciação de áreas considerando o aspecto econômico, social, político, administrativo ou as condições naturais. A concepção de região de Vidal de La Blache foi fundamental para as bases da Geografia Regional, como destaca Sposito (2004), partindo da descrição dos aspectos físicos até atingir os aspectos humanos pela descrição da população e das relações econômicas, ou seja, estabelece uma combinação do conjunto de elementos humanos e naturais. Já embasado por uma Geografia Regional marxista, Sposito (2004), afirma que o pensamento geográfico considera a incorporação da variedade local à dinâmica capitalista, na qual a reestruturação industrial leva a reestruturação regional. Diversos autores procuram tecer discussões sobre o conceito de região, como: Corrêa (1991), Gomes (1995), Haesbaert (1999), Lencioni (1999), entre outros.

As cidades, a partir da última metade do século passado, passam a exercer papel polarizador dando conformação, sobretudo, à constituição de uma hierarquização urbana, ao mesmo tempo em que foi redefinida a forma de organização da sociedade moderna. De acordo com Corrêa (1994), há ocorrência de dois ciclos de exploração da cidade, particularmente a grande, sobre a região. No primeiro, a cidade grande extrai força de trabalho, produtos alimentares, matérias-primas, lucros comerciais e renda fundiária das cidades menores e do campo. No segundo ciclo, a cidade grande exporta capitais, bens e serviços, ideias e valores.

Esta reestruturação espacial está, intrinsecamente, associada à recriação das diferenças entre regiões e espaços urbanos, bem como a interligação entre eles. Isto significa que “criaram e reestruturaram inúmeras e complexas redes geográficas das quais a rede urbana é a expressão mais contundente” (CORRÊA, 1999).

Os estudos da rede urbana tiveram início na década de 1930, a partir da teoria dos lugares centrais, do economista alemão Walter Christaller. A teoria dos lugares centrais procura explicar o número, tamanho e distribuição destes lugares (centros urbanos), que podem ser classificados, hierarquicamente, em função da quantidade e diversidade de bens e serviços que fornecem à sua área de influência ou região complementar.

Amparado por uma forte base econômica, Benko (1999), dá suporte para compreender historicamente a interação entre economia e espaço que contribuíram na

construção da Ciência Regional, procurando meios de explicar a hierarquização das regiões, das cidades e de suas áreas de influência. Esta abordagem, analítica e teórica, por muito tempo exerceu influência sobre o pensamento geográfico. Sob ela diversos estudos aprofundaram-se na explicação e análise da teoria da rede urbana no Brasil, tais como: Corrêa (1994, 1999, 2004, 2005), Caiado (1995), IPEA (2001), Fresca (2004), BRASIL (2008).

Para Beaujeu-Garnier (2007), a rede designa um fato espacial de repartição dos elementos (a cidade) no interior de um quadro (a região, a nação). Como estes elementos são interligados por fluxos de bens, serviços, pessoas e informações, a rede urbana diz respeito, portanto, a forma de ordenamento das cidades através da qual “produção, circulação e consumo se realizam efetivamente” (CORRÊA, 1994). Verifica-se, no entanto, inúmeras diferenças estruturais entre as redes urbanas, reveladas por distintas estruturas interligadas, conforme Corrêa (2004): a dimensional (tamanhos dos centros de uma dada rede), a funcional (as atividades desenvolvidas pelos centros urbanos) e a espacial (modo como os centros urbanos e os fluxos estão dispostos sobre um dado segmento da superfície terrestre).

A proposta de pesquisa realizada pelo IBGE (BRASIL, 2008) define os níveis da hierarquia urbana e estabelece a delimitação das regiões de influência dos centros urbanos brasileiros, que podem ser classificados em cinco grandes níveis: metrópole, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centro local.

Assim, nas duas pontas da rede urbana têm-se, de um lado, as metrópoles, alvo de grande interesse das pesquisas científicas e, de outro, os centros locais, que representam um vislumbre do urbano ainda pouco conhecido e explorado pela ciência geográfica e pelos demais teóricos urbanos. Ressalte-se que centros locais e cidades pequenas não são sinônimos, como já foi salientado. No entanto, aqui ambos simbolizam os níveis mais baixos da hierarquia urbana. Conforme Fresca (2010b) a inserção das mesmas em uma rede urbana e ou região é que dará elementos mais sólidos para entendê-las como tal.

Dos diversos trabalhos sobre cidades pequenas, sejam aqueles descritos, analisados e classificados aqui, ou outras fontes que corroboram com o entendimento das cidades pequenas, como Damiani (2006), Jurado da Silva e Sposito (2009), Oliveira e Soares (2008), Corrêa (2011), dentre outros, a grande maioria procura identificar a natureza e o significado dos papéis urbanos assumidos por estas realidades. Para tanto os pesquisadores fazem uso da análise da rede urbana, que subsidia o entendimento dos processos ligados à economia, à urbanização, à divisão territorial do trabalho e aos aspectos funcionais, principalmente.

Nesta direção, os trabalhos geográficos que assumem esta perspectiva analítica visam apreender as cidades pequenas destacando seus papéis na rede urbana. Para tal, avaliam,

sobretudo, o grau de subordinação destas cidades em relação à região na qual se localiza. Além de a localização geográfica despontar como fator primordial, a tendência desta corrente é efetuar uma análise pautada nas características das atividades econômicas, no tamanho e na espacialização demográfica. Este último insere uma diversidade de dinâmicas as quais se refletem sobre as questões da migração, nas mudanças da estrutura por sexo e idade da população e da habitação.

A espacialização das atividades econômicas relaciona-se, portanto, com a da população entre diferentes cidades e, internamente, em cada uma delas. O entendimento desta espacialização deve ser efetuado considerando-se o atual período de globalização, de reestruturação produtiva e de reorganizações espaciais em múltiplas escalas. Estes processos resultam na redefinição e refuncionalização dos mais diversos lugares, o que torna a análise das cidades pequenas, a partir da rede urbana, ainda mais complexa.

As conexões e os fluxos não ocorrem, necessariamente, das cidades menores para as maiores, ou vice e versa, dentro de uma região apenas; mas entre um conjunto muito mais amplo de cidades, não necessariamente de um mesmo país. Afinal, o período atual da globalização define possibilidades de contatos múltiplos entre cidades de todas as dimensões numa verdadeira rede intrincada de relacionamentos, como advertiu Damiani (2006).

As relações existentes entre a cidade pequena e seu espaço rural e regional deixam de ser suficientes para compreender o cenário em que ela se insere. O exemplo mais corriqueiro é visto a partir da expansão do agronegócio que propicia condições para dois movimentos distintos no processo de urbanização brasileira. O primeiro, diz respeito ao surgimento de cidades com funções estritamente associadas às demandas produtivas dos setores relacionados à modernidade da agricultura, ou seja, na qual a urbanização se deve diretamente à consecução e expansão do agronegócio como salienta Elias (2006). O segundo, abrange as cidades pequenas que redefinem suas funções para atender as necessidades do mercado no setor agropecuário, “reinserindo-se de modo singular na rede urbana globalizada por intermédio de atividades que lhe fornecem identidade funcional” (CORRÊA, 1999).

Como a maioria das cidades pequenas apresentam características, majoritariamente rural e agroindustrial, não é difícil notar como alterações repentinas na produção agropecuária, que estão vinculadas aos interesses e necessidades do mercado mundial, modificam os papéis por elas desempenhados. Por sofrer influências que extrapolam a escala local e chega a atingir a escala mundial, assim, “se negam como tais, enquanto pequenas cidades baseadas em processos majoritariamente locais” (DAMIANI, 2006).

Bernardelli (2002, 2003, 2004), Borges (2002), Engel (2002), Endlich (2002, 2006, 2009), Engel e Soares (2004), Leão e Sposito (2006), Pinto (2007), Bernardelli e Matushima (2008), Castilho e Chaveiro (2008), Melo (2008), Capel (2009), Casaril (2010), Chagas (2010), Almeida (2010), Spolaor (2010) são alguns exemplos de contribuições que discutem os papéis e as redefinições das funções urbanas a partir de uma análise da rede urbana. Com base nas características da rede, estes pesquisadores contribuíram com análises mais amplas, apontando diferentes aspectos da natureza e das especificidades da rede urbana brasileira. Ao mesmo tempo apresentaram as tendências mais recentes da atuação dos diversos atores sociais e dos interesses econômicos na produção do espaço urbano em cidades pequenas, bem como as dinâmicas que redefinem as práticas socioespaciais no campo e na cidade.

As relações estabelecidas entre a cidade e o campo assumem expressiva relevância para estas realidades, especialmente, no que concerne as atividades econômicas e, por conseguinte, nos papéis que elas desempenham na rede urbana. Em geral e de modo diferenciado, a base econômica está centrada nas atividades rurais e agroindustriais que se expressam, também, na própria configuração do espaço urbano.

Tanto os papéis desempenhados na rede urbana quanto a estreita relação entre cidade e campo e, conseqüentemente, o urbano e o rural são aspectos utilizados, também, nas tentativas de uma conceituação para cidade pequena. Seja por meio da identificação dos papéis urbanos e da funcionalidade dos centros urbanos, seja embasado pela diferenciação do conceito de “cidade local” (SANTOS, 1982, 1994a, 2008), alguns trabalhos se empenham em realizar uma discussão teórico-conceitual sobre o tema. São exemplos, os esforços de Gonçalves e Costa (2004); Medeiros et. al. (2008), Pereira (2008), Queiroz (2008), Roma (2008a); Bell (2009); Casaril (2010); Fresca (2010). Destes é válido destacar o posicionamento de Fresca, quando esclarece que o uso do termo cidade pequena se faz necessário em razão da existência de cidades de reduzido tamanho demográfico que não se configuram como centros locais apenas.

Há, ainda, as tentativas de conceituação concebidas através da articulação entre o urbano e o rural, na qual é possível, sobretudo, a contestação do caráter urbano destas cidades, como pode ser verificado, por exemplo, em Lopes (2005, 2006) e Parmer (2007). Já Figueiredo (2008) e Bacelar (2010), tomam como base, para tal tentativa de conceituação, o critério demográfico.

Apesar de aceitar que a delimitação das cidades pequenas deve ir além de dados quantitativos, a dimensão demográfica e as variáveis que interferem no tamanho e na estrutura da população representam um aspecto fundamental em sua definição. Portanto, a questão

demográfica merece uma atenção especial, visto que as suas variáveis assumem qualidades particulares de acordo com cada localidade. Esta dinâmica própria traz um novo desafio à análise: pensar uma demografia para as cidades pequenas.

Esta não pode ser considerada isoladamente, deve estar relacionada a outras variáveis, tais como: a localização geográfica; os papéis desempenhados na rede urbana; suas relações com outras cidades e com o campo; e a estrutura territorial da cidade. Mesmo considerando todos estes atributos, é provável se deparar com diferentes números e conteúdos que variam de país para país, de região para região, de cidade para cidade, revelando a complexidade em se traçar generalizações quando se estuda esta tipologia de cidade.

Apreender sobre as cidades a partir da rede urbana e do contexto regional faz pensar também nas escalas, nos atores e nos dilemas do planejamento e da gestão do território. O planejamento e a gestão oferecem instrumentos inovadores de monitoramento, educação e conhecimento da produção e organização espacial. Como o modelo econômico vigente tende a tratar as cidades enquanto “arenas geográficas de competitividade” (ENDLICH, 2006), torna-se um desafio ainda maior pensar em possibilidades de constituir sistemas regionais integrados, os quais visem o desenvolvimento econômico e social de maneira uniforme.

Apesar dos avanços efetuados a partir da Constituição de 1988, que alterou o poder local por meio da descentralização política, a maioria dos municípios não possui meios de assumirem o papel de protagonistas do planejamento, da reestruturação urbana e da implementação de políticas públicas setoriais. Desta forma, ficam a mercê de políticas nacionais de redistribuição de riqueza; de saúde e educação; de infraestrutura e de habitação, entre outros. Isto dificulta a gestão local e uma boa performance das cidades.

Nesta direção, Bacelar (2008), procurou avaliar a relação entre poder público e população em cidades pequenas. Numa abordagem dos problemas que transcendem as questões financeira e ambiental, o pesquisador considera o papel e atuação da administração pública e a construção de um estado de bem estar social nas cidades estudadas.

Ainda sob este viés, surge a necessidade em pensar em soluções de planejamento urbano e regional próprios para atender as especificidades das cidades pequenas. Nesta direção podem-se observar alguns trabalhos que se empenharam na análise do planejamento, das políticas públicas e da gestão do território na escala regional, como em Nunes (2005), GOMES et al. (2004, 2006) e Endlich (2007). O primeiro propõe uma metodologia para elaboração de Planos Diretores adequada à realidade e ao contexto de cada município, com ênfase na gestão participativa. O segundo, foca na gestão pública de cidades pequenas do estado do Rio Grande do Norte, principalmente no que tange o nível de informação de

atividades públicas, ou seja, esboça a construção do perfil social e técnico das cidades. por fim, o último remete ao debate da gestão territorial compartilhada entre municípios com cidades pequenas do Noroeste do Paraná, como meio de somar recursos e demandas, evitando a formação de estruturas obsoletas.

Da mesma forma, as investigações englobando o desenvolvimento regional merecem destaques. Paradis (2000a; 2000b); Vaishar et al. (2001); Dubuc (2004); Baker (2007), Pinto (2007), Defilippo et al. (2008), Owusu (2008); Knox e Mayer (2009); Almeida (2010); Silveira (2010) são exemplos de trabalhos que demonstram diferentes estratégias de desenvolvimento regional. Owusu (op. cit.) apresentou uma estratégia de desenvolvimento articulada claramente com o urbano em Gana, na África. Knox e Mayer (op. cit.) pensaram o potencial das cidades pequenas no mundo globalizado; utilizaram estudos de casos para introduzir movimentos, programas e estratégias capazes de promover a cultura, tradições, identidades e sustentabilidade. Pinto (op. cit.), Defilippo et al. (op. cit.) e Almeida (op. cit.) apresentaram uma análise da industrialização, respectivamente, em Jaguapitã-PR, Astolfo Dutra-MG e Assaí-PR, como um meio de reinserção na rede urbana. Paradis (op. cit.), Vaishar et al. (op. cit.), e Silveira (op. cit.) colocaram o turismo como uma das formas possíveis para o desenvolvimento de cidades pequenas. Baker (op. cit.), enfoca o marketing para promover o turismo e o desenvolvimento econômico em cidades pequenas.

Há, ainda, trabalhos que versam especificamente acerca da questão econômica nas cidades pequenas, como em Andrade (2001) e Mello e Soares (2008). A primeira pesquisa centrou-se nos agentes econômicos e estratégias para o desenvolvimento econômico. Enquanto a segunda teve por objetivo analisar os conteúdos socioeconômicos das pequenas cidades da microrregião estudada, tendo em vista a compreensão do papel dos processos de modernização econômica nesses locais. Outros, como Mello (2001), Capel (2009) e Schlichtman (2009), procuraram estabelecer uma relação entre a urbanização e as transformações socioespaciais diante do contexto da globalização.

Miyazaki (2010), usufruiu da rede urbana para analisar a formação de uma aglomeração urbana na região de Presidente Prudente-SP, na qual identificou a interação espacial entre uma cidade média e cidades pequenas. Roma (2008a, 2008b), utilizou-se da rede urbana para formular a hipótese de constituição de uma segregação socioespacial interurbana. Dentre os indicadores verificados em seu objeto de estudo, a pesquisadora considerou o fato de se tratar de uma cidade local; a dependência das relações interurbanas para suprir as necessidades de acesso aos meios de consumo coletivo e privado; e a presença de elementos que levam ao questionamento da existência ou não, do caráter urbano da cidade.

Estes elementos observados permitiram confirmar a existência, entre as cidades por ela analisadas, de uma segregação que transcende os limites do espaço urbano.

Nota-se, portanto que, em quaisquer destas possibilidades descritas, a cidade pequena deve ser entendida como parte de um processo mais amplo da economia e da urbanização, inserida numa estrutura dinâmica: a rede urbana. Nesta direção, apoderar-se da rede urbana na interpretação das cidades pequenas induz a diversas perspectivas analíticas e permite olhar para um cenário mais amplo, considerando-as a partir das articulações e interdependência existentes entre si. Ademais, contribui para explicar muitas das características peculiares do processo de produção do espaço urbano em cidades pequenas.

1.2.2. A produção do espaço na interpretação do urbano em cidades pequenas

No contexto da ciência geográfica cabe, principalmente, a Geografia Urbana o estudo das cidades e dos seus processos de produção do espaço. Assim, além de identificar os principais paradigmas sobre a cidade e o urbano, a subdisciplina permite compreender o processo de urbanização e reconhecer as implicações de novas formas de produção, transformação e estruturação do espaço urbano, conforme as mudanças nos papéis das cidades e dos interesses dos atores sociais envolvidos.

Se a urbanização se apresenta como um processo em constante transformação, a cidade, além de ser um conceito, é um fato concreto, ou seja, uma realidade material passível de ser experimentada. Portanto, sua dimensão espacial – geográfica – é mais facilmente captada.

A cidade, como forma concretizada do processo de urbanização, é um produto e condição de (re) produção de uma sociedade. Ela é produzida por agentes sociais concretos – pertencentes às esferas privada, pública e à sociedade civil – com práticas, ações e estratégias que, ora se combinam ora são contraditórias.

Dentre os agentes do setor privado podem-se citar os proprietários fundiários, os incorporadores, os construtores, os corretores imobiliários e os agentes financeiros. Os proprietários fundiários são os proprietários de terras e estão interessados, particularmente, na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, “têm interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural” (CORRÊA, 1995). Consoante este autor, os proprietários fundiários estão fundamentalmente interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso.

Os incorporadores são os responsáveis por lançar o imóvel no mercado. Tem papel chave na operação imobiliária. É neste momento, como destaca Corrêa (1995), que se determina a localização, o tamanho das unidades e a qualidade do prédio a ser construído, bem como as decisões de quem vai construí-lo, a propaganda, a venda das unidades. É, portanto, responsável tanto pela concepção e desenvolvimento do projeto quanto da mobilização do capital necessário à operação.

Os construtores são os agentes que anexam a construção ao terreno. Os construtores estão diretamente relacionados com os incorporadores. De acordo com Harvey (1980), estes dois grupos de agentes estão envolvidos no processo de criar novos valores de usos para outros, a fim de realizar valores de troca para si próprios.

Dentro da esfera privada há ainda os corretores imobiliários e os agentes financeiros. O primeiro grupo é responsável pela venda, propiciam a criação de demandas ao passo que fazem surgir novas necessidades; vendem conteúdos e símbolos urbanos. Enquanto o segundo grupo oferece empréstimos para o financiamento do terreno, ao mesmo tempo em que orientam as demandas, pois fixam preço, tipo e idade dos imóveis a serem financiados, pois, “suas decisões são orientadas para a lucratividade e para evitar riscos” (HARVEY, 1980). Ressalte-se que, no caso do Brasil, os agentes financeiros estão mais ligados à esfera pública, sendo que, em geral, os financiamentos são realizados pelos bancos.

O poder público interfere na produção do espaço urbano em suas diferentes escalas de organização (federal, estadual, regional e municipal) e de diferentes formas: elabora a legislação e normatizações vinculadas ao uso e ocupação do solo; realiza empreendimentos como os conjuntos habitacionais ou engenharias urbanas; aplica a tributação; é o agente fiscalizador; além de oferecer financiamentos, como já foi destacado. Portanto, o Estado é um produtor direto e indireto de espaço.

A sociedade civil – principalmente quando organizada em associações, ONGs, movimentos sociais, entre outros –, também desempenha papel de grande importância na (re) produção do espaço urbano. Os habitantes, trabalhadores e usuários adquirem e locam imóveis, apropriam-se do espaço público pelo uso e realizam escolhas locacionais em suas práticas cotidianas. Como nas cidades se concretiza a concentração de renda e terra, a população menos abastada avança sobre áreas impróprias ou de risco. Nesta condição grupos sociais excluídos também se tornam agentes produtores e modeladores do espaço urbano.

A ideia de produção visa responder aos processos de reprodução das relações capitalistas de produção. Esta teoria está diretamente relacionada ao conceito marxista de trabalho, no sentido de processo de produção das coisas e de seu consumo propriamente dito;

“produção de espaço e não de tal ou qual objeto, de tal ou qual coisa no espaço” (LEFÈBVRE, 1976).

O espaço urbano enquanto obra espacial humana, além de ser um produto social que pode ser apropriado, usado ou consumido, é também um meio e condição de reprodução das relações sociais. Assim, espaço e sociedade estão intrinsecamente articulados, a ponto de Castells (1983), ter sugerido que ao invés de falar de urbanização deve-se falar de produção social das formas espaciais, visto que há forte relação entre o espaço produzido e as transformações estruturais de uma sociedade.

Aprender a produção do espaço consiste no entendimento crítico das relações capitalistas criadoras de conflitos, contradições e desigualdades. Estas manifestações impregnadas nas cidades contemporâneas são expressão dos problemas existentes na forma como a sociedade se organiza. Assim, a produção do espaço urbano “não só reflete as desigualdades e as contradições da sociedade, como também as reafirma e reproduz” (MARICATO, 2000).

Uma abordagem a partir da produção do espaço procura unificar os vários campos da análise urbana através da observação de que “os atuais problemas da sociedade parecem estar, cada vez, mais articulados com problemas da natureza espacial” (GOTTDIENER, 1997). O espaço urbano, principalmente na cidade capitalista, é profundamente desigual, cuja natureza desta desigualdade está ligada a sua produção. Este processo está engendrado pela acumulação capitalista que molda e transforma o espaço a partir de seus interesses, que também se alteram no decorrer do tempo.

Ressalte-se, porém, que não se pode cair na confusão de identificar a cidade com o capitalismo, como, entre outros, aponta Sposito (1994). Este modo de produção também está no campo e só é possível de ser reproduzido através do aumento da articulação entre a cidade e o campo. Além do que, as cidades também existem nos países socialistas.

Nas cidades socialistas, segundo Ruoppila (2004), as políticas habitacionais e os modos de provisão de habitação eram de responsabilidade do Estado, sendo a autoconstrução de casas unifamiliares a única forma permitida de desenvolvimento de moradia privada. Ainda de acordo com o autor, os experimentos socialistas em planejamento e provisão de habitação, criou áreas urbanas densamente povoadas. O uso segregado do solo contribuiu com a necessidade de longos deslocamentos, além de outros problemas socioespaciais comuns, referentes a escassez de serviços e equipamentos urbanos.

Todavia, a intenção não é proceder a uma discussão mais aprofundada do conceito de produção do espaço, seja em realidades capitalistas ou socialistas. Isto já foi muito bem

efetuado, de diferentes modos, com distintos recortes e apoiadas em diversos paradigmas e abordagens, por vários autores, como: Carlos (1994, 2007, 2011), Castells (1983), Corrêa (1995), Gottdiener (1997), Harvey (1980), Lefèbvre (1976, 1991, 2001), Soja (1993), Villaça (2001), entre outros. Contudo, esta abordagem sucinta do conceito é suficiente para que se desenvolva uma reflexão do urbano e da cidade, suas transformações e tendências.

A produção do espaço urbano sob o viés capitalista tem se pautado num urbanismo de mercado, que tem se constituído em uma agenda comum seguida pelos agentes produtores da cidade. Além de se fundamentar a partir de um planejamento urbano modernista e funcionalista, representa um importante instrumento de dominação ideológica. Esta, apesar de se manifestar a partir de diferentes formas, escalas e interesses, é visível em todas as cidades capitalistas contemporâneas, particularmente naquelas criadas ou reestruturadas a partir dos critérios funcionais expressos pela Carta de Atenas, 1933, que as influenciou profundamente, no decorrer do século XX.

Se a funcionalidade dos espaços é, de fato, mais perceptível nos grandes centros urbanos, vale o esforço em desvendar sua manifestação em cidades pequenas. Isto porque são espaços que não apresentam ou não requerem grandes projetos urbanísticos ou de engenharias, além de tratar de espaços singulares, repletos de características próprias, mas que são reveladoras de processos e influências multi-escalares, o que dificulta a sua compreensão. Afinal, em termos de escala, quanto menor o lugar examinado, tanto maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre ele, já advertia Santos (1992). Daí a complexidade do estudo do “mais pequeno”, acrescenta o autor.

Os estudos em Geografia Urbana têm privilegiado áreas onde a (re) produção do capital se dá de forma mais intensa. Este é um processo muito contraditório que apresenta múltiplas nuances socioespaciais e reverbera no aumento da vulnerabilidade social.

A produção do espaço urbano em cidades pequenas desponta, portanto, como uma das abordagens analíticas para compreender tanto os agentes e as estratégias que produzem e transformam o espaço, quanto a estrutura, a forma, as funções e os conteúdos resultantes deste processo. Apesar de se tratar de uma leitura a partir de distintos níveis de análise, vale destacar algumas considerações específicas acerca da produção do espaço em cidades pequenas.

Quatro características contemporâneas se destacam no processo de transformação e produção do espaço em cidades pequenas: a articulação entre o urbano, o rural e o agrícola; os movimentos migratórios; o papel e a importância do poder público; e, a criação de novos municípios, particularmente, por meio do desmembramento territorial e administrativo. Como

uma ou mais, em geral, é abordada na análise das cidades pequenas, vale traçar uma breve discussão sobre elas.

Todavia, diversas outras características podem aparecer na análise de acordo com as especificidades de cada localidade, como no caso da pesquisa desenvolvida por Campos (2006), no qual a produção, o consumo e a reprodução do espaço está relacionada à atividade turística desenvolvida em seu recorte empírico, a saber: Tiradentes-MG. Acrescenta-se aí, outra peculiaridade: o fato de se tratar de uma cidade histórica, como tantas outras existentes no país, o que requer um olhar diferenciado sobre elas.

No que diz respeito a articulação entre o urbano, o rural e o agrícola, tem-se, a princípio, uma discussão histórica. A relação entre cidade e campo situa-se, histórica e teoricamente, no centro do debate das sociedades humanas. Cidade e campo, desde sua gênese, se distinguem, mas não se opõem, estando intrinsecamente articuladas.

No caso do Brasil, por exemplo, há um grande número de municípios que congregam amplas extensões territoriais e que são sediados, político-administrativamente, por núcleos urbanos de pequeno porte. Nestes, são intensas as articulações entre o urbano, o rural e o agrícola, seja nos aspectos das atividades econômicas desenvolvidas, seja no estilo de vida, costumes e hábitos da população.

Tanto na estrutura intra-urbana quanto nas práticas socioespaciais, verifica-se uma forte ligação, não apenas, entre o campo e a cidade, mas entre as formas espaciais e os conteúdos sociais advindos de interesses de agentes econômicos, públicos e privados, que se comunicam em diferentes escalas. Isto se verifica, por exemplo, nas cidades do agronegócio, cujas “funções de atendimento às demandas deste setor globalizado são hegemônicas sobre as demais funções” (ELIAS, 2006).

Por conta disto, uma das características específicas da maioria destas cidades é o destaque que o setor primário tem no conjunto das atividades econômicas desenvolvidas. A estrutura dos municípios está ligada, essencialmente, às atividades agropecuárias. Elas absorvem grande percentual da mão de obra e impulsionam a vida comercial dos centros urbanos, principalmente quando se tem, como referência, as cidades pequenas de regiões não-metropolitanas.

As atividades voltadas à moderna agricultura reafirmam a ideia de cidade pequena enquanto “cidades do campo”. Esta expressão foi utilizada por Santos (1994a), ao se referir as cidades pequenas na divisão territorial do trabalho. A dependência delas em relação às atividades agrícolas é tão significativa que mudanças no sistema produtivo reverberam em modificações expressivas no espaço urbano, em sua forma e conteúdos.

A modernização e tecnificação da agricultura a partir da última metade do século XX, indica que as cidades pequenas procuram se ajustar, por meio de especializações, para atender aos tipos de produções que se encontram no seu entorno. Mesmo a especialização nos setores secundários e terciários, tem vínculos com o rural, como por exemplo, na agroindústria, nas indústrias extrativistas, no turismo rural, entre outros. Surgem, então, novas exigências do campo modernizado, da mão-de-obra, da técnica e informação, da ciência como apontam Oliveira e Soares (2002).

O forte vínculo existente com o rural se manifesta, também, na paisagem urbana. Como consequência deste vínculo estreito com o campo, as cidades pequenas conservam uma maior multiplicidade de vivências e de contradições entre o urbano e o rural. Assim, em geral, a morfologia destas cidades é marcada pelo tênue contraste urbano-rural, na qual, não raramente, se observa atividades agrícolas inseridas na cidade, como são os casos: dos quintais, das hortas ou criações de animais como galinhas, por exemplo. De acordo com Damiani (2006), as cidades pequenas constituem verdadeiras fronteiras entre processos rurais e urbanos, que absorvem pouco os processos acumulativos próprios da modernidade.

Assim, a cidade pequena dá suporte para refletir a respeito da pluralidade do que entender por urbano e cidade no Brasil, além de oferecer elementos para discutir, também, a sua negação. Como, por exemplo, nas cidades paulistas de Osvaldo Cruz e Mariápolis, estudadas por Roma (2008b), nas quais são avaliados qualificativos que compõem o limiar entre a cidade e a não-cidade. Ainda sob esta perspectiva, Bernardelli (2004), a partir da análise de seu recorte empírico, destaca que o caráter urbano daquelas cidades, é muitas vezes, negado, em razão de nelas estarem ausentes muito do que hoje caracteriza o urbano.

A discussão do caráter urbano das cidades pequenas pode ser notada, ainda, nos trabalhos de Lopes (2005, 2006), Queiroz (2008), Silva (2010) e Fabrini (2009). Os quatro pesquisadores identificaram a estreita relação existente entre cidade e campo, na qual as atividades não-urbanas tomam forma, se materializando tanto em seu espaço físico quanto nas ações contidas no plano imaterial. O primeiro contestou o caráter urbano da cidade de Novo Triunfo, na Bahia; o segundo abordou o limiar entre o urbano e o rural num conjunto de cidades pequenas do Estado do Paraná; o terceiro descreveu a prática da vaquejada, em Santo Antônio no Rio Grande do Norte. Finalmente, o último efetuou uma discussão teórica na qual considera que as pequenas cidades apresentam um caráter agrário na sua dinâmica territorial, interpretadas no processo contraditório e conflituoso das relações de produção capitalistas.

Esta estreita relação entre a morfologia das cidades com as atividades econômicas desenvolvidas também são muito bem percebidas por Fernández (2010), ao analisar as

transformações recentes da paisagem e das funções urbanas das cidades mineiro-industriais de Langreo, Mieres, Ponferrada e Puertollano, no Chile. O que comprova que ajustes produtivos modificam os processos territoriais e urbanos.

O segundo aspecto que deve ser considerado na produção do espaço urbano em cidades pequenas refere-se aos movimentos populacionais, além de outras questões demográficas. Numa análise espacial é fundamental compreender como se cria, se realiza e se modifica os movimentos migratórios. Fuentes et al. (2006), Gilbert (2009) e Lisboa (2008), fizeram uma análise a respeito da migração. O primeiro analisou as transformações territoriais e mudanças nos aspectos demográficos ocorridas numa cidade espanhola após a implantação de uma rede de transporte de trens de alta velocidade. O segundo, discutiu a política de imigração que expõe a introdução de ordenações municipais pelas autoridades de pequenas cidades da América do Norte, para defender os direitos dos residentes locais contra os efeitos adversos da imigração ilegal. O terceiro abordou os efeitos migratórios na realidade brasileira, considerando a migração do campo para a cidade (particularmente a pequena), a migração cidade-cidade (em especial da pequena para as maiores) e os motivos que contribuem para a não-migração.

Nesta pesquisa, a análise acerca da migração segue a direção tomada pelo último autor, cujo cerne principal está nos movimentos migratórios do campo para as cidades. Como é sabido, no Brasil, o caráter tipicamente mercantil dos empreendimentos agrícolas desde o início da colonização resultou numa extrema concentração fundiária. O que ocorreu, pós década de 1950, foi o aumento da acumulação capitalista no campo, acarretando a deterioração da vida no mesmo. Como resultado aumentou o êxodo rural contribuindo, conseqüentemente, para o “inchaço” das cidades. Tanto a modernização da agricultura quanto a dispersão da industrialização introduziu novas formas de organização espacial.

Se, por um lado, as funções e papéis urbanos desempenhados pelas cidades pequenas estão, intrinsecamente, ligados ao mundo agrícola, ao menos nas áreas não metropolitanas, por outro, o processo de urbanização no Brasil tem representado mudanças radicais no campo. Estas mudanças decorrem da invasão dos conteúdos urbanos no rural, através dos novos loteamentos ou por atividades não-agrícolas desenvolvidas no campo, pela sua mecanização e eventuais conseqüências, ou ainda, pela multiplicação de pequenos aglomerados urbanos dispersos no território. Bridi e Soares (2004) retratam, por exemplo, um esforço em apontar as nuances da modernidade que engolfam o espaço rural no cerrado mineiro.

As modificações nos conteúdos das relações produtivas e sociais se ampliaram conforme se intensificou a concentração de terra, renda e poder. Como conseqüência teve a

expulsão do camponês e pequeno produtor rural, significando o aumento dos fluxos migratórios rumo às cidades, que cresceram, porém sem se desenvolver, e muitas vezes, sem sequer apresentar as mínimas condições de urbanidade, ou seja, das qualidades e vantagens que a cidade pode oferecer.

A maior expressão disto é a alta taxa de urbanização que o Brasil reconheceu na década passada. No caso das cidades pequenas a migração muitas vezes representa um caráter temporário para muitos, quando se considera a ocorrência da chamada migração em etapa, como salienta Endlich (2006, 2009). Não é incomum o deslocamento populacional do campo para as cidades pequenas, destas para as médias ou grandes e, posteriormente, para as metrópoles ou ainda para as novas fronteiras agrícolas.

De qualquer maneira esta espécie de migração denuncia um duplo processo. No primeiro ocorre a desterritorialização do camponês ou do pequeno proprietário; enquanto o segundo é marcado por uma reterritorialização precária nas áreas periféricas das cidades, atribuindo a elas um “papel residencial” (BERNARDELLI 2000, 2002, 2003 e 2004). Têm-se, então, processos cotidianos de deslocamento da cidade para o campo e vice-versa.

Como a maior parte da população desterritorializada do campo se reterritorializa, mesmo que de forma precária, nas cidades pequenas, não conseguem se engajar no reduzido mercado de trabalho oferecido por elas. Dedicam-se, portanto, ao trabalho rural, pois é a única tarefa que a grande maioria aprendeu e tem condições de executar. Todavia, como o trabalho no campo, em sua grande maioria, é de caráter sazonal, ficam praticamente desempregados ao término da colheita e assim recorrem as mais diversas ocupações. Desempenham, portanto, funções tanto no urbano quanto no rural; vivem em condições de sub-emprego tanto na cidade quanto no campo.

A mudança do campo para a cidade não acarreta, portanto, em melhorias nas condições de vida, pois os recursos que a cidade possui, nem sempre são desfrutados por eles; moram na cidade, mas não participam da vida da mesma. Porém, as mudanças mais drásticas se dão nas relações de trabalho, uma vez que os trabalhadores vão para o campo trabalhar, da mesma maneira que iriam para uma fábrica ou, qualquer outro local de trabalho.

Apesar das cidades pequenas apresentarem diversas e distintas feições, o que dificulta as generalizações, os processos migratórios contribuem para mudar o perfil demográfico das cidades, como por exemplo, a estrutura por sexo e idade. Também, podem reverberar uma série de processos excludentes. Já é possível identificar, em algumas cidades, bairros de populações menos favorecidas distanciados do centro da cidade, bem como a existência de cortiços e, em alguns casos, a aparição de ocupações irregulares e favelas. Nesta

direção, diversos trabalhos visam identificar os problemas urbanos, principalmente a partir da análise da qualidade de vida e dos indicadores sociais e econômicos (CAVALCANTE, 2010; CRIVELARO, 2008; e FIGUEIREDO, 2008) ou, da segregação socioespacial (ROMA, 2006, 2008a, 2008b; LAHORGUE et. al., 2008; VIEIRA, 2010).

Contudo, a presença de cortiços, favelas ou ocupações irregulares nas cidades não pode ser vista como consequência, apenas, dos movimentos migratórios. Eles estão relacionados a um mesmo processo de mercantilização do espaço. Isto influi na produção do espaço urbano, seja na simples transferência de hábitos e modos de vida tipicamente rurais ou na necessidade de habitações para suprir as demandas de novos moradores urbanos.

O terceiro ponto a ser considerado, sobre a produção do espaço urbano em cidades pequenas é o papel do Estado no processo, principalmente no que tange a produção de moradias para atender as demandas habitacionais nestes centros. É significativa a participação do Estado na produção de moradias em cidades pequenas. Mesmo em cidades com reduzido tamanho territorial nota-se que os empreendimentos – conjuntos habitacionais – são construídos mais distanciados do centro onde se localiza toda estrutura comercial e de serviços.

Como o centro, conforme apontou Kwiatek-Soltys (2007), assume papel primordial na estrutura espacial das cidades pequenas, pode-se considerar que o distanciamento gera transtornos para a parcela da população. Afinal, na maioria delas cidades, não há transporte coletivo intra-urbano; e para os que possuem crianças pequenas, as pessoas idosas, doentes ou com algum tipo de deficiência que prejudica a sua locomoção, as distâncias tornam-se maiores.

Exemplificações acerca do problema da habitação e da (re) produção da moradia podem ser examinadas em: Bernardelli e Matushima (2008), Bernardelli (2000, 2002, 2003 e 2004), Domingues et al. (2006) e Moreira Junior (2010), nos quais se verifica que a localização e a distribuição das moradias pela cidade devem ser entendidas no contexto do urbano como um todo e na articulação das práticas dos agentes produtores da cidade.

O papel do poder público na produção do espaço urbano também está relacionado ao descompasso existente entre as normatizações urbanísticas e a cidade enquanto fato concreto. A (re) produção da cidade, indiferente de seu porte territorial, ocorre sem o acompanhamento de uma política de desenvolvimento urbano eficaz pautado em instrumentos de planejamento e gestão enquanto processos inovadores de monitoramento, educação e conhecimento da produção do espaço urbano.

Portanto, o planejamento e a gestão do espaço urbano frequentemente se deram descomprometido com a realidade empírica e com as práticas urbanas concretas. A história da urbanização brasileira revela que boa parte do crescimento urbano se deu fora de qualquer lei ou de qualquer plano (MARICATO, 2000a). Ao pensar as cidades pequenas, aquelas com população inferior a 20 mil habitantes estão isentas, pelo Estatuto da Cidade, da elaboração de Planos Diretores. Entretanto, isto não significa que elas não estabeleçam legislações que viabilizem seu desenvolvimento. Deste modo, vão existir cidades pequenas com Plano Diretor e outras sem o mesmo direcionamento, o que influencia na produção do espaço. Além disto, um número considerável de cidades, no território nacional, fica a mercê de interesses dos detentores do poder local.

Isto não ocorre apenas nos grandes centros urbanos, mas também em cidades pequenas nas quais, não raramente, as leis são aplicadas de acordo com as circunstâncias, decorrentes pelas relações de favor, compadrio e privilégios. O parcelamento do solo tende a ocorrer ao arrepio da lei e com a conivência do poder local, marcada pelo favorecimento e privilégios de alguns e pelas relações clientelistas.

Múltiplos trabalhos procuram elucidar as problemáticas na produção do espaço, especialmente, em seu aspecto mercadológico. Sob diferentes recortes, foram efetuados estudos em Touros/RN (OLIVEIRA, 2002), na região de Catanduva-SP (BERNARDELLI, 2004), no Agreste Potiguar (GONÇALVES, 2005), em Dois Vizinhos-PR (SAFFNAUER, 2005), no Seridó Potiguar (MEDEIROS, 2005), em Corema- PB (ANDRADE, 2008), em São Sepé-RS (SCHERER, 2009), entre outros.

Outros trabalhos examinados procuraram avançar nas análises da gestão e planejamento destas realidades urbanas como se pode verificar em Delfino e Dias (2006), Dias (2010), Endlich (2007), Gomes et al. (2004, 2005 e 2006), Silva (2006) e Silva (2010). Estes autores incluíram ao debate diversas contribuições sobre a gestão compartilhada dos espaços e as possibilidades de políticas voltadas para o planejamento urbano e regional de áreas não-metropolitanas.

Inúmeras são as possibilidades, os desafios e as incertezas quando se versa sobre o planejamento e a gestão do território, que exigem um olhar sobre as múltiplas escalas, os atores sociais, os interesses, os dilemas e as tensões presentes no espaço urbano. Ademais, o planejamento urbano sempre se fundamentou num ambiente técnico-normativo, excludente e discursivo. A falta de uma abordagem interdisciplinar, a ausência de continuidade nas gestões administrativas municipais, a não participação efetiva da população nas discussões e a procrastinação agravaram os embates e desafios ao planejamento e gestão da cidade.

Portanto, os instrumentos de gestão e planejamento urbano e regional também vem figurando como um desafio a ser vencido. A administração pública, não raramente, se preocupa em cumprir, somente, com as obrigações de ofício. A desorganização do corpo administrativo, a ausência de profissionais qualificados para exercer o papel de fiscalização, entre outros, são exemplos de deficiências encontrados no corpo responsável pela gestão administrativa dos municípios.

Ademais, é comum encontrar, em cidades pequenas, órgãos públicos com ausência de bases cartográficas atualizadas, problemas de cadastros desorganizados e desatualizados. Adiciona-se a falta dados, tanto para entender a realidade da cidade quanto para pensar em nortear o seu desenvolvimento. Como uma das possibilidades para ultrapassar esses entraves, Chagas et al. (2000); Machado (2001); Rossi e Martinuci (2008); e Martinuci (2010), colocam o geoprocessamento como um instrumento valioso e prático para a gestão municipal em cidades pequenas. Mesmo porque a prefeitura é a principal produtora de dados sobre o município, tendo registros de informações de diferentes naturezas, mas que, excepcionalmente, não se aproveita disto.

Embora haja muito que avançar em instrumentos e ferramentas visando um planejamento urbano e regional, com planos e projeto norteadores de uma produção espacial mais equitativa, ainda há diversos desafios a serem enfrentados pelas cidades pequenas. Um deles abrange os embates entre as questões sociais e ambientais na produção, no planejamento e na gestão do espaço urbano. Dentre os trabalhos analisados, apenas oito envolve a relação entre ambiente e sociedade.

Destes, quatro estão relacionados a climatologia. Fante (2010) fez uma análise climática das cidades paulistas de Presidente Prudente e de Votuporanga, por ela denominadas de pequenas, mas que na verdade apresentam populações acima de 100 mil habitantes. Fialho (2009), também classificou Viçosa, com mais de 70 mil habitantes, de pequena para defender a hipótese da constituição de um clima urbano e de ilhas de calor na cidade. Silva et al. (2002), procuraram conhecer o clima e a realidade das cidades de Pedra Preta, Dom Aquino e Guiratinga, na região sudoeste de Mato Grosso, todas com menos de 20 mil habitantes. O objetivo de Rossato (2010) foi realizar um estudo de clima urbano com o intuito de diagnosticar e prevenir os possíveis problemas que possam ocorrer futuramente ao se tornarem maiores.

Os demais trabalhos representam uma preocupação com a sustentabilidade ambiental. Michelotto et al. (2002), buscou compreender as novas especificidades da cidade de Estrela do Sul-MG, sob o viés da sustentabilidade socioambiental. Cigale et al. (2006), fez

uma análise ambiental a partir de indicadores econômicos, sociais e ambientais. Collischonn (2009), trabalhou com os fatores que contribuem na construção riscos socioambientais, destacando o problema da inundação e levantando questões fundamentais para o futuro da cidade. O trabalho de Nascimento (2004), foi o que mais avançou nesta linha, pois procurou demonstrar a importância em se pensar especificamente o planejamento ambiental não só para os centros médios e grandes, mas também para as cidades pequenas, bem como os desafios para realização do mesmo.

O quarto e último aspecto está relacionado a origem das cidades. Apesar da importância do tema, poucos trabalhos preocupam-se com isto. Em Andrade (2008), notou-se uma tentativa de considerar processos históricos, econômicos e políticos no surgimento da cidade de Coremas-PB, que auxiliaram na explicação nas características sociais e morfológicas recentes. Olanda (2010), também, remonta a origem da cidade de Sanclerlândia-GO, para descrever as mudanças nas centralidades intra e interurbana na e da cidade.

Entretanto, é preciso avançar, especialmente, no cenário pós 1988, quando se intensificaram os desmembramentos territorial e administrativo, diretamente interligados aos interesses econômicos e ao poder local. Este último é marcado pelo mandonismo local, cuja base de poder se estabelece, principalmente, por relações clientelistas. O Brasil assistiu a uma multiplicação acelerada de novos municípios na década de 1990, facilitada pela Constituição de 1988, com impactos significativos, “tanto em termos fiscais quanto em termos de qualidade de vida das populações envolvidas” (BRAGA e PATEIS, 2002).

Duas breves considerações merecem destaque quando se fala da criação de municípios a partir do desmembramento territorial e administrativo de um distrito em relação ao município do qual faz parte. A primeira consideração diz respeito à produção do espaço a partir de interesses econômicos e políticos. Isto é, muitos processos de desmembramento têm se revelado como ações decorrentes de interesses político-eleitoreiros ao invés de ser motivado pelo crescimento populacional e econômico de determinado distrito, que demandaria maior autonomia.

Daí a necessidade de um estudo prévio de viabilidade municipal como requisito ao processo emancipatório. Sob este aspecto, sustenta-se a segunda consideração, pois como muitos municípios em todo país são inviáveis em termos financeiros, suas receitas advêm, em grande parte, de transferências de recursos do estado (IPVA, ICMS, etc) e, principalmente, da União, através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O FPM é fundamental para a receita municipal das cidades pequenas. Em termos legais, a distribuição dos recursos é feita de acordo com o número de habitantes estimado,

anualmente, pelo IBGE, o que beneficia demograficamente os menores municípios. Isto significa que “quanto menor o tamanho populacional, menor a participação da receita própria e maior a dependência do FPM na composição total da receita” (BRAGA e PATEIS, 2003).

Em suma, para refletir acerca da produção do espaço urbano em cidades pequenas deve-se evocar os conteúdos sociais, políticos, econômicos e ideológicos que engendram tal processo. Assim, os quatro aspectos abordados estão, intrinsecamente, interligados na interpretação das cidades pequenas, em sua organização interna e nas interações com a região. Observa-se, uma série de exemplificações para pensar o caráter urbano e os papéis desempenhados pelas cidades pequenas em áreas não metropolitanas.

Mas, é necessário caminhar nas pesquisas. Isto instiga inovações na reflexão acerca dos papéis urbanos, da dinâmica demográfica e da produção espacial em cidades pequenas de áreas mais dinâmicas economicamente, como é o caso de uma região metropolitana. Para tanto, é preciso avançar sobre assuntos que envolvem velhas questões juntamente a novos desafios para a interpretação do urbano em cidades pequenas.

1.3. Entre velhas questões e novos desafios

Nota-se que a temática acerca das cidades pequenas é difundida, com maior ênfase, por alguns estudiosos, como é o caso de Bernardelli (op. cit.), Endlich (op. cit.), Gomes et al. (op. cit.), Kallabová (op. cit.), Paradis (op. cit.), Roma (op. cit.), Oliveira (op. cit.). Certamente, fruto de pesquisas mais aprofundadas, os resultados divulgados por eles contribuíram com as reflexões sobre o tema e induziram a novos questionamentos.

Olhar a cidade pequena a partir da rede urbana ou da produção do espaço abrange várias possibilidades temáticas como foi mencionado. No entanto, a maioria destes estudos está pautada em regiões não-metropolitanas. Isto estimula a refletir sobre os papéis urbanos, a dinâmica demográfica e a produção espacial em cidades pequenas localizadas em áreas metropolitanas. Nesta direção, a fim de avançar e contribuir para o entendimento destas realidades urbanas, é que se insere o desenvolvimento de uma pesquisa em cidades pequenas localizadas em espaços metropolitanos, mais precisamente na Região Metropolitana de Campinas.

Trata-se, portanto, de um conjunto de cidades envolvidas numa região mais dinâmica no cenário econômico, bem como uma rede de cidades mais articulada por fluxos constantes de pessoas, informações e mercadorias. Além disto, apresenta espaços urbanos, muitas vezes, já conurbados e relações de intensa dependência das cidades ao entorno da cidade central. Por

conta disto, tende a contribuir para a investigação das particularidades presentes em cidades pequenas localizadas em áreas metropolitanas, que dão suporte para seu entendimento tanto no tempo quanto no espaço.

Para tanto é preciso aceitar que existe uma diversidade de interpretações sobre o que é uma cidade pequena. Considerando o caso de uma área metropolitana, parte-se do ponto inicial de tamanho (demográfico e territorial). Porém, o desenvolvimento da análise indica as particularidades existentes entre aquelas de tamanhos similar, bem como suas interações com as demais cidades da região, muitas vezes direta com a cidade central, sem necessidade de intermediação. Da mesma forma, as características de cada uma indicam as diferenças dos papéis que elas assumem na composição da rede urbana revelando, em determinados casos, que elas não são sinônimas de cidades locais. A ênfase na análise é considerar os aspectos qualitativos e quantitativos que possibilitem identificar, de um lado, as diferenças entre as cidades no âmbito regional e, de outro, as particularidades que uma cidade pequena possui diante do contexto de metropolização, que introduz novas forças de mudanças.

A hipótese é de que devido a localização e outros atributos, relacionados à dinâmica demográfica, aos papéis urbanos, ao dinamismo econômico e ao grau de dependência em relação a cidades maiores, permitam identificar particularidades. De tal sorte que, de um lado, complementa os estudos acrescentando um novo perfil de cidades e, de outro, identifica questões que permitam tanto a comparabilidade quanto notar lógicas comuns às cidades pequenas.

Para isto, reafirma-se a necessidade de incluir as duas abordagens descritas anteriormente, como complementares e indissociáveis. Pois, a compreensão da rede urbana tal qual o entendimento da produção do espaço urbano são fundamentais e devem ser considerados, também, nas análises efetuadas em cidades pequenas localizadas em uma região metropolitana.

Além dos aspectos históricos que contribuíram para sua formação territorial, diversas questões despontaram nesta pesquisa. Elas se referem, tanto à metrópole e ao processo de metropolização, quanto ao fenômeno de expansão da urbanização e da população. Paradoxalmente, este recorte espacial abrange uma área densa, que é a região metropolitana em si, e cidades pequenas, em termos demográfico e espacial. Uma leitura que, também, contém o caráter institucional delas e suas definições geográficas.

Em resumo, os objetivos deste capítulo estiveram centrados em dois aspectos principais. Primeiro, por meio do tratamento da bibliografia, mostrar o interesse da Geografia pelo estudo das cidades pequenas, identificando as limitações empíricas, metodológicas e

teóricas. O segundo, abrangeu as reflexões pautadas, principalmente, em cidades pequenas localizadas em áreas não metropolitanas.

Isto cria um novo desafio à pesquisa científica. Não foi encontrado registro de estudo cujo objeto e objetivo eram cidades pequenas em regiões metropolitanas. As transformações na organização espacial do país, no contexto da reestruturação produtiva e da redefinição da rede urbana, ampliou a necessidade de compreender os papéis e significados assumidos por núcleos urbanos de diferentes portes, o que favoreceu a retomada do tema das cidades pequenas, pela ciência. Porém, a Geografia precisa expandir para novos horizontes. É preciso avançar em pesquisas em contextos regionais diferenciados: regiões metropolitanas, regiões de fronteiras, regiões ribeirinhas, entre outros. Pesquisas teórico-conceituais e empíricas, em diferentes contextos, podem fornecer tanto abordagens comparativas quanto ao estabelecimento de uma agenda comum para a compreensão das cidades e da vida urbana. Apesar dos avanços, a questão ainda permanece em aberto.

É sob esta perspectiva que se pretende contribuir com os estudos acerca das cidades pequenas. O tema é altamente relevante, quer no contexto da ciência; no âmbito dos administradores locais/regionais; e da própria sociedade. No primeiro, simboliza grande dificuldade em definir conceitualmente e delimitar critérios, para classificar ou denominar uma cidade como pequena. No segundo, têm-se os desafios na gestão pública. Afinal, no contexto da descentralização, os governos locais, muitas vezes, sofrem com a falta de recursos para suprir suas carências e não se veem muitas articulações de políticas entre os diferentes níveis de governo. No último, ganha relevância social por se tratar da maioria das cidades no país, as quais abrigam parcela considerável da população e correspondem, em geral, a extensas áreas.

2. AS CIDADES PEQUENAS NO CONTEXTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS

A cidade é, sem dúvida, a maior obra espacial do homem. Ao mesmo tempo representa o maior impacto ao meio físico, à sociedade e às suas práticas socioespaciais. Nela, as contradições, de diferentes naturezas, se acirram com maior intensidade, gerando problemáticas diversas. Se, os chamados “problemas urbanos” são mais perceptíveis nas grandes cidades, eles não deixam de existir nas cidades pequenas.

Ao refletir sobre a cidade a partir dos chamados “problemas urbanos”, deve-se considerar que estes são variados, ao passo que o que há em comum são os processos aglomerativos. O espaço urbano expressa uma variada gama e intensidade de processos de aglomeração: de população; de construções; de sistemas e meios de transporte; de indústrias; de serviços, etc.. O grande desafio é que não se desenvolvem de modo homogêneo. Conforme há ampliação do processo, cria-se a necessidade de novos investimentos diretos ou indiretos em habitação, saúde, segurança, acessibilidade, dentre outros.

Em acréscimo ao que se avaliou no capítulo anterior, nota-se que os chamados “problemas urbanos” já fazem parte, também, das cidades pequenas. Os diversos trabalhos citados, produtos ora de estudos pontuais, ora de pesquisas mais detalhadas, acusam a existência de diversas e diferentes problemáticas que afetam estas realidades urbanas. Isto permite afirmar que todas as cidades, indiferentemente de seu porte territorial ou populacional, apresentam problemas semelhantes – na tipologia –, mas com particularidades – na visibilidade e na intensidade com que os fenômenos ocorrem.

A urbanização não se restringe apenas ao crescimento, físico ou demográfico, do número e do tamanho das cidades sobre o meio geográfico. Ela representa um ideário que deixa de estar relacionada apenas a cidade e os seus componentes materiais. A urbanização tende a se disseminar geograficamente, com a perda relevante tanto de áreas quanto de população rural. Esta mudança de significado se explica graças à presença cultural e econômica que são intrínsecas ao urbano e que se dilui por todo o espaço, ultrapassando as delimitações físicas das cidades.

Desde a origem das cidades, esta forma de organização espacial e social passou por transformações, assumindo novas formas. Concomitantemente, surgiram, em momentos diferentes, novos fenômenos e termos, além de conceitos atrelados à urbanização. Metrôpoles modernas, megalópoles, metápoles, conurbações e cidades médias são exemplos, e trazem inovações à complexidade das discussões e análises, ao mesmo tempo em que enriquecem o olhar sobre os desafios da vida urbana e de seu perfil populacional.

Deste modo, novas tendências da urbanização e o contexto contemporâneo de uma economia globalizada provocam reflexos sobre a reconfiguração da rede urbana e do papel das cidades na composição deste cenário. A organização do espaço sofre, portanto, influência, cada vez maior, de fatores associados às transformações multi-escalares. Estas são sentidas nos novos fundamentos de políticas e ações, cujas estratégias econômicas globais são sentidas em escala geográfica local.

A questão da escala, cada vez mais, é incorporada ao debate urbano e regional, constituindo um verdadeiro avanço na discussão sobre o planejamento e a gestão dos territórios. Ela, no entanto, sempre esteve presente na Geografia como categoria de análise, por traduzir a amplitude da área geográfica estudada. O entendimento do espaço e das configurações territoriais perpassa pelas formas de articulação entre as diversas escalas.

Historicamente, no caso específico do Brasil, as cidades sempre sofreram maior influência e encontravam-se interligadas muito mais a Metrópole europeia do que entre si. O trabalho de Deffontaines (2001), representou certo pioneirismo para o estudo da rede de cidades brasileiras. Além de descrever as diferentes nuances que envolveram o surgimento de cidades no país, o autor conclui que, ainda na década de 1940, não existia, efetivamente, uma rede urbana no país. A organização do espaço nacional possuía uma formação desagregada em pequenos núcleos, sem a consolidação de um sistema articulado entre as localidades.

Apenas na segunda metade do século passado, a urbanização estendeu-se. No decorrer deste período, a rede urbana se estruturou a partir de duas metrópoles de alcance nacional (São Paulo e Rio de Janeiro) e de um conjunto de algumas metrópoles regionais. Subsequentemente, passou-se a ter um número crescente de centros intermediários – as chamadas cidades médias –, e uma vasta rede de cidades pequenas. Estas últimas representam, sobretudo, um elo entre a cidade e o campo, visto que constituem “verdadeiras fronteiras entre processos rurais e urbanos, que absorviam pouco os processos acumulativos próprios da modernidade” (DAMIANI, 2006).

As realidades urbanas são diversas. As leituras acerca das cidades, indiferentemente do seu porte espacial e demográfico, também são variadas. Compor uma reflexão sobre o urbano e a cidade é sempre uma tarefa complexa. No caso específico das cidades pequenas os desafios teóricos e metodológicos não são menores. Inicia na própria diversidade do significado e dos critérios adotados em sua definição, como apontaram Figueiredo e Guidugli (2009). Os autores concluíram não haver um consenso quanto ao conceito do que seja uma cidade pequena, sendo os critérios demográfico e funcional os mais utilizados na sua identificação.

No capítulo anterior ficou evidente que o avanço do conhecimento a respeito desta tipologia de cidades se dá, praticamente, por pesquisas pontuais. Estas apresentam as características peculiares de cada situação, de acordo com a região na qual se insere. A explicação principal para isto é a complexidade e amplitude que envolve o tema. Ao considerar o caso brasileiro, um país heterogêneo, repleto de diversidades e especificidades regionais e locais, torna-se difícil elaborar generalizações, conceituais ou metodológicas, que deem conta de explicar estas realidades.

Porém, as generalizações existem. Os autores das teorias urbanas sempre privilegiaram os espaços luminosos, utilizando a terminologia de Santos (1997). Isto significa que na hierarquia urbana, as metrópoles e as cidades globais figuraram na agenda dos pesquisadores, na tentativa de descrever ou elaborar modelos generalizáveis.

Nesta direção, no cenário internacional, Bell e Jayne (2009), convidam os pesquisadores a “pensar grande” sobre as cidades pequenas. Afinal, a negligência por parte da ciência em relação aos centros urbanos menores, tem profundas implicações para os estudos urbanos. Muitos dos fenômenos urbanos presentes em cidades grandes e médias podem não ser vislumbrados na cidade pequena ou podem adquirir novas formas. Os últimos autores citados defendem que os estudos conceituais e empíricos sobre o tema podem alimentar argumentos mais gerais que propiciam o desenvolvimento de sofisticadas e matizadas abordagens comparativas para compreender a complexidade das cidades e da vida urbana.

Deste modo, este trabalho procura contribuir com a temática, numa análise de cidades pequenas inseridas em regiões metropolitanas. Este cenário possui, de um lado, uma metrópole⁵, muitas vezes com uma área de influência que extrapola as fronteiras nacionais e, de outro, prevalecem as cidades pequenas. Tendo como referencial empírico a Região Metropolitana de Campinas, localizada na região centro-sul do estado de São Paulo, o objetivo é analisar e identificar as configurações inter e intra-urbana associadas a dinâmica sócio-demográfica, econômica e de produção dos espaço nas cidades pequenas.

Todavia, considerar a trajetória de metropolização é fundamental. Este processo permite compreender como as práticas produtivas e de reprodução do capital geraram espaços diferenciados. Isto reverbera na hierarquização do espaço intra e interurbano, marcados pela periferização espacial da população. Assim, é preciso olhar as cidades pequenas a partir do contexto regional e dos processos endógenos e exógenos que as envolvem.

⁵ O termo está sendo empregado, somente, para designar a cidade central de uma região metropolitana. Ou seja, sem efetuar uma devida caracterização teórica sobre o termo. Da mesma forma, não se propõe discutir se Campinas possui ou não atributos que poderiam defini-la enquanto metrópole.

2.1. Pensar a metropolização para olhar a cidade pequena

A construção de um pensamento acerca das cidades pequenas envolve, inevitavelmente, o entendimento do cenário na qual elas se inserem. As dinâmicas, econômica e social, só podem ser interpretadas a partir de todo contexto espacial que as engendram e do processo de formação socioespacial. Deste modo, compreender as cidades pequenas inseridas numa região metropolitana contempla, também, um olhar sobre o processo histórico de metropolização.

Etimologicamente, a palavra metrópole deriva do grego e significa cidade-mãe. Tendo por base a concepção de Beaujeu-Garnier (1997), a metrópole seria uma forma espacial que possui, ao menos, uma cidade central densamente povoada e uma área contínua, com alto grau de interação e de interdependência social interna. No entanto, na atualidade, a metropolização, enquanto atributo social, político e econômico, apresenta também nexos que se estabelecem com o mundo exterior a sua região. Por isto que todo este processo deve ser contextualizado a partir de condições espaciais, sociais e históricas.

O importante não é apenas associar a Geografia às distâncias e padrões de localização no espaço mas, também, reconhecer o processo histórico que engendrou a formação da estrutura socioespacial. A ideia cunhada por Santos (1997), de que o espaço é entendido como uma “acumulação desigual de tempos” inclui uma dimensão histórica na medida que contempla no tempo presente uma interação entre o local (espaço) e o momento (tempo).

Os esforços desenvolvidos no âmbito da Geografia Histórica caminham no sentido de compreender o processo histórico através do movimento entre espaço e tempo. Para Baker e Gregory (1984), a Geografia Histórica envolve uma concepção holística que inclui um pensamento não apenas do passado, mas também do presente e do futuro. Nisto se assenta a necessidade de conhecer a organização histórica do quadro teórico, territorial e institucional na composição das regiões metropolitanas.

A Geografia Francesa sempre se ocupou em discutir, conceitual e metodologicamente, os fenômenos urbanos e, em particular, a metrópole e a metropolização. Robic (1989, 2003), Roncayolo (1993) e Rochefort (2002), representam alguns exemplos da vasta literatura francesa sobre o tema. Ao analisar a Geografia Urbana na França, Robic (2003), afirma que a terminologia metrópole aparece, durante a década de 1930, em trabalhos de Roderick Duncan McKenzie e Pierre Bourdeix.

Partindo de uma experiência urbana europeia e estadunidense, o processo de metropolização atingiu o mundo todo no decorrer do século passado. Nos países mais pobres, passaram a representar uma fonte geradora de mazelas sociais e ambientais. Cidades como: Mumbai (Índia), Cidade do México (México), São Paulo (Brasil), Jacarta (Indonésia) e Cairo (Egito), são alguns exemplos, figurando dentre as maiores regiões metropolitanas do globo e apresentando problemáticas de natureza definida.

Como já advertiu Rochefort (2008), os problemas urbanos ou a chamada crise urbana é a nível mundial, apesar de não ser igual, de mesma intensidade e de ter as mesmas causas nas diferentes cidades. Os problemas urbanos estão, de forma diferenciada, em toda parte o que pode ser observado em trabalhos sobre São Paulo-Brasil (SANTOS, 1990), Montreal-Canadá (SÉGUIN; GERMAIN, 2000), Baltimore-Estados Unidos (LEVINE, 2000), ou em cidades francesas (HÉRIN, 2008).

Ademais, a problemática urbana não é inerente somente as cidades contemporâneas. Historicamente, conforme houve o adensamento habitacional nas cidades, estas começaram a apresentar sérios problemas. Isto se verifica, tanto nas grandes cidades da Antiguidade (BENEVOLO, 1999) quanto naquelas do período subsequente a Revolução Industrial (SPOSITO, 1994).

A metropolização deve ser considerada a partir do processo de industrialização dos séculos XIX e XX. As determinantes históricas, destes períodos, propiciaram condições para o aprofundamento da divisão territorial e social do trabalho e com a aceleração do adensamento demográfico. Sem cair no equívoco de atribuir uma relação de causa e efeito, de uma maneira geral, houve num primeiro momento, um aumento demográfico; acompanhado, posteriormente, por uma série de condições técnicas (comunicação, bonde, elevador, automóvel, etc.) e pela égide do mecanismo de mercado (interesses rentistas da terra, especulação imobiliária, etc.). Juntos, proporcionaram o crescimento territorial da cidade em direção as áreas periféricas que assumem formas e dimensões diferenciadas.

O termo metropolização revela o processo de constituição da metrópole. As metrópoles são grandes realizações humanas. Não por acaso, Vidal de la Blache (1982)⁶, já colocava o homem entre os fatores geográficos de primeira ordem. O homem representa um agente modificador do espaço, sendo a produção das cidades e seus desdobramentos o maior exemplo. Portanto, os chamados “problemas urbanos”, nada mais são do que a materialização, no espaço, das distorções e contradições presentes nas relações estabelecidas entre os homens.

⁶ Texto original escrito em 1913 e publicado nos *Annales de Géographie*.

O espaço assim considerado, é então, um espaço produzido pela sociedade. Mas, assim como é produzido, o espaço também é consumido. Nele também se materializam relações de poder e de dominação; é um meio de produção e o *locus* das relações de (re) produção do capital e da sociedade. O capital descobriu o espaço geográfico, advertiu Moreira (1997), encontrando diversas maneiras de usá-lo como instrumento de acumulação e poder. Nesta direção, o objetivo aqui não é o de explorar o conceito de metrópole ou a institucionalização de regiões metropolitanas. A meta é compreender a composição desta forma de organização, espacial e social, e seu significado no contexto brasileiro. Sem suprimir a sua importância econômica no atual período de avançada internacionalização do capital.

Muitas as metrópoles brasileiras expressam problemáticas semelhantes daquelas de países ricos, sendo que as diferenças se dão pelas mudanças nos níveis e nas categorias que elas assumem. A pobreza e a exclusão social se manifestam e são abordadas de modo diferenciado. O discurso europeu preocupado com um planejamento voltado para a construção de cidades compactas ou a preocupação canadense em promover, por meio do estado de bem-estar, uma “sustentabilidade social” (SÉGUIN, GERMAIN, 2000), não se aproximam da realidade brasileira.

Como exemplos que se diferenciam da realidade brasileira, pode-se citar também, a formação de guetos e a dominação do espaço pelo poder privado, na cidade estadunidense de Baltimore (LEVINE, 2000), ou as manifestações de violência urbana em Paris (HÉRIN, 2005). Estes eventos também estão presentes nos grandes centros nacionais, muitas vezes, em volume e intensidade mais significativos ou assumindo outras formas. Isto permite dizer que não são idênticas e, em geral, nem são de mesma natureza daquelas presentes nos grandes centros urbanos mundiais.

A urbanização não é um fenômeno homogêneo. O aumento em termos de nível e de velocidade do tamanho populacional e territorial pode transformar positiva ou negativamente as cidades. Portanto, a problemática existente em Campinas não é única. O entendimento específico desta realidade ou de outros processos aglomerativos brasileiros deve ser considerado a luz da formação histórica e social do espaço. A dinâmica espacial e econômica sempre mostrou alto grau de concentração, em algumas partes, do território nacional. Daí uma preocupação constante de políticas que visassem à integração nacional e propiciassem condições de desenvolvimento para todas as regiões do país. Como é o caso das políticas territoriais embasadas na teoria dos polos de crescimento do economista francês François Perroux.

Perroux (1977), demonstrou que o crescimento não surge, simultaneamente, em todos os pontos do território. O polo de crescimento seria uma política de desenvolvimento, por meio da concentração geográfica na qual uma cidade polariza uma determinada região. A ideia seria dotar uma cidade de condições de irradiar o seu dinamismo aos espaços circundantes.

A Geografia Francesa exibe vasta experiência, teórica e prática, em estratégias que visam um ordenamento territorial mais equitativo. Além da teoria dos polos de crescimento, tem-se também o exemplo das metrópoles de equilíbrio. Estas, de acordo com Rochefort (2002), eram logicamente escolhidas no território francês de modo a serem capazes de contrabalançar a influência de Paris e, de reorganizar regionalmente, a hierarquia das cidades.

A metrópole pode ser vista a partir de três perspectivas, conforme aponta Klein et al (1999). Primeiramente, a metrópole como espaço de dominação, focada na questão do Estado e na centralidade de uma área. A segunda perspectiva procura explicar as hierarquias e a ordem das cidades e regiões dentro dos estados nacionais – a metrópole de equilíbrio territorial. A última está associada à teoria do desenvolvimento polarizado, do qual foram lançadas as bases do economista François Perroux.

A experiência francesa teve influência tanto na construção teórico-conceitual da Geografia brasileira quanto nas políticas territoriais instituídas pela esfera governamental. O processo de metropolização é uma característica marcante da urbanização do país. Contudo, a criação de regiões metropolitanas se deu sob a égide dos interesses do governo instalado em 1964. Afinal, como afirma Souza (2003), seria mais fácil intervir nestes que eram espaços-chave da vida econômica e político-social brasileira.

Porém, duas considerações a este respeito também devem ser salientadas. Primeiramente, o fato do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde sua criação, exercer forte influência nas atividades de planejamento governamental. Em segundo lugar, considerar que aquelas cidades nomeadas para formar as grandes regiões metropolitanas, também, já tinham papel importante no cenário nacional e possuíam condições pré-existentes para serem metrópoles.

Nota-se, portanto, na experiência brasileira, uma convergência entre as três perspectivas de Klein (op. cit.), na abordagem das metrópoles. Se, de um lado, representa uma forma de polarizar economicamente o desenvolvimento e socialmente serviços de interesse em comum. Por outro lado, representou uma questão de geopolítica interna promovida pelo Estado. Ao mesmo tempo em que cria condições para o estabelecimento de uma região de influência propícia a constituição de uma rede urbana mais equilibrada.

No Brasil, uma Região Metropolitana é, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma região estabelecida por legislação estadual e constituída por agrupamentos de municípios limítrofes. O objetivo delas é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Vale salientar que, no país, a institucionalização das Regiões Metropolitanas foi implementada em dois momentos bem definidos.

O primeiro, nos anos 1970, como “parte da política nacional de desenvolvimento urbano, relacionada à expansão da produção industrial e à consolidação das metrópoles como *locus* desse processo” (MOURA et al., 2007). Assim, em 1973, as regiões metropolitanas brasileiras foram legalmente criadas. Definidas como um conjunto de municípios contíguos e integrados socioeconomicamente a uma cidade central, com serviços públicos e infraestrutura comum, que deveriam ser reconhecidas pelo IBGE. Inicialmente, foram reconhecidas, formalmente, nove regiões metropolitanas: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

O segundo teve início com a Constituição de 1988. Esta delegou aos estados a competência para criar e institucionalizar regiões metropolitanas, a fim de “integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum” (BRASIL, 1988). Portanto, cada unidade federativa passou a ter autonomia para criar suas regiões metropolitanas, sendo a concentração populacional e a conurbação os principais critérios utilizados. Assim, ao final de 2000 já existia vinte e duas regiões metropolitanas. No censo de 2010 totalizavam trinta e nove, distribuídas por todo território nacional, conforme será analisado posteriormente.

Apesar de, no país, uma região metropolitana, ser instituída por lei, deve-se admitir que, enquanto fato concreto do processo de urbanização, uma região metropolitana não se cria. Os processos e fenômenos que engendram a produção do espaço, por si, consolidam sua formação. Isto significa que esta não pode ser criada, apenas reconhecida enquanto fenômeno geográfico. Sua institucionalização objetiva a realização de políticas públicas destinadas à melhoria da qualidade de vida, englobando todos os municípios que a compõe.

Os critérios político-administrativos estão superando os critérios geográficos para delimitação deste fenômeno. Porém, uma série de questionamentos desponta a partir desta consideração. Em que medida a criação das regiões metropolitanas trouxeram respostas satisfatórias às questões que eram postas, quando foram criadas? Se a intenção principal era a integração, sobretudo, através da ideia de uma administração comum, quais os problemas gerados pela perda da autonomia municipal? Quem são os ganhadores com a metropolização

e o que eles ganham? Se a ideia principal é agregar para solucionar problemas comuns, a criação da região metropolitana representa a busca de soluções, mas também, de geração de novos desafios.

“A metrópole guarda uma centralidade em relação ao restante do território, dominando e articulando áreas imensas” (CARLOS, 2001). Todavia, também são grandes propulsoras de desigualdades. O desenvolvimento não ocorre de forma uniforme em todas as municipalidades de uma região metropolitana. Algumas tenderam a continuar em permanente estado de estagnação.

Diversos são os problemas que afetam as regiões metropolitanas. Nelas, as desigualdades e disparidades socioespaciais são visíveis aos olhos. É possível perceber a existência de espaços com infraestrutura impecável e com residências de luxo coexistindo, a curta distância, com outros miseráveis, sem infraestrutura sanitária, com problemas ambientais graves e serviços públicos (de saúde, educação e segurança) deficientes. Juntam-se a estes, os problemas imateriais: a rarefação das relações sociais, a falta de cidadania, o medo, a insegurança, o não pertencimento (como é o caso dos migrantes, por exemplo), etc..

Acrescenta-se ainda o fato de que, nas regiões metropolitanas, os atuais padrões de desenvolvimento tem resultado na degradação socioambiental que aflige, sobretudo, os segmentos de menor poder aquisitivo. Este cenário de insustentabilidade se dá, de acordo com Jacobi (2006), pelo padrão de urbanização metropolitano caracterizado pela prevalência de um processo de expansão e ocupação dos espaços intra-urbanos.

A produção territorial da metrópole se dá via dois extremos. De um lado, tem-se a ampliação da base territorial da cidade, ou seja, a expansão do tecido urbano, enquanto por outro, há uma multiplicação da base territorial, caracterizada pelo processo de verticalização, ou seja, adensamento populacional e de construções. Estes dois exageros transformam a mancha urbana em mancha metropolitana. Assim, o processo de expansão urbana para áreas cada vez mais longínquas resgata a imagem de mancha de óleo, como simboliza Beaujeu-Garnier (1997).

As metrópoles são compostas por bairros cada vez mais longínquos e descontínuos espacialmente, ou seja, o espaço urbano possui um traçado irregular caracterizado pelo desconexo entre vazios e ocupados. Esta tendência de expansão da cidade gera formas urbanas, espacial e socialmente, descontínuas. Concomitantemente, contribui para aumentar a densidade demográfica em determinadas porções da cidade, ao mesmo tempo em que provoca o esvaziamento de outras. A densidade demográfica se faz sentir nas porções ocupadas pelos

dois extremos dos segmentos econômicos e sociais que a habitam. Tanto as favelas quanto o grande número de condomínios, representam áreas fortemente povoadas, do espaço urbano.

Este aspecto singular das cidades contemporâneas revela um verdadeiro “processo de implosão-explosão para as periferias” (SEABRA, 2004). Em contrapartida, num contexto mais atual, vale destacar a existência de uma série de tentativas de revitalizar ou revalorizar determinadas áreas da cidade que, com o tempo, tornaram-se obsoletas ou que permaneceram desocupadas, abandonadas ou subutilizadas. Isto foi tema, sobretudo, de pesquisa em uma cidade pequena. Ferreira (2005), discutiu a revitalização do patrimônio histórico-cultural da cidade pequena, incluindo as práticas culturais populares, de Tupaciguara-MG,

Os processos de revitalização caminham num sentido contrário ao fenômeno típico de crescimento horizontal das cidades do século XX. Ela indica uma retomada para história da cidade e seus significados, privilegiando a preservação, conservação e restauração de seus espaços. Em contrapartida, a ampliação territorial horizontal mantém vínculos com a especulação imobiliária e com a criação de novos valores e estilos de vida, alterando inclusive o comportamento das pessoas e o modo de olhar para a cidade. Diferentes terminologias foram utilizadas por geógrafos urbanos para explicar a expansão desenfreada do tecido urbano: *periferização*, *suburbanização*, *exurbanização*.

A *periferização* representa a descentralização urbana, tanto para segmentos sociais menos abastados (favelas, bairros operários, loteamentos populares, conjuntos habitacionais, etc.), quanto para os segmentos ricos (os condomínios residenciais e os loteamentos de chácaras, por exemplo). Esta complexidade levou Kowarick (2000), a afirmar que o termo “periferia” deve ser abordado no plural. Isto porque são diversas e distintas, em sua aparência e essência. Afinal, cada periferia tem sua história e sua geografia, bem como é ocupada por um tipo de segmento social.

A *suburbanização* é outro termo frequentemente utilizado ao se estudar os movimentos centrífugos no espaço metropolitano. Este termo é usualmente aplicado como sinônimo de periferia, apesar de ser em essência diferente. Diz respeito ao crescimento da cidade para fora dos seus limites. Compreende o deslocamento para a periferia imediata da grande cidade de origem, onde boa parte dos “habitantes permanece ligada ao mercado de trabalho da primeira, para onde se desloca, diariamente, a fim de exercer suas atividades profissionais” (LANGENBUCH, 1999).

Já o termo *exurbanização*, segundo Beaujeu-Garnier (1997), evoca, pela sua própria construção, a imagem de pedaços de espaços urbanos, constituindo-se naquilo que atualmente é denominado de *descontinuidade espacial*, *desapegados* da massa central. Ainda conforme a

autora, este processo seria fruto da especulação imobiliária (os terrenos e as despesas de alojamento são, regra geral, mais baratos na medida em que se afastam do centro) ou de uma decisão individual (a possibilidade de ter um jardim, de educar as crianças longe da “opressão” da cidade).

Indiferente da terminologia utilizada nota-se, nas cidades atuais, uma fragilidade na constituição de uma unidade urbana. No caso específico da metrópole, hoje, é concebida como fragmentada. Representa um espaço de multiplicidade de vivências e de contradições, descontínuo, heterogêneo, dinâmico, fragmentado e integrado. A ideia de metrópole fragmentada é abordada por diversos autores (SANTOS, 1990, 1994b; CARLOS, 1994, 2001, 2007; MARICATO, 1996; SEABRA, 2004). Esta abordagem ocorre, principalmente, nos estudos efetuados na metrópole paulistana. Esta realidade exemplifica o processo de metropolização em países ditos subdesenvolvidos.

Santos (1990), utiliza-se do caso de São Paulo para refletir acerca de fenômenos e processos urbanos no chamado circuito inferior da economia. Neste trabalho, o autor coloca a metrópole paulistana como um “espaço corporativo que se fragmenta em várias partes desarticuladas, tanto social quanto economicamente” (SANTOS, 1990). Numa abordagem a partir da economia política, o autor considera a metrópole corporativa e fragmentada como resultado da prioridade que se dá aos interesses das empresas hegemônicas em detrimento da população, em especial, aquelas de menor poder aquisitivo.

Toda complexidade e especificidade presente na metrópole devem ser consideradas para o entendimento do seu espaço circundante. Afinal, uma área metropolitana não é formada somente pela metrópole. Uma rede de cidades de porte médio e pequeno também compõe este cenário. No conjunto, estes espaços tendem a sofrer forte influência da cidade central.

O processo de agregação destas cidades é possível. Por um lado, graças à contiguidade territorial das unidades que compõem a região metropolitana, verificadas pela conurbação, existência de vias de interligação, sistema de transportes, entre outros. Por outro, os fatores políticos também assumem papel primordial, o que explica, por exemplo, a incorporação de municípios com grandes extensões territoriais e com áreas rurais de tamanho significativo, distanciando-se da ideia de aglomeração.

Por último, é relevante considerar que as regiões metropolitanas estão inseridas num processo de regionalização com finalidades político-administrativas. É, portanto, uma faceta da dinâmica organizacional de forças governamentais. Diante disto, as cidades que integram uma região metropolitana devem ser vistas como espaços políticos, envolvidos por uma

estrutura e funcionamento que propiciam o estabelecimento de nexos entre política e gestão do território. Assim, a finalidade destes deveria estar a serviço do interesse comum da população que a integra.

Devido toda a diversidade e complexidade que envolve a metrópole, ela tem sido o principal alvo dos cientistas. Todavia, a perspectiva neste trabalho foge a regra, ao se atentar com as cidades pequenas das regiões metropolitanas. Porém, admite-se que o entendimento delas, perpassa pela compreensão de um quadro mais amplo, ou seja, dos fenômenos e processos que envolvem toda a região. Afinal, estas cidades expressam fenômenos e processos que só podem ser interpretados ante o contexto da metropolização.

2.2. As cidades pequenas nas Regiões Metropolitanas brasileiras

O processo de urbanização do Brasil é marcado por dois extremos. De um lado, pelas metrópoles que absorvem grandes contingentes populacionais e, de outro, pela presença de cidades pequenas. Estas últimas, contudo, são inúmeras e diversificadas, estando presente tanto em áreas não metropolitanas, quanto nas regiões metropolitanas. Vale, igualmente, mencionar a existência de um conjunto significativo de cidades médias no espaço nacional que assumem papel importante na estruturação urbana brasileira.

Em se tratando das regiões metropolitanas, estas se consolidam graças, dentre outros fatores, à interligação das malhas urbanas e viárias; às sucessivas emancipações, cujos desdobramentos podem assumir direções diferentes; e ao alto crescimento demográfico. Neste último, a fecundidade e a mortalidade tiveram maior relevância no passado. Recentemente, ganha destaque a migração e a elevada expectativa de vida da população. Todo este contexto reverbera em consequências econômicas, sociais e ambientais para o conjunto de cidades que a constitui. Assim, as regiões metropolitanas identificadas enquanto espaços de intensa concentração econômica e demográfica apresentam, também, enormes contradições, decorrentes dos processos aglomerativos.

Estas contradições são sentidas, principalmente, na relação entre a metrópole e suas diversas periferias. O que significa afirmar que o crescimento econômico, tal qual o desenvolvimento social, não se manifestam igualmente em todas as porções de uma região. Tanto a existência de favelas ou bairros pobres quanto de cidades ao redor da metrópole podem apresentar espaços de estagnação ou estágios elevados de exclusão.

A heterogeneidade de cenários, no contexto metropolitano brasileiro, está expressa na tabela 9, na qual estão registrados os dados das sessenta e três regiões metropolitanas e das

três RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento Econômico) que existem, atualmente, no país. Nela é possível notar a diversidade em termos de tamanho de área e de população, além da existência de municipalidades pertencentes a variadas classes populacionais.

Tabela 9: As regiões metropolitanas brasileiras, segundo ano de criação, o total da população, a área territorial, o número de municípios e os municípios com menos de 50 mil habitantes.

Região Metropolitana	UF	Ano de Criação	População	Área (km ²)	Número de municípios	Municípios < 50 mil hab.
São Paulo	SP	1973	19 683 975	7 947,30	39	08
Rio de Janeiro	RJ	1974	11 835 708	5 292,13	19	02
Belo Horizonte	MG	1973	5 414 701	9 467,79	48	33
Porto Alegre	RS	1973	3 958 985	10 097,18	31	15
Recife	PE	1973	3 690 547	2 768,45	14	03
Fortaleza	CE	1973	3 615 767	5 783,55	15	06
Salvador	BA	1973	3 573 973	4 375,12	13	07
Curitiba	PR	1973	3 174 201	15 418,54	26	17
Belém	PA	1973	2 101 883	2.536,88	06	01
Vitória	ES	1995	1 687 704	2 318,91	07	01
Aracaju	SE	1995	835 816	860,10	04	01
Baixada Santista	SP	1996	1 664 136	2 422,77	09	02
Natal	RN	1997	1 351 004	2 811,69	10	05
Maceió	AL	1998	1 156 364	1 934,12	11	09
N/NO Catarinense	SC	1998	1 094 412	10 830,62	20	16
Florianópolis	SC	1998	1 012 233	7 114,10	22	18
Londrina	PR	1998	764 348	5 564,42	08	05
Vale do Itajaí	SC	1998	689 731	5 006,41	16	12
Maringá	PR	1998	612 545	3 187,70	13	11
Goiânia	GO	1999	2 173 141	7 401,33	20	16
Campinas	SP	2000	2 797 137	3 840,64	19	07
Carbonífera	SC	2002	550 206	2 089,37	25	22
Foz do Rio Itajaí	SC	2002	532 771	1.005,83	09	05
Tubarão	SC	2002	356 721	4 542,98	18	16
São Luís	MA	2003	1 331 181	3 509,00	05	02
João Pessoa	PB	2003	1 198 576	2 741,92	13	09
Macapá	AP	2003	499 466	7 984,64	02	-
Sudoeste Maranhense	MA	2005	345 873	7 251,33	08	07
Vale do Aço	MG	2006	615 297	807,24	26	23
Manaus	AM	2007	2 106 322	101 475,12	08	05
Palmas	TO	2007	437 996	24 828,19	16	15
Chapecó	SC	2007	403 494	4 394,17	25	24
Boa Vista	RR	2007	311 666	13 351,86	02	01
Central	RR	2007	28 307	61 530,30	02	02
Sul de Roraima	RR	2007	22 471	17 876,55	03	03
Vale do Rio Cuiabá	MT	2009	833 766	21 928,87	04	02
Campina Grande	PB	2009	687 039	4201,46	23	22
Agreste	AL	2009	601 049	5 007,10	20	18
Cariri	CE	2009	564 478	5 025,65	09	06
Lages	SC	2010	350 532	19 090,73	23	22
Feira de Santana	BA	2011	672 701	2 265,42	06	05
Zona da Mata	AL	2011	317 554	4 201,03	16	15
Patos	PB	2011	226 892	6 078,23	24	23
Vale do Paraíba	AL	2011	202 894	2 773,00	13	13

Continua.

(continuação) Tabela 9: As regiões metropolitanas brasileiras, segundo ano de criação, o total da população, a área territorial, o número de municípios e os municípios com menos de 50 mil habitantes.						
Guarabira	PB	2011	183 974	1 520,51	17	16
V. do Paraíba e Lit. Norte	SP	2012	2 258 956	16 192,77	39	28
Contestado	SC	2012	498 114	15 140,69	45	45
Extremo Oeste	SC	2012	329 792	-	49	49
Santarém	PA	2012	315 998	27 285,42	03	02
Umuarama	PR	2012	290 752	11 400,63	24	23
Cajazeiras	PB	2012	169 640	3 423,12	15	14
Palmeira dos Índios	AL	2012	152 557	1 990,91	07	07
Vale do Piancó	PB	2012	146 516	5 569,21	18	18
Esperança	PB	2012	135 476	1 700,48	09	09
Barra de Santa Rosa	PB	2012	78 232	3 044,87	08	08
Serra Gaúcha	RS	2013	735 276	4 505	13	10
Marabá	PA	2013	311 172	22 181,34	05	04
Médio Sertão	AL	2013	150 180	2 194,62	09	09
Itabaiana	PB	2013	132 566	1 784,48	12	12
Vale do Mamanguape	PB	2013	114 818	1 415,89	09	09
Sousa	PB	2013	113 080	2 063,57	09	08
Araruna	PB	2013	65 121	988,72	06	06
Sorocaba	SP	2014	1 726 785	9 821,25	26	16
RIDE Distrito Federal *	MG/GO/DF	1998	3 717 728	55 350,05	22	13
RIDE Petrolina/Juazeiro*	PE/BA	2001	686 410	35 436,85	08	05
RIDE Grande Teresina*	MA/PI	2002	1 150 959	10 527,05	14	12

Fonte: IBGE, 2014.

Nota: * RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento Econômico) são regiões metropolitanas, criadas por legislação federal, situadas em mais de uma unidade federativa.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

De acordo com a tabela verifica-se que, excetuando as metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro, as demais possuem população inferior a 6 milhões. Outras constatações chamam a atenção. Primeiro, a existência de regiões metropolitanas com população total inferior a 500 mil de habitantes. Em segundo lugar, a preponderância de cidades que podem ser consideradas pequenas na composição de muitas das regiões metropolitanas. Por fim, grandes diferenças na área territorial e no número de municípios que conformam as regiões metropolitanas.

Um estudo publicado em 2011 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) contribui para a análise da tabela. De acordo com a pesquisa, a mudança na Constituição de 1988, que atribuiu a competência de criar regiões metropolitanas aos estados, colaborou para intensificar o fenômeno de metropolização institucional. Recai-se, assim, num descompasso entre região metropolitana enquanto fenômeno geográfico e como forma espacial institucionalizada.

Isto se explica, principalmente, pela ausência de uma normatização específica, em âmbito federal, que oriente e regule a questão. Motivada por interesses estaduais, “a criação de regiões metropolitanas atrela-se à possibilidade de se ter acesso privilegiado a recursos da

União, em função da compreensão amplamente difundida que associa regiões metropolitanas ao intenso processo de urbanização” (IPEA, 2011). Isto significa, como aponta a pesquisa, que as regiões metropolitanas são criadas por meio de práticas e motivações que não tem, necessariamente, relação com o processo de formação socioespacial; não estão articuladas a políticas ou estratégias de desenvolvimento territorial; e não estão vinculadas à gestão das funções públicas de interesse comum. Logo, veem-se mudanças conceituais e de objetivo ao se instituir uma região metropolitana.

Como resultado têm-se situações díspares no país, como registra a tabela 9. Nela pode-se observar a existência de regiões metropolitanas compostas tanto por apenas dois municípios (como é o caso de Macapá), quanto por regiões com mais de trinta (como são os casos, por exemplo, de São Paulo e Belo Horizonte). Também cria regiões metropolitanas sem a existência de uma metrópole propriamente dita. Há, ainda, os casos em que predominam municípios com população inferior a 50 mil habitantes, como são os casos, por exemplo, de Vale do Aço, Carbonífera, Chapecó e Lages. Bem como aquelas que só possuem cidades pequenas (Vale do Paraíba, Contestado, Vale do Piancó, Médio Sertão, entre outras).

Toda esta variedade de contextos anuncia que, mesmo havendo uma institucionalização desenfreada de regiões metropolitanas no país, análises sobre elas devem recair sobre o seu processo de metropolização. Isto significa apontar que este cenário complexo, variado e multifacetado de regiões metropolitanas revela uma incongruência entre uma definição geográfica e uma definição institucional (administrativa) do fenômeno no território nacional. Os interesses políticos ou a falsa ideia de que a criação de uma região metropolitana para gerir determinado território é a melhor saída para resolver os chamados “problemas urbanos” ainda se sobressai, em detrimento de uma concepção socioespacial.

A questão da proporcionalidade entre área territorial, tamanho populacional e número de cidades é significativa para compreender o cenário diferenciado que se estabelece entre os processos de metropolização no país. Diante desta constatação, Campinas deve ser observada, também, no contexto da composição da rede urbana do estado de São Paulo. A proximidade com a maior metrópole nacional e a presença de um quadro consolidado de cidades médias com importância econômica e social na organização do território paulista representam um diferencial desta região metropolitana, não podendo ser desconsiderado.

De maneira geral, isto significa que não há similitude entre as regiões metropolitanas brasileiras e os processos de metropolização. Por conta disto, a leitura de cada região deve ser realizada à luz das ações de governo. Sua criação envolve o reconhecimento institucional destes espaços, especialmente, em seu caráter político-administrativo. No entanto, há também

uma construção histórica que caracteriza a biografia de cada localidade, o que ajuda explicar sua formação territorial e a natureza da dinâmica econômica e social que atribui um grau de importância à cidade e determina os papéis e suas diversas formas de participação dentro de determinado contexto.

A heterogeneidade, social e espacial, se faz presente tanto entre as diversas regiões metropolitanas do país quanto no interior de um espaço metropolitano. Por conta disto, é válido listar algumas características que revelam a diversidade e as semelhanças existentes nas realidades metropolitanas do cenário nacional. Para tanto, será apresentado a seguir os traços gerais de quatro regiões⁷ (São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Manaus) que estão entre as principais do país e são uma amostra da gama multifacetada deste fenômeno administrativo e geográfico.

A Região Metropolitana de São Paulo (tabela 10) reúne dezenove municípios e é a mais populosa do país. Considerada uma metrópole global, São Paulo representa a principal metrópole econômica brasileira. Porém, esta região é composta por um conjunto variado de realidades urbanas.

Tabela 10: Municípios que formam a Região Metropolitana de São Paulo.

Município	População	Município	População
São Paulo	11 253 503	Franco da Rocha	131 604
Guarulhos	1 221 979	Ribeirão Pires	113 068
São B do Campo	765 463	Santana de Parnaíba	108 813
Santo André	676 407	Jandira	108 344
Osasco	666 740	Poá	106 013
Mauá	417 064	Caieiras	86 529
Mogi das Cruzes	387 779	Mairiporã	80 956
Diadema	386 089	Arujá	74 905
Carapicuíba	369 584	Cajamar	64 114
Itaquaquecetuba	321 770	Embu-Guaçu	62 769
Suzano	262 480	Santa Isabel	50 453
Taboão da Serra	244 528	<i>Rio Grande da Serra</i>	<i>43 974</i>
Barueri	240 749	<i>Vargem Gde Paulista</i>	<i>42 997</i>
Embu	240 230	<i>Juquitiba</i>	<i>28 737</i>
Cotia	201 150	<i>Biritiba-Mirim</i>	<i>28 575</i>
Itapevi	200 769	<i>Guararema</i>	<i>25 844</i>
Ferraz de Vasconcelos	168 306	<i>Pirapora do Bom Jesus</i>	<i>15 733</i>
Francisco Morato	154 472	<i>Salesópolis</i>	<i>15 635</i>
Itapecerica da Serra	152 614	<i>São Lourenço da Serra</i>	<i>13 973</i>
São Caetano do Sul	149 263	Total	19 683 975

Fonte: Censo Demográfico 2010 – IBGE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

⁷ As características gerais das regiões metropolitanas que se discorre a partir daqui, foram baseadas, principalmente, no relatório do projeto “Análise das regiões metropolitanas do Brasil” desenvolvido pelo Observatório das Metrópoles, IPPUR e FASE. Ressalte-se que, como tal relatório foi publicado em 2005, foram efetuadas alterações visando atualizar as informações.

Composta por trinta e nove municípios, a região é marcada por um alto grau de conurbação. Adiciona-se maior complexidade espacial quando se considera que outras áreas próximas, como as regiões metropolitanas de Campinas, Santos e São José dos Campos, bem como as aglomerações urbanas de Sorocaba e Jundiaí, localizam-se em seus arredores. Além de relevante importância para o estado e para o país, estas áreas juntas abrigam percentual considerável de população, são os principais componentes do “Multicomplexo Territorial Industrial Paulista” (SELINGARD-SAMPAIO, 2009) e formam um Complexo Metropolitano Expandido.

A Região Metropolitana de São Paulo é o maior polo de riqueza nacional. Mesmo a chamada desconcentração industrial, via expansão rodoviária, seguiu uma tendência em direção as cidades ao seu entorno, tal qual para outras cidades paulistas de certa importância regional. No entanto, São Paulo ainda centraliza as sedes dos mais importantes complexos industriais, comerciais e financeiros do país.

O processo de expansão da região metropolitana envolveu um grande número de municípios e foi direcionado pelos principais eixos de penetração. A rede de transporte e a alta concentração populacional, atrelada à acentuada taxa de urbanização, contribuíram com a forte tendência de periferação que envolve o cenário metropolitano paulistano, inclusive no município central.

Inicialmente, na época de sua criação, a Região Metropolitana de São Paulo, contava com trinta e sete municípios. Tal configuração se manteve até quando ocorreram os desmembramentos de municípios metropolitanos. Vargem Grande Paulista se desmembrou de Cotia em 1981 e São Lourenço da Serra que emancipou-se, político-administrativamente, de Itapeverica da Serra em 1991.

Assim, muitos municípios foram beneficiados pela “extensão do fenômeno industrial no espaço”, como explica Selingard-Sampaio (2009), ao analisar a reestruturação da atividade industrial no estado de São Paulo. Por possuir um caráter seletivo e setorial, fez surgir municípios com alto grau de industrialização, bem como outros com características tipicamente residenciais. Isto significa que nem todos foram favorecidos, da mesma forma e com a mesma intensidade, pela extensão do espaço industrial paulistano.

Nesta região, até os dias atuais, nota-se a presença de cidades com população inferior a 50 mil habitantes (Rio Grande da Serra, Vargem Grande Paulista, Juquitiba, Biritiba-Mirim, Guararema, Pirapora do Bom Jesus, Salesópolis e São Lourenço da Serra). Quando se pensa na maior área metropolitana do país, raramente, se imagina que este perfil de cidade faça parte da mesma. Todavia, a diversidade urbana é grande, apesar de que, mesmo as cidades

pequenas apresentam características variadas, destoando, muitas vezes, das características que teriam em espaços não metropolitanos.

As características delas são bem variadas. Excetuando os casos de Biritiba-Mirim e Salesópolis, nos quais a atividade primária adquire importância relativa na composição do PIB, as demais têm, no segundo e no terceiro setor, a máquina propulsora da economia local. Ademais, a maioria das cidades, como Rio Grande da Serra, Vargem Grande Paulista, Pirapora do Bom Jesus e São Lourenço da Serra, apresentam elevado crescimento demográfico e altas taxas de urbanização. Enquanto outras, apresentam um perfil diferente, com modesto crescimento da população e índices menores de urbanização, como é o caso de Guararema.

Na tabela 11 estão registrados, de acordo com informações do IBGE, os municípios que integram a Região Metropolitana de Belo Horizonte e aqueles que constituem o chamado colar metropolitano. Este último é um aspecto particular desta região e corresponde ao conjunto de municípios adjacentes àqueles da área metropolitana. Importante salientar que tal denominação é instituída por lei complementar do estado de Minas Gerais.

Tabela 11: Municípios que formam a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Município	População	Município	População
Belo Horizonte	2 375 151	<i>Juatuba</i>	22 202
Contagem	603 442	<i>São José da Lapa</i>	19 799
Betim	378 089	<i>Jaboticatubas</i>	17 134
Ribeirão das Neves	296 317	<i>Raposos</i>	15 342
Sete Lagoas*	214 152	<i>Mário Campos</i>	13 192
Santa Luzia	202 942	<i>Itaguara</i>	12 372
Ibirité	158 954	<i>Itatiaiuçu</i>	9 928
Sabará	126 269	<i>Capim Branco</i>	8 881
Vespasiano	104 527	<i>Belo Vale*</i>	7 536
Itaúna*	85 463	<i>Bonfim*</i>	6 818
Pará de Minas*	84 215	<i>Confins</i>	5 936
Nova Lima	80 998	<i>Florestal</i>	6 600
Esmeraldas	60 271	<i>Fortuna de Minas*</i>	2 705
Pedro Leopoldo	58 740	<i>Funilândia*</i>	3 855
Lagoa Santa	52 520	<i>Inhaúma*</i>	5 760
<i>Itabirito*</i>	45 449	<i>Nova União</i>	5 555
<i>Caeté</i>	40 750	<i>Moeda*</i>	4 689
<i>Igarapé</i>	34 851	<i>Prudente de Moraes*</i>	9 573
<i>Brumadinho</i>	33 973	<i>Rio Acima</i>	9 090
<i>Matozinhos</i>	33 955	<i>Baldim</i>	7 913
<i>Barão de Cocais*</i>	28 442	<i>Rio Manso</i>	5 276
<i>Santa Bárbara*</i>	27 876	<i>São José da Varginha*</i>	4 198
<i>Mateus Leme</i>	27 856	<i>Taquaraçu de Minas</i>	3 794
<i>Sarzedo</i>	25 814	Total	5 414 701
<i>São Joaquim de Bicas</i>	25 537		

Fonte: Censo Demográfico 2010 – IBGE.

Nota: * Municípios que formam o colar metropolitano

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

A região metropolitana é formada por trinta e quatro municípios. Já o colar metropolitano é composto por quatorze. Do total de quarenta e oito municípios, trinta e três possuíam população inferior a 50 mil. Destes, dezessete sequer atingiram a marca de 10 mil habitantes. Este cenário revela um quadro emblemático de avaliar sucintamente, tanto pela complexidade demográfica quanto pela diversidade socioeconômica dos municípios.

O espaço metropolitano é marcado, principalmente, pelo processo de concentração e posterior desconcentração da capital em direção aos municípios vizinhos. Belo Horizonte se consolida como a terceira maior área metropolitana do Brasil. Interessante que apesar da existência de uma metrópole bem definida, desde sua criação em 1973, uma característica peculiar é o fato de ter incorporado uma série de municípios mais distantes da cidade-mãe e com baixa densidade demográfica. Isto ocorreu, principalmente, após a criação da Lei Complementar de 2002 que instituiu o Colar Metropolitano, incorporando-o à região.

A produção econômica é altamente concentrada em poucas cidades (Belo Horizonte, Betim e Contagem). Enquanto municipalidades que abrigam elevados contingentes populacionais, como Ribeirão das Neves e Ibirité, não possuem base econômica com a mesma proporção, assumindo papel de cidades-dormitório, no contexto metropolitano. No que diz respeito as cidades pequenas, considerando apenas os municípios da Região Metropolitana, tem-se em Mateus Leme, Jaboticatubas, Mário Campos, Itaguara, Itatiaiuçu, Florestal, Nova União, Baldim e Taquaraçu de Minas, áreas onde predominam as ocupações vinculadas a agricultura e ao extrativismo mineral.

Este número é ainda mais significativo ao se forem incluídos os municípios do colar metropolitano. Isto revela que, diferentemente do caso de São Paulo, apenas a minoria das cidades estão efetivamente conurbadas. Isto tem explicações no processo de metropolização institucional, que incorporou áreas mais longínquas e descontínuas espacialmente. Como resultado, caracteriza-se, sobretudo, como uma região metropolitana de cidades pequenas, visto que são predominantes na composição deste cenário.

No Nordeste estão a quinta, sexta e sétima maiores regiões metropolitanas brasileiras: Recife, Fortaleza e Salvador. Destas, vale destacar a Região Metropolitana de Salvador que reunia, em 2010, treze municípios. Destes, sete possuem população inferior aos 50 mil habitantes, como mostra a tabela 12.

Tabela 12: Municípios que formam a Região Metropolitana de Salvador.

Município	População	Município	População
Salvador	2 675 656	<i>Mata de São João</i>	40 183
Camaçari	242 970	<i>Vera Cruz</i>	37 567
Lauro de Freitas	163 449	<i>São Francisco do Conde</i>	33 183
Simões Filho	118 047	<i>Pojuca</i>	33 066
Candeias	83 158	<i>Itaparica</i>	20 725
Dias d'Ávila	66 440	<i>Madre de Deus</i>	17 376
<i>São Sebastião do Passé</i>	42 153	Total	3 573 973

Fonte: Censo Demográfico 2010 – IBGE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Interessante tomar nota de que o quadro atual é bem diferente daquele do ano em que a região metropolitana foi criada. Originalmente, era formada por oito municípios. Posteriormente, foram agregados Madre de Deus e Dias d'Ávila que se desmembraram, respectivamente, de Salvador e de Camaçari. Já Mata de São João, São Sebastião do Passé e Pojuca foram incorporadas, por meio de leis complementares.

Vale destacar, ainda, a importância histórica de Salvador, primeira capital do Brasil. Com base na tabela 12, pode-se observar que existe uma rede de cidades polarizadas pela cidade central, seguidas de um reduzido número de cidades de porte intermediário (Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho). Em termos demográficos, esta região metropolitana encontra-se quase que, totalmente, urbanizada (cerca de 96%).

Devido seu contexto histórico, as atividades relacionadas ao turismo e ao comércio assumem papel significativo na região. Além da importância econômica de Salvador, em especial no segundo e terceiro setor, outras localidades adquirem relevância no cenário econômico metropolitano. Destacam-se a produção industrial e extrativismo mineral, concentrado em alguns municípios, sobretudo, no Pólo Petroquímico de Camaçari e no Centro Industrial de Aratu, em Simões Filho.

O setor primário tem valor pouco significativo na região. Está concentrado nos municípios menos desenvolvidos e integrados ao polo central. Enquadram-se, neste perfil, as cidades pequenas de Itaparica (20.725 habitantes), São Francisco do Conde (33.183 habitantes) e Vera Cruz (37.567 habitantes).

Na Amazonia, Manaus foi institucionalizada enquanto região metropolitana no ano de 2007. Com uma população de 2.106.322 habitantes, esta região se firmou como a maior área metropolitana do Norte e uma das maiores do país. Formada por oito municípios (tabela 13) representa um espaço complexo, cuja cidade-mãe possuía mais de 1 milhão de habitantes e as circundantes não atingiam a marca de 100 mil.

Tabela 13: Municípios que formam a Região Metropolitana de Manaus.

Município	População	Município	População
Manaus	1 802 014	<i>Rio Preto da Eva</i>	25 719
Itacoatiara	86 839	<i>Careiro da Várzea</i>	23 930
Manacapuru	85 141	<i>Novo Airão</i>	14 723
<i>Iranduba</i>	40 781	Total	2 106 322
<i>Presidente Figueiredo</i>	27 175		

Fonte: Censo Demográfico 2010 – IBGE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

A tabela 11 evidencia que cinco dos oito municípios da Região Metropolitana de Manaus não atingem a marca dos 50 mil habitantes. Diferentemente das demais áreas metropolitanas em análise, fica claro que esta região, bem como outras situadas em espaços com baixa densidade demográfica, assume diferentes configurações na rede de cidades. Não há, por exemplo, um grupo de cidades de porte intermediário, acima dos 100 mil habitantes.

Paradoxalmente, a Região Metropolitana, em termos de tamanho de área, é a maior do país. Por conta disto, enfrenta inúmeros desafios, principalmente no que tange as obras de infraestrutura, os projetos de desenvolvimento econômico e de integração entre seus municípios. Talvez seja, dentre as regiões metropolitanas mencionadas, a menos integrada espacialmente. Iranduba é a cidade mais próxima de Manaus – 22 quilômetros –, enquanto as demais chegam a distar 100 quilômetros da capital. Outro exemplo de desafio à integração é o caso de Careiro da Várzea, cujo acesso ao município se faz, principalmente, por via fluvial.

Este exemplo remete a uma reflexão acerca das contradições na constituição de uma região metropolitana. A descontinuidade é um fato marcante, em oposição a ideia de conurbação ou de integração urbana. As desigualdades se estendem, também, para o campo social e econômico. Todavia, a criação das regiões metropolitanas tem sua relevância do ponto de vista político-administrativo. O reconhecimento destas áreas é um importante meio de fortalecimento institucional e de regular a organização do espaço.

Mas isto não caracteriza, somente, o caso de Manaus. O padrão fragmentado tornou-se um traço marcante na configuração espacial das regiões metropolitanas brasileiras. Tanto a metrópole corporativa e fragmentada de São Paulo, aludindo-se à concepção de Santos (1990), quanto as demais áreas metropolitanas nacionais não integram, de modo uniforme, todos os municípios que as compõem. Este contexto representa o principal mal causado pela metropolização institucional, sem considerar os atributos geográficos. Em se tratando das cidades pequenas, muitas delas parecem mergulhadas numa situação permanente de estagnação, ao passo que áreas circundantes assistem uma dinamização em sua economia.

Um parêntese merece ser mencionado. A análise a partir dos setores das atividades econômicas é utilizada aqui, bem como foi muito empregada no passado, para contribuir na classificação do urbano e do rural. Afinal, a cidade é, do ponto de vista das atividades econômicas, um espaço de produção não-agrícola, ao passo que o campo seria o lugar das atividades primárias. Todavia, a divisão social e territorial do trabalho tornou-se tão complexa, que ampliou a setorização das atividades econômicas. No mundo contemporâneo, a classificação tradicional em primeiro, segundo e terceiro setor, não dá conta, isoladamente, de explicar a organização espacial. Houve uma dispersão e variação significativa das atividades econômicas.

De uma maneira geral, explorar mesmo que sucintamente, o perfil das regiões metropolitanas do país serve para confirmar um fato: a cidade pequena é uma experiência urbana presente em todas as porções do território nacional, seja em áreas metropolitanas ou não. São diversas e repletas de especificidades. Algumas são tipicamente rurais ou agrícolas; outras são industriais; outras históricas; outras turísticas; algumas podem ser consideradas “mortas” (LOBATO, 1995) ou “imaginárias” (VEIGA, 2002); outras possuem características múltiplas. Mas, todas são pequenas e, assim, têm permanecido, apesar de muitas serem esquecidas, seja pelos teóricos que pensam o espaço, seja pelos políticos e suas políticas. Ou, simplesmente, porque elas não têm expressão política. Se estão, em maior número, em áreas não metropolitanas, também não deixam de marcar presença nas regiões metropolitanas do país. Esta amplitude de cenários deixa explícito que o caso de cidades pequenas na região de Campinas não é uma exceção.

2.3. Campinas e suas diversas concepções

O estudo das metrópoles foi, no passado, campo de interesse da Geografia Regional. Isto devido, sobretudo, a sua ordem de grandeza e de influência sobre determinada área. Posteriormente, os estudos de Geografia Urbana permitiram aprofundar e identificar os principais paradigmas sobre a cidade e o urbano. Numa perspectiva para além da relação entre a forma e a função, comumente estabelecida por urbanistas, arquitetos e engenheiros, a Geografia Urbana tem se mostrado mais preocupada com as relações entre forma e conteúdo.

Nesta direção, a ideia aqui é desenvolver um pensamento que estabeleça relação direta entre a Geografia Urbana e a Geografia Regional. Uma cidade ou uma região só pode ser compreendida a partir dos fatores exógenos e endógenos que as engendram. O espaço não é inerte, parado ou isomorfo; ele reage a partir das ações dos sujeitos que o compõem. Assim, a

interação do urbano e do regional, enquanto um cenário mais amplo para análise permite reconhecer as implicações de novas formas de produção e estruturação do espaço, conforme mudanças nos papéis urbanos e nas ações dos atores sociais.

Nesta direção, sustenta-se a ideia de que a economia política da urbanização e a economia política das cidades são processos inseparáveis. Em suma, há uma “relação de causa e efeito recíprocos entre a cidade, como ela se organiza materialmente, e a urbanização, como ela se faz” (SANTOS, 1994b). Refletir sobre a natureza do espaço inclui pensar numa economia política do espaço, da cidade e da urbanização. Entretanto, sua compreensão evoca o entendimento dos conteúdos sociais, políticos, econômicos e ideológicos que os envolvem.

A leitura do espaço é possível de ser efetuada a partir de diversos e diferentes olhares. Os variados olhares sobre a cidade, particularmente no que diz respeito as bases lógicas da investigação científica resultam em diferentes meios e modos de interpretá-la. Reconhecer os fundamentos e teorias acerca da natureza do espaço urbano permite promover uma visão crítica sobre sua produção. Ao mesmo tempo, propicia refletir a respeito dos principais problemas que se manifestam na organização das cidades contemporâneas. Deste modo, a base teórico-conceitual é determinante para indicar o olhar pretendido sobre a cidade e o critério de investigação que propõe explicar como se processa o conhecimento da realidade.

Existe, portanto, uma série de possibilidades de observar a realidade, porém, todas elas apresentam um conjunto de desafios, teóricos e metodológicos, mas, tem, por objetivo, produzir conhecimento e interpretar a realidade. Ao referir-se a Campinas, por exemplo, é possível remeter o pensamento para diversas direções. Campinas envolve variadas conceituações e diferentes leituras urbanas e regionais.

2.3.1. Campinas e suas diversas regiões

Região é um conceito-chave para a Geografia. Outrora considerada uma das mais importantes pela Geografia Clássica, junto com o conceito de paisagem, ambos, por um certo período, sofreram um relativo desprezo por parte dos geógrafos. Os conceitos de espaço e de território foram incorporados de maneira mais intensa pela Geografia e dominaram o debate científico.

No entanto, o termo região, tal qual diversos outros conceitos geográficos, sempre teve largo uso pelo senso comum. Está presente em matérias jornalísticas, em planos de governo ou mesmo utilizada no dia a dia, pelas pessoas ou pela mídia, para delimitar uma

determinada área qualquer. Portanto, cabe aqui uma preocupação geográfica, do ponto de vista científico, para o conceito de região.

O conceito de região sempre esteve ligado à diferenciação ou divisão da superfície terrestre. Toda região possuiria aquilo que Vidal de la Blache (1999)⁸ denominou de “personalidade geográfica”. Isto se estabelecia em função de alguma particularidade ou singularidade de sua realidade física e/ou humana. Todavia, ela tem assumido novos e diferentes significados.

Ao refletir sobre o conceito de região convém retomar os ensinamentos de Corrêa (1991), Gomes (1995) e Lencioni (1999), quando clarificaram que “região” não é um conceito unívoco e incontestável. Sua aplicação não é exclusivamente geográfica, apesar de ser “na Geografia que se encontram as bases do desenvolvimento de conceitos e noções relativos à região” (LENCIONI, 1999). Porém, mesmo no âmbito desta ciência, ele assume variadas formas nas diversas correntes do pensamento geográfico.

Foi na Geografia Alemã que despontou a noção de região natural. Já na Escola Francesa a região surge como um dado concreto, no qual se desenvolve o conceito de região geográfica. Esta seria uma extensão territorial onde se entrelaçam elementos humanos e naturais, visto que, “este conjunto de traços característicos gravam no espírito do geógrafo a ideia de região” (VIDAL DE LA BLACHE, 1982). Além de levar a uma regionalização do território francês, de acordo com as regiões geográficas, esta concepção também influenciou a primeira regionalização do Brasil.

A Escola Norte-Americana representa um momento de transição metodológica. De acordo com Gomes (1995), a região é, para Hartshorne, uma construção intelectual. Esta corrente traz a noção de regionalização ao associar o espaço ao caráter idiográfico ou nomotético da realidade. Dentro desta perspectiva, Lencioni (1999), aponta que a Geografia pode ser idiográfica ao estudar a relação de fenômenos particulares numa determinada área e nomotética quando os fenômenos podem ser classificados em categorias, possibilitando a dedução de leis gerais.

Para a Geografia Quantitativa, o que se segue, é a ideia de uma Geografia mais teórica. Nesta escola a região é uma classe de área. Pode ser definida, estatisticamente, como “um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares” (CORRÊA, 1991). Ou

⁸ Original: VIDAL DE LA BLACHE, P. *Tableau de la Géographie de la France*, Paris, Hachette, 1903.

seja, as regiões são identificadas a partir de dados estatísticos. Esta corrente dá destaque à explicação de padrões espaciais, via teorias de localização e de desenvolvimento regional.

Nesta linha de pensamento o IBGE elaborou, posteriormente, uma leitura regional: o levantamento das regiões de influência das cidades brasileiras. O primeiro foi divulgado em 1972 e o último em 2008. Sob um enfoque funcionalista e voltado para fins administrativos, este estudo teve, inicialmente, o intuito de dividir o país a partir dos espaços polarizados.

A Geografia Radical, segundo Gomes (1995), critica a região funcional e a técnica estatística da corrente Quantitativa. Esta corrente do pensamento geográfico concebe a região como parte de uma totalidade histórica e, portanto, não harmônica, daí a “ênfase no desenvolvimento desigual e combinado e no subdesenvolvimento” (LENCIONI, 1999). A lei do desenvolvimento desigual e combinado traduz-se, espacialmente, num processo de regionalização, ou seja, de diferenciação de áreas. Assim, a região tem como característica essencial a sua inserção na divisão territorial do trabalho e a associação de relações de produção distintas. Afinal, o capitalismo baseia-se intrinsecamente nas desigualdades regionais ou espaciais para sua reprodução, como aponta Soja (1993).

As várias correntes do pensamento geográfico atribuíram importância diferenciada para os estudos regionais. Estes sempre tiveram carregados de um arcabouço ideológico e político. O que influenciou a sua concepção, ora como plano de discurso ora como objeto da prática.

Refletir sobre a região envolve considerar os pontos de vista ou aspectos demográficos, econômicos, sociais, políticos, naturais, administrativos e a escala. Sendo que este último sofre as consequências diretas de um mundo globalizado. A globalização faz com que se tenha um mosaico tão fragmentado de unidades espaciais que ou a região muda de escala ou se “dissolve entre áreas descontínuas e redes globalmente articuladas” (HAESBAERT, 1999).

Contudo, a globalização também representa um discurso de possível homogeneização do espaço mundial. Isto remonta para a ideia de que as regiões, neste contexto, se dissolvem. Assim, na visão descrita por Haesbaert (op. cit.), tem-se uma contraposição a ideia de região como unidade espacial contínua, não fragmentada. As questões regionais, conforme o autor, devem ser analisadas a partir dos territórios-rede, fisicamente descontínuos, mas com fortes conexões internas. Estas dariam conformação às redes regionais.

Portanto, a região continua a existir e “continua a desafiar os geógrafos em sua tarefa de tornar inteligível a ação humana no tempo e no espaço” (CORRÊA, 2005). No entanto, não

mais com a configuração e o alcance de antes. Uma característica que desponta desta nova forma de regionalização é o papel articulador entre diversas localidades ou países, visando estratégias de inserção no mercado globalizado. O que modificou, foram as escalas de regionalização.

Vê-se, assim, que a região engloba, simultaneamente, aspectos diversos. As relações econômicas, políticas e sociais que se manifestam na escala local, são fortemente influenciadas por interesses globais. Por isto, a questão da escala, cada vez mais, é incorporada ao debate urbano e regional. O ordenamento territorial, particularmente neste momento de novos arranjos espaciais, voltados à inserção dos espaços à economia globalizada, sofre influência de fatores associados a transformações multi-escalares.

No Brasil, os estudos regionais adquiriram importância a partir da criação do IBGE, em 1937. Desde então, diversos estudos procuraram discutir tanto o processo de regionalização do país, quanto elaborar estudos e políticas voltados para o crescimento econômico. Em certa medida, a região, em geral, tendeu a manter uma relação intrínseca ao planejamento e às políticas administrativas.

Não por acaso, muitos associam o insucesso dos planos de desenvolvimento regional, no país, ao descrédito do próprio conceito de região. Mesmo porque as regionalizações realizadas pelos órgãos de governo tiveram natureza tipicamente administrativa. Deste modo, pode-se considerar certa imprecisão na base de critérios para a criação das regiões.

Diversas formas de regionalização também ocorreram no território paulista. Seja como modelo geográfico ou como estratégia de um desenvolvimento territorial mais equitativo. De maneira geral, representaram diferentes repartições para um mesmo território, a partir dos critérios e objetivos que se desejava atingir. Porém, os aspectos econômicos e políticos sempre se sobressaíram sobre os demais.

Assim, cada uma das regionalizações estabelecidas teve “uma estrutura independente, que agrupa municípios diversos e é definida por meio de critérios próprios, com o propósito de organizar a operacionalização dos serviços a partir das demandas específicas do setor” (SÃO PAULO, 2011). Deste modo, diversas leituras regionais são possíveis. Isto se verifica para o caso de Campinas: Mesorregião e Microrregião geográfica; Região Administrativa e de Governo; Região de áreas de influência do IBGE; e Região Metropolitana.

A constituição de cada região representa uma área de natureza político-administrativa com fins de atender serviços especiais. Sua definição, nesta perspectiva, aproxima-se da ideia de governança territorial. Afinal, trata-se de “estratégias dos atores

coletivos que se engajam para coordenar ações que permitam resolver problemas locais e regionais oriundos da aglomeração, da especialização ou especificação territorial” (PIRES et al., 2011).

De acordo com os autores citados, a governança territorial pode ser definida como o processo organizacional-institucional de construção de uma estratégia visando a resolução de problemas. Nesta direção, assume a qualidade de governança política⁹ também. Porém, o aspecto administrativo-político tem imperado, em detrimento da gestão integrada e do favorecimento ao desenvolvimento exógeno que as regionalizações poderiam representar.

A regionalização é uma questão importante para a Geografia. No Brasil, sempre representou um grande desafio. O país já passou por diversas tentativas de divisões regionais. Desde a década de 1940 o IBGE divide o território nacional e estadual em zonas ou mesorregiões e microrregiões geográficas com finalidade de pesquisa, levantamento e sistematização de dados. Porém, se em nível nacional sempre se viu dificuldades nos processos de regionalização, em escalas menores, o desafio é ainda maior. Isto porque, nestas, a configuração territorial pode ser modificada muito mais facilmente, como ocorre, por exemplo, com processos constantes de criação de municípios.

As mesorregiões e microrregiões são compostas por diversos municípios de uma determinada área geográfica com similaridades econômicas e sociais. Para sua definição são consideradas as relações de produção, as características da estrutura produtiva e as articulações daí resultantes. Esta divisão foi criada para fins estatísticos, não constituindo uma entidade política ou administrativa.

Diferentemente, as Regiões Administrativas e as Regiões de Governo representam uma forma de regionalização efetuada pela administração estadual. Seu objetivo foi o de desconcentrar os serviços prestados pela administração estadual; estimular políticas ou programas que favorecessem o desenvolvimento regional, via teoria dos polos de crescimento; além de ampliar a participação do local. Deste modo, “cumprem, precipuamente, objetivos que dizem respeito somente ao planejamento e à gestão das ações descentralizadas dos órgãos setoriais” (SÃO PAULO, 2011).

A definição das Regiões Administrativas e dos polos regionais baseou-se na análise da rede urbana e das suas respectivas áreas de influências. Nelas “estão localizados os Escritórios Regionais de Planejamento (Erplans), que são os braços regionais da então

⁹ “(...) a governança se refere às interações entre o Estado e a sociedade e, portanto, sistemas de coligação e de grupos de pressão públicos e privados. (...) tem como objetivo tornar a ação pública mais eficaz e próxima ao bem-estar e interesse do público (...) Assim, fala-se de governança local, gestão urbana, governança territorial e de governança global”. (PIRES et al., 2011, p. 30).

Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, para execução de seus programas e ações” (SÃO PAULO, 2011). Já as sub-regiões das Regiões Administrativas constituíram as chamadas Regiões de Governo. A partir destes pressupostos identificaram-se dois escalões principais de áreas polarizadoras: as sedes das Regiões Administrativas e dos polos sub-regionais.

Como resultado, tem-se, atualmente, 15 Regiões Administrativas no estado de São Paulo, que correspondem também às mesorregiões geográficas e 63 Regiões de Governo ou microrregiões geográficas. De acordo com a Constituição de 1988, uma Microrregião é um agrupamento de municípios limítrofes, cuja finalidade é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

A Região Administrativa de Campinas é composta por 90 municípios. É a segunda mais populosa do estado, com mais de 6 milhões de habitantes. Tornou-se um dos principais eixos de desenvolvimento no estado. Possui a maior concentração industrial do interior paulista, com indústrias diversificadas e modernas. Ademais, também apresenta um setor terciário dinâmico, agricultura com alto valor comercial e municípios valorizados, como as estâncias turísticas.

As principais cidades desta região são: Americana, Campinas, Jundiaí, Limeira, Mogi-Mirim, Paulínia, Piracicaba e Rio Claro. A Região Administrativa de Campinas é servida por uma ampla malha de rodovias de alta capacidade e possui uma excelente logística aeroportuária, rodoviária e ferroviária, o que facilita o escoamento da produção tanto para o mercado interno quanto para o externo. Conta também com uma grande base de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, com instituições reconhecidas internacionalmente.

Com relação à Região de Governo, a de Campinas, é formada por 22 municípios. Destes, 18 também fazem parte da Região Metropolitana, sendo que dentre os municípios que integram esta, apenas Itatiba não pertence a Região de Governo. Os demais municípios são: Estiva Gerbi, Itapira, Mogi Guaçu e Mogi Mirim.

Numa perspectiva da rede urbana brasileira, o IBGE faz, periodicamente, um levantamento das regiões de influência das cidades. Neste, as cidades são classificadas em cinco grandes níveis, com suas subdivisões: metrópoles (grande metrópole nacional, metrópole nacional e metrópole), capital regional (capital regional A, capital regional B e capital regional C), centro sub-regional (centro sub-regional A e centro sub-regional B), centro de zona (centro de zona A e centro de zona B) e centro local.

No último, publicado em 2008, Campinas foi classificada como uma Capital Regional “A”, de acordo com a metodologia aplicada¹⁰. Este subgrupo inclui as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas¹¹. O panorama geral de seu posicionamento no quadro da rede urbana é revelador de sua região de influência. Como Capital Regional “A”, ela exerce influência sobre os extratos inferiores da rede urbana, como estão exemplificados nas figuras 4 e 5, extraídos da publicação do IBGE (BRASIL, 2008). Na primeira tem-se uma percepção da hierarquia urbana a partir de São Paulo, que mantém importância primaz, por possui papel central na estrutura econômica e produtiva. A segunda é um mapa da região de influência de Campinas, representando a estrutura da rede e as conexões estabelecidas entre as cidades.

¹⁰ “Na atual versão, privilegiou-se a função de gestão do território (...) Com a utilização de informações secundárias e registros administrativos, tanto de órgãos estatais quanto de empresas privadas, é possível avaliar níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica. (...) para garantir a inclusão de centros especializados possivelmente não selecionados por aquele critério, foram realizados estudos complementares (também com base em dados secundários), enfocando diferentes equipamentos e serviços – atividades de comércio e serviços, atividade financeira, ensino superior, serviços de saúde, Internet, redes de televisão aberta, e transporte aéreo. (...) Na etapa seguinte, foram investigadas ligações entre cidades, de modo a delinear as áreas de influências dos centros, e a esclarecer a articulação das redes no território. (...) A etapa final consistiu na hierarquização dos centros urbanos, para a qual foram elementos importantes a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro”. (IBGE, 2008b, p. 131)

¹¹ Isto significa que o IBGE não reconhece e classifica a cidade de Campinas em nenhum dos subgrupos das metrópoles, mesmo sendo a cidade central de uma região metropolitana. A Capital Regional “A” corresponde a categoria que “possui capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios” (IBGE, 2008b).

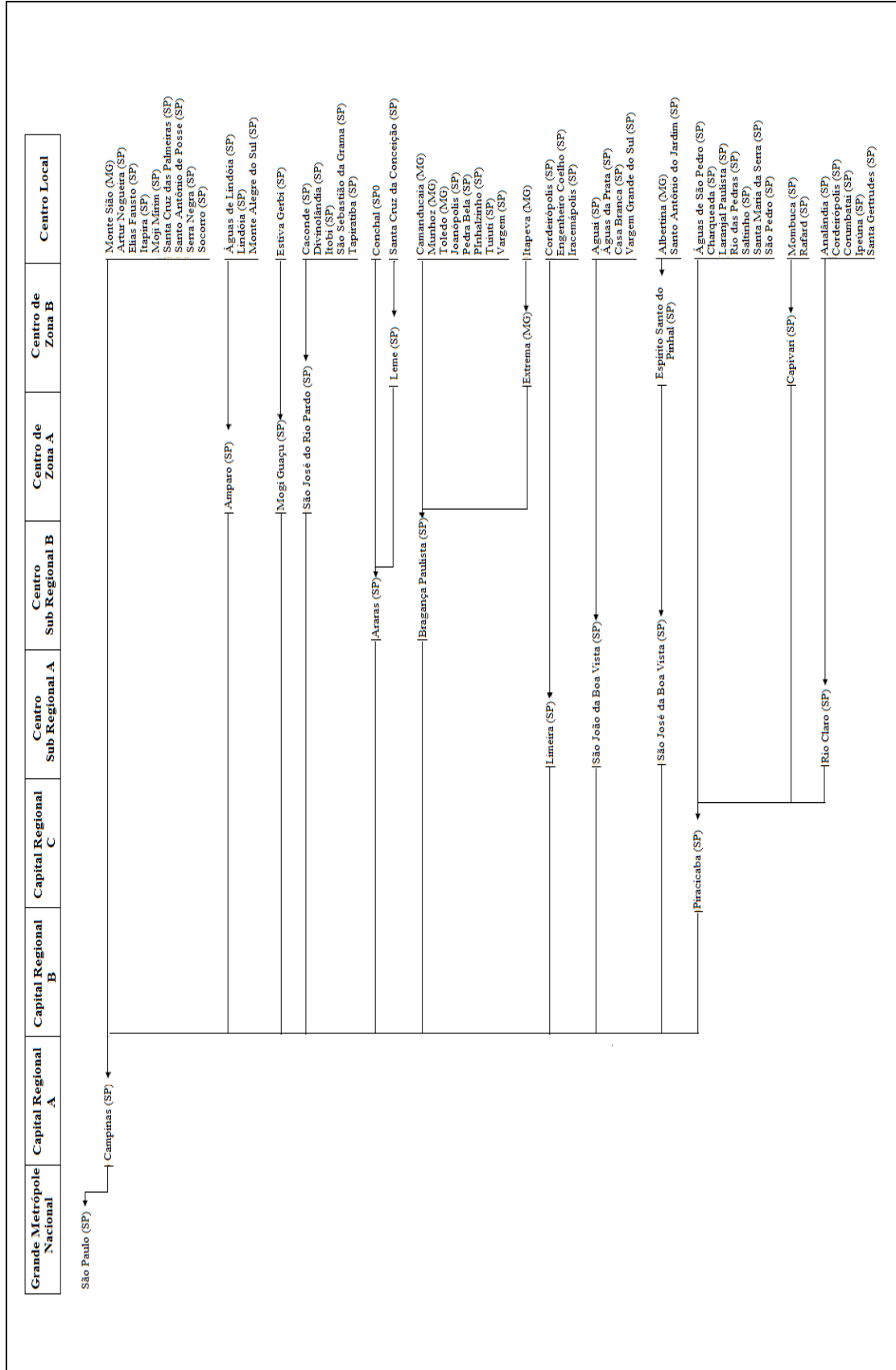


Figura 4: Quadro da rede urbana a partir da região de influência de São Paulo. Fonte: BRASIL. IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008b.

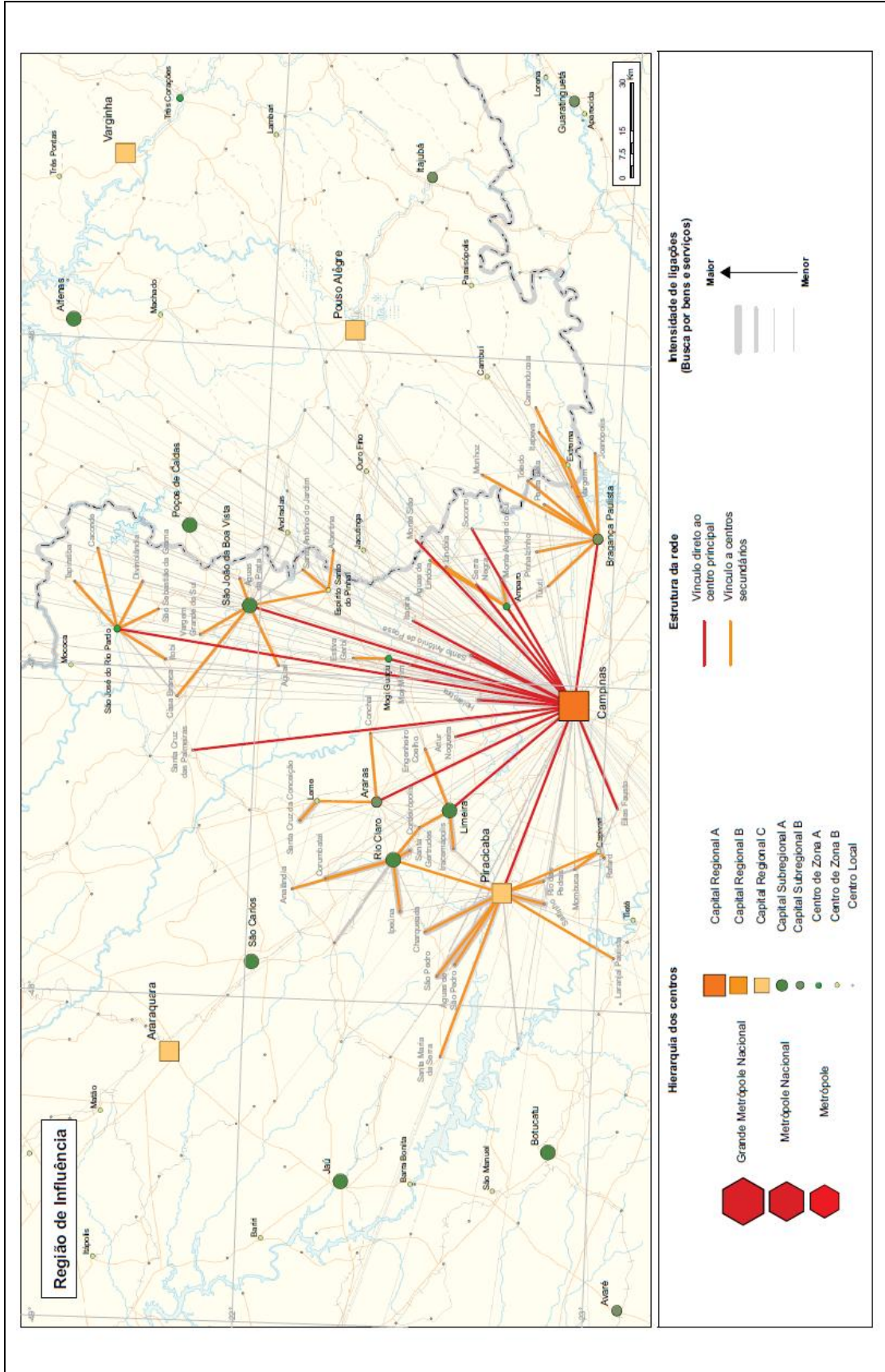


Figura 5: Mapa da Região de Influência de Campinas.
 Fonte: BRASIL. IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008b.
 Org. BRASIL, 2008.

Campinas contempla uma ampla região de influência. Esta inclui tanto as cidades de sua Região Administrativa quanto outras que extrapolam os limites do estado, como são os casos, por exemplo, das cidades mineiras de Monte Sião, Extrema e Camanducaia (como pode ser observado nas figuras 4 e 5). A partir da centralidade campineira se estabelece a hierarquização urbana (figura 5), que resulta numa rede complexa de cidades.

Uma observação interessante nesta análise é o fato do levantamento não fazer alusão a todas as cidades da Região Metropolitana de Campinas. Apenas são citadas as cidades de Artur Nogueira, Engenheiro Coelho e Santo Antônio da Posse. Todavia, é óbvio que as demais são, diretamente, influenciadas por Campinas, que além de ser a sede da Região Administrativa e de Governo, também é a cidade central da região metropolitana. Isto suscita indagações relativas a omissão de informações sobre cidades como Sumaré, Hortolândia e Americana, intimamente articuladas à Campinas; ou, em outros casos, desconsideram as conexões virtuais ou concretas que se estabelecem entre Campinas e cidades próximas, mas não inclusas na região metropolitana, como por exemplo: Jundiaí.

Esta falta pode ser resultado da metodologia utilizada, que classifica os centros urbanos a partir da funcionalidade dos lugares. Não atribui relevância direta a concentração populacional. Assim, privilegia-se a função de gestão do território, “avaliando níveis de centralidade do Poder Executivo e do Judiciário no nível federal, e de centralidade empresarial, bem como a presença de diferentes equipamentos e serviços” (BRASIL, 2008b). A partir disto, o levantamento das conexões entre as cidades permitiu delinear suas áreas de influência.

Entretanto, a realidade é sempre muito mais complexa do que qualquer teoria ou modelagem espacial. Sendo assim, é importante considerar que os fluxos e conexões que se relacionam com Campinas atingem um alto grau de complexidade, devido, inclusive, a heterogeneidade de cidades, de diferentes portes territoriais e populacionais, que a circunda, dentro ou fora dos limites de sua região metropolitana. Isto confirma que a dimensão espacial é sempre mais difícil de ser apreendida do que a sua forma institucionalizada. Por isto é interessante pensar a metropolização enquanto um processo dinâmico, que não é subscrito de forma inerte ou isomorfa.

Também, é relevante enfatizar que o caráter institucional da Região Metropolitana de Campinas deve ser entendido com base nos projetos e políticas territoriais. O artigo 153 da Constituição Estadual de 1989 e a Lei Complementar 760/1994, estabeleceram diretrizes para a divisão do território paulista em unidades regionais. Esta lei explica os princípios de integração que devem estar presentes na organização regional do estado. Assim, a Lei

complementar de número 870 de 2000, que criou a Região Metropolitana de Campinas, obedeceu à Carta Magna do estado. Destarte, o reconhecimento institucional da região revela que a “estruturação da rede urbana, além de condicionada por sua formação histórica, também resulta de processo de planejamento regional” (SILVA NETO, 2008).

Composta por 19 municípios¹², numa área de 3.647 km², é formada, além da cidade central, por um conjunto de núcleos urbanos de porte médio e pequeno. A tabela 14 registra este quadro, apresentando a população total dos municípios no período entre 1970 e 2010.

Tabela 14: População total dos municípios da Região Metropolitana de Campinas (1970 - 2010).

Municípios	1970	1980	1991	2000	2010
Holambra	NE	NE	NE	7.211	11.292
Engenheiro Coelho	NE	NE	NE	10.033	15.719
Santo Antônio de Posse	7.799	10.872	14.327	18.124	20.635
Pedreira	15.053	21.383	27.972	35.219	41.549
Artur Nogueira	10.171	15.941	28.053	33.124	44.220
Jaguariúna	10.391	15.210	24.999	29.597	44.331
Monte Mor	7.960	14.020	25.559	37.340	48.971
Nova Odessa	8.336	21.893	34.063	42.071	51.278
Cosmópolis	12.110	23.232	36.684	44.355	58.821
Vinhedo	12.338	21.641	33.612	47.215	63.685
Paulínia	10.708	20.755	36.706	51.326	82.150
Itatiba	28.376	41.631	61.645	81.197	101.450
Valinhos	30.775	48.922	67.886	82.973	106.968
Santa Bárbara d'Oeste	31.018	76.621	145.266	170.078	180.148
Hortolândia	NE	NE	NE	152.523	192.225
Indaiatuba	30.537	56.237	100.948	147.050	201.848
Americana	66.316	122.004	153.840	182.593	210.701
Sumaré	23.074	101.834	226.870	196.723	241.437
Campinas	375.864	664.559	847.595	969.396	1.080.999
Região Metropolitana	680.826	1.276.755	1.866.025	2.338.148	2.798.427

Fonte: Censos demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 – IBGE.

Nota: NE - não existia

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Uma tabela com dados de diferentes momentos permite identificar que a tônica fundamental que se desenrolou na região metropolitana é o crescimento contínuo. Isto se verifica em todos os seus municípios, mesmo entre aqueles que se desmembraram territorialmente. Exceção foi o caso de Sumaré, que apresentou uma queda significativa no momento em que Hortolândia se emancipou, levando consigo um grande contingente populacional.

É possível, também, estabelecer comparações. A mais evidente seria a inversão do número de municípios numa classificação por grupo de tamanho populacional (figura 6).

¹² Em março de 2014, Morungaba, com 11.775 habitantes, passou a ser a vigésima cidade a compor a Região Metropolitana de Campinas.

Pode-se observar que a região, no ano de 1970, possuía dez municípios com menos de 25 mil habitantes, enquanto em 2010 esta categoria totalizou apenas três. Na categoria de municípios com mais de 100 mil habitantes, o total passou de um, em 1970, para oito em 2010.

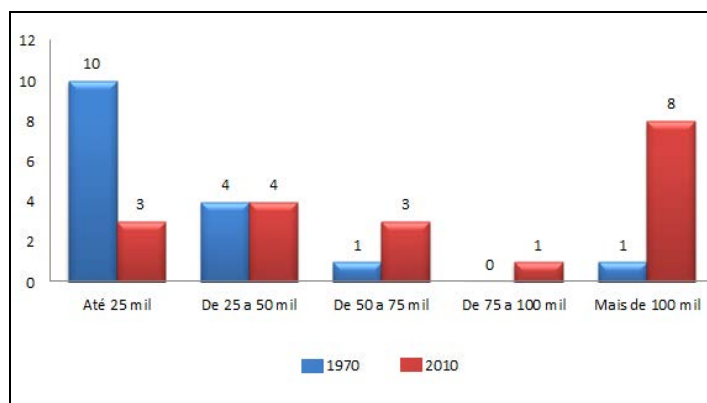


Figura 6: Número de municípios da Região Metropolitana de Campinas por classe de tamanho populacional, em 1970 e 2010.

Fonte: Censos demográficos 1970 e 2010 – IBGE.

Org. Orlando Moreira Junior, 2014.

A figura 6, juntamente, com a tabela 14 contribui para identificar a velocidade em que ocorreram as alterações nas classes de tamanho das cidades da região. O comportamento populacional influencia e é influenciado por alterações na organização do espaço. Uma análise mais detalhada da dinâmica demográfica da Região Metropolitana de Campinas será realizada no próximo capítulo.

Como decorrência das mudanças apresentadas na figura 6 e na tabela 14 é possível notar, na região, a ocorrência de mudanças territoriais, principalmente de natureza político-administrativo. A criação da região metropolitana, portanto, deriva de processos que antecederam sua institucionalização. Daí a importância no entendimento de sua formação à luz de contextualizações pretéritas. Baker e Gregory (1984), numa abordagem a partir da Geografia Histórica, oferecem importantes contribuições para destacar a significância dos estudos das sociedades do passado, para compreender o presente.

Sendo assim, é relevante retomar aos fatos ocorridos na formação dos municípios da Região Metropolitana de Campinas para recortar acontecimentos que precederam e explicaram a regionalização e organização espacial atual. As modificações que ocorreram de modo diferenciado “no tempo e no espaço e, desse modo, inscreve geografias históricas bem diferentes nas diferentes formações sociais regionais” (SOJA, 1993).

Assim, além dos aspectos institucionais, fatores históricos marcaram a formação geográfica da Região Metropolitana de Campinas, devendo ser considerados ante o

entendimento das transformações processuais que alteraram e atribuíram forma e conteúdo a este espaço. De tal modo, se a finalidade deste trabalho centra-se em questões sociais e econômicas dos espaços urbano e regional, abordar os aspectos que envolvem sua formação territorial, via desmembramento administrativo, contribui para encontrar histórias comuns e divergentes entre os municípios. Primeiramente, naquilo que se refere ao ano de criação tanto dos distritos quanto dos municípios, marcados por condicionantes variados, no tempo e no espaço, como: a questão legal, os interesses político-administrativos, o tamanho populacional, a viabilidade econômica e a existência de infraestrutura, equipamentos e serviços. Segundo, aos municípios de origem aos quais eles estavam vinculados.

A fim de compreender a organização espacial histórica no estado de São Paulo, o Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC – elaborou um “quadro do desmembramento territorial-administrativo dos municípios paulistas” (SÃO PAULO, 1995). Embasado por ele, é possível realizar um exercício sucinto acerca do histórico de formação, incorporação e desmembramento territorial dos municípios que constituem a região, como se vê registrado na tabela 15.

Tabela 15: Municípios da Região Metropolitana de Campinas, segundo município de origem, ano de criação do Distrito e ano de elevação à categoria de Município.

Municípios	Município de origem	Ano da criação do Distrito	Ano de elevação a categoria de município
Campinas	Jundiaí	1775	1797
Itatiba		1830	1857
Vinhedo		1908	1948
Indaiatuba	Itu	1830	1859
Monte Mor		1832	1871
Artur Nogueira	Mogi-Mirim	1916	1948
Santo Antônio de Posse		1893	1953
Jaguariúna		1896	1953
Pedreira	Amparo	1890	1896
Santa Bárbara d'Oeste	Campinas/Piracicaba *	1844/1846	1869
Americana	Campinas	1904	1924
Cosmópolis		1906	1944
Valinhos		1896	1953
Sumaré		1909	1953
Paulínia		1944	1964
Nova Odessa	Americana	1938	1959
Hortolândia	Sumaré	1953	1991
Engenheiro Coelho	Artur Nogueira	1980	1991
Holambra	Jaguariúna, Artur Nogueira, Cosmópolis e Santo Antônio da Posse **	1991	1991

Fonte: SÃO PAULO, 1995.

* O distrito de Santa Bárbara foi transferido do Município de Constituição para o de Campinas em 1844. Em 1846, o Distrito passou a pertencer ao Município de Piracicaba.

** Holambra foi desmembrada de quatro municípios.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

O objetivo principal da tabela é o de apresentar e avaliar um conhecimento sobre o processo histórico que engendrou a estruturação territorial e administrativa das municipalidades da região. Importante frisar que, historicamente, motivações diferenciadas induziram aos sucessivos desmembramentos que resultaram na atual configuração espacial paulista. Em São Paulo, consideram-se “sete municípios originários¹³ para o estado” (SÃO PAULO, 1995). Com base nisto, vale destacar que, no caso da região em estudo, todos seriam originários do município de São Paulo.

Apesar desta característica em comum, espacialmente e historicamente, os registros revelam diferentes processos de formação da dimensão histórica dos municípios. Todavia, isto não impede a existência de uma identidade em comum entre a maioria deles, em especial, aqueles que se formaram a partir do desmembramento do município de Jundiaí, num primeiro momento, e de Campinas, posteriormente.

Uma contribuição para o entendimento deste processo histórico está presente na figura 7. Com intuito de clarificar os diferentes momentos em que ocorreu o desmembramento territorial e administrativo das municipalidades que abrangem esta região, utilizou-se de pressupostos legais circunscritos historicamente para estabelecer as classes de períodos. Estes estão diretamente ligados à ascendência dos princípios presentes nas Constituições brasileiras. Ante isto e analisando o ano de elevação à categoria de município, pode-se chegar a seis grupos: antes de 1822 (período em que imperava a Constituição Portuguesa); entre 1822 e 1890 (período correspondente ao Império Brasileiro, englobando as Constituições de 1822 e 1824); entre 1891 e 1933 (República Velha, referente à Constituição de 1891); entre 1934 e 1945 (momento da chamada Era Vargas e do Estado Novo, a qual contempla as Constituições de 1934 e 1937); entre 1946 e 1966 (República Populista, correspondente à Constituição de 1946); e, por fim o período pós 1988 (que deu forma ao regime político vigente). Ressalte-se que não há registro, na região, de processo emancipatório na vigência das Constituições de 1967 e 1969, que perduraram durante o Regime Militar.

¹³ De acordo com o estudo realizado pelo IGC são considerados originários os municípios de: São Vicente, São Paulo, Iguape, Cananéia, Mogi das Cruzes, Ubatuba e Taubaté.

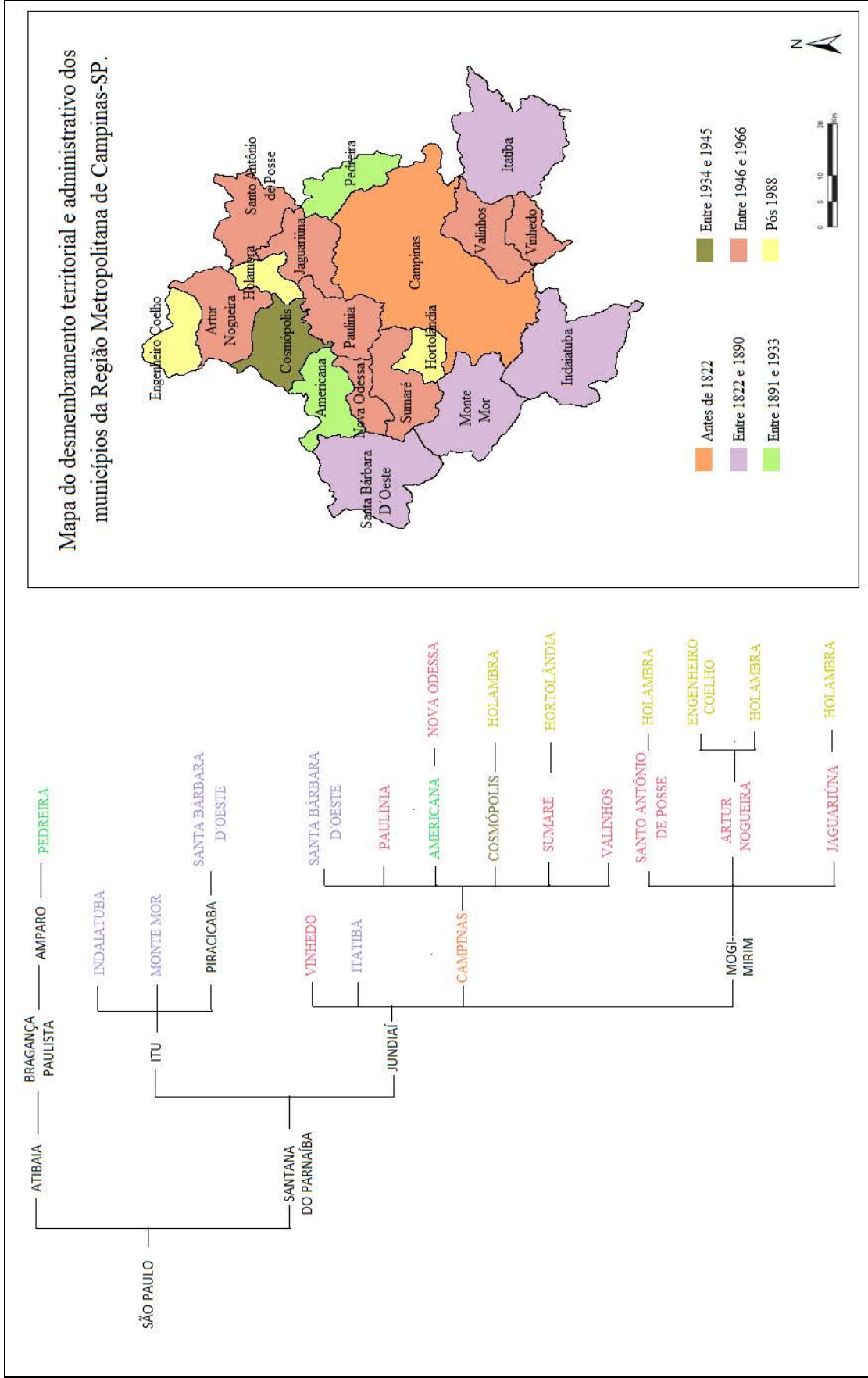


Figura 7: Desmembramento territorial e administrativo dos municípios da Região Metropolitana de Campinas, por classe de períodos. Fonte: Adaptado de São Paulo (1995). Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

O quadro territorial e administrativo pressupõe uma formação histórica que explica sua origem e que auxilia a compreensão das transformações e permanências no espaço urbano atual. Traços particulares podem ser observados entre as cidades pequenas. Grosso modo, a expansão da atividade agrícola é um ponto chave para ocupação da região, a partir da qual se teve diversos desdobramentos que permitiram o surgimento de povoados, tais como: a construção de capelas, a ferrovia e a migração.

Artur Nogueira tem seu início, em 1904, quando a empresa Artur Nogueira & Cia. doou ao estado uma gleba de terras, formando a Seção Artur Nogueira. Posteriormente, a ferrovia atingiu a região em 1907, favorecendo o povoamento nas proximidades da estação e com a construção de uma capela, em 1916, quando a povoação foi elevada à categoria de Distrito. Engenheiro Coelho, sede de distrito do município de Artur Nogueira, também teve sua origem ligada a construção de uma estação, cuja obra esteve sob responsabilidade do engenheiro José Luiz Coelho, que influenciou a escolha do nome do povoado.

Jaguariúna, igualmente, tem sua história ligada a estrada de ferro. O povoado se desenvolveu nas proximidades da "Estação de Jaguari". A construção de uma igreja, em 1889, favoreceu o desenvolvimento do núcleo urbano, elevado a Distrito de Paz em agosto de 1896. Pedreira, originou seu povoado graças ao coronel proprietário fundiário que promoveu arreamento e loteamento de parcela de suas terras. Por ter vários filhos com nome de Pedro, o povoado ficou conhecido como Pedreira. A construção de um ramal ferroviário propiciou rápido povoamento, sendo aí instalado em 1890, um Distrito Policial e, no mesmo ano, o Distrito de Paz.

A construção de uma capela favoreceu o povoamento inicial de Monte Mor que, em 1832, foi criada com o nome de Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio de Água Choca. No caso de Santo Antônio de Posse, a construção de uma igreja também motivou o povoamento com a construção de edificações ao seu redor, sendo elevado à categoria de distrito de Moji Mirim, no ano de 1893.

Uma particularidade é o caso de Holambra, que começou com a chegada dos primeiros imigrantes holandeses em 1948. A cidade foi montada num sistema corporativista de trabalho, inicialmente, de leite e laticínios e, posteriormente no ramo de flores e plantas ornamentais.

Estes pressupostos históricos, bem como os critérios político-administrativos e geográficos devem ser contemplados no entendimento da formação espacial das regiões metropolitanas, de modo geral, e de Campinas, em particular. A identidade histórica, juntamente com a proximidade espacial e a possibilidade de integração viária dos espaços

urbanos e regionais criaram condições para a constituição geográfica de uma região metropolitana. Ao passo que o reconhecimento institucional deste fenômeno envolveu fatores e interesses tanto administrativos quanto políticos. Isto ajuda a explicar a razão de municipalidades como Jundiaí, Limeira, Mogi-Mirim, entre outras, não terem sido incluídas na estruturação da região metropolitana.

Dentre os processos físicos que favorecem a metropolização, a implantação de rodovias desponta como elemento fundamental, pois propicia condições para integração entre as cidades e a intensificação dos fluxos. Os sistemas de circulação sempre tiveram papel relevante para o desenvolvimento territorial e econômico da região. Se a necessidade de fluidez tornou a ferrovia importante no passado, fundando e expandindo cidades, recentemente a rodovia predomina e a presença de um aeroporto adiciona novas formas à circulação.

Na atualidade, a Região de Campinas conta com um amplo sistema viário, bastante ramificado. Possui uma série de rodovias que servem de ligação entre as cidades da área metropolitana. Além disto, apresenta importantes eixos que dão acesso a outras regiões, fundadas em momentos diferenciados: Rodovia Anhanguera (1940), Rodovia Dom Pedro (1972), Rodovia dos Bandeirantes (1978), e Rodovia Santos Dumont (década de 1980).

A ampla malha viária permitiu uma densa ocupação urbana, com algumas áreas já conurbadas e outras possibilidades de integração entre as cidades. Os processos de urbanização atrelados aos fatores históricos, geográficos e sociais, contribuíram para a região se tornar uma das áreas, economicamente, mais dinâmicas do país. O papel central exercido pela cidade de Campinas e a extensão de seu território produtivo para o espaço ao entorno, foram determinantes e criaram condições e dinâmicas próprias que favoreceram a criação da região metropolitana. Resumidamente:

Com a presença de múltiplos ramos e setores industriais, forças centrípetas foram acionadas em seu interior; todavia, restrições de espaço físico, uma excelente rede rodoviária (que realiza tanto a interligação municipal quanto a regional, como se viu), concessões e estímulos oferecidos por municípios vizinhos (“guerra fiscal”), preços mais altos dos terrenos, foram, entre outros, fatores que propiciaram a extensão do território produtivo para municípios próximos ou contíguos (e a correlata conurbação). Tais movimentos (entre outros) inscreveram-se em um ativo processo de metropolização, que integrou as áreas urbanas de Campinas e de cidades vizinhas; deu origem a Região Metropolitana oficial. (SELINGARD-SAMPAIO, 2009, p. 420)

O quadro econômico e o padrão de urbanização da região, diretamente relacionados à forma de expansão, uso, ocupação e organização espacial da região, compõem uma

complexidade que envolve questões e contradições que atingem o nível metropolitano. Deste modo, a Região Metropolitana de Campinas é marcada tanto pelo forte dinamismo econômico, quanto por desigualdades e vulnerabilidades¹⁴ socioespaciais.

Junta-se, ainda, o agravamento das questões ambientais que reverberam em consequências para a população residente. Afinal, os riscos ambientais são mais significativos nas porções do espaço onde estão os segmentos menos abastados da sociedade. Nesta direção vale citar que a referida região foi considerada, de acordo com estudo realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e divulgado em 2011, a terceira mais poluída do Brasil, ficando a frente das regiões metropolitanas de São Paulo e Curitiba, por exemplo.

É interessante observar como Campinas envolve diferentes leituras regionais e, portanto, uma sobreposição de regionalizações. Isto possibilita efetuar diversas análises sobre este referencial empírico. Como consequência, existe uma série de recortes espaciais que podem ser delimitados. A partir daí pode-se aplicar conceitos diferentes e realizar leituras variadas sobre uma mesma espacialidade. Mas todas tendem a expressar a materialização das problemáticas da sociedade, inseparáveis de seus aspectos políticos, econômicos e ambientais.

A regionalização depende dos critérios empregados e objetivos que se quer atingir. Entendê-los é primordial quando se pretende analisar os pontos na rede de cidades. Afinal, uma cidade não pode ser vista isoladamente, ela está sempre inserida num contexto mais amplo, que ajuda a defini-la enquanto fato concreto, além de explicar sua formação social, econômica e espacial. Deste modo, de maneira geral, é necessário o entendimento e a compreensão de diversas leituras regionais que são possíveis para uma mesma área. De modo abreviado, este panorama está exposto na figura 8, na qual se procura representar, historicamente, a organização e estruturação de Campinas sob o aspecto regional.

¹⁴ Um panorama da vulnerabilidade na Região Metropolitana de Campinas é retratado, de modo minucioso, no livro organizado por Cunha (2006), que traz os resultados de pesquisa desenvolvida no Núcleo de Estudos de População (NEPO), da UNICAMP. Outro esforço que caminha nesta direção é o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), desenvolvido pela Fundação SEADE, que considera as dimensões socioeconômica e demográfica para introduzir a dimensão espacial do indicador de vulnerabilidade social.

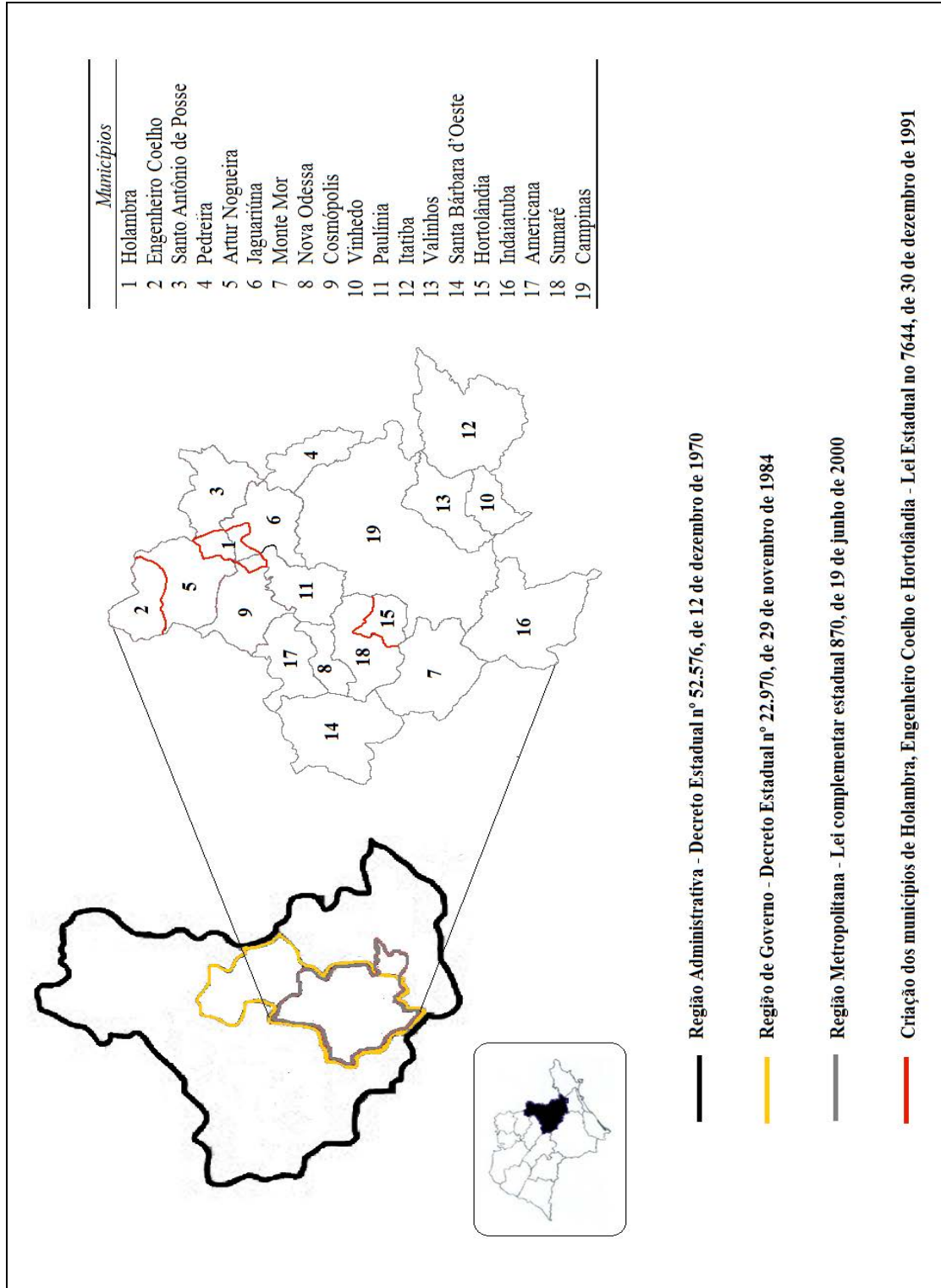


Figura 8: Campinas e suas diversas regionalizações, segundo sua formação histórica. Org. Orlando Moreira Junior, 2014.

2.3.2. Campinas e suas possíveis definições regionais

É sob a perspectiva da Região Metropolitana que a análise de suas cidades pequenas, será efetuada. Para tanto, é importante a elaboração de reflexões teórico-conceitual acerca de Campinas. Esta contextualização é esclarecedora para o entendimento da organização espacial da economia e da urbanização de toda esta região, no contexto de significativas variações das tendências demográficas.

Esta abordagem procura explicar o espaço não apenas pelo seu uso em determinado momento, mas como resultado de um processo histórico. Isto significa colocar o objeto estudado numa perspectiva tanto espacial quanto temporal. Portanto, deve-se apreender as ações, interesses e estratégias estabelecidas pela ordem vigente, considerando o preexistente e o novo, a fim de captar causas e conseqüências do fenômeno espacial. Assim, é preciso observar a realidade urbana associada a uma ordem econômica e social, ainda mais quando se trata de uma situação extremamente diversificada que inclui, desde cidades pequenas, até aglomerações conurbadas.

Além de Campinas enquanto cidade ou município, há outras definições nas quais se pode enquadrá-la. Paralelamente, surgem dúvidas e questionamentos acerca de aplicações teóricas e conceituais, uma vez que a realidade é sempre mais complexa do que qualquer conjunto de princípios ou de conhecimentos de determinada ciência. As generalidades são difíceis de serem empregadas ao real, pelo seu caráter singular. Esta ressalva se faz necessária ao se pensar as possíveis definições que podem ser atribuídas a Campinas, no âmbito regional, tendo por base concepções epistemológicas advindas de outras experiências urbanas. De tal modo, diversas e diferentes conceituações podem ser atribuídas a ela.

Firmou-se como um importante polo de desenvolvimento ou, utilizando o conceito de Perroux (1977), constituiu um “polo de crescimento”. Já, num contexto recente de transformações na economia global, novos paradigmas emergiram diante do cenário de globalização redefinindo, sobretudo, as teorias de localização da produção, como, por exemplo, na abordagem da vantagem competitiva das nações, de Porter (1993). Diante disto, no quadro brasileiro, priorizou-se “a inserção competitiva dos polos dinâmicos do país na economia mundial” (BACELAR, 2000), privilegiando os pontos já luminosos, como é o caso da região campineira.

Neste contexto, houve uma tendência à concentração espacial do dinamismo produtivo no país, em contraposição as políticas de desconcentração e descentralização. Nesta

direção, numa abordagem a partir da economia política, destacam-se os chamados “tecnopolos”, muito citados por Benko (2002). Para este autor, “tecnopolo” seria, a um só tempo, polo tecnológico e cidade dotada de funções de polarização regional. Isto significa que é a reunião, num mesmo espaço, de atividades de alta tecnologia, empresas, centros de pesquisa, universidades e organismos financeiros, que produzam sinergia entre si, criando novas ideias e inovações. Em suma, o “tecnopolo” pode ser visto como a evolução do conceito de polo de crescimento, caracterizado, principalmente, pela concentração geográfica industrial e modernização tecnológica.

Ainda sob a perspectiva das teorias de localização, Campinas poderia ser vista, no contexto paulista, como “metrópole de equilíbrio” (utilizando a terminologia aplicada a realidade francesa da década de 1960). Ela estabelece integração, mesmo que não de modo uniforme, entre o núcleo principal e um determinado número de cidades – de porte médio e pequeno – e o campo.

Também, pode-se olhar Campinas como uma cidade-região. Este novo arranjo espacial ocorre a partir da intensificação do processo de urbanização regional e da lógica de integração do núcleo metropolitano com seu entorno, e vice-versa. Isto significa que a força centrípeta exercida pela cidade interfere na dinâmica econômica regional. No caso de Campinas temos esta situação cuja centralidade extrapola o nível metropolitano e atinge cidades como Jundiaí, Limeira e Mogi Mirim, por exemplo.

Outras análises apontam Campinas como partícipe da formação de uma “megalópole” do sudeste brasileiro, como coloca, dentre outros, Queiroga (2008). Diante de um processo contínuo de expansão da metrópole paulistana, emerge uma tendência a uma estruturação territorial mais abrangente. Atingiria áreas já dinâmicas do estado de São Paulo (a capital paulista, Campinas, Sorocaba, Baixada Santista e Vale do Paraíba) até chegar à Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Numa visão menos enfática do que a anterior e visando claramente fins administrativos e de planejamento, o governo do estado de São Paulo tem a proposta de criação de uma “Macrometrópole Paulista” que abrangeria cinco regiões metropolitanas (São Paulo; Campinas; Baixada Santista; Vale do Paraíba e Litoral Norte; e Sorocaba); as aglomerações urbanas de Jundiaí e Piracicaba; além da Microrregião Bragantina e a de São Roque. Não se trata de uma região instituída formalmente, mas de “um novo fato urbano e/ou de um fenômeno que se materializa como nova escala de urbanização, estruturando, no estado de São Paulo, um território funcionalmente integrado” (ESTADO DE PAULO, 2011). Isto

por se tratar de uma área na qual estão localizados os centros urbanos que mais se beneficiaram dos processos de desconcentração produtiva e populacional paulistano.

As diversas definições institucionais ou conceituais, urbanas ou regionais, que cabem à Campinas são importantes para interpretar sua região, referencial empírico desta pesquisa que se insere num contexto muito mais amplo. O foco central, aqui, é entendê-la, não como uma metrópole, mas como uma cidade central ante a constituição formal e geográfica de uma região metropolitana, inserida também num complexo conjunto de regionalizações. Este procedimento contribuiu para compreender as relações que se estabelecem entre ela e as cidades pequenas ao seu entorno.

A principal justificativa para esta série de possibilidades em que Campinas e suas regiões, podem ser observadas, é a função de centralidade que adquiriu e condicionou seu crescimento econômico, em etapas diferenciadas e com atividades diversificadas. Se sua formação administrativa remonta a 1775, ano de criação do Distrito, sua ocupação tem ligação estreita com o tropeirismo, a igreja e a agricultura. A instalação de um pouso de tropeiros impulsionou o comércio e atraiu moradores para o local. O papel da igreja ou, mais precisamente, a construção de uma capela era na época relevante, o que ajuda explicar a influência política que os vigários tiveram nas freguesias e vilas. A atividade agrícola, primeiramente de cana de açúcar e, posteriormente, de café, impulsionou sua economia.

Os condicionantes históricos, a posição da cidade como interface entre a Capital e o interior, e a atual diversificação de sua base produtiva são explicativos para que se tornasse, inicialmente, um importante entroncamento ferroviário e, posteriormente, rodoviário. Neste aspecto na atualidade desponta, ainda, como um importante centro aeroportuário (Viracopos). Esta excelente logística de transportes sempre facilitou o escoamento da produção para o mercado (interno e externo) e vem favorecendo o desenvolvimento regional e local.

Na década de 1960, Campinas foi beneficiada pelas políticas governamentais de desconcentração industrial. Concomitantemente, houve alterações significativas em seu quadro populacional, afinal, passou a ser destino de diversos fluxos migratórios. Resgatando o pensamento de Gottdiener (1997), não apenas a população, mas também as indústrias perifерizaram-se. Este processo compõe uma dinâmica que provoca alterações espaciais, mas que não é inerte, uma vez que se modifica ao longo do tempo, reorganizando a população e o território.

Um fator determinante para a compreensão do cenário atual é a proximidade territorial com São Paulo. Campinas e região foram favorecidas pela extensão do território produtivo paulistano. A espacialização das atividades econômicas se deu, quantitativa e

qualitativamente, de forma e intensidade diferentes nos subespaços da região, evidenciada por uma divisão territorial do trabalho individualizada. No momento atual, Campinas possui uma concentração de complexos industriais, com indústrias avançadas e de ponta, além de centros de inovações tecnológicas. Os exemplos não estão presentes somente na cidade central: o polo petroquímico de Paulínia (PETROBRAS); as indústrias de aparelhos eletrônicos de Jaguariúna (MOTOROLA); o ramo farmacêutico (EMS) e de computadores (DELL) de Hortolândia; entre outros.

A composição deste cenário é favorecida pela presença de importantes instituições de pesquisa e desenvolvimento, bem como de diversas escolas técnicas e órgãos de ensino superior. Interessante destacar o significado integrado destas instituições, uma vez que a qualidade delas colabora significativamente para o desenvolvimento local. Mas, seu legado não compreende apenas a formação de mão de obra qualificada ou as contribuições científicas e tecnológicas, abrange também transformações espaciais. Um exemplo disto é a mudança que ocorreu em Campinas com a instalação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no Distrito de Barão Geraldo. Este acontecimento gerou diversos conflitos e potencialidades, pois se, de um lado, propiciou os processos de loteamento e atraiu comércio, empresas e serviços diversos, de outro, estimulou a especulação imobiliária sobre a terra urbana.

A sinergia produzida entre institutos e centros de pesquisa, empresas e universidades coopera tanto para consolidar o parque industrial local quanto para atrair novas indústrias e empresas voltadas para o ramo de alta tecnologia, como tem ocorrido na região. Para dar suporte a estes, Campinas conta com um setor terciário amplo, moderno e desenvolvido, com diversidade de atividades comerciais, de abastecimento e de serviços especializados.

Todo este conjunto favoreceu o crescimento econômico de Campinas, cidade e região. Entretanto, será que isto ocorreu uniformemente em todas as partes da cidade central e da região metropolitana? Alguns estudos realizados na região indicam que não, como pode ser verificado em Cunha (2006) e Souza (2008), por exemplo.

Destaque-se, portanto, algumas características básicas sobre a Região Metropolitana. Tanto na metrópole quanto na região, ainda observa-se a permanência de um modelo “centro-periferia” (CUNHA et al., 2006). Devido sua mancha metropolitana demasiadamente fragmentada, Campinas se constitui como uma “metrópole incompleta” (QUEIROGA, 2008), com um aspecto “rizomático” (MARANDOLA JR et al., 2006). As conexões entre as diversas partes da região são estabelecidas por corredores viários interurbanos – rodovias –, complementados por avenidas e ruas, no espaço intra-urbano.

A formação metropolitana campineira representa um complexo de municipalidades. Estes possuem um dinamismo ligado à Campinas, pois estão inseridas dentro de um mesmo processo, contudo, em estágios e situações diferenciados. Existem cidades tipicamente dormitórios, como Valinhos e Vinhedo, mas que, no entanto, representam um novo padrão de dispersão da população metropolitana e de expansão urbana – “municípios-dormitório de luxo” (MIGLIORANZA; CUNHA, 2006). Nestes, há proliferação de condomínios residenciais, loteamentos fechados e bolsões de segurança, voltados para os segmentos mais abastados da sociedade.

Outras áreas são beneficiadas pela localização das atividades produtivas dispersas na região, como é o caso de Paulínia, Americana e Sumaré, por exemplo. Em outras apresentam sérios problemas ligados à segurança e às condições urbanas, como se verifica em Hortolândia e Monte Mor. Seria possível descrever uma série de feições socioespaciais das áreas periféricas de Campinas, contudo o objetivo aqui não é este.

A principal questão que se evidencia é a valorização desigual do território. O dinamismo econômico e o bom desempenho da infraestrutura existente na região proporciona o desenvolvimento de toda a área metropolitana? Encontra-se aí a justificativa em procurar entender a realidade caracterizadora das cidades pequenas desta região. Afinal, Holambra, Engenheiro Coelho, Santo Antônio de Posse, Jaguariúna, Pedreira, Artur Nogueira e Monte Mor caracterizam-se por aspectos diferentes no contexto metropolitano, cujas distinções espaciais, sociais, demográficos e econômicos são tanto de natureza quantitativa quanto qualitativa.

Com uma taxa de urbanização de 97,44% emergem novos e amplos desafios ao planejamento metropolitano. Uma série de relações conturbadas já faz parte da paisagem urbana e regional: os movimentos pendulares entre as cidades; a segregação socioespacial; a criminalidade o crescente processo de produção imobiliária ilegal; os desajustes na rede de infraestrutura; a degradação do meio ambiente; os desafios e conflitos na gestão do planejamento regional. O resultado disto é a fragmentação espacial e a exclusão social gerada pelo padrão periférico de desenvolvimento da região. Estes devem ser examinados, portanto, enquanto produto de diferentes naturezas, vislumbrados a partir dos desdobramentos do processo de organização da sociedade.

De fato, Campinas é vista como um polo de desenvolvimento, espaço dinâmico, um tecnopolo. Entretanto, questões relevantes devem ser debatidas. Nesta análise, seu crescimento econômico propiciou condições de “irrigar” o desenvolvimento para todos os municípios da região? As cidades pequenas também foram beneficiadas ou sempre tenderam

a permanecer em estado de estagnação? Quais variáveis devem ser consideradas para responder estes questionamentos? Estes são desafios prospectivos muito relevantes.

As questões são muitas. No entanto, a análise sobre as cidades pequenas impõe que se reflita, implicitamente, sobre a difusão da “urbanização da sociedade” (LEFEBVRE, 1991) e da “urbanização do território” (SANTOS, 1994a). Aparentemente semelhantes, estas duas expressões não são iguais. Mas seria um absurdo não observá-las, geograficamente, como complementares.

A urbanização da sociedade seria uma tendência, um horizonte possível. Neste sentido, conforme Lefebvre (1991), a urbanização da sociedade ainda não é a sociedade urbana, que é um objeto virtual, ou objeto possível, que necessita ser entendido como processo e como práxis. Já a urbanização do território é entendida como “a difusão mais ampla no espaço das variáveis e dos nexos modernos” (SANTOS, 1994a). Portanto, esta não acompanha, com a mesma intensidade, a urbanização da sociedade, marcada pela difusão do modo de vida urbano.

Frente a este quadro, é importante refletir acerca da reorganização produtiva e dos arranjos regionais para compreender a tendência que vem sinalizando a organização do território e da urbanização do país. A urbanização brasileira é, em sua essência, um fenômeno contemporâneo, que vem se expressando em tempos diferentes e de maneira diferenciada. O processo de urbanização e da economia reorganizam a população e o território, ao mesmo tempo em que se redefine a rede urbana nacional, fundamentada, hoje mais do que nunca, pela competitividade entre as cidades.

As cidades pequenas estão, portanto, inclusas neste cenário, demandando seu entendimento como parte de um processo mais amplo da economia e da urbanização, inseridas no dinamismo das redes. De maneira geral, é preciso contextualizá-las, entendendo-as como parte de um processo que contempla a urbanização da sociedade e do território, enquanto um conjunto indissociável.

Deste modo, o foco a partir de agora será desenvolver a análise espacial das cidades pequenas que compõem a Região Metropolitana de Campinas. A inquietação maior está na identificação dos fatores e fenômenos que contribuam para identificar lógicas que expliquem tanto as mudanças quanto as permanências no perfil demográfico, econômico, social e espacial.

Naquilo que se segue no próximo capítulo, objetiva-se apresentar a complexidade que permeia a configuração espacial da população e da economia na região, contextualizando as cidades pequenas no centro do debate. Nestas condições, pode-se avaliar os papéis urbanos

desempenhados por elas na constituição da rede de cidades. No âmbito da região, envolve uma reflexão acerca de um espaço que é tanto homogêneo, quanto repleto de heterogeneidades e singularidades. Deste modo, metodologicamente, é preciso entender primeiramente, as questões urbanas das cidades pequenas no contexto regional para, posteriormente, avançar e voltar-se para a compreensão da dinâmica interna do espaço urbano.

A questão populacional, que foi abordada neste capítulo de forma genérica, serve como subsídio para o detalhamento e a contextualização adequada do real significado que a assume nesta pesquisa. Os aspectos populacionais foram considerados numa discussão norteada, sobretudo, por seu caráter quantitativo incluindo, principalmente, assuntos voltados ao perfil, tamanho e crescimento demográfico.

Isto se justifica pelo fato de que o critério populacional vem sendo o mais utilizado para a classificação de tamanhos de cidades e para identificar a cidade pequena. Ele tem “assumido especial importância, embora varie muito conforme o pesquisador, a época e o país ou região onde os estudos são realizados” (GUIDUGLI e FIGUEIREDO, 2009). Porém, os aspectos qualitativos vêm merecendo, cada vez mais, relevância no entendimento destas realidades urbanas.

Os pontos que tangem a questão demográfica também devem ser analisados em seu caráter qualitativo, abrangendo o comportamento e a tendência que se desenha no cenário metropolitano, em geral, e nas cidades pequenas, em particular. Ademais, outras dimensões são importantes para compreender o papel das cidades pequenas na região, muitas das quais simbolizam um verdadeiro amalgama demográfico, como a migração, os movimentos pendulares, a periferação espacial da população, o mercado de trabalho, os ramos das atividades econômicas, a exclusão de pessoas, dentre outros.

Diante disto, a pretensão para o próximo capítulo é avaliar as interações entre a dinâmica populacional e as relações socioeconômicas no âmbito regional campineiro. De tal modo, procura-se estabelecer um diálogo das interações entre seus diferentes aspectos demográficos com os processos sociais, econômicos e políticos. Afinal, várias questões demográficas e socioeconômicas estariam associadas aos componentes diferenciais da configuração espacial observada em cidades pequenas da região metropolitana. A leitura espacial deve ser analisada a partir das alterações na dinâmica demográfica que interferem no desenvolvimento econômico e na estruturação das cidades, tal qual é afetado pelos mesmos.

3. DINÂMICA DEMOGRÁFICA, RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E SUAS INTERAÇÕES NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Campinas ostenta diversos significados urbanos e regionais, como foi exposto no capítulo anterior. Isto devido às dinâmicas econômicas, demográficas e sociais, que ajudam a explicar a centralidade adquirida durante sua formação territorial. No contexto regional, nem todas as áreas foram favorecidas, da mesma forma e intensidade, no processo de organização do espaço. Uma vez que a repartição das atividades, sobre o território, não é aleatória nem igualitária, como afirma Pires (2006), tendo por base a teoria de Perroux.

Diante disto, convém indagar acerca das relações socioeconômicas das cidades pequenas em regiões metropolitanas, perante uma série de “mutações espaciais e organizacionais” (PIRES, 2006), e assumindo, ainda, a relevância que a dinâmica demográfica adquire na compreensão dos processos. Holambra, Engenheiro Coelho, Santo Antônio de Posse, Jaguariúna, Pedreira, Artur Nogueira e Monte Mor, seguramente, não representam a menor escala das cidades em comparação ao cenário nacional, mas, no contexto na qual estão inseridas, assumem funções que as colocam, demograficamente, como cidades pequenas, apesar das diferenciações em seus tamanhos.

Metodologicamente, não há como imaginar a construção de um pensamento geográfico acerca de cidades pequenas sem considerar o entendimento de seus significados: econômico, político e social; da dinâmica demográfica; e das características de produção do espaço urbano. Estes fenômenos devem ser observados enquanto processos indissociáveis que alteram a organização e o ordenamento espacial, ainda mais quando se trata de uma área dinâmica, como é o caso da região metropolitana.

As leis estruturais e o funcionamento das formas e configurações espaciais podem ser explicados por diferentes teorias e metodologias. Para idealizar um pensamento sobre as cidades pequenas brasileiras, comumente, avaliam-se as variáveis referentes aos tamanhos demográficos, critérios econômicos, funções urbanas e seu cotidiano. A economia e a população representam uma via de duas mãos, pois uma ajuda a explicar as mudanças e o comportamento da outra e vice-versa. Os efeitos das dinâmicas demográfica e econômica são fundamentais para o entendimento da urbanização. Sendo importante chamar atenção para “a natureza dinâmica e alterações da população, do emprego e da distribuição de renda sobre o espaço” (STORPER et al., 2012).

Por conta disto o entendimento da dinâmica populacional como variável fundamental estabelece relações com outras dinâmicas. Daí a importância dos estudos populacionais para

a Geografia. A questão demográfica assume, particularidades específicas numa sociedade onde “as relações entre crescimento da população e desenvolvimento desafiam estudiosos por muito tempo” (PAIVA e WAJNMAN, 2005).

Porém, apesar da importância da dimensão demográfica, sua abordagem tem sido pouco explorada no caso específico dos estudos sobre cidades pequenas. Ela não é ignorada, mas é vista somente como um dado insignificante. O primeiro capítulo desta pesquisa revelou que este assunto, em geral, assume importância somente na delimitação de classes de cidades por tamanho populacional. Ou seja, seu uso se faz sentir, em geral, como um dos critérios utilizados para a identificação das cidades pequenas, embora sequer haja um consenso entre os pesquisadores. Poucos são os trabalhos que estão centrados, especificamente, na análise populacional, como se verificou apenas nos casos de Fuente et al. (2006), Gilbert (2009) e Lisboa (2008). Nestes despontam a preocupação com as transformações territoriais e mudanças na demografia, abordando, sobretudo, os movimentos migratórios.

No âmbito da ciência geográfica verifica-se o desenrolar de três ênfases principais nos estudos populacionais: a descrição, o detalhamento quantitativo e o detalhamento quanti-qualitativo. Estes, de modo geral, tem acompanhado a evolução do pensamento geográfico e os paradigmas da Geografia. No contexto científico as aplicações dos estudos populacionais voltam-se para fins diversos: tomadas de decisões dos setores públicos e privados, no planejamento, no marketing e na solução de questões regionais.

O caráter descritivo remonta, principalmente, à Geografia Clássica. Os estudos populacionais centravam seus esforços em explicar a distribuição e organização dos grupos humanos e suas características. Os fatores físicos ou naturais eram aqueles que ajudavam a explicar a distribuição da população sobre os territórios. As áreas mais favoráveis eram, por exemplo, as planícies, aquelas próximas a corpos d’água, aos recursos naturais, às terras aráveis, etc.. O estudo da população concebia o homem como um ser biológico e a-histórico, sem considerar suas inter-relações sociais e econômicas.

A ênfase no detalhamento quantitativo emergiu com a Geografia Teórica ou Quantitativa. Numa perspectiva que valorizava o emprego de modelos normativos, as técnicas estatísticas e matemáticas favoreceram os estudos populacionais. Se, de um lado, desconsidera-se o caráter histórico dos fenômenos populacionais, por outro, os estudos seguiram uma trajetória fragmentada. Isto significa que os estudos populacionais eram realizados considerando-se os dados estatisticamente, o que dava importância, por exemplo, ao crescimento populacional, a estrutura, a distribuição da população e à mobilidade espacial.

O detalhamento quantitativo com ênfases qualitativas e estabelecimento de inter-relações, emerge a partir da década de 1970, com a Geografia Crítica. A preocupação social, elemento central desta corrente, passa a permear os estudos populacionais. As questões sociais passam a ser analisadas a partir do entendimento de uma sociedade dividida em diferentes classes sociais e com interesses antagônicos.

Apesar das diferenças nas abordagens, é inevitável o reconhecimento da contribuição de Vidal de La Blache, Friedrich Ratzel, Pierre George, Jacqueline Beaujeu-Garnier, Glenn T. Trewartha e Wilbur Zelinsk para o estudo da população na Geografia. Todos eles focaram-se no estudo da população, porém cada um abordou a temática a partir de certas particularidades.

As diferenciações naturais e locacionais eram as mais importantes para Vidal de La Blache (1982), afinal a Geografia era a ciência dos lugares e não dos homens. Porém, foi Trewartha (1953) que lança as primeiras reflexões teóricas na Geografia da População, termo introduzido por ele. “É nos aspectos de distribuição do número de pessoas que geógrafos aparentam fazer a maior parte de sua contribuição para o estudo da população” (TREWARTHA, 1953). Na visão de vanguarda de George (1969), além dos fatores naturais, a repartição da população mundial também teria explicações históricas, com seus nexos econômicos e sociais.

Importante frisar que as características consideradas (crescimento, fecundidade, mortalidade, migrações, distribuição populacional, raça, estrutura por sexo e idade, entre outras) não perderam sentido nos estudos das diferentes correntes do pensamento geográfico. O que ocorre é a incorporação de inovações e novas questões que ajudaram a explicar a distribuição espacial da população.

Três trabalhos contemporâneos ajudam a compreender algumas questões que são postas, em geral, nos estudos da Geografia da População. No livro “*The geographical analysis of population: with applications to planning and business*”, Plane e Rogerson (1994), apresentam uma variedade de métodos úteis para compreender a dimensão da população que está por trás da tomada de decisões nos setores público e privado, Numa abordagem que contempla as escalas global, nacional e local, dá ênfase para a última. Na análise sobre mobilidade, por exemplo, que ganhou “significado especialmente no subcampo da Geografia Urbana, caracterizaram-se os estudos da distribuição espacial das características demográficas” (op. cit), sendo a escala local onde a migração exerce sua influência e tem impactos mais fortemente percebidos.

No artigo “*Population geography*” publicado no *Progress in Human Geography*, Ogden (1998), procura descrever as formas que tem sido desenvolvido as análises

demográficas em diversos países, com foco, principalmente, nas tendências teóricas e metodológicas utilizadas. O autor aponta que os estudos sobre migração e a transição demográfica continuam a fascinar os geógrafos. Para o caso dos geógrafos urbanos, Ogden (op. cit.), escreve sobre o fato da maioria desconhecer as profundas mudanças que ocorrem na forma como as pessoas vivem nas cidades, em termos de família; de domicílio; da estrutura por sexo e idade; da mortalidade; e da mobilidade em áreas particulares.

Findlay (2003), no artigo intitulado “*Population geographies for the 21st century*”, publicado no periódico *Scottish Geographical Journal*, volta-se para a discussão da Geografia da População para o século XXI. Além de avaliar a forma como a teoria social tem se inserido nas questões demográficas, o autor reflete sobre o papel dos geógrafos diante de novos contextos em que estão envolvidos, com grandes conjuntos de dados numéricos que podem ser espacialmente referenciados.

No caso brasileiro o IBGE tem elaborado e produzido “um conjunto de pesquisas bastante significativo no que diz respeito à oferta de informações sobre as diversas características demográficas e socioeconômicas da população brasileira” (OLIVEIRA e SIMÕES, 2005). Dentre tantas pesquisas, o Censo merece destaque porque têm oferecido as mais amplas possibilidades para os estudos populacionais, principalmente pós 1940, quando ficou a cargo do IBGE (criado em 1936). A partir daí houve um salto na qualidade dos dados levantados e, conseqüentemente, nos produtos que dele resultou.

Oliveira e Simões (2005) assinalam que o Censo de 1970 representou um marco divisório na história dos censos demográficos brasileiros, tanto no que diz respeito à organização e à riqueza de detalhes quanto à confiabilidade dos números. Ademais, tratava-se de um momento particular, no qual o país passava por mudanças significativas no quadro populacional. Estas foram marcadas por alterações nos componentes demográficos básicos: a fecundidade, a mortalidade e as migrações.

No Brasil, as mudanças demográficas tiveram causas e conseqüências econômicas, concluíram Paiva e Wajnman (2005), gerando desafios metodológicos variados, como por exemplo, para as relações no “estudo da migração e urbanização” (CUNHA, 2005). Diante disto, tornaram-se objeto de pesquisa de interesse do IBGE, que tem oferecido, por meio dos levantamentos censitários, “as mais amplas possibilidades para os estudos da população – sua quantificação, composição, estrutura e distribuição política-administrativa” (OLIVEIRA e SIMÕES, 2005). Uma vez produzido isto, abre-se oportunidades e possibilidades diversas para refletir acerca da questão populacional.

Apesar de ser “altamente interdisciplinar” (PLANE; ROGERSON, 1994), o estudo da dinâmica populacional tem ficado a cargo, principalmente, da Demografia. No entanto, como esta pesquisa está centrada em questões urbanas, sob a ótica regional, a leitura geográfica da população assume maior relevância para esta análise. É necessário interpretar e apreender a composição, a distribuição, as migrações e o crescimento da população, em suas relações com o espaço. Isto sem desconsiderar que o estudo populacional envolve uma diversidade de dinâmicas, as quais se refletem sobre dois grupos de variáveis: as demográficas e as não-demográficas.

De tal modo, as cidades pequenas da região estudada devem ser consideradas a partir do desenvolvimento e das interações entre suas dinâmicas demográficas e econômicas. Mudanças na estrutura produtiva do estado de São Paulo, como os efeitos do “processo de ‘desconcentração metropolitana decorrente dos custos de aglomeração’ e da ‘interiorização do desenvolvimento econômico’” (PERILLO e PERDIGÃO, 2005), resultaram em alterações nos fluxos e deslocamentos populacionais, bem como no saldo migratório de cidades e regiões paulistas. Este processo de redistribuição da população poderia remeter a ideia de “contra-urbanização”, entendido como “processo de desconcentração populacional, apesar deste termo tratar de um fenômeno restrito aos países desenvolvidos, especialmente os de mais antiga tradição industrial” (LANGENBUCH, 1999).

Importante frisar que o entendimento da distribuição e redistribuição de pessoas ou de atividades econômicas deve ser visto a partir de suas particularidades. Sua compreensão deve ser feita com base nas alterações que ocorreram no tempo e no espaço, representando um processo constante que produz novos aspectos da repartição e organização espacial.

Assim, refletir teoricamente sobre as cidades pequenas, numa região metropolitana, requer a abordagem do estudo de sua dimensão populacional e do entendimento de seus papéis urbanos ante a construção de um cenário regional e metropolitano. Portanto, o parâmetro populacional, os critérios econômicos e funcionais devem ser tratados com atenção. Este conjunto contempla tanto os dados socioeconômicos, a organização e composição da população economicamente ativa e dos setores de produção, quanto se preocupa com a função que os centros exercem na região e sobre a dinâmica populacional.

3.1. Muda a dinâmica demográfica, muda o espaço, mudam as cidades

O entendimento da organização espacial da economia e da urbanização deve ser visto à luz dos nexos econômicos que se estabeleceram, historicamente, no território. A passagem

de um país agrário-exportador para urbano-industrial trouxe mudanças significativas para a vida econômica e social. A urbanização decorrente do processo de industrialização teve um caráter altamente concentrador. Juntamente com o que pode ser denominado de revolução urbana brasileira (aumento do número e do tamanho das cidades) ocorreu, também, uma revolução demográfica.

Pode ser acrescida, ainda, uma análise, no contexto contemporâneo, que assume um enfoque urbano-mundial, que se apoia no processo de globalização, da difusão informacional e do sistema financeiro. Este conjunto viabiliza a desconcentração econômica, fundamentada na atual fase do sistema capitalista, que, como expõe Carreras (2005), favoreceu a passagem da cidade industrial para a cidade dos consumidores (as cidades terciárias).

Nestas passagens, a dinâmica demográfica, também, passou por transformações. O quadro recente revela uma diversidade nos fatores dos componentes que devem ser considerados ante o processo de urbanização, o que permite estabelecer duas leituras complementares. A primeira, contempla processos de mudanças: queda da fecundidade e mortalidade que tornaram as famílias menores; a inserção da mulher no mercado de trabalho e nas possibilidades de estudos; as evoluções na área da saúde (vacinas, anticoncepcionais, entre outros). A aglomeração urbana provoca mudanças na estrutura sexo-idade da população, bem como nos padrões de deslocamentos e distribuição espacial. A segunda, abrange a relação entre população e espaço, pois alterações no perfil demográfico tem repercussões espaciais. Como se trata de uma série de processos aglomerativos, que não se manifestam de modo homogêneo, faz com que a espacialização da população urbana seja diferenciada.

Concomitantemente, aos processos de urbanização e de mudanças na dinâmica populacional, houve uma tendência a alterações dos padrões econômicos nos centros urbanos. Dois fatores merecem atenção especial neste quadro. O primeiro está relacionado à ideia de Porter (1993), quando atribui relevância à localização geográfica, visto que ela pode ampliar a força da rivalidade local. Enquanto o segundo se aproximaria mais de Santos e Silveira (2010), ao advertir que o efeito do tamanho tem importante papel na divisão interurbana e também na divisão intra-urbana do trabalho.

Assim, as cidades da região campineira devem ser apreendidas a partir das interações dos processos mencionados. Isto permite uma leitura territorial sobre espaços socialmente organizados, o sistema produtivo e a divisão territorial do trabalho ante os processos que envolvem a regulação da economia e do território, que se modificam no tempo, alterando as dinâmicas espacial e populacional das cidades.

O comando econômico, ainda, direciona os fatores favoráveis à localização das atividades desempenhadas. Campinas e suas regiões tiveram um desenvolvimento e crescimento favorecido por políticas vinculadas ao Estado, como os diversos processos de regionalização e a extensão do território industrial paulistano. Porém, este reconhecimento político-administrativo e econômico se explica, também, por outras motivações. Historicamente, Campinas teve papel importante na economia estadual, e, adicionando-se a localização, as infraestruturas (especialmente a rede rodoviária) e outras condicionantes, inscreveram-na no cerne do território industrial paulista. No entanto, naquilo que concerne a desconcentração da industrialização, houve mudança da planta industrial – interiorizou-se espacialmente –, porém os centros de gestão empresarial mantiveram-se centralizadas (nos termos do pensamento de Christaller).

Se, num primeiro momento, este processo teve sua lógica definida por interesses das atividades de produção e comercialização, posteriormente, os interesses fundiários e imobiliários passaram a integrar as novas lógicas de comportamento espacial das empresas industriais. Tanto as forças exógenas quanto as endógenas cooperam para isto. A região necessita responder as ações que atuam sobre ela.

Nesta escala geográfica é que ocorrem, portanto, a organização do território para resistir ou se inserir na dinâmica econômica nacional ou global. De tal modo, “os efeitos da globalização se fizeram sentir claramente também em cidades pequenas com consequências tanto positivas quanto negativas” (CAPEL, 2009). O autor ao analisar o impacto da globalização nas cidades pequenas coloca em questão, ao contrário do que se imagina, que estudar o pequeno é complexo, devido ao número de forças exógenas que atuam sobre elas. Complementando a análise de Capel (op. cit.), acrescenta-se, ainda que tal complexidade é decorrente das dificuldades que se concretizam pela ausência de uma base de dados consistentes e de informações disponíveis, bem como o potencial de alcance destes, que podem não representar plenamente a realidade urbana. Estes aspectos serão mais bem visualizados no próximo capítulo.

No que tange as forças exógenas, Jurado da Silva e Sposito (2009), por exemplo, apontam que o processo de mundialização provoca, em determinados casos, grandes alterações na dinâmica econômica e funcional das cidades pequenas, como ocorre quando há a instalação de transnacionais nestes lugares. Isto evidencia a força que as empresas têm na capacidade de atuar sobre o processo de urbanização, em sentido amplo, e nas transformações da configuração das cidades, em sentido restrito.

Neste sentido, não se pode generalizar e assumir a premissa de que todas as cidades pequenas possuem papéis urbanos pouco expressivos, predominantemente político-administrativos, com funções comerciais e agrárias. As particularidades existem e nas cidades pequenas podem ser ainda mais expressivas, fazendo com que assumam papéis mais relevantes diante de determinado contexto. Vale a pena refletir sobre alguns exemplos. Existem situações em que a população em si mesma representa uma particularidade, como é o caso de Pomerode-SC, onde as tradições germânicas são preservadas, seja na arquitetura ou nos hábitos da população. Em Três Coroas-RS, a existência do único templo budista tibetano da América do Sul, faz da cidade um ponto turístico de atrativo religioso. Já Santa Gertrudes-SP, se insere numa rede geográfica pelo fato de compor um importante polo cerâmico.

Estes exemplos evidenciam que cada cidade tem sua biografia, o que dificulta a elaboração de generalizações. Grande parte dos trabalhos analisados no primeiro capítulo indica a importância do setor agrário nas atividades das cidades pequenas. Entretanto, em alguns casos, existem os centros urbanos que dependem quase que, exclusivamente, do setor terciário, como os centros urbanos turísticos (CAMPOS, 2006; SILVEIRA, 2010), ou aquelas em que o setor industrial se destaca (BELTRÃO, 2001; DEFILIPPO et. al., 2006; VEIGA, 2007; FERNÁNDEZ, 2010; ALMEIDA, 2010).

Mas, deve-se ressaltar que, em geral e de modo diferenciado, tanto a industrialização quanto o turismo se desenvolvem fortemente articulado ao mundo agrícola ou ao agronegócio, como por exemplo: as indústrias extrativistas ou o ecoturismo. Adiciona-se o fato de que as atividades comerciais e de serviços são alimentadas pelo desenvolvimento no campo. Afinal, a modernização agrícola impõe a necessidade de um aparelho comercial, administrativo e bancário de que as cidades, mesmo as menores, necessitam possuir, conforme sublinha Oliveira e Soares (2002).

Compreender o conjunto de papéis urbanos das cidades é uma tarefa complexa. Esta análise não deve ser estabelecida somente em decorrência do tamanho de sua população. A proximidade com centros urbanos mais dinâmicos ou mesmo a existência de especificidades locais interferem na dinâmica urbana. Por conta destes fatores, cidades com porte populacional similar, mas com fotografias demográficas diferentes, podem desempenhar papéis bastante diferentes, dependendo de sua localização geográfica. Em decorrência disto, no caso específico das cidades pequenas, Sposito (2004b), afirma que não há como estudar seus papéis e significados sem o seu entorno, pois estes só podem ser compreendidos mediante a composição deste cenário. Além disto, há de se considerar os perfis particulares gerados dentro de determinado contexto espacial.

Hipoteticamente, quanto mais distante de centros pertencentes a níveis superiores da rede urbana, mais significativos tendem a ser os papéis urbanos de uma cidade, independentemente de seu tamanho demográfico. Nesta direção, algumas cidades exibem perfis concentradores enquanto outras perdem funções, mediante determinado quadro espacial. Porém, a letargia de determinados espaços não deve ser explicada diretamente pelo seu porte populacional, bem como não é resultado da ausência de produção econômica, mas sim de uma diferenciação em termos de modernização e desenvolvimento técnico das atividades.

A localização geográfica das atividades econômicas vai depender de uma série de vantagens competitivas que valorizam determinados pontos de um espaço urbano ou de toda uma cidade, ao mesmo tempo em que outras se desvalorizam. Este cenário dá significado àquilo que Santos e Silveira (2010) denominaram de “guerra dos lugares”, no qual condições técnicas e normativas são criadas, ante um processo brutal de especialização urbana e regional, para atrair ou reter atividades produtivas. A região em estudo, por exemplo, apesar de uma análise regional metropolitana que a concebe como um espaço homogêneo, é repleta de heterogeneidades (tanto no que se refere ao seu porte demográfico quanto em suas “vocações” econômicas) que ora se intensificam, ora são minimizadas por efeito do processo de metropolização.

Campinas possui aspectos notadamente tecnopolitanos, utilizando o termo de Benko (2002). Contudo, paradoxalmente, apresenta atributos que a difere da definição do autor. Uma das características desta região é a estrutura regional desequilibrada – centro-periferia – não integrada de forma homogênea e com alto grau de concentração. Este quadro revela o processo de seletividade espacial que se amplia com a globalização que, para Benko e Pecqueur (2001), não significa homogeneização, mas, ao contrário, diferenciação e especialização.

O panorama atual desta região, as políticas de desenvolvimento econômico local e seus impactos no território são claramente descritos por Vitte (2007). De modo geral, a autora destaca que a região goza de setores e plantas industriais modernas articuladas a grandes e complexas cadeias produtivas, bem como um setor terciário bastante dinâmico e diversificado. No entanto, seu desenvolvimento local deve ser observado a partir da sinergia e inovações produzidas entre as instituições, grupos e indivíduos. A autora cita, no âmbito organizacional, o papel de algumas formas de cooperação entre instituições, como a Fundação

Fórum Campinas (FFC)¹⁵, a Companhia de Desenvolvimento do Polo de Alta Tecnologia de Campinas (CIATEC)¹⁶ e a Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP)¹⁷.

Além destas formas de cooperação institucional, a autora adiciona variadas estratégias, de desenvolvimento local, implementadas pelas municipalidades. Destaque-se os municípios que compõem o Circuito das Águas (Pedreira e Jaguariúna), o Circuito das Frutas (Valinhos, Vinhedo e Itatiba), o Arranjo Produtivo Local das Flores (Holambra) e parques temáticos como o Hopi Hari e *Wet'n Wild* (Vinhedo).

Esta conjuntura deve ser entendida, também, à luz da dinâmica demográfica e do tamanho populacional dos municípios. O crescimento populacional é um aspecto concreto em toda região. Num primeiro momento, os processos biológicos (crescimento vegetativo) tiveram maior expressividade para o aumento. Posteriormente, os processos sociais (migrações, mudanças no perfil da população) se destacaram, a nível regional, marcados pela redistribuição tanto externa à região quanto intra-regional.

Mas, estas mudanças devem ser apreendidas nas particularidades de cada município, pois as forças que causam as alterações no quadro populacional têm intensidades distintas e, conseqüentemente, apresentam produtos finais diferenciados. Na cidade de Campinas, por exemplo, desde os anos 70, “a migração constituiu a chave da dinâmica demográfica do município nas distintas etapas de sua trajetória, reforçando seu papel nas últimas décadas” (BAENINGER, 2001). As interações entre aumento da urbanização, crescimento populacional e dinâmica socioeconômica são fundamentais para o entendimento das transformações na configuração dos espaços regionais e do processo de redistribuição interna da população que explicam a realidade contemporânea.

Deste modo, os municípios da região metropolitana devem ser vistos como expressão de processos mais genéricos. A região foi instituída apenas em 2000, porém a formação metropolitana enquanto fenômeno geográfico – mesmo que incompleta – tem decorrência de fatores sociais, econômicos e históricos. De tal modo, um acompanhamento da evolução histórica de sua população pode ser visto a partir de mudanças num recorte espacial e temporal (figura 9). Ademais, é válido registrar o percentual de crescimento populacional ocorrido entre as décadas, o que revela os padrões diferenciados entre os municípios.

¹⁵ Segundo Vitte (2007), possui 11 instituições de pesquisa afiliadas e tem por objetivo facilitar a troca de experiências entre elas, fomentar a integração delas e tornar melhor sua atuação conjunta.

¹⁶ “É uma empresa municipal que tem como principais atribuições o planejamento e a execução da política de ciência e tecnologia, de P&D no Polo de Alta Tecnologia (Cf. Correio Popular, 29/09/2003)”. (VITTE, op. cit.)

¹⁷ Ainda de acordo com a autora citada anteriormente, esta agência tem a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum na região.

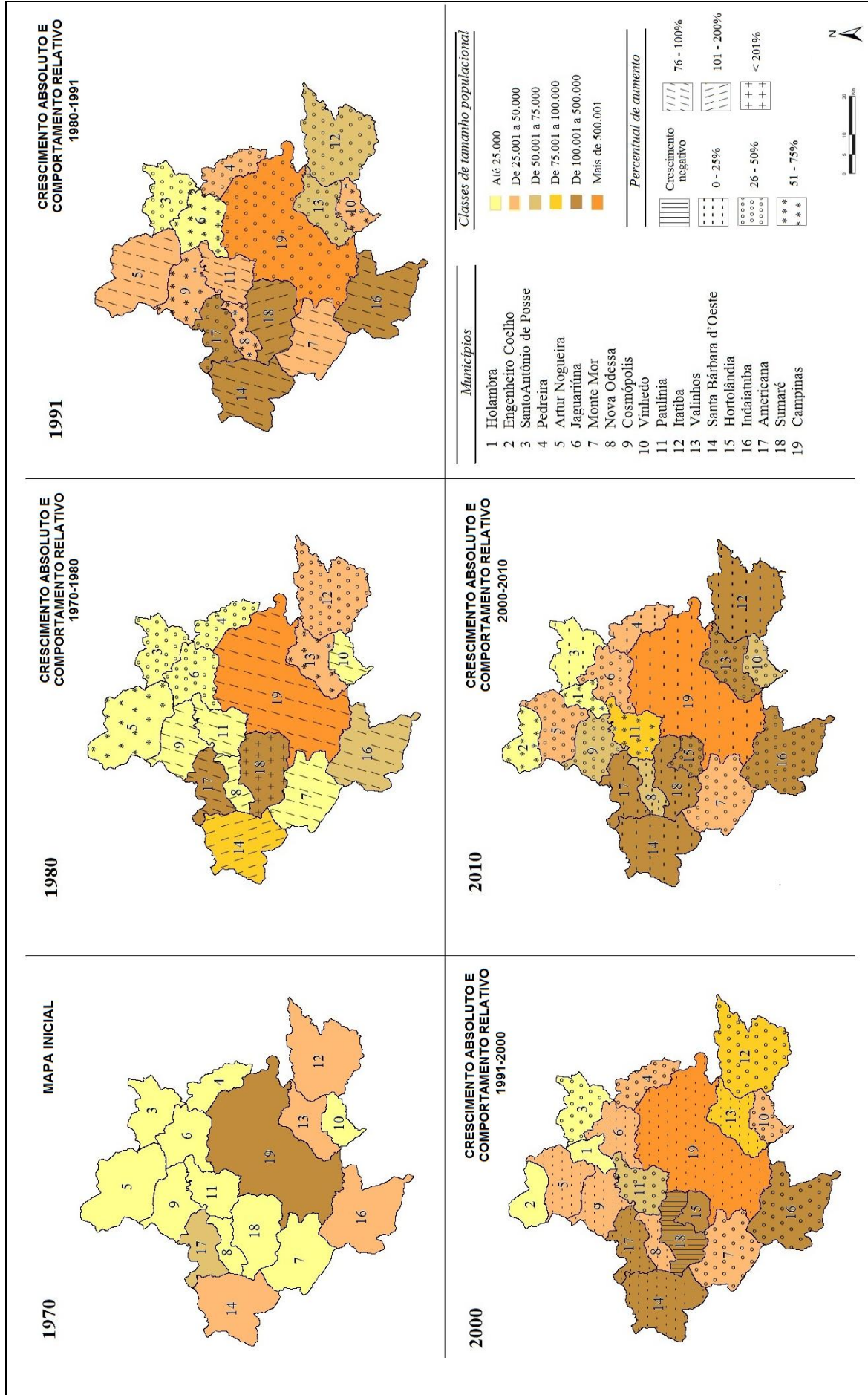


Figura 9: Evolução populacional dos municípios da Região Metropolitana de Campinas, por classe de tamanho, e de crescimento relativo, entre 1970 e 2010. Fonte: Censos demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 – IBGE. / Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

No capítulo anterior foram apresentados os dados populacionais para os censos demográficos entre 1970 e 2010. Com base neles é que foi elaborada uma sucessão de mapas que espacializam a distribuição demográfica, por classes de tamanho, na região, considerando também o quadro de desmembramento territorial dos municípios. Porém, vale ressaltar que o conjunto apresentado possui uma história regressa, tanto do ponto de vista demográfico quanto de ocupação do espaço, o que não pode ser desconsiderado na compreensão da dinâmica regional ante o processo de urbanização e metropolização em curso.

É notável que a tônica que imperou na região foi a do crescimento contínuo, mas não homogêneo. O que não representou apenas uma mudança no tamanho populacional, mas também nas suas características estruturais (sexo, idade, trabalho, renda) e nas alterações espaciais da distribuição desta população sobre o território. Para efeito de comparação a tabela 16 registra as transformações populacionais e espaciais entre 1970 e 2010 na área que hoje forma a Região Metropolitana de Campinas. Para tanto, foram divididos os municípios por grupos de tamanho a fim de explorar a participação destes grupos na composição da população da região no período analisado.

Tabela 16: Percentual da participação dos grupos de municípios na composição da população da Região Metropolitana de Campinas, entre 1970 e 2010.

	1970		1980		1991		2000		2010	
	Nº. Mun.	pop. (%)	Nº. Mun.	pop. (%)	Nº. Mun.	pop. (%)	Nº. Mun.	pop. (%)	Nº. Mun.	pop. (%)
Até 25 mil	10	17,32	9	12,92	2	1,34	3	1,51	3	1,70
De 25.001 a 50 mil	4	17,73	2	7,09	7	11,93	7	11,50	4	6,40
De 50.001 a 75 mil	1	9,74	1	4,40	2	6,94	1	2,20	3	6,21
De 75.001 a 100 mil	0	0	1	6,00	0	0	2	7,02	1	2,94
De 100.001 a 500 mil	1	55,21	2	17,53	4	33,60	5	36,31	7	44,12
Mais de 500.001	0	0	1	52,05	1	45,42	1	41,46	1	38,63

Fonte: Fundação SEADE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

O agrupamento dos municípios por tamanho populacional e em diferentes momentos permitiu estabelecer comparações e identificar as mudanças que ocorreram na organização do espaço. Os números evidenciam que se no primeiro momento apresentado Campinas (único município acima dos 100 mil habitantes) respondia por mais da metade da população desta região, em 2010, este total foi reduzido para 38% (atualmente é a única que ultrapassa os 500 mil). Neste período, é interessante analisar a emergência da importância que as cidades de porte intermediário (de 100 a 500 mil habitantes), adquiriram na composição da rede de cidades. Já os municípios com população inferior a 50 mil, tiveram sua participação diminuída de forma expressiva no período considerado.

Devido o caráter dinâmico e variável do quadro demográfico, buscou-se ainda, expressar o percentual de crescimento entre as décadas para avaliar o comportamento em relação ao aumento da população. O acompanhamento, desde a década de 1970, possibilita compreender sua configuração demográfica atual, bem como as diferenciações que ocorreram entre os períodos. Para melhor compreensão do comportamento relativo da população, os dados foram agrupados na tabela 17.

Tabela 17: Taxa de crescimento relativo da população nos municípios Região Metropolitana de Campinas, entre 1970 e 2010.

<i>Municípios</i>	<i>1970-1980</i>	<i>1980-1991</i>	<i>1991-2000</i>	<i>2000-2010</i>
Holambra	NE	NE	NE	57
Engenheiro Coelho	NE	NE	NE	57
Santo Antônio de Posse	39	32	27	14
Pedreira	42	31	26	18
Artur Nogueira	57	76	18	33
Jaguariúna	46	64	18	50
Monte Mor	76	82	46	31
Nova Odessa	163	56	24	22
Cosmópolis	92	58	21	33
Vinhedo	75	55	40	35
Paulínia	94	77	40	60
Itatiba	47	48	32	25
Valinhos	59	39	22	29
Santa Bárbara d'Oeste	147	90	17	6
Hortolândia	NE	NE	NE	26
Indaiatuba	84	80	46	37
Americana	84	26	19	15
Sumaré	341	123	-13	23
Campinas	77	28	14	12

Fonte: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 – IBGE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Nota-se que os ritmos de crescimento tiveram diferenciações entre os períodos. No geral, houve uma tendência maior ao incremento demográfico entre 1970 e 1991, enquanto, os percentuais diminuíram entre 1991 e 2010. Em particular, alguns casos merecem destaque. Campinas, que assistiu um aumento de 77% entre 1970 e 1980, manteve, posteriormente, uma tendência à redução no percentual de crescimento, chegando a 12%, entre 2000 e 2010. Sumaré, que registrou elevados percentuais de crescimentos entre 1970-1980 e 1980-1991, com respectivamente, 341% e 123%, viu tal valor chegar a -13% entre 1991-2000, quando Hortolândia se emancipou, e apresentou um acréscimo de 23% no último período analisado.

No que diz respeito às cidades pequenas, nota-se que, com exceção de Holambra e Engenheiro Coelho, esta classe de municipalidades tinha populações semelhantes às cidades de Nova Odessa, Cosmópolis, Vinhedo e Paulínia, entre as décadas de 1970 e 1980.

Entretanto, tiveram um crescimento menor em sua população absoluta, não ultrapassando a marca dos 50 mil habitantes.

Diante desta constatação emergem algumas questões fundamentais para a compreensão do quadro regional. Como se pode afirmar que as cidades de Nova Odessa (51mil habitantes) e Cosmópolis (58 mil habitantes) deixaram de ser pequenas apenas porque a população ultrapassou a margem de 50 mil? Certamente, no próximo censo, outros municípios tenderão, também, ultrapassar esta marca. Mas, em que medida isto difere nos papéis desempenhados por elas na rede urbana?

De fato, a diversidade neste quadro foi causada por motivações diferenciadas, fazendo com que algumas cidades se tornassem verdadeiros centros de atração populacional. O crescimento contínuo de Paulínia tem explicações em seu parque industrial e nas atividades complementares que dele demandam. A aproximação desta com Cosmópolis pode auxiliar na compreensão do crescimento desta última. Em contrapartida, Vinhedo tem se tornado atraente para moradia da população de segmentos mais abastados, tanto da região metropolitana quanto de outros centros urbanos. Enquanto Nova Odessa, além de se localizar nas proximidades da Rodovia Anhanguera, possui certo favorecimento geográfico, pela proximidade com o conjunto de cidades de porte médio da região.

Neste grupo, notam-se algumas particularidades. Nova Odessa, que teve uma ampliação elevada no primeiro período (163%), registrou no último, um valor modesto de 22%. Cosmópolis, apesar da variação nos valores, possui um panorama semelhante. Isto indica que se mantiverem esta tendência, deverão permanecer, por um período maior, na classe de tamanho que se encontram atualmente.

As alterações no quadro demográfico tende a se alterar na região, trazendo consequências espaciais e sociais. Artur Nogueira e Monte Mor, por exemplo, ainda que possuam diferenciações e variações, tendem a ultrapassar a marca dos 50 mil habitantes no próximo censo. A projeção da Fundação SEADE indica para 2020, população de 52.609 para Artur Nogueira e de 59.614 para Monte Mor.

O ritmo de crescimento é variado entre os períodos para diferentes grupos de municipalidades. De modo geral, o censo demográfico de 1970 registrou que dentre os municípios existentes naquele momento e que viriam a compor a região metropolitana, apenas Campinas e Americana possuíam população superior a 50 mil habitantes. Comparativamente, vale construir um mapa síntese que permita observar o comportamento relativo da população entre 1970 e 2010 (figura 10).

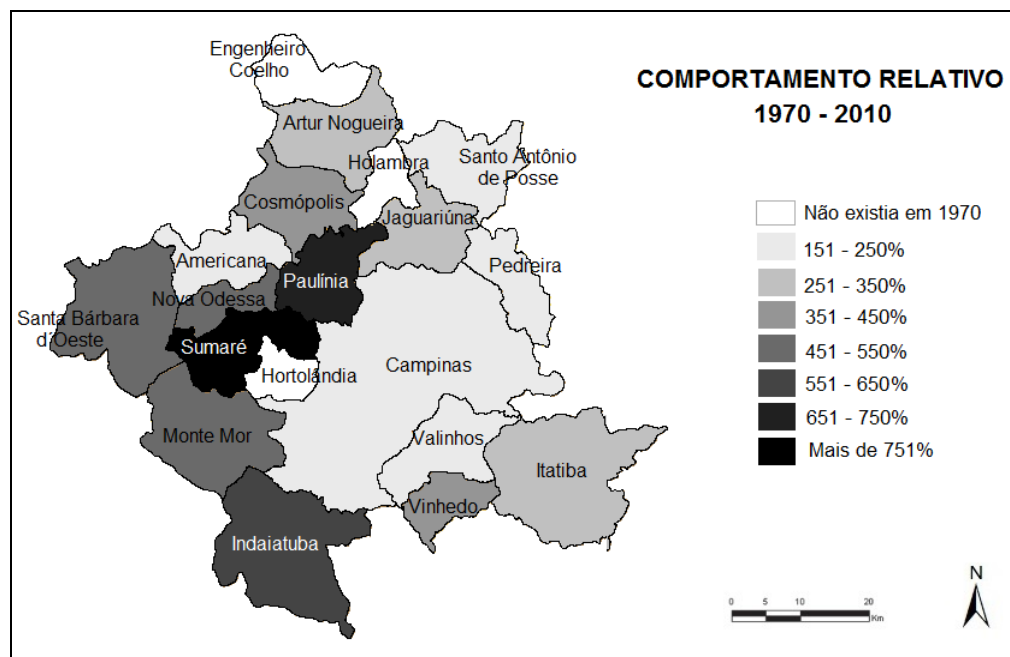


Figura 10: Mapa síntese do crescimento relativo dos municípios da Região Metropolitana de Campinas (1970-2010)

Fonte: Censos Demográficos 1970 e 2010 – IBGE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

É possível identificar dois grupos, geograficamente, bem definidos. O primeiro a oeste, onde estão os maiores percentuais de crescimento; e o segundo a leste e norte, com menores alterações no comportamento relativo da população. Quanto às cidades pequenas, interessante observar que, no primeiro grupo encontra-se, apenas, Monte Mor. Enquanto, as demais possuem os menores valores, especialmente Santo Antônio de Posse e Pedreira.

A questão demográfica tem um papel importante na análise das cidades pequenas, cujas mudanças de comportamento assumem diferentes características geográficas. Entretanto, a questão demográfica deve ser vista como uma variável, dentre outras, na construção de um pensamento geográfico sobre elas. No contexto regional, é um orientador das pesquisas, pois a distribuição da população influencia e é influenciada pelas questões econômicas e sociais. O aumento e a distribuição da população no espaço metropolitano devem ser vistos sob a ótica da urbanização, da industrialização e da concentração, as quais decorrem em alterações do crescimento vegetativo e das migrações.

Ocorreu na região uma forte redistribuição interna da população. Isto fica comprovado ao observar Campinas, que embora seja a cidade sede, a mais importante e equipada, teve um arrefecimento expressivo em seu crescimento. Ela deixou de crescer no mesmo ritmo de outras cidades de diferentes tamanhos populacionais.

Este cenário de mudanças é explicado pela extensão do território produtivo para os municípios da região e pela expansão urbana motivada pelo processo de metropolização. A

análise regional deve ser percebida como a base de um reforço territorial do poder econômico, no qual a dinâmica demográfica influencia e é influenciada pela organização econômica, pela oferta de empregos e pela localização das empresas, por exemplo.

Mesmo com a extensão dos fenômenos produtivos, a estrutura industrial diversificada e de alta tecnologia, bem como os serviços especializados, sempre tiveram um caráter concentrador. Como exemplo, na figura 11, elaborada por Caiado e Pires (2006), está representada a localização das indústrias e dos serviços especializados, de tal modo que fica aparente a concentração na cidade central ou, de maneira diferenciada, nas de porte médio.

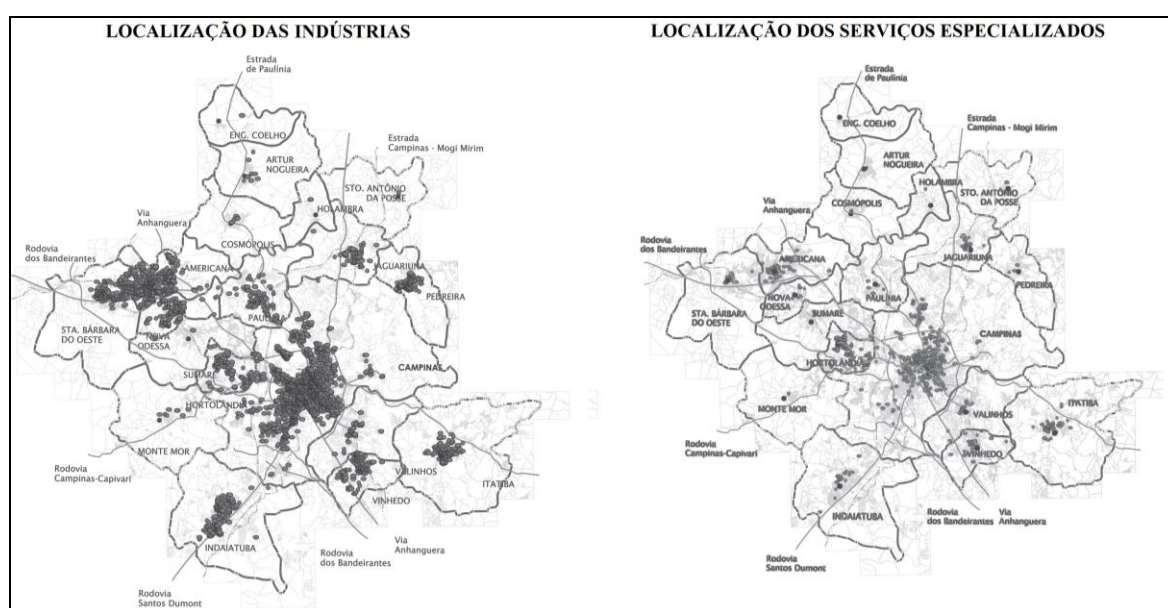


Figura 11: Localização das indústrias e dos serviços especializados na Região Metropolitana de Campinas (2002).

Fonte: CAIADO; PIRES, 2006.

A espacialização dos dados expressa a representação de um dado momento, neste caso são as informações da localização de indústrias e serviços no ano de 2002. Porém, a concentração é um dado que se reafirmou ao longo do tempo. A exemplificação disto está no levantamento do cadastro de empresas realizado pelo IBGE em 2010, no qual estão registrados dados referentes ao número de empresas atuantes em cada município. Campinas possui 47.494 unidades, enquanto Americana, segundo município no *ranking* da região, apresenta 10.143. Comparativamente, municípios com população inferior a 50 mil habitantes, são aqueles que apresentam os menores números de unidades empresariais: Engenheiro Coindústriaselho, 524; Holambra, 651; e Santo Antônio de Posse, 1.102.

A leitura do comportamento populacional e sua espacialização, bem como a concentração produtiva, deve ser complementada por fatores que ajudem a explicar a

trajetória da expansão urbana na região. Ante o processo de metropolização, a proximidade com a cidade-sede e o papel das rodovias são aspectos que devem ser considerados na análise.

De acordo com Caiado e Pires (2006), as condições históricas de ocupação, bem como as rodovias e o papel que desempenharam para o desenvolvimento econômico, enquanto locais privilegiados de localização industrial, são fatores relacionados às diferentes formas e condições da expansão urbana metropolitana. Os autores citados identificaram sete vetores que ajudam a explicar a expansão e dinâmica urbana e demográfica regional, tendo por base os principais eixos rodoviários e o centro metropolitano (figura 12).

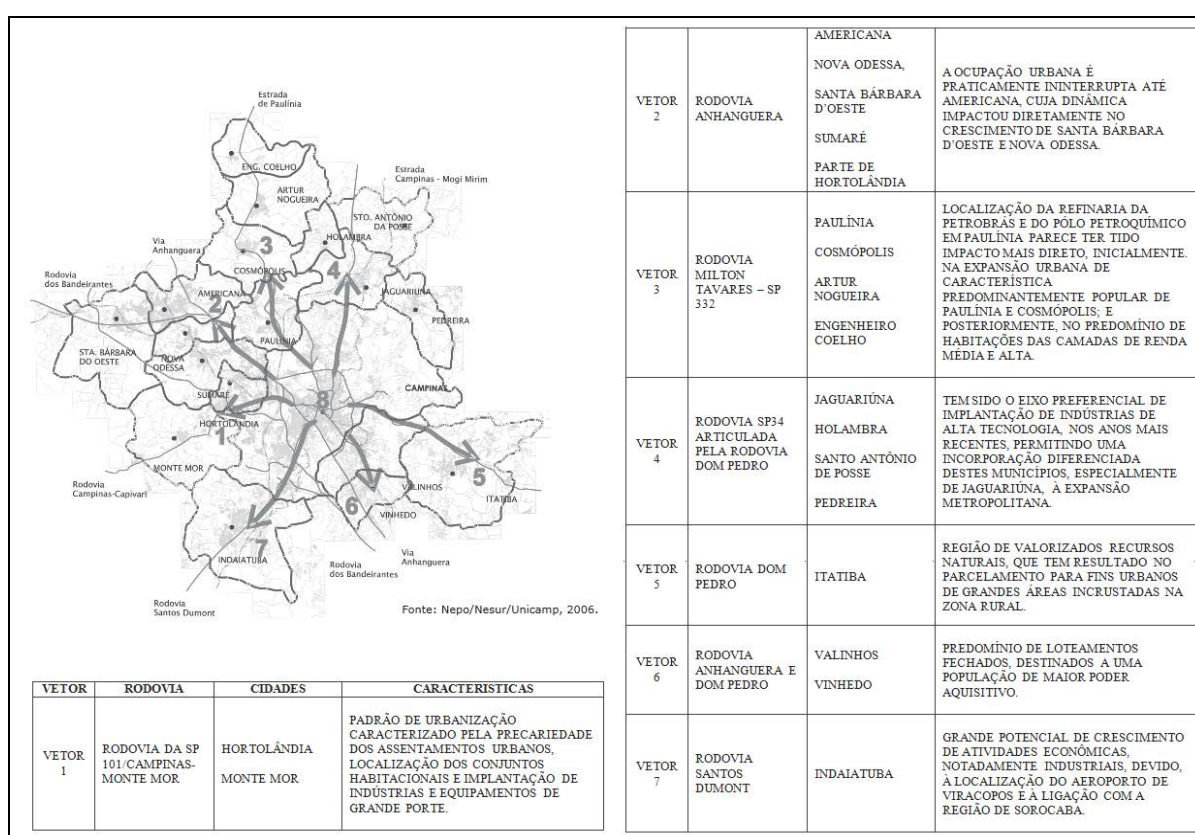


Figura 12: Vetores de expansão urbana da Região Metropolitana de Campinas.
Fonte: Adaptado de CAIADO; PIRES, 2006.

A expansão urbana, também, auxilia na explicação do comportamento demográfico. As informações contidas no quadro da figura 12 e a espacialização dos vetores na região dão pistas para compreender os processos que envolvem os arranjos demográficos e econômicos da região. As diferenciações no crescimento demográfico dos municípios e a localização das atividades produtivas revelam a tendência da expansão e reorganização funcional da região.

O que desponta na análise dos autores é a importância das rodovias para este processo, não apenas como vias de acesso ou ligação, mas como pontos estratégicos para determinar a localização de grandes empreendimentos comerciais, empresariais e de habitação

de alto padrão. Assim, os aspectos socioeconômicos relacionados aos vetores de expansão urbana, juntamente com o conjunto das vias, o quadro demográfico, a concentração produtiva e a funcionalidade das cidades ajudam a entender a constituição de uma rede urbana, que articula a economia, a sociedade e o espaço.

O desenho desta rede remete a uma análise a partir dos processos ligados à economia e à urbanização. Estes não podem ser compreendidos desvinculados da divisão territorial do trabalho, da dimensão populacional e da localização geográfica das cidades. Este conjunto ajuda a explicar as conexões que se estabelecem a partir dos fluxos de bens, serviços, informações e pessoas, e que assumem uma estrutura hierarquizada espacialmente. Como produto da análise desenvolvida a partir das relações entre população, economia e expansão urbana, e procurando integrar a polarização segundo as regiões de influência estabelecidas pelo IBGE (BRASIL, 2008), a figura 13, traz a composição da rede urbana campineira.

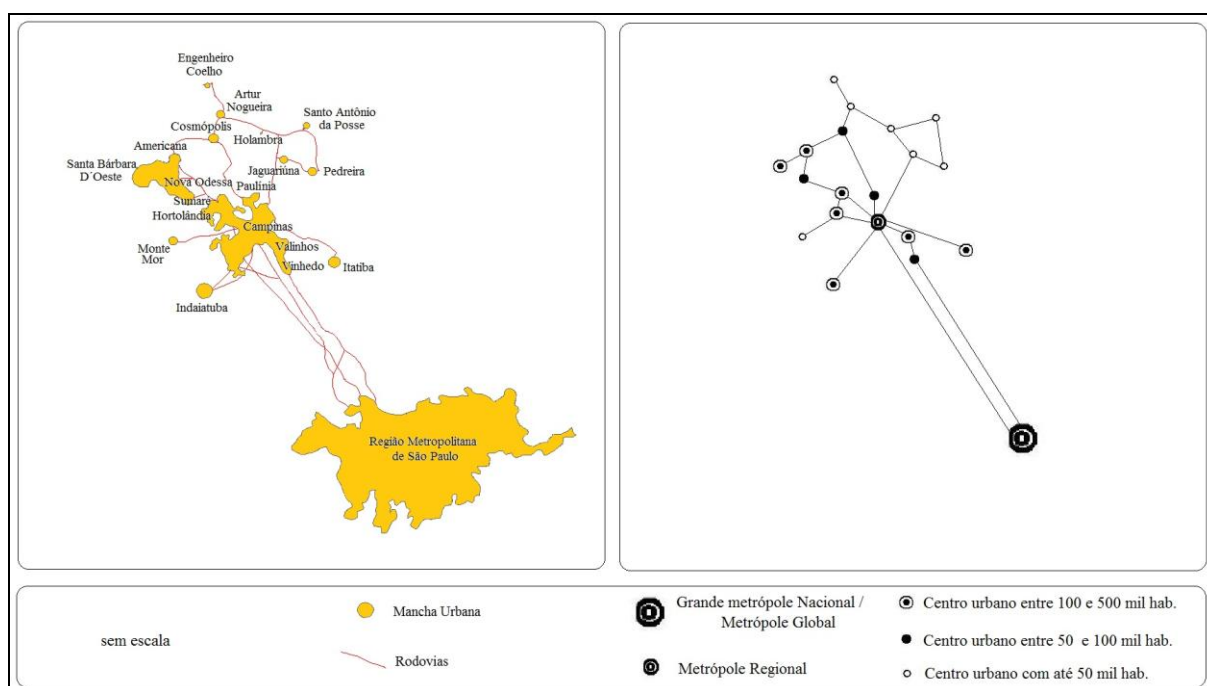


Figura 13: Integração rodoviária dos municípios da Região Metropolitana de Campinas, segundo o tamanho populacional, e a composição da rede urbana.

Fonte: Geosnic; BRASIL (2008)

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Considerando a classe de tamanho populacional, juntamente, com as interligações por meio de vias de circulação (as rodovias), a figura evidencia a formação de uma rede urbana hierarquizada e polarizada, intimamente ligada à capital paulista. Vinhedo, Valinhos, Campinas, Paulínia, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara d'Oeste formam uma mancha, praticamente contínua. Localizadas, principalmente, nas proximidades

da Rodovia Anhanguera que, segundo Selingard-Sampaio (2009), atuou como típico elemento extensor do território industrial paulistano e da urbanização, orientando os prolongamentos urbanos e as áreas conurbadas. Esta faixa representa a porção mais dinâmica da região, composta pela cidade principal e por cidades de porte médio. Ao norte da região agrupam-se o maior número de cidades pequenas, distantes do centro, descontínuas da mancha metropolitana e com funções diferenciadas.

Embora não seja o único fator a ser considerado, o tamanho populacional assume um papel importante para a constituição da rede urbana. Afinal, as características demográficas são sempre um aspecto tão dinâmico e mutável que influencia e é influenciado pelos demais fatores. Daí a necessidade de se pensar na dinâmica populacional tanto no contexto regional quanto na particularidade de cada município, em especial das cidades pequenas. Afinal, o desenho atual da rede urbana é resultado de processos variados, que são mutáveis, no tempo e no espaço. Logo, a estruturação interurbana, também, sofre alterações.

A tabela 18 mostra a síntese da evolução da população total dos municípios da Região Metropolitana de Campinas entre 1970 e 2010. De sua análise, podem-se destacar diferentes manifestações e alterações no quadro populacional dos municípios. Porém, a variação crescente ou decrescente de cada municipalidade é bastante diferenciada, o que torna difícil estabelecer comparações por grupo de tamanhos populacionais.

Tabela 18: Taxa geométrica de crescimento médio anual da população entre 1970 e 2010.

	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Holambra	NE	NE	2,74	4,58
Engenheiro Coelho	NE	NE	4,03	4,59
Hortolândia	NE	NE	6,73	2,40
Santo Antônio da Posse	3,33	2,54	3,35	1,33
Pedreira	3,53	2,40	2,70	1,68
Jaguariúna	3,80	4,63	2,64	4,11
Itatiba	3,84	3,63	3,15	2,26
Artur Nogueira	4,50	5,27	5,95	2,95
Valinhos	4,69	3,02	2,29	2,55
Vinhedo	5,71	4,08	3,90	3,03
Monte Mor	5,73	5,60	4,38	2,76
Campinas	5,82	2,23	1,54	1,09
Indaiatuba	6,20	5,45	4,34	3,22
Americana	6,25	2,13	1,95	1,44
Cosmópolis	6,66	4,24	2,87	2,86
Paulínia	6,75	5,30	3,89	4,81
Santa Bárbara d'Oeste	9,36	6,00	1,85	0,58
Nova Odessa	10,06	4,11	2,41	2,00
Sumaré	15,86	7,53	3,88	2,08
Região Metropolitana de Campinas	6,49	3,50	2,59	1,82
Estado de São Paulo	3,52	2,12	1,89	1,09

Fonte: Fundação SEADE.

Nota: NE – Não existe

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

O comportamento relativo entre as décadas já evidenciou algumas características do crescimento da população na Região Metropolitana de Campinas. A taxa geométrica de crescimento médio anual complementa a leitura da dinâmica demográfica, pois indica o ritmo de crescimento populacional, tendo como referência as mudanças da natalidade, da mortalidade e das migrações. No período analisado, o crescimento da região foi maior do que aquele do Estado de São Paulo.

A tabela, juntamente, com o conjunto de informações discutidas até aqui, permite uma análise das variações geográficas e temporais do crescimento populacional. de modo geral, numa análise regressa, o conjunto que forma atualmente as cidades de porte médio teve um crescimento anual médio elevado até 1991. Nota-se, no último período analisado, uma queda na taxa que, entretanto, se manteve mais acentuada nas cidades pequenas de Holambra, Engenheiro Coelho e Jaguariúna, bem como em Paulínia, por razões já assinaladas.

A conformação deste quadro e a compreensão dos valores referentes à síntese da evolução da população, em especial daqueles referentes ao aumento ou redução, vincula-se à avaliação das variáveis que determinam estas mudanças. Primeiramente, destaca-se o crescimento decorrente dos efeitos da fecundidade e mortalidade, os quais declinam; e, posteriormente a importância crescente da migração para a modificação do perfil populacional. Sendo que, geograficamente, assumem importância por se manifestar e produzir implicações no espaço.

3.2. O incremento populacional e suas implicações nas cidades pequenas da Região Metropolitana de Campinas: fecundidade, mortalidade e migração

A dinâmica demográfica resulta de diferentes processos decorrentes do crescimento vegetativo e das migrações. O crescimento, positivo ou negativo, da população é decorrente das relações entre estas as variáveis. Por isto é relevante apreender acerca das características da estrutura sexo/idade e dos significados que a migração assume para a região, no sentido amplo, e para cada município, em particular.

3.2.1. Estrutura sexo/idade: características e consequências

Inicialmente, é importante se ater ao aspecto do crescimento populacional decorrente, principalmente, da relação entre as taxas de fecundidade e mortalidade dos municípios. Foram estas que compuseram, num primeiro momento, os principais referenciais

básicos para incremento populacional. Portanto, o avanço das condições de vida, aliada à melhoria de saneamento e de saúde pública reduziram a mortalidade e começaram a aumentar as taxas de crescimento vegetativo.

O número de filhos por mulheres começou a cair após a década de 1970. Esta queda se deu de forma diferente nos municípios da região. Alguns valores merecem destaque. Considerando a taxa de fecundidade (por mil mulheres entre 15 e 49 anos), os valores mais elevados, em 1970, eram os de Jaguariúna (130,10), Santo Antônio de Posse (117,85) e Monte Mor (116,03). Enquanto que, em 2010, as taxas mais elevadas encontravam-se em Holambra (61,92), Engenheiro Coelho (57,90) e Monte Mor (56,42). Comparativamente, Campinas registrou 99,66 e 47,68, respectivamente, em 1970 e 2010.

Os valores referentes aos nascidos vivos e aos óbitos gerais dos municípios da região metropolitana, também, auxiliam na compreensão da dinâmica populacional (tabela 19). Ressalte-se que, posteriormente, o fortalecimento das atividades – em seus diferentes setores – atraiu migrantes nacionais e internacionais, gerando mudanças significativas no quadro demográfico.

Tabela 19: Números absolutos de nascidos vivos, óbitos e diferenciais do crescimento dos municípios, com sedes as cidades pequenas, da Região Metropolitana de Campinas, entre 1970 e 2010.

		Holambra	Engenheiro Coelho	S. Antônio de Posse	Jaguariúna	Pedreira	Artur Nogueira	Monte Mor
1970	Nascido vivo	-	-	2743	4032	4657	2490	2819
a	Óbito	-	-	733	946	1328	721	658
1980	Diferença	-	-	2010	3086	3329	1769	2161
1981	Nascido vivo	-	-	3131	4473	5366	4132	4893
a	Óbito	-	-	804	1207	1630	1071	1066
1990	Diferença	-	-	2327	3266	3736	3061	3827
1991	Nascido vivo	1207	1220	2894	5279	5210	5249	7259
a	Óbito	236	282	999	1577	2028	1417	1859
2000	Diferença	971	938	1895	3702	3182	3832	5400
2001	Nascido vivo	1727	2116	2899	6058	5233	5974	7517
a	Óbito	430	556	1268	2050	2512	1800	2500
2010	Diferença	1297	1560	1631	4008	2721	4174	5017

Fonte: Fundação SEADE, Séries Históricas.
Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

A tabela 19 registra, para o período compreendido entre 1970 e 2010, os valores referentes aos nascidos vivos e aos óbitos gerais de cada município estudado. A tendência geral foi a de aumento no número de nascidos vivos, ao passo que no que se refere aos valores dos totais, pode-se identificar algumas particularidades. Nota-se que nem todos os municípios

se comportaram da mesma maneira, resultando em situações nas quais os valores oscilaram, como em Santo Antônio de Posse, enquanto outros tiveram aumento, como Monte Mor.

Quanto aos óbitos, os valores são crescentes para todos os municípios, porém não interfere no aumento da diferença entre nascimentos e mortes. Nos municípios recém-emancipados nota-se que a diferença entre nascidos vivos e óbitos é crescente. O mesmo se nota, num período mais longo, em Jaguariúna, Artur Nogueira e Monte Mor, sendo que o último teve seu valor diminuído na última década. Já Santo Antônio de Posse e Pedreira apresentam dois momentos bem definidos: o primeiro entre 1970 e 1990 no qual se vê um modelo caracterizado pelo crescimento; enquanto, no segundo (pós 1990), houve uma diminuição nos valores, justificado, principalmente, pelo aumento do número de óbitos.

De maneira geral, observa-se que o crescimento vegetativo apresentou papel diferenciado no aumento populacional destes municípios. Vale ressaltar que, se de um lado, as melhores condições de vida e o acesso a serviços de saúde, têm levado ao aumento da longevidade, por outro, o acréscimo da mortalidade pode ter relação direta com o processo de envelhecimento populacional. Este corresponde ao resultado de duas variáveis demográficas: a queda da fecundidade e o aumento da expectativa de vida ao nascer.

Uma abordagem integrada da dinâmica demográfica e de todas as suas facetas implica em considerar a estrutura da população em sua distribuição por idade e sexo. Ela é o resultado, em um dado momento, do efeito conjunto de nascimentos, mortes e migrações, ou seja, representa um produto destes referenciais demográficos.

Vale, portanto, inicialmente apresentar a pirâmide etária da Região Metropolitana de Campinas. Além de mostrar os números relativos, a distribuição por sexo e idade, ela embute em si concepções sobre o presente, o passado e o futuro da população. Assim, com base na figura 14, além de visualizar a distribuição da população da região pelas diferentes classes de idades, também é possível observar as tendências relacionadas à evolução das taxas de natalidade, a expectativa de vida ao nascer e até mesmo a migração.

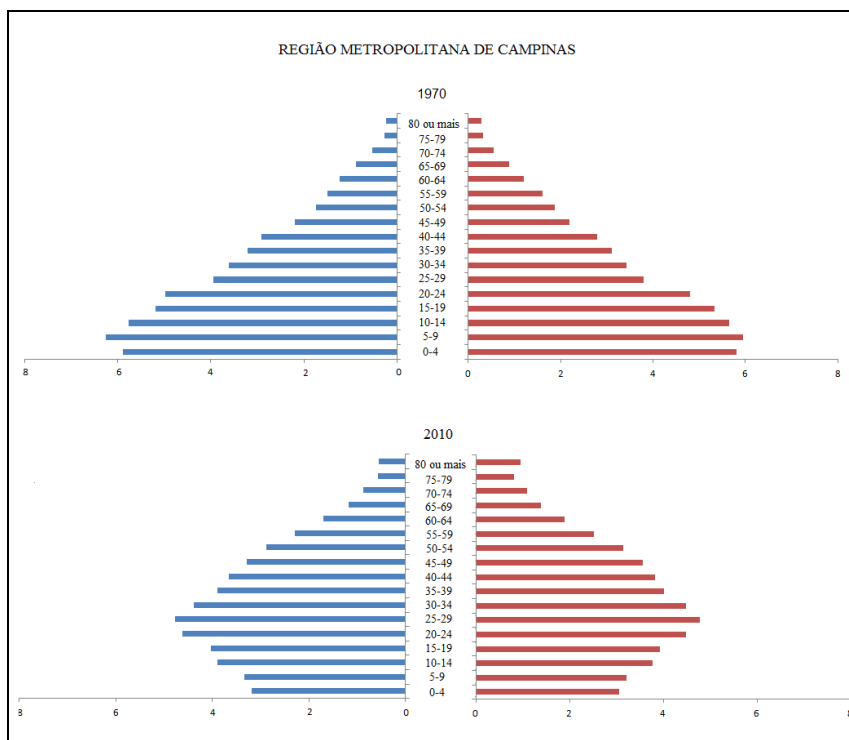


Figura 14: Pirâmide de idade da Região Metropolitana de Campinas nos anos de 1970 e 2010.

Fonte: Censos demográficos 1970 e 2010 – IBGE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Na região em estudo, bem como no estado de São Paulo, verifica-se uma mudança de perfil. Há uma tendência à queda da fecundidade que gera uma diminuição do número de nascidos e um crescimento relativo da população idosa. Em relação à proporcionalidade entre os sexos, há uma ligeira predominância de homens nas primeiras faixas etárias que vai, posteriormente, perdendo espaço para o número de mulheres.

O quadro geral da região metropolitana representa uma síntese total dos municípios. Diante deste cenário é relevante observar a estrutura etária dos municípios que tem como sede as cidades pequenas. Em ordem de tamanho populacional são apresentados as pirâmides etárias de Holambra (figura 15), Engenheiro Coelho (figura 16), Santo Antônio de Posse (figura 17), Pedreira (figura 18), Jaguariúna (figura 19), Artur Nogueira (figura 20) e Monte Mor (figura 21), para as décadas de 1970 e 2010. Exceção aos municípios de Holambra e Engenheiro Coelho que se emanciparam em 1991 e que, portanto, apresentam para comparação apenas dados de 2000 e 2010.

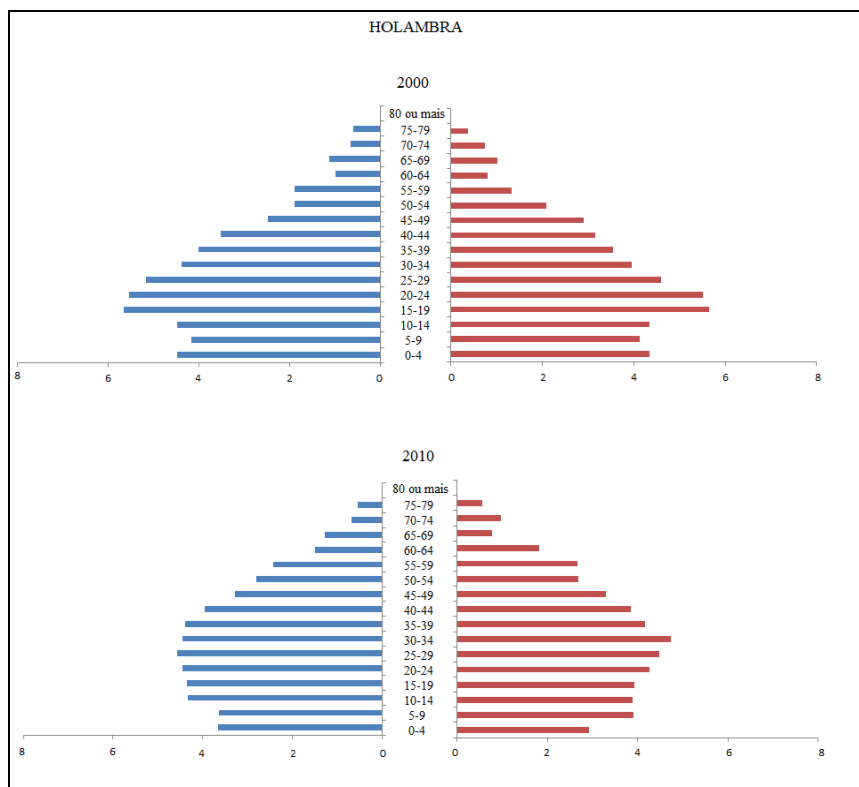


Figura 15: Pirâmide de idade de Holambra nos anos de 2000 e 2010.

Fonte: Censos demográficos 2000 e 2010 – IBGE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

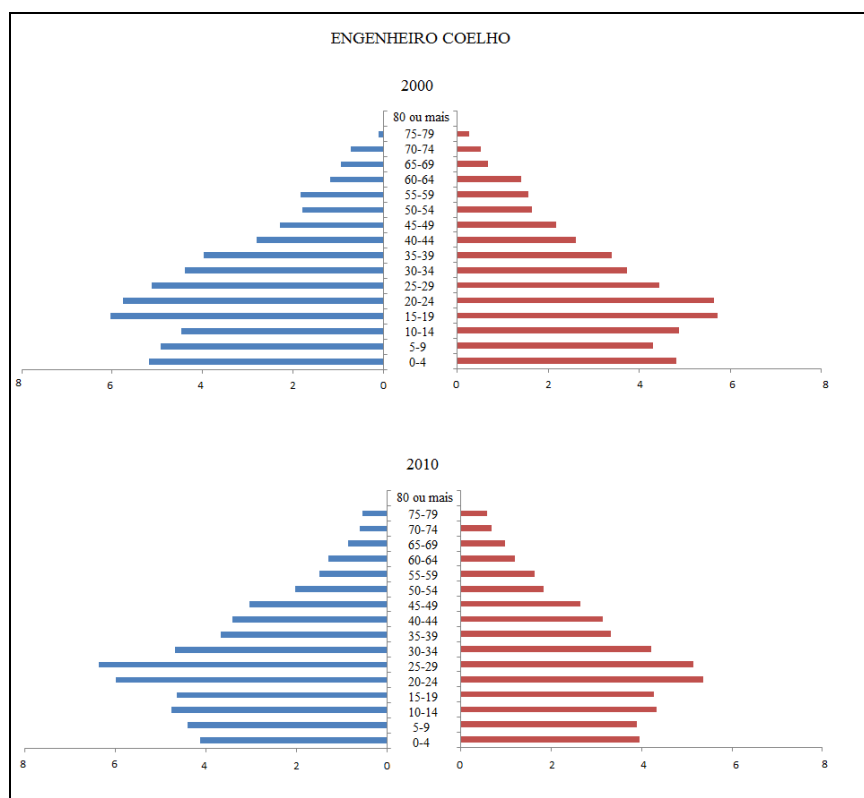


Figura 16: Pirâmide de idade de Engenheiro Coelho nos anos de 2000 e 2010.

Fonte: Censos demográficos 2000 e 2010 – IBGE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

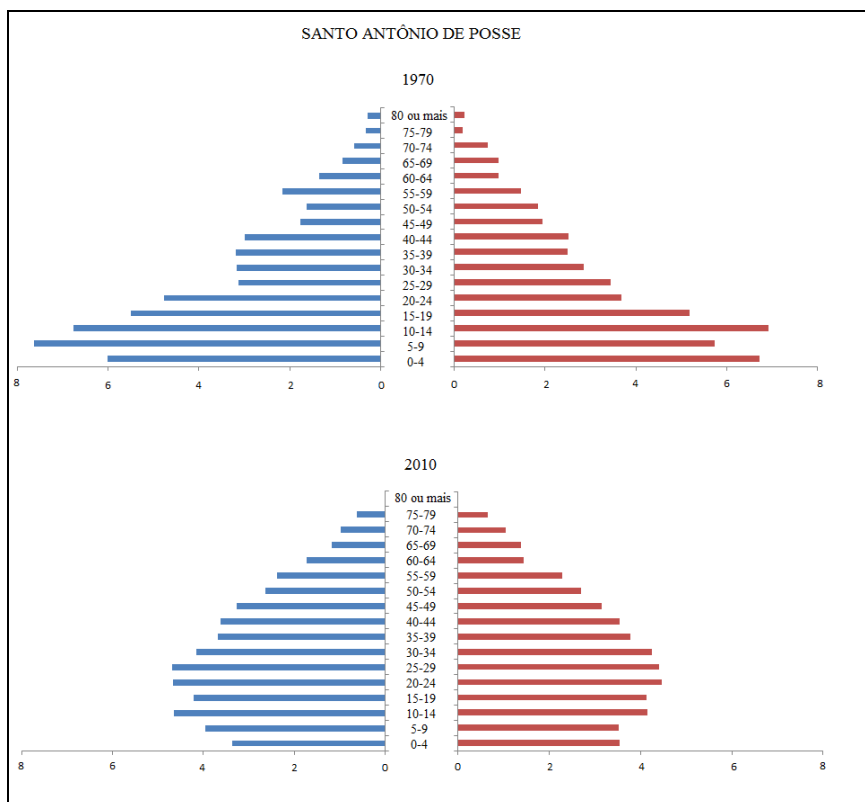


Figura 17: Pirâmide de idade de Santo Antônio de Posse nos anos de 1970 e 2010.

Fonte: Censos demográficos 1970 e 2010 – IBGE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

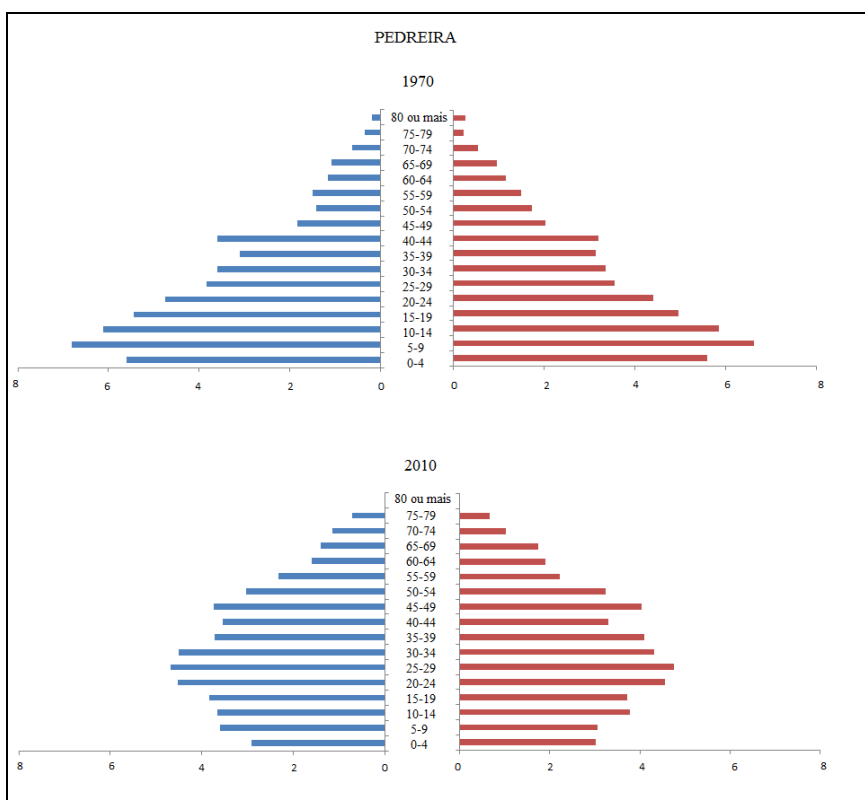


Figura 18: Pirâmide de idade de Pedreira nos anos de 1970 e 2010.

Fonte: Censos demográficos 1970 e 2010 – IBGE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

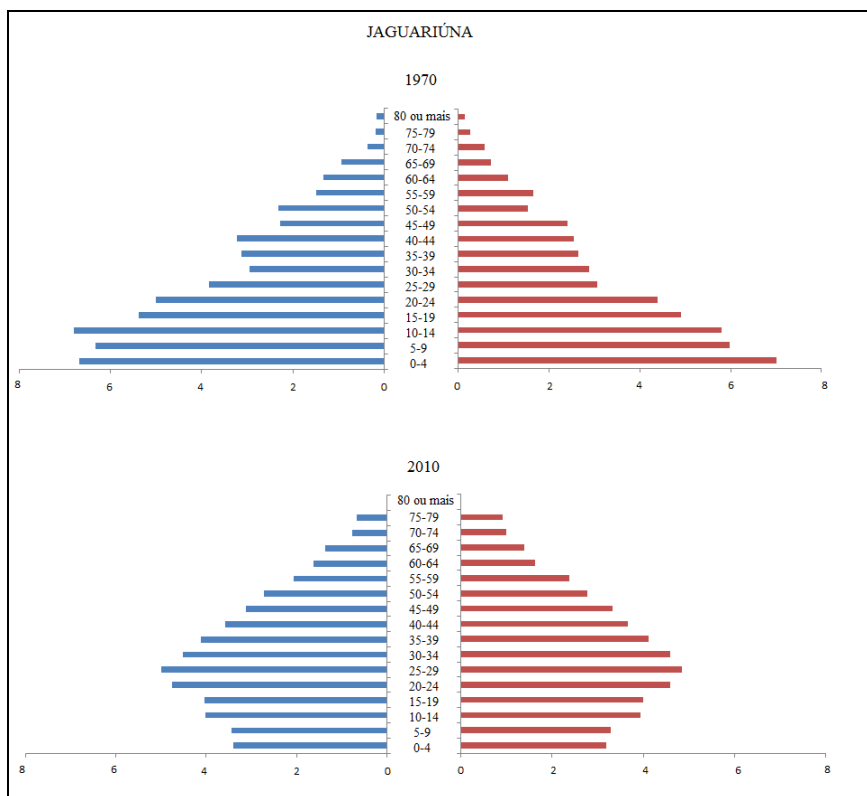


Figura 19: Pirâmide de idade de Jaguariúna nos anos de 1970 e 2010.

Fonte: Censos demográficos 1970 e 2010 – IBGE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

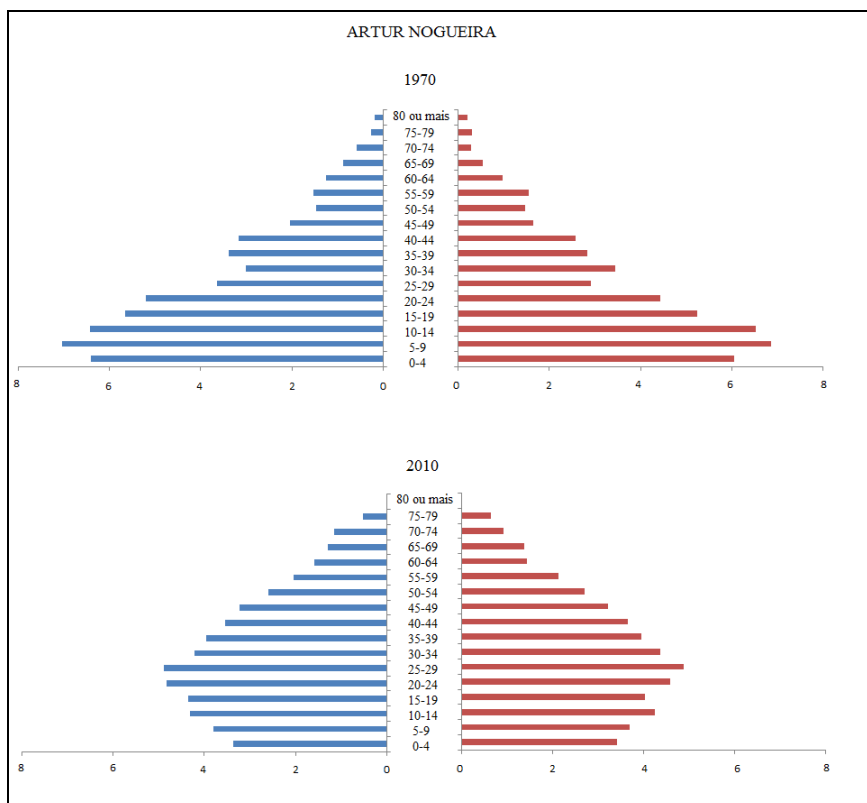


Figura 20: Pirâmide de idade de Artur Nogueira nos anos de 1970 e 2010.

Fonte: Censos demográficos 1970 e 2010 – IBGE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

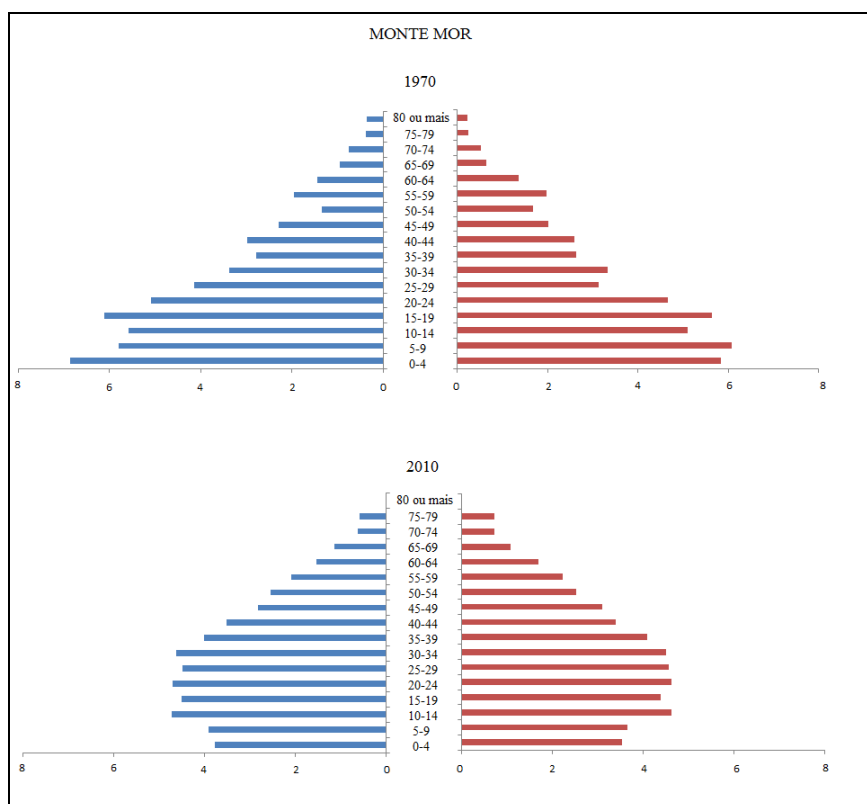


Figura 21: Pirâmide de idade de Monte Mor nos anos de 1970 e 2010.
 Fonte: Censos demográficos 1970 e 2010 – IBGE.
 Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Em geral, estes municípios apresentam um perfil semelhante àquilo que ocorre na região metropolitana, apesar de variações entre elas. O recorte temporal propicia a comparação e o entendimento da evolução populacional nestes municípios. São constatadas mudanças significativas na estrutura sexo/idade da população. Pode-se observar uma tendência à queda da fecundidade que gera um estreitamento na base da pirâmide e o crescimento relativo da população em idade mais avançada.

Parcela significativa da população destes municípios está concentrada entre as faixas 15 e 39 anos de idade, diferentemente do que se verificava na década de 1970, quando a população infantil predominava. Estas mudanças de perfil, como a redução da população infantil (0 a 9 anos de idade), não simboliza apenas uma alteração no desenho da pirâmide, resulta em desdobramentos sociais e espaciais constantes e significativos. A diferenciação entre os dois momentos analisados, fica mais visível na figura 22. Nesta, é feito um agrupamento da população dos municípios de acordo com a faixa etária.

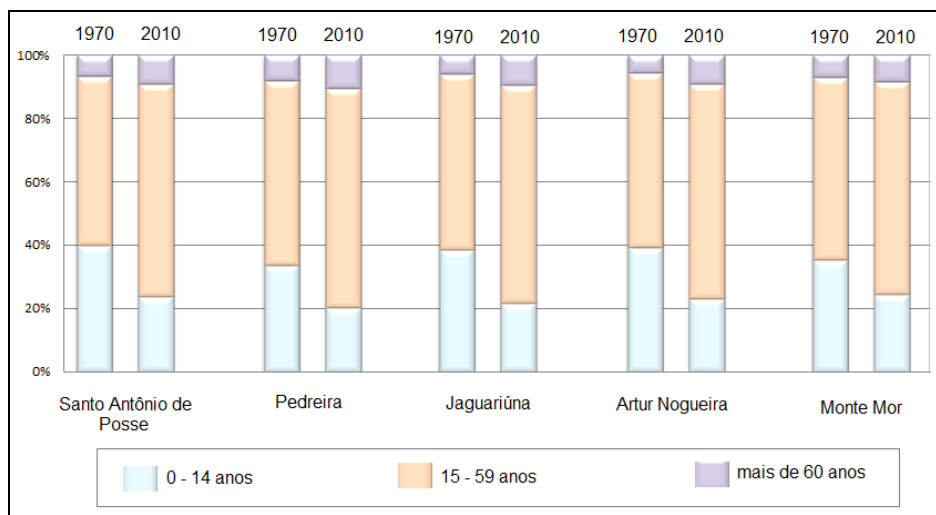


Figura 22: Agrupamento da população dos municípios por faixa etária, nos anos de 1970 e 2010.

Fonte: Censos demográficos 1970 e 2010 – IBGE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Os dados apresentados no gráfico evidenciam que a tendência é a mesma para todos os municípios. O aumento no número de pessoas na faixa dos 15 aos 59 anos comprova que, no futuro, a população idosa tende a aumentar. Ao mesmo tempo em que se observa uma redução da população infantil.

O estudo da população torna-se mais relevante quando propriedades particulares e específicas o deixa mais significativo, como é o caso da crescente e mutante dinâmica do envelhecimento. No caso das cidades pequenas, o envelhecimento da população é citado por Soares e Melo (2010), como um dos parâmetros qualitativos para a temática. O tema do envelhecimento é produto de uma realidade, cada vez mais, perceptível em todos os lugares. As cidades pequenas não só perdem população, “como também a migração apresenta-se cada vez mais seletiva em termos de sexo e faixa etária” (SOARES e MELO, 2010).

“O estado de São Paulo está assistindo seu envelhecimento demográfico como uma das mais importantes mudanças na história da dinâmica de sua população” (GUIDUGLI, 2012). Deste modo, revisitar a dinâmica demográfica, em especial no que tange a estrutura etária, traz um breve panorama de mudanças no perfil e na composição populacional da Região Metropolitana de Campinas, no geral, e das cidades pequenas, em particular.

O envelhecimento é significativo, como mostra a tabela 20, onde está registrado o percentual de população acima de 60 anos nos municípios que constituem a área metropolitana, bem como o Índice de Envelhecimento¹⁸. De modo geral, os dados evidenciam

¹⁸ IE = (P1 ÷ P2) x 100; onde P1 (população com idade igual ou superior a 65 anos) e P2 (população com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos).

duas situações: cidades que apresentam envelhecimento significativo e outras nas quais os valores tem menor expressividade, entre os anos de 1980 e 2010.

Tabela 20: Participação relativa da população residente com mais de 60 anos de idade na população total e Índice de Envelhecimento dos municípios da Região Metropolitana de Campinas, nos anos de 1980 e 2010.

Município	% de pessoas com mais de 60 anos		Índice de envelhecimento	
	1980	2010	1980	2010
Holambra	-	8,91	-	41,31
Engenheiro Coelho	-	7,66	-	30,10
Santo Antônio de Posse	6,94	10,76	20,28	46,27
Pedreira	7,33	11,86	23,25	58,67
Artur Nogueira	5,83	10,10	17,06	43,24
Jaguariúna	6,46	10,66	18,75	50,10
Monte Mor	5,99	9,16	15,90	37,90
Nova Odessa	5,72	10,75	16,15	52,99
Cosmópolis	6,16	9,32	18,13	40,56
Vinhedo	6,44	11,47	19,14	57,52
Paulínia	4,53	8,07	11,76	37,28
Itatiba	7,09	11,12	21,93	54,27
Valinhos	6,53	12,06	20,17	63,82
Santa Bárbara d'Oeste	5,03	10,73	14,40	55,26
Hortolândia	-	7,57	-	32,29
Indaiatuba	6,30	10,44	18,63	49,12
Americana	6,02	12,95	19,88	69,46
Sumaré	3,97	8,40	10,04	36,50
Campinas	6,38	12,35	20,05	64,25
Região Metropolitana	-	11,00	-	53,84

Fonte: Censos demográficos 1980 e 2010 – IBGE. / Fundação SEADE
Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

O crescimento do percentual de idosos vem ocorrendo, de modo diferenciado, entre os grupos de municípios de diferentes volumes populacionais. O Índice de Envelhecimento, porém, revela um novo cenário para o ano de 2010, bem diferente daquele de 1980. Além de contribuir para a avaliação de tendências da dinâmica demográfica, também, auxilia no acompanhamento da evolução do ritmo de envelhecimento da população.

A análise deste índice, para a região em estudo, revela que não se pode associar o envelhecimento somente às cidades pequenas. Apenas Pedreira possui índice de envelhecimento maior que o valor registrado pela região metropolitana. Trata-se, portanto, de um fenômeno que ocorre em toda região, na qual os valores mais elevados estão em cidades de porte médio, como é o caso de Americana (69,46) e Valinhos (63,82), ou mesmo da cidade central (64,25%). O diferencial mais significativo para as cidades pequenas é que o envelhecimento pode se constituir em agravamento na vida da população desta faixa etária.

Portanto, a percepção numérica é menos importante do que as consequências qualitativas deste fenômeno. Afinal, o aumento do total de idosos reverbera em impactos que a estrutura demográfica gera sobre as políticas públicas. Tal panorama interfere em todas as dimensões da vida e terá impacto profundo nas demandas de todos os setores da sociedade, tais como a educação, saúde, previdência social, etc.

Um exemplo disto são seus efeitos nas políticas sociais e econômicas relacionadas à idade, visto que a demanda para a educação tende a diminuir, o que pode resultar em investimentos em melhor qualidade de ensino, tanto em termos de infraestrutura física quanto de recursos humanos. Ademais, numa análise prospectiva, pode se tornar um fator negativo no mercado consumidor e de trabalho, especialmente no que tange a formação de mão de obra. Da mesma forma a questão do envelhecimento merece destaque, pois não atinge apenas os pontos que envolvem a previdência social e a assistência à saúde. Abrange, também, uma discussão qualitativa, uma vez que muitos possuem renda, boa saúde, representam um mercado consumidor, podem trabalhar etc..

É possível citar, ainda, um exemplo de desdobramento espacial deste cenário. Em geral, a redução dos nascimentos tem sido mais acentuada nas áreas centrais das cidades, mas onde se mantém a população mais idosa. Enquanto que, nas áreas periféricas, principalmente, as mais pobres, está o maior número de crianças. A compreensão deste quadro deve estar vinculada a outros referenciais demográficos que auxiliam no entendimento das mudanças estruturais que ocorrem e que tem manifestações diferenciadas na espacialização da população nas cidades e nas demandas geradas por elas.

Diante disto, Guidugli (2006), questiona a capacidade de governos locais das cidades pequenas suportarem o aumento do número de idosos, que tendem a aumentar com o tempo. As políticas sociais voltadas para esta faixa etária tornam-se cada vez mais importantes para mudar a qualidade de vida e a sociedade destas municipalidades.

A análise da distribuição por sexo é outro aspecto importante no estudo demográfico dos municípios. Em relação à proporcionalidade entre os sexos, de maneira geral, o número de homens e mulheres é equilibrado, com uma tendência irreversível para predominância do número de mulheres. Esta tendência no comportamento demográfico gera diversas consequências, como os efeitos sobre a estrutura familiar, o mundo do trabalho, a saúde das mulheres, o fato da população feminina viver mais e, por conseguinte, o número de viúvas ser maior que o de viúvos, entre outros. De tal modo, a feminização da velhice torna-se, também, um tema relevante e as tendências observadas no comportamento demográfico da população

feminina são subsídios importantes para o planejamento de políticas públicas em esferas variadas.

3.2.2. O significado das migrações

Além dos nascimentos e mortes, a dinâmica demográfica destes municípios, como já mencionado, tem sofrido a influência dos processos migratórios. Por conta disto, a análise caminha tanto pelo entendimento do papel das mudanças decorrentes do processo migratório, quanto dos deslocamentos populacionais que fazem parte da dinâmica metropolitana. É impossível ignorar este fenômeno que, cada vez mais, ganha relevância. Como os padrões migratórios são decorrentes do próprio estilo de desenvolvimento adotado pela sociedade, geralmente, as pessoas se deslocam em busca de melhores oportunidades de emprego e renda.

Cunha (2005), reflete acerca de questões relevantes para a análise da migração e urbanização no país. As considerações discutidas por ele permite identificar, além de uma periodicidade no acompanhamento deste fenômeno, a caracterização de cada um dos processos. Aquelas de caráter permanente, vai desde o clássico movimento rural-urbano, até as migrações inter-regional, intra-regional e internacional. Enquanto as de caráter pendular e sazonal adquirem importância qualitativa e quantitativa em função das modificações ocorridas nas dimensões econômica, social e política, em nível nacional e internacional.

De modo geral, os movimentos populacionais seguiram-se ancorados em três eixos principais. O primeiro diz respeito às migrações internas, as quais representaram um “mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas” (SINGER, 1977). O segundo envolve a enorme transferência de população do campo para a cidade. Enquanto, o terceiro representa a intensa concentração demográfica atrelada ao fenômeno de metropolização, a qual consiste nos deslocamentos intra-metropolitanos.

A migração que engloba os movimentos de outras cidades, estados ou regiões constitui a chave da dinâmica demográfica dos municípios da região metropolitana nas distintas etapas de sua trajetória. Ela tem efeitos diversos sobre o quadro demográfico e sua espacialização. Como afirmam Plane e Rogerson (1994), a composição etária e as tendências das migrações são elas próprias susceptíveis de serem interligadas. A transferência de população corrobora, por exemplo, com o fenômeno do envelhecimento local, pois ajuda a alterar o perfil populacional da localidade. Todavia, isto depende das características particulares dos migrantes, podendo impactar de maneiras diversas, tanto nos lugares de

partida, quanto nos de chegada. Conseqüentemente, além do processo natural do envelhecimento, a migração pode contribuir para isto porque está relacionada, principalmente, ao trabalho, ou seja, em geral é a população adulta que migra.

A região em estudo também participou deste processo. A migração foi, substancialmente, importante para o aumento do tamanho populacional verificado nas últimas décadas, alterando o seu perfil demográfico. A tabela 21 concebe um retrato de um momento, que pode ser explicada por processos históricos, de diversa natureza, que favoreceram ora as migrações interestaduais, ora as intra-estaduais.

Tabela 21: Percentual da população dos não naturais, por grupo de naturais de outro município do Estado de São Paulo e natural de outro Estado (2010)

Município	Natural de outro município do Estado de São Paulo	Natural de outro Estado	Município	Natural de outro município do Estado de São Paulo	Natural de outro Estado
Holambra	33,73	36,53	Paulínia	39,11	29,11
Engenheiro Coelho	24,36	49,58	Itatiba	25,35	21,37
Sto. Ant. de Posse	19,90	13,76	Valinhos	35,27	21,21
Pedreira	30,17	21,19	Indaiatuba	33,60	26,22
Artur Nogueira	38,13	33,44	Sta Bárb. d'Oeste	38,43	17,98
Jaguariúna	38,90	23,87	Hortolândia	45,45	31,59
Monte Mor	36,00	28,64	Americana	35,99	17,81
Nova Odessa	44,69	22,57	Sumaré	36,83	29,25
Cosmópolis	25,02	30,52	Campinas	21,13	22,85
Vinhedo	36,39	22,23			

Fonte: Censo demográfico 2010 – IBGE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Apesar de ter pesos diferentes ao longo do tempo, ambas auxiliam na compreensão do quadro demográfico atual. Os migrantes tem um peso na população e é crescente, estando presente em todas as municipalidades. Portanto, as cidades pequenas, em níveis diferenciados, não fugiram a esta dinâmica. Na tabela 22 está registrado o percentual de população não natural dos municípios, entre 1991 e 2010, o que permite elaborar uma análise fundamentada nas questões referentes às cidades pequenas.

Tabela 22: Percentual da população dos não naturais dos pequenos municípios da Região Metropolitana de Campinas (1991 – 2010)

	Holambra	Engenheiro Coelho	S. Antônio de Posse	Pedreira	Artur Nogueira	Jaguariúna	Monte Mor
1991	NE	NE	42,1	52,0	57,7	53,4	61,7
2000	60,8	63,8	40,9	46,3	59,8	52,3	60,3
2010	70,2	73,9	33,6	51,3	71,5	62,7	64,6

Fonte: Censos demográficos 1991, 2000 e 2010 – IBGE.

Nota: NE – não existe

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

O percentual de população migrante dos municípios exibe números diferenciados, evidenciando que a migração assume significância nos totais populacionais. Os valores de Holambra e Engenheiro Coelho merecem uma análise particular, uma vez o elevado percentual de população não natural têm explicações em sua formação territorial, pois foram criados recentemente. Todavia, estes são casos particulares.

Santo Antônio de Posse é o município que vem exibindo, entre as décadas, uma queda no percentual de população não natural, chegando a 33% em 2010. Em contrapartida, nos demais municípios o percentual de migrantes tem sido significativa, atingindo em 2010, os valores de 51% (Pedreira), 62% (Jaguariúna), 64% (Monte Mor) e 71% (Artur Nogueira).

De modo geral, os números registrados devem ser vislumbrados a partir de um contexto mais amplo. O dinamismo econômico da região, em geral, e da cidade de Campinas, em particular, corroboram para explicar a elevada participação de migrantes na composição do quadro demográfico. Embora recebam migrantes, elas em si mesmas não possuem fatores de atração, na mesma intensidade, de outras cidades da região. Isto evidencia aquilo que pode ser chamado de transbordamento migratório, ao passo que se tornam centros atrativos, em decorrência do fato de que viver nestas cidades pode ser menos custoso.

A capacidade de atração se justifica, especialmente, por estar inserida num espaço dinamizado economicamente, simbolizando muitas vezes, uma migração em etapa. Neste processo, as pequenas figuram como locais de adaptação ou como um preparo para viver, posteriormente, em cidades maiores, em casos de não inserção no mercado de trabalho, formal ou informal. Ademais, tem como características, por exemplo, locais de moradia mais baratos e custo de vida mais baixo.

Para avaliar o cenário de migração, um panorama mais abrangente pode ser obtido a partir dos valores referentes aos saldos migratórios. Estes, para o caso do referencial empírico, estão organizados na tabela 23. Com base neste levantamento quantitativo é possível deduzir

algumas considerações qualitativas para o entendimento recente da dinâmica demográfica regional.

Tabela 23: Saldos migratórios anuais dos municípios, com sedes as cidades pequenas, da Região Metropolitana de Campinas (170/1980 e 2000/2010)

	Holambra	Eng. Coelho	S. Ant.ônio de Posse	Pedreira	Artur Nogueira	Jaguariúna	Monte Mor	RM de Campinas
1970/1980	NE	NE	130	336	427	208	414	35.617
2000/2010	276	412	88	358	703	1.064	659	23.194

Fonte: Censos demográficos 1991, 2000 e 2010 – IBGE.

Nota: NE – não existe

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

O “componente migratório desempenhou papel fundamental na configuração populacional da área, desde a consolidação da sede regional até a conformação e estruturação do espaço metropolitano” (BAENINGER, 2001). No cenário regional, depois do *boom* migratório assistido na década de 1970, os dados presentes na tabela 23 revelam uma tendência de menores volumes de migrantes. Todavia, enquanto em alguns casos ela desacelera, para outros aumenta. Este é o caso das cidades pequenas que, em geral, mostram números crescentes nos saldos migratórios.

Até aqui, prevaleceu na análise os aspectos demográficos, especialmente em seu caráter quanti-qualitativo. Porém, como defendem Plane e Rogerson (1994), os estudos populacionais devem incorporar abordagens diferentes daquelas, puramente, matemáticas. Assim, é preciso avançar na análise espacial da população, ainda mais se considerarmos que, “para o geógrafo, a dimensão locacional assume importância fundamental” (PLANE; ROGERSON, 1994).

As questões que envolvem a migração não podem ser vistas como consequência de um espaço transformado, pois ela atua, também, como agente de transformação. A dimensão espacial, traduzida como conjunto de relações sociais, é utilizada para possibilitar a análise de formas concretas de mobilidade. Neste sentido, os dados revelam que os números têm valor e significado, temporal e espacial, sendo que as migrações constituíram um componente fundamental do processo de urbanização. Isto significa que a dinâmica migratória acaba exibindo uma de suas facetas na distribuição espacial da população: as cidades.

A leitura geográfica da população necessita considerar novos contextos nos quais os dados numéricos estão envolvidos. Revela as profundas mudanças que ocorreram no local e na “forma como as pessoas vivem, em termos de família, domicílio, dos padrões de parceria sexual, mortalidade e mobilidade em áreas particulares” (OGDEN, 1998).

Os números demográficos se projetam espacialmente, cujas questões fundamentais foram inicialmente de predominância rural. A combinação do crescimento vegetativo e da migração trouxe, como desdobramento principal, o aumento intensivo do processo da urbanização. Esta se materializa em forma de processos aglomerativos – as cidades –, que se constituíram por uma concentração material (habitações, edificações, automóveis, vias, etc.) e imaterial (ideias, valores, costumes, cultura, etc.). Conseqüentemente, a urbanização da sociedade e do território representou mudanças que tiveram efeitos distintos para a vida da população, em especial em suas características geográficas, inclusive no espaço intra-urbano.

Diante de um cenário de urbanização, via industrialização, os deslocamentos populacionais – com origem no campo e destino à cidade – se intensificaram. Não por acaso, a migração rural-urbana assumiu papel fundamental no aumento da taxa de urbanização brasileira. Esta temática “ocupou, por muito tempo, a agenda migratória nacional, sobretudo nos anos 70” (CUNHA, 2005).

Ao considerar as atividades desempenhadas, num primeiro momento, a divisão do trabalho se acentua entre a cidade e o campo. Porém, posteriormente, novas formas começam a emergir. A modernização da agricultura, tal qual a dispersão da industrialização introduziram novas formas de organização espacial.

Então, a cidade assumiu o “papel de espaço da gestão ou de regulação da economia tanto urbana quanto daquilo que se produz no campo” (SANTOS, 1994a). A urbanização, assim, se difundiu e a cidade passou a ser o elemento estruturador do espaço e da economia. Na região em estudo houve, juntamente, com o aumento populacional dos municípios, uma grande concentração demográfica em áreas urbanas, como se verifica na figura 23.

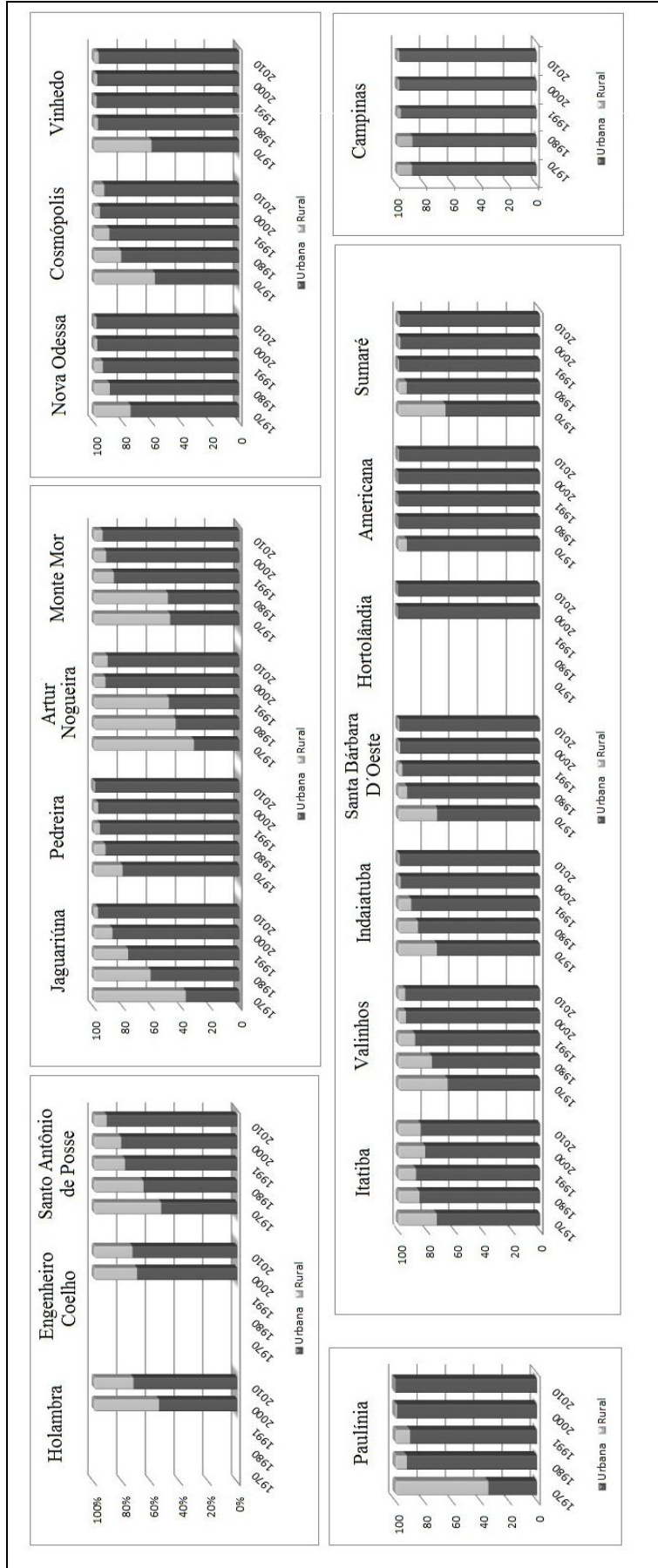


Figura 23: Evolução relativa da população urbana e rural dos municípios da Região Metropolitana de Campinas, entre 1970 e 2010. Fonte: Censos demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 – IBGE. Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Organizar as figuras da evolução da população urbana e rural nos municípios, segundo as classes de tamanho demográfico atual, permitiu visualizar as mudanças e o papel que cada segmento teve ou detém na constituição territorial e na distribuição da população em cada municipalidade. Nota-se que na década de 1970 a população rural tinha uma participação maior nos municípios que, naquele momento, possuíam população inferior a 15 mil habitantes.

Mudanças no perfil demográfico, resultado do crescimento vegetativo e das migrações, também impactaram sobre a transferência da população rural para as cidades. Como consequência, tem-se a espacialização populacional concentrando-se, predominantemente, na área urbana no período analisado. No mapa da figura 24 está a representação comparativa entre a década de 1970 e 2010, o que evidencia a acentuada mudança que ocorreu.

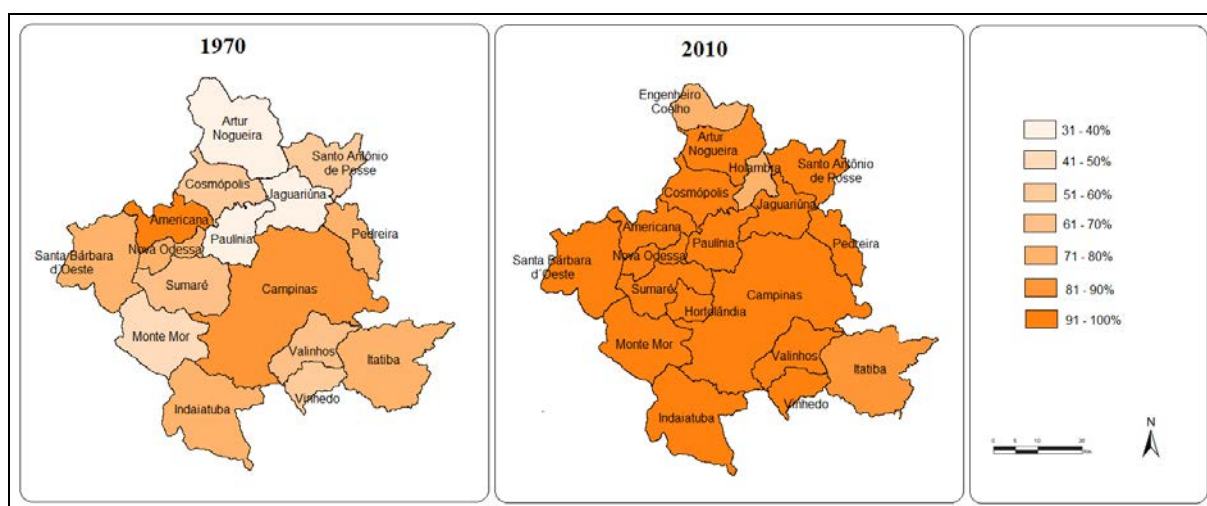


Figura 24: Comparação da evolução relativa da população urbana nos municípios da Região Metropolitana de Campinas (1970 e 2010)

Fonte: Censos Demográficos 1970 e 2010 – IBGE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

A maioria dos municípios apresentou, de acordo com o censo de 2010, mais de 90% de população na condição urbana, com valores superiores a média nacional. O que significa afirmar que o rural perdeu espaço na composição populacional dos municípios. Em Campinas, desde a década de 1970, a população urbana sempre predominou com relação a rural. No grupo de municípios entre 100.000 e 500.000, nota-se que – com exceção de Hortolândia que já nasceu 100% urbanizada e de Americana que, no período analisado, sempre registrou elevadas taxas de urbanização – os demais apresentaram uma mudança no perfil demográfico.

Paulínia é um caso particular. Sua população total, em 1970, era de 10.708 habitantes, dos quais apenas 34,5% viviam na cidade. No censo seguinte, ou seja, em uma década, a população passou a 20.755 habitantes e a taxa de urbanização atingiu a marca de 92%. Esta tendência se manteve até o município atingir a marca de 82.150 habitantes, dos quais 99,9% são residentes urbanos. O ocorrido neste município exemplifica a intensidade da urbanização e do crescimento demográfico verificado em todo país nas últimas décadas.

Nova Odessa, Cosmópolis e Vinhedo pertencem à classe de municípios que ultrapassaram os 50 mil habitantes, no período de 2000 e 2010. A taxa de urbanização dos três é, hoje, superior a 90%. Assim, como nos demais casos, o crescimento demográfico foi acompanhado pelo aumento da urbanização e diminuição da população rural.

No grupo de municípios com população total com menos de 50 mil habitantes é possível verificar uma diferença com relação aos demais. O aumento da taxa de urbanização se deu de modo mais lento. Entre os municípios em que a população varia de 25.000 a 50.000 habitantes, apenas Pedreira já possuía uma taxa de urbanização acima de 80% na década de 1970. Já a população urbana de Artur Nogueira só ultrapassou a rural no decorrer da década de 1990.

Quanto aos municípios com menos de 25.000 habitantes, Santo Antônio de Posse apresentou um crescimento populacional bem menor do que outros municípios que possuíam população semelhante na década de 1970. A taxa de urbanização também cresceu de forma menos intensa, porém atingiu a marca de 91%, em 2010. Enquanto Holambra e Engenheiro Coelho, que se emanciparam em 1991, são os municípios que, ainda hoje, mantêm as menores taxas de urbanização da região, mas com valores superiores a 70%.

Em suma, pode-se constatar que os municípios que apresentaram as menores taxas de urbanização em 2010 são aqueles com menor número de habitantes. Mesmo não ostentando a importância e a proporção que assume em áreas não metropolitanas, o rural ainda está mais presente nos municípios com menor volume populacional da região.

Como os aspectos demográficos assumem dimensões diferenciadas entre cidades pequenas localizadas próximas aos grandes centros econômicos e comparação aquelas distantes deles, há diferenças em seus papéis urbanos e suas trajetórias socioeconômicas. Assim, para o caso das cidades pequenas da Região Metropolitana de Campinas, deve-se contemplar o entendimento das lógicas próprias de cada municipalidade, bem como as lógicas gerais decorrentes do dinamismo metropolitano.

Numa região metropolitana a questão da polarização se acentua, bem como a circulação – de mercadorias, informações ou de pessoas – são intensas e contínuas. Se estes

são fatores estruturais e estruturantes de uma região metropolitana, as questões referentes às cidades pequenas só podem ser entendidas com base nestas inter-relações. As interações socioespaciais da população perpassam pelo entendimento de sua dinâmica demográfica e suas mudanças estruturais, bem como suas realocações no território e na qualidade de vida.

3.3. As cidades pequenas ante o processo de metropolização: a população e suas relações econômicas, sociais e espaciais

A opção metodológica por uma análise das questões urbanas a partir do enfoque regional é um pré-requisito que contribui para explicar, posteriormente, a dinâmica intra-urbana das cidades pequenas na Região Metropolitana de Campinas. A dinâmica demográfica, as relações socioeconômicas e suas interações devem ser observadas, primeiramente, sob a ótica daquilo que Benko (1999) denominou de “Ciência Regional”. Esta reúne predicativos que permitem sua interpretação: a localização das atividades econômicas; a organização e estruturação do espaço; as interações espaciais; e, o desenvolvimento regional.

A metropolização deve ser percebida como a base de um reforço territorial do poder econômico. Diante disto, esta opção metodológica dá condições para verificar os diferentes espaços de uma área metropolitana, que possuem variações econômicas distintas, tanto espacialmente quanto em suas temporalidades. Destaque-se que estes aspectos devem ser observados sob a luz da dinâmica demográfica que influencia e é influenciada, por exemplo, pela organização econômica, pela localização das empresas e pela oferta de empregos.

O crescimento populacional, a distribuição e os padrões geográficos – econômico e social –, exercem influência sobre as práticas sociais no espaço. Logo, uma motivação importante para o estudo da população “é o reconhecimento de que a compreensão da composição, da distribuição e das mudanças populacionais são essenciais para a tomada de decisões nos setores público e privado” (PLANE; ROGERSON, 1994).

Deste modo, a relação entre a população e a cidade demanda uma análise entre as dimensões econômica e demográfica, vinculadas aos seus desdobramentos espaciais. As duas dimensões citadas são fundamentais para compreender as transformações no perfil da sociedade, em sentido amplo, e da estrutura familiar, em sentido restrito. Afinal, o cerne destas transformações está nas mudanças no comportamento demográfico (a queda da fecundidade ou aumento da longevidade, por exemplo) e no contexto socioeconômico (trabalho e renda, por exemplo).

Portanto, para avaliar as relações estabelecidas entre população e os aspectos socioeconômicos, três temas são realçados neste trabalho. O primeiro compreende a análise das atividades econômicas e sua distribuição no conjunto da região. O segundo engloba as questões referentes ao trabalho, a renda e as necessidades de deslocamentos. Por fim, o terceiro, procura sintetizar as questões voltadas à dimensão social.

3.3.1. As atividades econômicas e sua distribuição no conjunto da região

Este universo necessita de um maior cuidado analítico, pois é um instrumento chave para realizar a descrição de diversos fenômenos que possuem manifestações geográficas. As alterações nas atividades econômicas mudam com o tempo, reorganizando o espaço. Ao longo da história, os padrões de localização são diferenciados. Conforme as cidades mudam seu perfil econômico, por conseguinte, o conjunto das atividades principais que desenvolvem e a configuração de seu espaço intra-urbano, também, tendem a sofrer transformações.

Na figura 25 é apresentado o desempenho dos setores na participação do Produto Interno Bruto (PIB), dos municípios da região, entre 1970 e 2009. Importante advertir que a ausência dos dados referentes a década de 1990, disponibilizados pelo IBGE, apresentaram certa inconsistência analítica, devido a presença de números imprecisos, e por causa disto não estão presentes na figura. De modo geral, a tônica principal que se desenrolou na região é a de crescimento contínuo das atividades terciárias e a diminuição gradativa da participação do primeiro setor na composição do PIB.

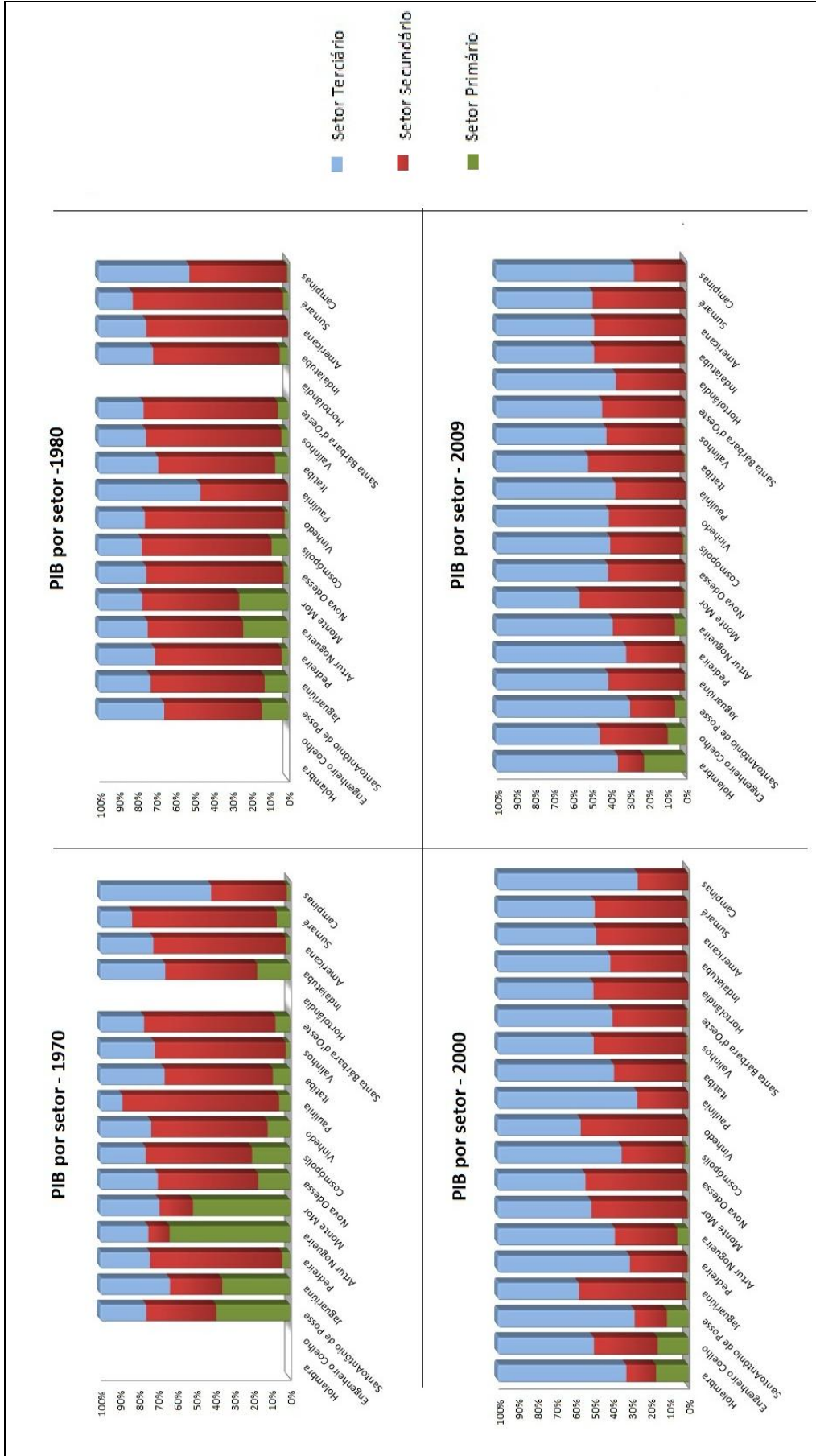


Figura 25: Participação do PIB, por setor, nos municípios da Região Metropolitana de Campinas, nos anos de 1970, 1980, 2000 e 2009. Fonte: IBGE. Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

No setor primário houve uma redução de sua participação na economia em todos os municípios, indiferentemente do porte populacional. Nos municípios que registraram população inferior a 50 mil, na década de 1970, o peso do setor primário diminuiu consideravelmente com a ampliação da taxa de urbanização. Neste setor, os municípios de Monte Mor e Jaguariúna passaram, respectivamente, de 51% e 35%, em 1970, para cerca de 1% cada, em 2009. Enquanto em Artur Nogueira e Santo Antônio de Posse os dados registrados, no primeiro momento analisado eram de 63% e 38%, para cerca de 5% cada, em 2009. Os municípios em que o setor, ainda, mantém certa relevância para a economia são os de menor porte, em especial para aqueles que se emanciparam na década de 1990, com destaque especial para Holambra (22%). Porém, é importante ressaltar que trata-se de uma atividade que envolve alta especialização e tem ligações diretas com o agronegócio.

Com relação à emergência das cidades terciárias, a leitura do crescimento deste setor não pode deixar de contemplar a própria mudança no estilo de vida da sociedade, seja em seu caráter individual ou coletivo. Sua principal característica é a criação de novas demandas cuja produção não é resultado nem da terra e nem da indústria. Daí a complexidade em caracterizar este setor, diferentemente do que se pode fazer com as atividades primárias e secundárias.

A quantidade de serviços requeridos na região metropolitana é variada e imensa. Por um lado, se destaca para dar suporte a um setor industrial forte ou são impulsionadas pela atividade agrícola moderna, especialmente, nas cidades pequenas. Por outro, a demanda por serviços tem relações diretas aos volumes demográficos e a diversidade de necessidades que a população requer. As possibilidades de serviços especializados ou modernos parecem aumentar com o tamanho e o nível funcional da cidade, já indicava Santos (2008). Interessante observar, também, que esta passagem é gradativa em todos os municípios, mas suas raízes são distintas, principalmente por conter diversas atividades dentro deste setor.

Vale incluir uma análise espacial das atividades produtivas. Os setores secundário e terciário apresentam uma dinâmica territorial altamente concentrada na cidade central ou, de maneira diferenciada, nas de porte médio. Numa distribuição que segue condensada no sentido sudeste-noroeste, seguindo a Rodovia Anhanguera, desde Vinhedo até atingir Americana. Lembrando que as demais rodovias também apresentam um elemento central para o entendimento da dinâmica espacial da região como já foi mencionado. Tanto rodovias de importância estadual como a Bandeirantes quanto aquelas de abrangência local como a Jornalista Francisco Aguirra Proença que liga Campinas à Monte Mor, tem representado um fator relevante para as relações entre os espaços regional e intra-urbano.

Um complemento a avaliação da concentração geográfica na região e que é expressão da alta densidade demográfica, dos níveis de renda e do tipo da estrutura produtiva, refere-se a localização das instituições financeiras sobre o território. O levantamento do IBGE (2008) comprovou que a atividade bancária tende a concentrar-se em áreas com estrutura econômica dinâmica e diversificada. Estas demandam intermediação financeira, possuindo ambiente propício ao desempenho das atividades econômico-financeiras.

O desenvolvimento do sistema financeiro tem sido considerado um instrumento relevante para o processo de desenvolvimento econômico. Dentre o conjunto de serviços financeiros oferecidos, sobressaem a concessão de créditos, as transações comerciais e as tomadas de decisão no mercado financeiro. Santos e Silveira (2010) abordam a financeirização da sociedade e do território na forma de depósitos e de créditos ao consumo.

Na região de Campinas, a concentração geográfica das instituições segue a concentração das atividades econômicas modernas e especializadas, como mostra a tabela 24. Nela são considerados os principais tipos de instituições que atuam no mercado financeiro: bancos comerciais (públicos e privados), bancos de investimento, cooperativas de crédito, “financeiras”, companhias de seguro, bolsas de mercadorias, bolsa de valores, entidades de previdência privada, etc.

Tabela 24: Número de instituições financeiras nos municípios da Região Metropolitana de Campinas.

Municípios	Nº de instituições	Municípios	Nº de instituições
Holambra	3	Paulínia	12
Engenheiro Coelho	3	Itatiba	12
Santo Antônio de Posse	4	Valinhos	13
Pedreira	7	Santa Bárbara d'Oeste	15
Artur Nogueira	6	Hortolândia	13
Jaguariúna	9	Indaiatuba	22
Monte Mor	7	Americana	33
Nova Odessa	8	Sumaré	20
Cosmópolis	7	Campinas	239
Vinhedo	11	Total	429

Fonte: Banco Central do Brasil, Registros Administrativos 2010.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

De acordo com a tabela fica evidente que existe uma clara concentração geográfica das instituições financeiras, sendo que cerca de 55% estão localizadas em Campinas. Isto ocorre não somente como consequência do tamanho demográfico da cidade, mas em decorrência da intensidade de sua dinâmica econômica. Enquanto Campinas ostenta uma diversidade maior de tipos de instituições, com extensas redes de agências e postos de

serviços, as cidades pequenas possuem apenas àquelas agências bancárias de uso múltiplo (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Bradesco, Santander e HSBC).

No caso de cidades como Jaguariúna, Monte Mor e Pedreira, por exemplo, elas são mais numerosas, o que permite considerá-las relativamente bem integradas ao sistema financeiro regional e nacional. Porém, em Holambra, Engenheiro Coelho e Santo Antônio de Posse, as instituições têm um âmbito de atuação mais local. Entretanto, é importante ressaltar que os novos instrumentos financeiros estão se territorializando, de modo diferenciado, por todas as partes a fim de atender os interesses mercadológicos. Diante deste cenário, as transações virtuais, também, assumem papel relevante, o qual independe da territorialização.

A complexidade econômica da Região Metropolitana de Campinas tem relações diretas com a proximidade territorial com a metrópole paulistana. É importante ressaltar, pelo que foi analisado até este ponto, que se trata de um cenário extremamente dinâmico e diversificado. Mas, também, é multifacetado. Os diversos complexos industriais (automotivo, alimentício, tecnológico, petroquímico, etc.), possuem localizações específicas na região. Ao mesmo tempo em que a polarização universitária e dos serviços especializados (médico-hospitalar, administrativo, jurídico, entre outros) se mantém na cidade central.

A distribuição das atividades econômicas evidencia tanto a concentração daquelas mais avançadas, quanto a polarização de setores diferenciados no conjunto da região. Estas diferenciações terão desdobramentos socioespaciais, atingindo questões referentes ao trabalho e à renda, bem como as necessidades de deslocamentos pendulares que delas emanam.

3.3.2. Trabalho, renda e as necessidades de deslocamentos

A concentração das atividades econômicas tem desdobramentos para a vida da população. Uma contribuição para a compreensão da diferenciação da dinâmica econômica na região, além da participação setorial na composição do PIB, é a ocupação da população por setor de atividade (figura 26) e, por conseguinte a renda e as necessidades de deslocamentos que são gerados. É importante frisar que apesar da distribuição das atividades econômicas nas municipalidades que viriam a formar a região metropolitana terem se alterado no tempo, elas sempre expressaram uma organização espacial de caráter, primordialmente, funcional.

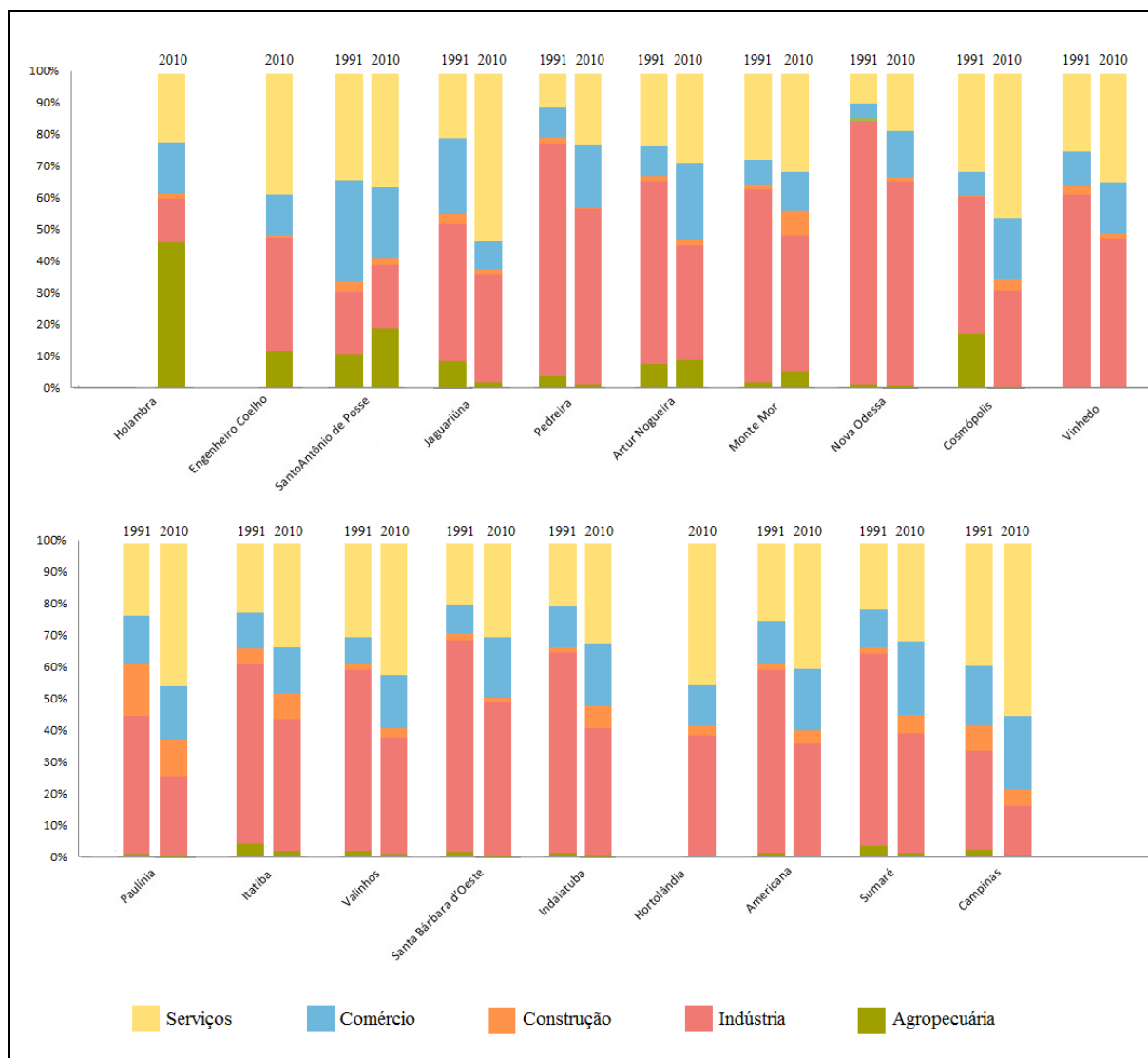


Figura 26: Percentual de dois empregos formais por setor da atividade desempenhada, em 1991 e 2010.

Fonte: Fundação SEADE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Por apresentar dois momentos distintos, a figura 26 permite uma análise comparativa das mudanças ocorridas entre 1991 e 2010. Algumas considerações podem ser obtidas. Sobre o setor terciário, o percentual de participação dos empregos formais dos serviços teve um crescimento significativo em todos os municípios, indiferente de seu volume demográfico (Jaguariúna passou de 20% para 54%; Monte Mor de 27% para 32%; Paulínia de 23% para 46%; Americana de 24% para 41%; Campinas de 38% para 56%). Ainda neste setor, o comércio apresentou uma redução em Santo Antônio de Posse e Jaguariúna que passaram respectivamente de 31% e 23% para 22% e 9%. Os demais registraram um acréscimo, valendo destacar Pedreira que passou de 9% para 20%; Artur Nogueira de 9% para 24%; Sumaré de 11% para 23%. Ressalte-se, entretanto, que a composição deste setor refere-se ao conjunto total, englobando tanto atividades simples quanto as complexas.

Todavia, vale destacar que, em 2010, o setor de comércios e serviços tem significância, tanto na constituição do PIB (por exemplo: Santo Antônio de Posse – 74%; Pedreira – 68%; Holambra – 64%), quanto na empregabilidade dos trabalhadores (por exemplo: Jaguariúna – 63%; Santo Antônio de Posse – 59%; Artur Nogueira – 53%). Além do comércio, as atividades imobiliárias e os serviços prestados as empresas ganham destaque.

No setor secundário, o percentual de pessoas ocupadas na área de construção oscilou pouco entre os dois períodos, valendo realce para Monte Mor que passou de 1% para 8% e Indaiatuba que saltou de 2% para 7%. Paulínia é a que apresenta maiores valores: 16% em 1991 e 12% em 2010. Uma das justificativas para apresentar percentual reduzido na participação total dos empregos formais é o fato de que a construção apresenta um caráter que permite a informalidade ao trabalhador. Quanto aos empregos nas indústrias, se sobressaem as de transformação. O único caso que apresentou certa estabilidade foi Santo Antônio de Posse, os demais tiveram uma redução na participação dos empregos na região. No momento atual, Jaguariúna e Pedreira, são as cidades pequenas que possuem o maior percentual de população ocupada no setor secundário.

No setor agropecuário vale destacar, inicialmente, que apesar dos municípios apresentarem uma redução na participação do PIB por setor, analisado anteriormente (figura 25), ainda representa uma importante fonte de empregos, especialmente nas cidades menores. No período, houve, sobretudo, aumento da participação do setor em Santo Antônio de Posse (de 10% para 19%), Artur Nogueira (de 7% para 9%) e Monte Mor (de 1% para 5%). Isto se justifica pelo significado que ele adquire ante o contexto metropolitano de especialização produtiva e voltada ao agronegócio. Nos municípios com maiores volumes populacionais a tendência foi a redução da sua participação, merecendo destaque o caso de Cosmópolis que passou de 16% para 1%, entre os períodos considerados.

Não por acaso, muitos estudos urbanos em cidades pequenas procuram atrelar a relação entre o urbano, o rural e o agrícola, como foi observado no capítulo 1. Parcela significativa delas quase sempre teve uma maior ligação com o modo de vida e os costumes rurais, bem como com as formas de produção agrícola.

Entretanto, vale ressaltar as mudanças do significado do campo, sobretudo, numa área metropolitana. Neste caso o rural apresenta algumas singularidades. Do ponto de vista das atividades econômicas, o urbano, em geral, está associado ao espaço de produção não agrícola. A concepção de urbano, no entanto, é muito mais complexa, estando associada ao modo de vida, à propagação de valores e à própria construção de uma visão do mundo. Para além de uma compreensão imaterial, Graziano da Silva (1997) destaca que, do ponto de vista

espacial, o rural contemporâneo só pode ser entendido como um “*continuum*” do urbano. Neste contexto se intensifica o número de atividades não propriamente agrícolas no meio rural e uma nova opção de áreas de moradia para os segmentos mais abastados, como é o caso dos loteamentos de chácaras e dos condomínios fechados.

Este processo de saída do urbano para residir no rural pode ser denominado de rurbanização. A configuração espacial das regiões metropolitanas propicia sua sustentação deste fenômeno. Na região de Campinas se faz presente e tem visibilidade, como no caso do grande número de loteamentos de chácaras que marcam o espaço em Vinhedo, o que pode ser verificado, por exemplo, nos estudos de Costa et al. (2002), Pires (2004) e Rodrigues (2009). Isto reverbera numa “mudança de uso da terra rural que passam a ser valorizadas quando se trata da moradia” (PIRES, 2004). No âmbito das atividades econômicas ganha destaque, em toda a região, a presença de áreas destinadas ao lazer e turismo.

Verifica-se, portanto, um fenômeno que extrapola as formas conhecidas de expansão das cidades enquanto processos de periferização, suburbanização ou exurbanização. Tanto as novas formas de ocupações rurais não agrícolas quanto as recentes atividades econômicas não primárias, que são desenvolvidas no campo “dão significados diferenciados às práticas sociais consideradas típicas do meio rural” (PIRES, 2004).

A complexidade analítica se acentua ao considerar que as formas espaciais e os conteúdos sociais exprimem uma diferenciação não apenas entre as áreas urbanas e rurais da região metropolitana, mas também entre as atividades que nelas se desenvolvem. O exemplo deste referencial empírico revela que as generalizações são difíceis de estabelecer. As cidades pequenas apresentam diferentes perfis socioeconômicos. Mas isto não é uma qualidade particular de uma região metropolitana. Embora o setor primário pareça predominar em cidades pequenas distantes de grandes centros dinâmicos, diferentes ramos de atividades se desenvolvem. Beltrão (2001), Defilippo et. al. (2008) e Almeida (2010) destacaram as cidades industriais; Paradis (2000a; 2000b); Vaishar et al. (2001), Campos (2006) e Silveira (2010) estudaram cidades turísticas; Pinto (2007) e Veiga (2010) abordaram o aparecimento de serviços especializados como meio de inserção na divisão do trabalho da rede urbana.

Comparativamente, o grande diferencial seria que as pequenas cidades, em áreas de economia agrícola, tendem a desempenhar papéis urbanos mais restritos. Em contrapartida, no caso deste referencial empírico, a concepção geográfica da região está, intrinsecamente, relacionada a um sistema de assentamento populacional orientado para e pelo sistema produtivo. Por conta disto, é importante refletir sobre a dinâmica demográfica enquanto fator

explicativo do desempenho e das tendências de distribuição da atividade econômica, da população ocupada por setor da economia, da localização da moradia e da qualidade de vida.

Neste caso, a análise da dinâmica territorial permite, por um lado, refletir acerca de uma geografia das atividades econômicas. Por outro, caracteriza uma periferização mais acentuada na acepção geográfica do que em seu caráter socioeconômico. Este duplo processo se expressa não somente na distribuição das atividades econômicas – em especial as de alta tecnologia e especializada –, mas, também no rendimento médio por vínculos de emprego dos trabalhadores da região (tabela 25).

Tabela 25: Rendimento médio em reais, por ramo de atividades, nos municípios da Região Metropolitana de Campinas no ano de 2010.

	Agropecuária	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Rendimento Médio no Total
Holambra	920,91	1.465,11	1.242,47	1.265,89	1.297,18	1.138,94
Engenheiro Coelho	886,20	1.916,65	1.004,53	838,05	1.661,45	1.554,39
Santo Antônio de Posse	1.362,08	1.394,82	1.244,67	1.183,08	1.291,98	1.300,92
Pedreira	682,53	1.263,98	975,40	1.002,09	1.362,95	1.229,41
Artur Nogueira	855,92	1.339,62	856,90	1.010,68	1.389,85	1.223,43
Jaguariúna	1.184,17	2.394,42	1.204,83	1.195,15	1.804,55	1.933,99
Monte Mor	877,90	2.721,87	1.480,79	1.049,30	1.314,56	1.875,99
Nova Odessa	1.184,81	1.904,24	1.076,41	1.266,46	1.466,02	1.714,00
Cosmópolis	735,98	1.928,20	1.343,91	1.055,03	1.325,45	1.457,91
Vinhedo	888,49	2.144,15	1.277,44	1.480,28	1.547,98	1.819,59
Paulínia	857,02	3.606,13	2.321,11	1.917,61	2.579,33	2.710,68
Itatiba	913,81	1.816,62	1.918,68	1.110,56	1.299,71	1.535,03
Valinhos	890,02	2.507,29	1.493,80	1.317,98	1.739,43	1.943,27
Santa Bárbara d'Oeste	1.481,80	1.719,64	1.087,16	1.251,25	1.514,66	1.558,84
Hortolândia	680,27	3.291,61	1.014,31	1.185,51	2.796,09	2.726,66
Indaiatuba	1.375,22	2.215,29	1.730,06	1.202,66	2.056,73	1.925,20
Americana	1.069,65	1.728,06	1.676,92	1.251,78	1.492,62	1.547,56
Sumaré	810,77	3.471,79	968,64	1.444,46	1.827,87	2.306,92
Campinas	1.449,01	2.854,58	1.608,44	1.458,31	2.362,13	2.192,24
Média da Região	1.005,60	2.193,89	1.343,49	1.236,11	1.691,08	1.773,41

Fonte: Fundação SEADE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

As diferenças são consideráveis em todos os setores. O rendimento médio, nas cidades pequenas, apresenta valores menores que a média da região metropolitana, na maioria dos municípios, em todos os ramos de atividades. Sendo que os valores mais reduzidos estão em Pedreira e Artur Nogueira. De modo diferenciado e subtraindo as exceções, nas cidades maiores, em termos populacionais, a rentabilidade dos trabalhadores é mais significativa. Paulínia, dentre os municípios, se destaca por apresentar os melhores rendimentos.

Esta leitura também deve ser realizada considerando-se a localização geográfica de setores com alta tecnologia e serviços especializados e da distribuição dos empregos por

setores da economia. Este conjunto de situações contribui para que se chegue a conclusão de que os processos de expansão urbana, bem como da organização espacial da população e das atividades produtivas expressam uma ocupação do espaço metropolitano marcado, contraditoriamente, pela dispersão e pela concentração. Dispersão territorial da malha urbana e da população, por um lado, e concentração de atividades econômicas, serviços e infraestruturas em alguns centros urbanos, por outro.

Por ter um caráter incompleto e altamente fragmentado, como já foi destacado anteriormente, a compreensão da região metropolitana merece um olhar para além do seu reconhecimento institucional. Ela deve ser elaborada tendo por base um processo histórico, não estanque e nem imutável. Afinal, num país com diferentes níveis de desenvolvimento, a região metropolitana não é uma realidade que se apresenta concluída ou consolidada. Sendo assim, enxergar a metropolização como um processo não limita conceber, somente, o conjunto das cidades que a compõe oficialmente, mas um conjunto de espacialidades e temporalidades que explicam e são explicadas pela configuração das forças produtivas e por mudanças ocorridas na dinâmica demográfica dos municípios que a compõe.

Ante este conjunto de características, há uma diversidade de cenários. Muitas cidades ganham, corriqueiramente, o título de cidade-dormitório, devido os movimentos pendulares diários. Enquanto outras áreas, como é o caso de Paulínia, se beneficiam de “atividades mais complexas, que envolvem uma maior agregação de valor e emprego de tecnologia” (CUNHA; DUARTE, 2006). Nesta direção, vale retomar a relação estabelecida por Moura e Firkowski (2005), quando consideram que o tempo dos deslocamentos para o trabalho assume importância crescente, integrando o núcleo metropolitano, que é o centro da produção, às áreas do entorno residencial.

Comumente intitulado deslocamento pendular, por seu caráter de curta duração, recebe esta adjetivação “devido à sua feição característica – um movimento de vaivém semelhante à oscilação de um pêndulo” (BEAUJEU-GARNIER, 1971). Assim, refere-se, principalmente, ao ir e vir constante entre municípios de região metropolitana, o que caracteriza “a vida urbana atual, acentuando a importância dos transportes, sobretudo o individual” (MOURA e FIRKOWSKI, 2005).

Ao analisar a pendularidade entre as cidades é possível compreender as interações espaciais que são estabelecidas e que estão no cerne da natureza do espaço urbano. Quatro características são intrínsecas às cidades. A primeira é a concentração; a cidade é por si um espaço de concentração de pessoas, de edificações, de informações, de automóveis, etc.. A segunda, é a polarização: a cidade polariza e mantém uma área de influência, seja em relação

ao campo ou a outras cidades. Como terceira, pode-se considerar que o espaço urbano é caracterizado por mudanças e permanências, o velho e o novo estão contidos e convivem nas cidades, em sua morfologia, arquitetura, traçado das ruas, tal qual nos costumes e hábitos da população. Por fim, a quarta, diz respeito à fluidez, afinal a cidade é o local onde, mais intensamente, ocorrem a circulação de pessoas, mercadorias e informações.

No caso de regiões metropolitanas estas características extrapolam o limite de cada cidade, atingindo outras municipalidades e a região como um todo. A concentração e polarização da cidade central explicam a intensidade contínua de fluxos diários que se criam entre as cidades e suas áreas de influência. Apesar das decisões ou necessidades destes movimentos terem motivações particulares, eles assumem padrões de viagens que não são estabelecidos aleatoriamente. Longe de pensar qualquer modelização para a análise populacional local, a ideia aqui é refletir acerca do padrão origem e destino que impulsionam os deslocamentos pendulares entre as cidades da região em estudo.

Diante destas considerações, os movimentos pendulares ocorrem, sobretudo, por três motivações principais: trabalho; estudos; e, realizar atividades voltadas ao comércio, lazer e serviços em geral. Esta última é a mais difícil de mensurar devido seu caráter individual de escolhas e por ser originado de causas variadas. Em contrapartida, a regularidade e o volume dos fluxos dos outros dois podem ser analisados com base em alguns dados disponibilizados, por exemplo, pelo censo do IBGE. No caso dos deslocamentos pendulares movidos pela relação entre local de moradia e trabalho, podem-se considerar os dados do censo de 2010, que registrou o percentual de pessoas ocupadas por local de exercício do trabalho principal (figura 27).

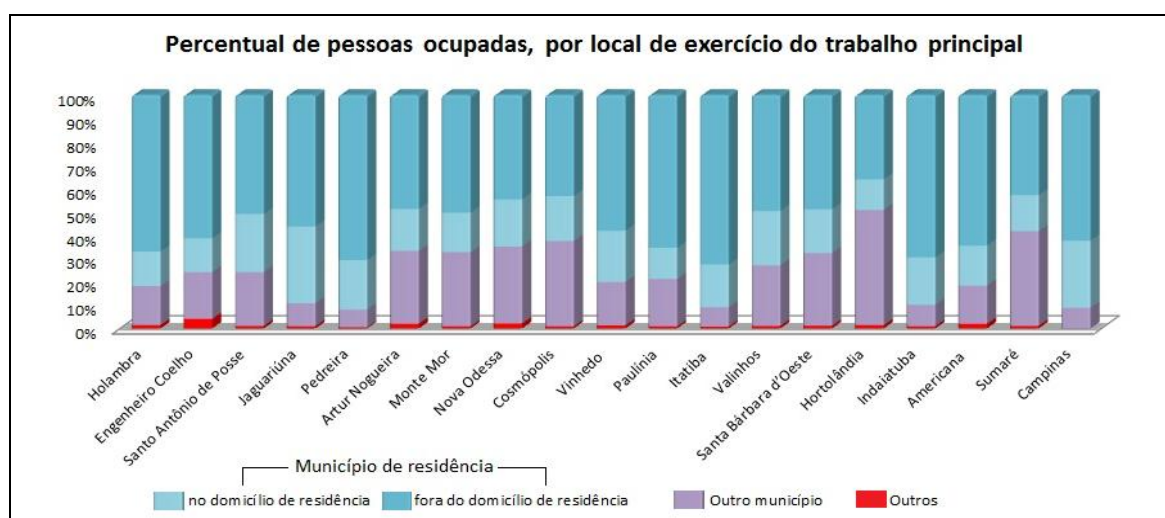


Figura 27: Percentual de pessoas ocupadas, por local de exercício do trabalho principal, em 2010.

Fonte: Censo Demográfico 2010 – IBGE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

A ênfase do deslocamento está no trabalho. Desta forma, tem relação direta com a diversidade de atividades, a ocupação das pessoas por categoria (figura 26) e o rendimento médio por ramo de atividade (tabela 25). Logo, as pessoas acabam se movimentando em função do tipo de atividade que as cidades desenvolvem e em busca dos melhores salários, o que gera diferentes níveis de mobilidade.

A análise da figura 27 deve ser iniciada apontando que a categoria *outros* é utilizada para denominar as pessoas ocupadas em outro país ou mais de um país ou município. Isto significa que não se trata, necessariamente, de deslocamentos somente dentro da região metropolitana, mas também para outros municípios de São Paulo ou de outros estados. Esta assume um caráter pequeno no conjunto das municipalidades.

Logo, o que merece destaque, é o exame das demais variáveis. É notável que a maior parcela da população ocupada exerce o trabalho no município de residência. Chama a atenção o percentual expressivo de pessoas que trabalham no próprio domicílio. Apesar desta parcela de população ocupada não responder as questões referentes ao deslocamento, este fato evidencia uma característica marcante da sociedade atual: a possibilidade de união entre local de trabalho e local de moradia. Esta característica tendenciosamente voltada à consolidação da passagem da cidade industrial para a cidade terciária traz novos desafios teóricos e práticos de planejamento, afinal alteram a distribuição espacial de atividades sociais e econômicas.

Perante a configuração deste cenário, pode-se recorrer ao pensamento de Mitichel (2002), quando alertou que da mesma forma que a revolução industrial forçou a separação entre casa e local de trabalho, a revolução digital está unindo os dois novamente. Sem a pretensão de discutir o pensamento, apresentado pelo autor, acerca dos impactos das tecnologias da informação sobre as configurações espaciais e formas de vida nas cidades do século XXI, a ideia é vislumbrar mudanças face às possibilidades para as cidades do futuro.

Ressalte-se que Mitchel (2002) estabelece sua análise, principalmente, a partir da realidade estadunidense. Porém, a caracterização feita por ele já se faz perceber, em países de diferentes níveis de subdesenvolvimento. Este é o caso, por exemplo, da região de Campinas, uma área dinamizada na qual já se percebe a necessidade de pensar em novas formas de produção e de reorganização dos espaços habitados. Mas, não se pode deixar de considerar as limitações existentes na realidade de países que ainda não atingiram o pleno desenvolvimento e nem deixar de lado a precarização que, parcela dos trabalhadores está sujeita, podendo exercer atividades autônomas, sem benefícios ou quaisquer tipos de seguridade social.

Infelizmente, os dados do IBGE não permitem identificar as duas dimensões da economia (formal e informal) na configuração desta forma de trabalho realizado no próprio

local de residência, o que dificulta avaliá-lo. Em contrapartida, é uma característica que começa a ser percebida em toda região metropolitana, indiferentemente do seu porte populacional ou da distância da cidade central, viabilizado, em muito, pela terceirização da economia nos dias atuais.

A grande maioria dos trabalhadores exerce sua atividade no próprio município de residência. Todavia, é notável uma evidência empírica na região metropolitana: o número expressivo de população que trabalha em outros municípios. A variação dos percentuais acerca deste aspecto possibilita a definição de grupos bem definidos, como mostra a espacialização dos dados presentes na figura 28.

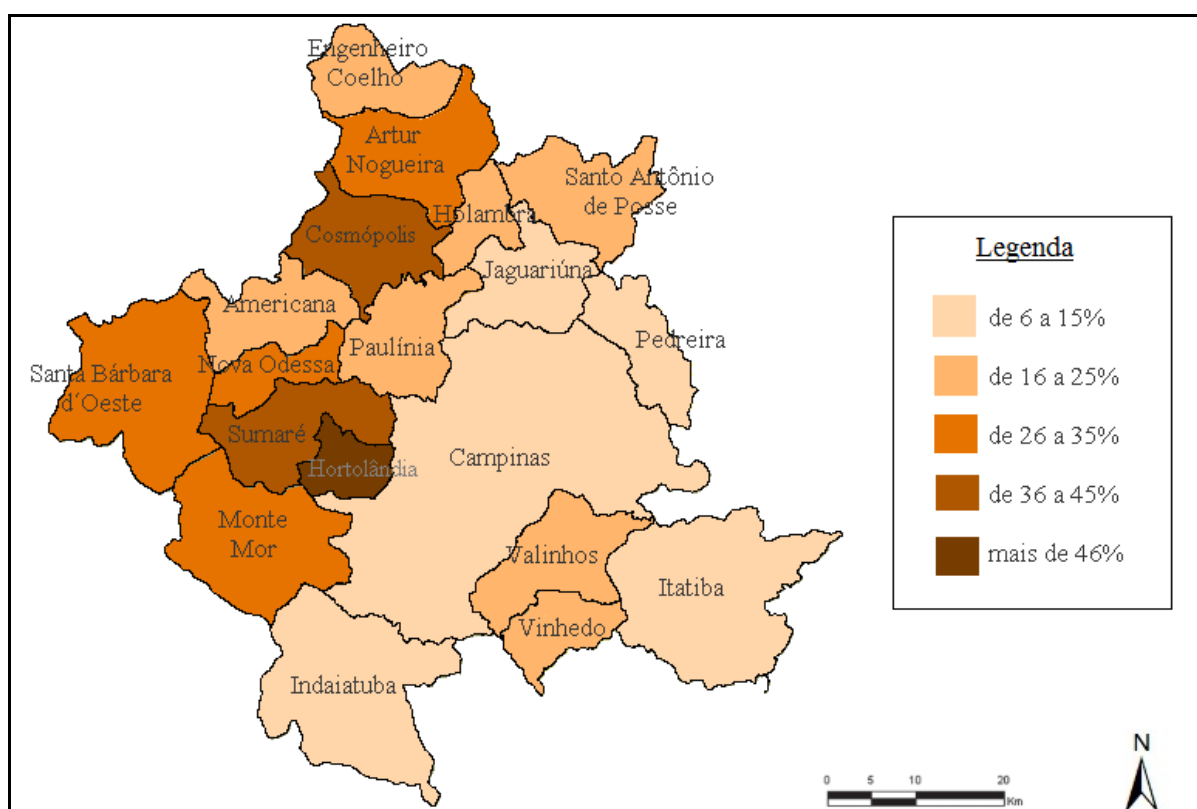


Figura 28: Classes de pessoas ocupadas em outro município, por local de exercício do trabalho principal – 2010. Fonte: Censo Demográfico 2010 – IBGE. Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Em síntese, pode-se constatar que os municípios onde há maior deslocamento para o trabalho, estão localizados a oeste e norte de Campinas. É nesta porção do território onde há maior grau de conurbação. Hortolândia merece um destaque especial, pois a maioria de sua população ocupada trabalha em outro município. Isto se explica pela proximidade com a cidade de Campinas e de Sumaré, da qual se desmembrou no início da década de 1990.

No caso das cidades pequenas vale destacar que, Artur Nogueira e Monte Mor ultrapassam a taxa de 26% de população ocupada fora do município de residência, registrando

respectivamente, 31,1% e 31,7%. Enquanto que Holambra, Engenheiro Coelho e Santo Antônio de Posse apresentam, respectivamente, percentuais com cerca de 17%, 20% e 27%. Em contrapartida, Jaguariúna, que é um centro polarizador, possui menores índices.

Nos deslocamentos diários, a distância é um critério fundamental a ser considerada. Ela é moldada, especialmente, pela qualidade e tipo de transporte, bem como pelas condições das vias. Como no caso deste referencial empírico não há linhas férreas integrando a região, as ligações entre as cidades são feitas por meio rodoviário. Nisto, têm-se, de um lado, parcela da população que dispõe apenas de um serviço de transporte coletivo, mais lento e de baixa qualidade. De outro, aquela que faz uso de automóveis particulares, o que não garante maior rapidez ou eficiência. Assim, outra informação importante que colabora para entender a complexidade que envolve esta forma de movimento é o tempo de deslocamento gasto entre o local de residência e o local de trabalho (tabela 26).

Tabela 26: Percentual de pessoas ocupadas que trabalham fora do domicílio e retornavam para seu domicílio diariamente, por tempo habitual de deslocamento para o trabalho, no ano de 2010.

	Tempo habitual de deslocamento para o trabalho		
	Mais de meia hora até uma hora	Mais de uma hora até duas horas	Mais de duas horas
Holambra	10,21	2,38	0,15
Engenheiro Coelho	17,95	6,88	1,55
Santo Antônio de Posse	19,62	2,61	0,38
Jaguariúna	13,84	3,96	0,50
Pedreira	8,79	1,04	0,42
Artur Nogueira	23,95	5,76	0,36
Monte Mor	30,63	15,45	1,57
Nova Odessa	20,62	4,44	0,43
Cosmópolis	21,16	3,38	0,16
Vinhedo	19,43	5,86	0,66
Paulínia	20,06	6,23	0,84
Itatiba	21,39	3,83	0,53
Valinhos	27,55	7,09	1,10
Santa Bárbara d'Oeste	22,25	3,59	0,42
Hortolândia	38,60	17,60	1,02
Indaiatuba	21,79	3,50	0,84
Americana	20,07	2,64	0,45
Sumaré	35,47	9,47	0,57
Campinas	34,10	11,47	1,71

Fonte: Censo demográfico 2010 – IBGE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

A análise do tempo despendido entre o local de trabalho e o de residência revela o padrão de deslocamento dos municípios da região, mostrando o avanço do processo de ocupação do espaço, intimamente ligado ao sistema viário e os processos de conurbação. Num quadro geral, as viagens devem ser vislumbradas tendo-se em mente a configuração espacial dos municípios e o percentual de pessoas ocupadas fora daquele onde reside.

Assim, os deslocamentos mais longos (mais de duas horas) representam menor parcela no conjunto e condizem, certamente, com viagens que extrapolam o limite da área metropolitana. Já aqueles que envolvem entre uma e duas horas, tem destaque as cidades de Monte Mor (15,45%) e de Engenheiro Coelho (6,88%). No caso dos deslocamentos que duram habitualmente entre trinta minutos e uma hora, nota-se que, com exceção das cidades maiores, as quais podem contar com congestionamentos ou trânsito mais intenso, no conjunto das cidades pequenas, este tempo de deslocamento indica que as viagens tendem a se dirigir para as cidades ao seu entorno.

De acordo com Beaujeu-Garnier (1971), os deslocamentos pendulares são decorrentes da concentração dos meios de produção e do crescimento das cidades. Este cenário, para a Região Metropolitana de Campinas, revela que a mobilidade casa-trabalho tem maior significância nos deslocamentos mais curtos e que, por conseguinte, demoram menos tempo, o que leva a crer numa hipótese explicativa: o mercado de trabalho local ou próximo foi capaz de absorver a maior parte da mão de obra. Entretanto, não se pode excluir a hipótese de que o “ganho” com a proximidade do trabalho não estaria atrelado às “perdas” qualitativas das condições do mesmo, estando voltadas, inclusive, para a ampliação de um mercado informal local.

Esta é uma questão complexa de se avaliar ou mesmo de descrever com precisão para poder medi-la estatisticamente. A questão da pendularidade possui, ainda, novos contornos quando envolve outros aspectos como os deslocamentos motivados pelos estudos, por exemplo, como revelam dados levantados pelo censo de 2010, apresentados na figura 29.

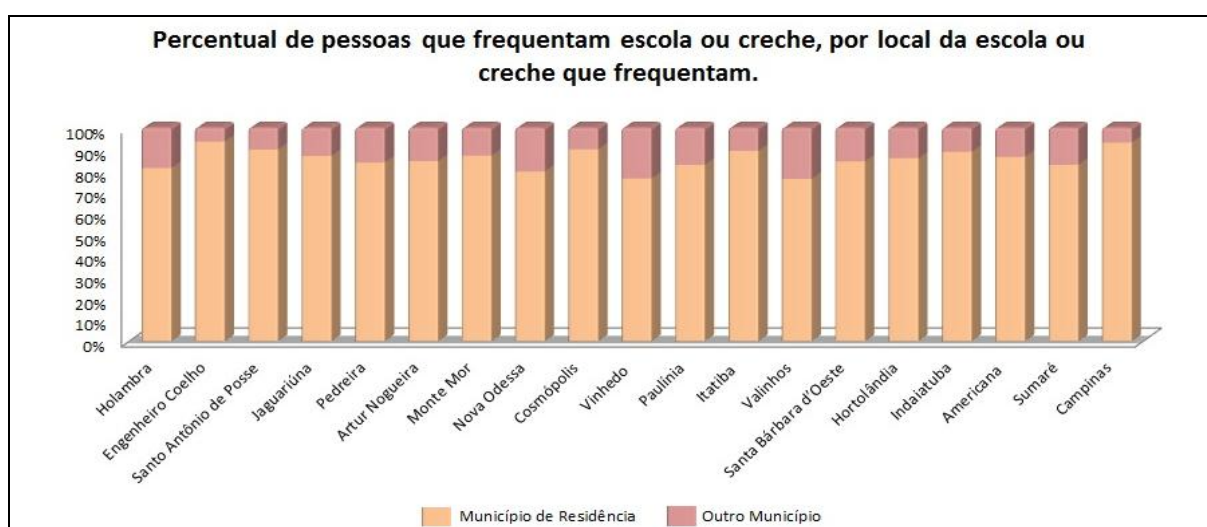


Figura 29: Percentual de pessoas que frequentam escola ou creche, por local da escola ou creche que frequentam – 2010.

Fonte: Censo Demográfico 2010 – IBGE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Os valores referentes ao total de pessoas que estudam fora do município de residência não são tão significativos, se comparados àqueles relacionados ao do trabalho. De modo geral, os municípios apresentam percentuais bem semelhantes. No caso das cidades pequenas, os maiores valores são registrados por Holambra, com cerca de 19%, e por Pedreira e Artur Nogueira que atingem, aproximadamente, a marca de 16% cada. Jaguariúna e Monte Mor se aproximam dos 13% e os valores mais baixos são apresentados por Santo Antônio de Posse (10%) e Engenheiro Coelho (6%).

Os deslocamentos pendulares constituem um processo entre a organização da população e da disposição das atividades no espaço metropolitano. É um dos elementos que contribuem para a identificação das chamadas “cidade-dormitório”, que são comumente, definidas como “áreas residenciais com elevada proporção de pessoas que realizam suas atividades cotidianas (trabalho, estudo ou lazer) em outra cidade, geralmente na sede metropolitana” (OJIMA et al., 2010). Estes dados espacializados permitem compreender a extensão dos processos aglomerativos e das centralidades. Em contrapartida, a regularidade e o volume dos fluxos tornam o conhecimento deste tipo de movimento fundamental para identificar os papéis desempenhados pelos municípios.

No caso das cidades-dormitório, o uso desta adjetivação remete a ideia de espaços de caráter essencialmente residencial. Contudo, isto não implica que sua única função ou sua principal função seja a residencial, adverte Ojima et al. (2010). Ademais, estes espaços não devem ser vislumbrados como formas de exclusão social ou de segregação dentro da região. Eles podem ocultar outros indicadores que possibilitem identificar o caráter destas áreas urbanas. Como exemplo pode-se citar o caso de Valinhos e Vinhedo, considerados na análise de Miglioranza e Cunha (2006), como municípios-dormitório de luxo, enquanto Hortolândia e Sumaré formariam os municípios-dormitório com grande concentração de população de baixa renda. Pode-se acrescentar, também, neste último, grupo o município de Monte Mor, que apresenta altas taxas de deslocamentos pendulares, seja para trabalho (figuras 27 e 28) ou para estudo (figura 29).

Para o caso das outras cidades pequenas fica difícil atribuir um caráter essencialmente residencial. Artur Nogueira, por exemplo, possui também percentuais significativos de deslocamentos pendulares, devido sua localização geográfica na região que amplia as possibilidades de movimento para diversas cidades. Diferentemente de Monte Mor, que possui ligação maior com Campinas e Hortolândia. Exemplo disto é o fluxo constante de ônibus intra-metropolitano que liga, diariamente, ambas as cidades, como mostra a tabela 27.

Tabela 27: Linhas de ônibus de empresas que atendem as cidades pequenas e as interligam com outros municípios da Região Metropolitana de Campinas.

	Número de linhas de ônibus* partindo de:						
	Holambra	Engenheiro Coelho	Santo Antônio de Posse	Pedreira	Artur Nogueira	Jaguariúna	Monte Mor
Holambra			5		19	25	
Engenheiro Coelho					14		
Santo Antônio de Posse	5					15	
Pedreira						1	
Artur Nogueira	19	14				14	
Jaguariúna	25		15	1	14		
Monte Mor							
Nova Odessa							2
Cosmópolis	3	14			36		
Vinhedo							
Paulínia					9		
Itatiba							
Valinhos							
Santa Bárbara d'Oeste							
Hortolândia							167
Indaiatuba							4
Americana							2
Sumaré							2
Campinas	14		5	1	23	63	156

Fonte: Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU).

Nota: Não é considerado, somente, o itinerário origem-destino, ou seja, as linhas podem passar por mais de um município.

* Os números se referem a diferentes empresas de ônibus e considera dias úteis apenas.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Estes valores têm por objetivo principal evidenciar as conexões estabelecidas entre as cidades pequenas e as demais cidades da região metropolitana. Elas revelam dois cenários bem distintos. O primeiro, no qual se tem uma conectividade maior entre os municípios mais próximos, revelando o caráter fragmentado do processo de metropolização. O segundo, ratifica a dependência que se estabelece em relação à cidade central. Todavia, Pedreira, com uma única linha de ônibus e Engenheiro Coelho sem conexão direta à Campinas, colocam em xeque o perfil metropolitano pautado na ideia de integração. No caso de Engenheiro Coelho, além da distância em relação à metrópole, Limeira exerce maior influência ou polaridade sobre ela, fato constatado pelo IBGE (2008).

Quanto maior a distância entre a habitação e o local de trabalho, maiores os custos de locomoção e menores os preços da habitação e dos aluguéis. Graaff et al. (2012), assinalou a

importância de se considerar a relação entre a dinâmica espaço-temporal do emprego e da população com os locais onde as pessoas trabalham e vivem. Por conta disto, a leitura da dinâmica econômica deve ser efetuada em conjunto com os movimentos populacionais que corroboram com modificações nas configurações urbanas das cidades e da região. Afinal, “o crescimento do emprego é considerado a força motriz por trás da dinâmica econômica regional” (GRAAFF et al., 2012). Isto significa que o crescimento populacional, que sofreu impacto do processo migratório, teve desdobramentos no quadro de empregos, visto que as cidades nem sempre possuíam condições para absorver a mão de obra migrante, dando origem a novas formas de deslocamentos.

3.3.3. A dimensão social

As dinâmicas urbanas não são apenas uma expressão da economia. Estão incluídas, também, numa trajetória de desenvolvimento territorial, tecnológico e social, promotoras tanto da interação, quanto da segregação. Esta circularidade é “extremamente complexa, ainda mais para os horizontes de tempo relativamente longo em que ela se desenrola” (STORPER et al., 2012).

Por conta disto, a análise populacional e das interações econômicas deve ser vista, conjuntamente, com uma apreciação de questões voltadas à dimensão social. Dos diversos indicadores que poderiam ser utilizados para retratar esta situação, foram escolhidos: a concentração de renda, o percentual de pobreza; o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); e o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS).

Os indicadores permitem mensurar e avaliar melhor as estruturas sociais e econômicas das cidades estudadas. Isto possibilita estabelecer uma leitura das desigualdades socioespaciais. Primeiramente, como foi tratado, anteriormente, de assuntos vinculados as relações entre trabalho e renda, é válido destacar que a pobreza e as desigualdades sociais, também, podem ser vistas como resultado da alta concentração de renda. Por isto, a análise deste aspecto é relevante para o entendimento da geração de outras formas de concentração: de riqueza e de pobreza. Isto vai ter expressão também na exclusão e fragmentação do espaço e da sociedade no conjunto da região metropolitana e dos espaços intra-urbanos. No Brasil, o alto grau de concentração ocorre em todos os níveis, e isto vai se expressar também na renda, como mostra a tabela 28, para o caso da região campineira.

Tabela 28: Percentual da renda apropriada por extratos da população em 1991 e 2010.

	20 % mais pobres		40 % mais pobres		60 % mais pobres		80 % mais pobres		20 % mais ricos	
	1991	2010	1991	2010	1991	2010	1991	2010	1991	2010
Americana	5.2	5.0	14.4	14.3	27.6	27.6	47.1	47.3	52.9	52.7
<i>Artur Nogueira</i>	4.8	5.2	13.3	14.8	25.1	28.4	44.2	47.4	55.8	52.6
Campinas	3.6	3.3	10.9	10.8	22.5	20.9	42.0	39.3	58.0	60.7
Cosmópolis	5.4	5.4	15.3	15.5	29.8	30.2	51.2	51.9	48.8	48.1
<i>Engenheiro Coelho</i>	5.0	4.9	13.7	14.1	26.3	27.7	45.7	48.5	54.3	51.5
<i>Holambra</i>	4.5	4.4	12.8	11.9	24.7	22.2	42.4	39.0	57.6	61.0
Hortolândia	5.8	5.7	16.4	16.1	31.4	31.3	53.0	53.4	47.0	46.6
Indaiatuba	4.8	5.2	14.1	14.2	27.5	27.0	47.7	46.3	52.3	53.7
Itatiba	4.7	4.9	13.4	14.0	26.3	26.7	46.0	45.7	54.0	54.3
<i>Jaguariúna</i>	3.7	4.5	11.0	13.5	21.5	26.3	37.2	44.7	62.7	55.3
<i>Monte Mor</i>	4.1	4.9	11.8	14.6	23.8	29.1	41.5	50.3	58.5	49.7
Nova Odessa	6.5	5.8	17.1	16.5	31.8	31.3	52.1	52.6	47.9	47.4
<i>Pedreira</i>	4.9	6.5	13.8	17.2	26.5	31.5	44.1	51.2	55.9	48.8
Paulínia	4.4	4.2	13.0	12.6	26.1	25.8	45.7	46.9	54.3	53.1
Santa Bárbara D'Oeste	6.4	6.2	17.5	17.0	32.6	31.8	53.5	52.5	46.5	47.5
<i>Santo Antônio de Posse</i>	4.7	5.5	11.7	15.7	22.3	30.0	38.1	49.7	61.9	50.3
Sumaré	5.5	5.0	15.6	14.7	30.0	28.8	51.1	49.2	48.9	50.8
Valinhos	4.6	4.1	13.4	11.3	26.3	22.1	45.8	39.8	54.2	60.2
Vinhedo	4.9	4.2	13.9	11.7	26.8	22.9	46.9	41.3	53.1	58.7

Fonte: PNDU – Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

A concentração econômica está presente em todos os municípios. Porém, vale o destaque para Holambra, que tem 61% da renda apropriadas por 20% da população mais rica. O conjunto dos dados revela uma variação da concentração de tal modo – em grandes, médias e pequenas cidades – que fica difícil estabelecer uma relação com o volume demográfico.

No geral, enquanto poucos se apropriam de maior parte da renda, resta à maioria da população um pequeno “pedaço do bolo”. Porém, a concentração está presente, de forma acentuada, em todas as municipalidades, indiferente de seu porte populacional. Como a renda é fator fundamental, parcela considerável da população fica aquém dos bens necessários a uma sobrevivência justa, em todos os aspectos da vida social.

Outro indicador muito utilizado é o percentual de pobreza, que contribui para medir a desigualdade existente na distribuição de indivíduos, de acordo com a renda domiciliar *per capita*. A pobreza é medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000. Na figura 30 está representada a espacialização da pobreza na região em dois momentos.

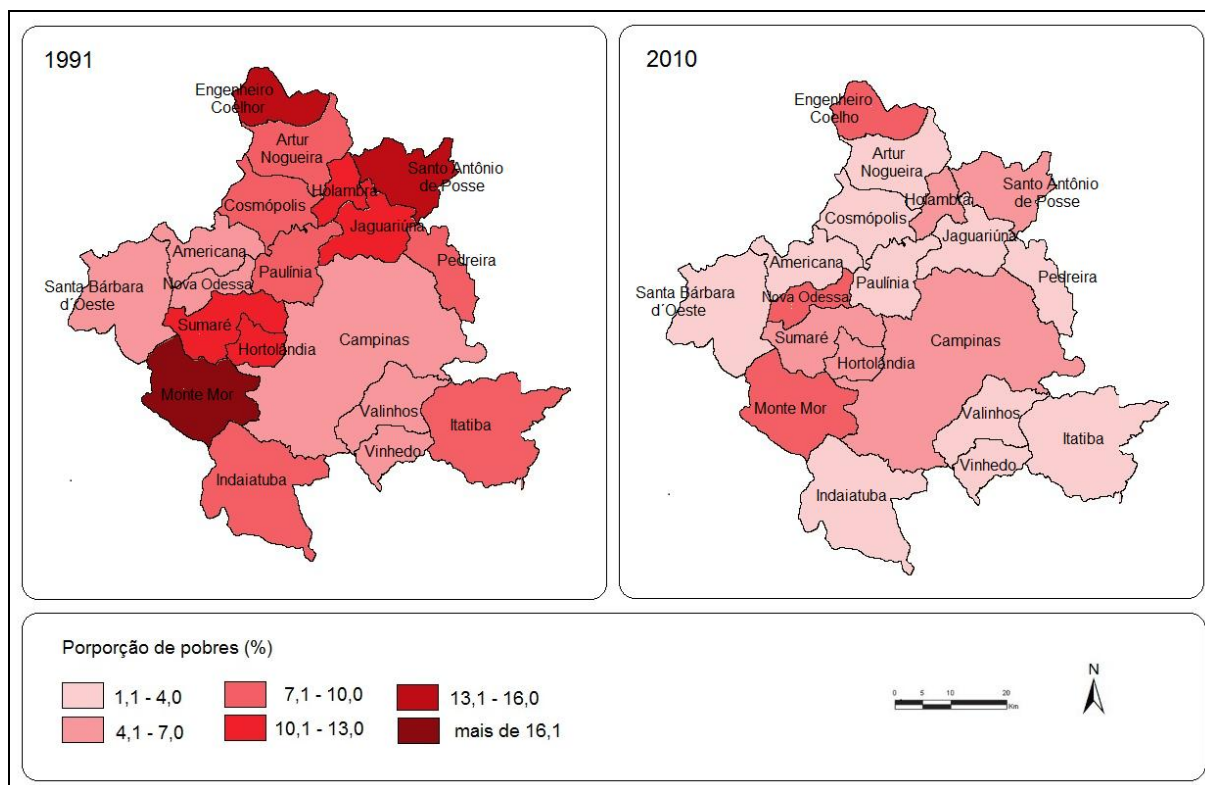


Figura 30: Classes de municípios, por proporção de pobres, em 1991 e 2010.

Fonte: PNDU – Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

A pobreza, enquanto situação de privação por falta de recursos traduz-se em más condições de vida. Comparando os dois momentos, nota-se que muitos municípios mudaram de classe. Em 1991, a pobreza era mais acentuada na região, atingindo a marca de 25% em Monte Mor. No ano de 2010, os números revelam uma melhora significativa, sendo que os valores mais elevados foram registrados por Nova Odessa (9,9%), Monte Mor (8,1%) e Engenheiro Coelho (7,5%). Ressalte-se que, como os volumes de população são diferenciados, a proporção de pobres assume significados diferentes para as cidades de diferentes tamanhos populacionais.

Um indicador importante que não se refere apenas à vertente econômica, mas permite também combinar informações de domínios sociais, é o IDH. Ele, consiste numa medida comparativa que engloba as dimensões de longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo a 1, melhor é o nível de desenvolvimento humano local, ou seja, melhor a qualidade de vida da população. Entretanto, ele demanda uma análise de detalhe, o que envolve a questão da comparabilidade. A tabela 29 traz os índices para os municípios da região em estudo nos anos de 1991 e 2010.

Tabela 29: Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios da Região Metropolitana de Campinas, nos anos de 1991 e 2010.

Municípios	IDH		IDH – Educação		IDH – Longevidade		IDH – Renda	
	1991	2010	1991	2010	1991	2010	1991	2010
Valinhos	0,597	0,819	0,391	0,763	0,746	0,850	0,729	0,848
Vinhedo	0,581	0,817	0,346	0,739	0,780	0,878	0,725	0,840
Americana	0,609	0,811	0,401	0,760	0,768	0,876	0,735	0,800
Campinas	0,618	0,805	0,408	0,731	0,746	0,860	0,775	0,829
Paulínia	0,597	0,795	0,388	0,727	0,765	0,864	0,718	0,800
Holambra	0,532	0,793	0,293	0,698	0,742	0,878	0,694	0,815
Nova Odessa	0,577	0,791	0,378	0,762	0,745	0,861	0,681	0,755
Indaiatuba	0,541	0,788	0,303	0,738	0,747	0,837	0,700	0,791
Jaguariúna	0,533	0,784	0,285	0,715	0,742	0,862	0,717	0,782
Santa Bárbara d'Oeste	0,532	0,781	0,304	0,731	0,742	0,867	0,669	0,752
Itatiba	0,554	0,778	0,326	0,708	0,741	0,844	0,702	0,788
Pedreira	0,551	0,769	0,315	0,701	0,757	0,864	0,703	0,750
Cosmópolis	0,529	0,769	0,293	0,697	0,742	0,876	0,679	0,746
Sumaré	0,506	0,762	0,261	0,705	0,759	0,845	0,655	0,744
Hortolândia	0,493	0,756	0,250	0,703	0,743	0,859	0,645	0,716
Artur Nogueira	0,519	0,749	0,288	0,681	0,709	0,827	0,686	0,745
Monte Mor	0,460	0,733	0,204	0,639	0,741	0,863	0,646	0,713
Engenheiro Coelho	0,472	0,732	0,225	0,668	0,711	0,815	0,659	0,720
Santo Antônio de Posse	0,484	0,702	0,231	0,576	0,721	0,838	0,681	0,718

Fonte: PNDU – Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

O IDH é um importante indicador quando se procura comparar municípios considerando sua qualidade de vida. Entre 1991 e 2010 a educação foi a dimensão que mais cresceu, em termos absolutos, nos municípios da região. Os valores registrados no índice de longevidade são mais elevados.

De forma geral, observa-se uma variação no IDH entre os municípios de diferentes tamanhos populacionais. Mesmo assim, é possível estabelecer uma relação direta entre o tamanho populacional dos municípios desta região e o índice de desenvolvimento humano. Porém, esta relação deve ser avaliada, também, a partir do desenvolvimento econômico de cada um. Holambra, Jaguariúna e Pedreira possuem níveis mais elevados. São justamente os municípios que possuem especialização produtiva. Em contrapartida, os outros quatro municípios apresentam-se nas últimas colocações, do *ranking*, no cenário regional.

Isto expõe as diversidades no conjunto da região, apontando que as diferenças na qualidade de vida representa um desafio ao desenvolvimento do território. O que significa considerar que a análise do crescimento econômico regional deve ser acompanhada do entendimento da dimensão social. Desta forma, o foco se transfere da compreensão econômica para a dimensão da qualidade de vida da população e da diferenciação em sua espacialização no conjunto da região metropolitana.

Seguindo o paradigma do IDH, a Fundação SEADE elaborou o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS). Este é um indicador que preserva as três dimensões componentes do IDH – renda, escolaridade e longevidade –, tendo por “objetivo avaliar a qualidade de vida nos municípios paulistas e fornecer subsídios para os gestores na formulação de políticas públicas” (SÃO PAULO, 2013). A metodologia utilizada permite que o índice seja atualizado a cada dois anos, na qual se considera a aplicação de uma análise de agrupamentos, propiciando uma tipologia que classifica os 645 municípios do Estado de São Paulo em cinco grupos. Na figura 31, estão identificados os grupos do IPRS para os municípios da Região Metropolitana de Campinas.

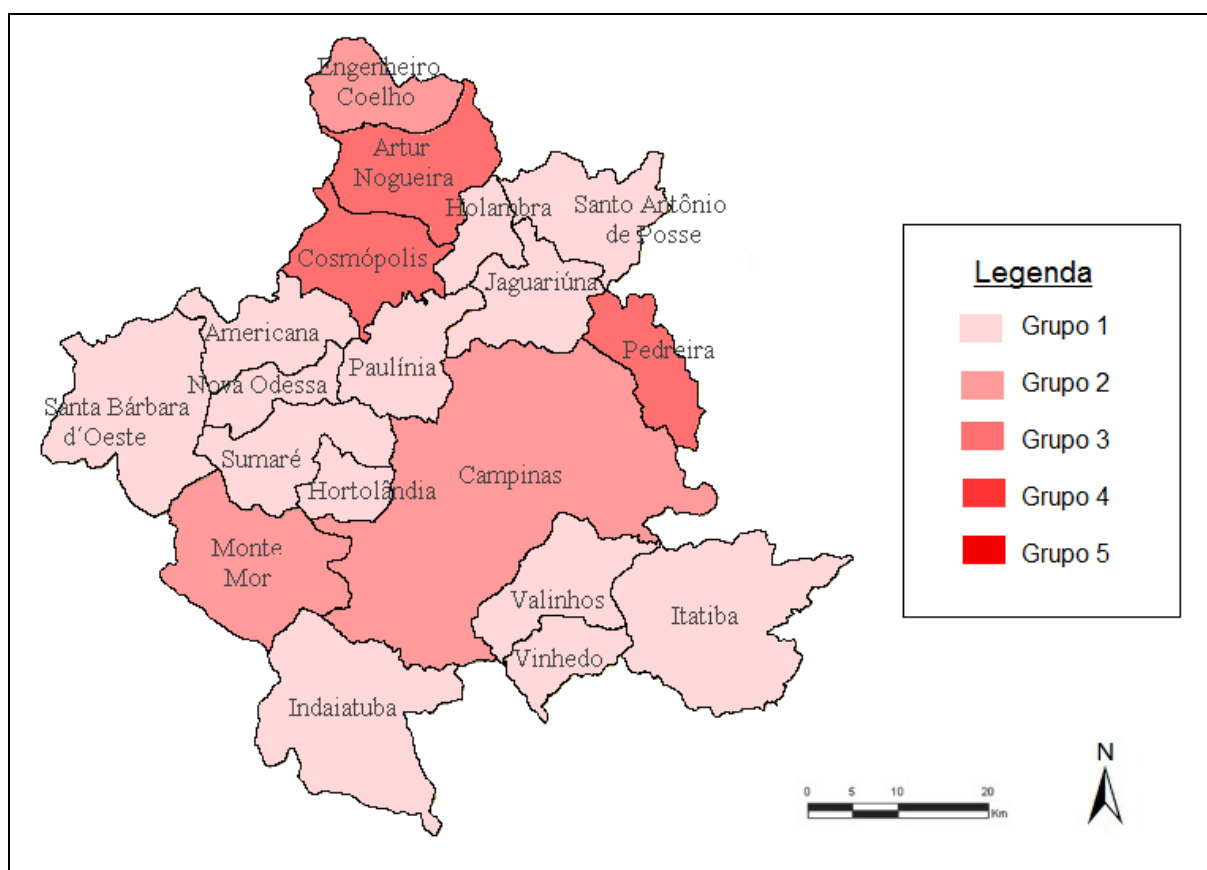


Figura 31: Índice Paulista de Responsabilidade Social nos municípios da Região Metropolitana de Campinas, no ano de 2010.

Fonte: Fundação SEADE.

Nota: *Grupo 1* - Municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais;
Grupo 2 - Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais;
Grupo 3 - Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões;
Grupo 4 - Municípios com nível de riqueza baixo e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade;
Grupo 5 - Municípios mais desfavorecidos, tanto em riqueza quanto nos indicadores sociais.
 Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Este levantamento aponta que, no conjunto dos grupos do IPRS, a região metropolitana não apresenta os piores níveis de desenvolvimento social. Porém, vale destacar

as particularidades para cada caso, em especial no que diz respeito aos municípios com população inferior a 50 mil habitantes.

No grupo 1 estão os municípios de Holambra, Jaguariúna e Santo Antônio de Posse, com nível elevado de riqueza e bons indicadores sociais. No grupo 2, encontram-se Engenheiro Coelho e Monte Mor, com bons níveis de riqueza que não se refletem igualmente nos indicadores sociais. Enquanto, no grupo 3, estão Artur Nogueira e Pedreira, com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas dimensões escolaridade e longevidade.

Importante ressaltar que os municípios encontram-se no mesmo grupo, porém existem diferenciações entre eles. Nesta direção é válido identificar qual o nível de igualdade existente, como pode ser observado na tabela 30.

Tabela 30: Municípios da Região Metropolitana de Campinas por dimensão do Índice Paulista de Responsabilidade Social, em 2010.

Grupo	Município	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
GRUPO 1	Americana	42	74	62
	<i>Holambra</i>	42	73	63
	Hortolândia	46	69	51
	Indaiatuba	45	73	61
	Itatiba	42	70	52
	<i>Jaguariúna</i>	50	75	64
	Nova Odessa	44	76	54
	Paulínia	57	76	61
	Santa Bárbara D'Oeste	40	70	59
	<i>Santo Antônio de Posse</i>	40	66	56
	Sumaré	45	73	52
	Valinhos	47	73	61
Vinhedo	53	78	60	
GRUPO 2	Campinas	48	74	46
	<i>Engenheiro Coelho</i>	40	70	47
	<i>Monte Mor</i>	44	64	59
GRUPO 3	<i>Artur Nogueira</i>	33	73	56
	Cosmópolis	38	68	52
	<i>Pedreira</i>	36	70	61
	Estado de São Paulo	45	69	48

Fonte: Fundação SEADE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Nota: Riqueza: até 39 (baixa); 40 e mais (alta) / Longevidade: até 65 (baixa); 66 a 68 (média); 69 e mais (alta) / Escolaridade: até 49 (baixa); 50 a 53 (média); 54 e mais (alta)

Dentro de um mesmo grupo existem variações nos valores, evidenciando que a distribuição da riqueza e dos indicadores sociais ocorre de modo diferenciado. Santo Antônio de Posse, por exemplo, está no grupo 1, porém possui valores bem inferiores a Paulínia e Vinhedo. Isto revela que a dimensão social possui agravantes distintos tanto nas cidades quanto no conjunto da região.

Numa análise comparativa com o IDH e a pobreza, observam-se algumas caracterizações de resultados. Em 2010, Monte Mor tinha uma das maiores proporções de pobres entre sua população (8,1%) e um dos piores IDH, porém encontra-se no grupo 2 do IPRS. Enquanto que Pedreira que apresentou melhores índices em relação ao IDH e À proporção de pobres, está no grupo 3 do IPRS.

Fica evidente, portanto, que as questões sociais assumem dimensões diferenciadas. De modo geral, considerando este cenário economicamente mais dinâmico, não se encontram valores expressivos para a análise, diferentemente daquilo que foi apontado no primeiro capítulo, quando se verificou que os municípios com piores IDH estão na classe de populações inferiores a 50 mil habitantes. Todavia, as informações registradas, neste capítulo, evidenciam um fato: no caso da região em estudo, com exceção de Holambra e Jaguariúna, as demais cidades pequenas estão presentes em algum dos grupos com piores índices sociais e econômicos. Isto revela, de um lado, que não se podem traçar generalizações devido às especificidades que cada cidade assume no contexto regional. De outro, a questão social pode assumir feições particulares, cuja expressão espacial pode assumir significados diferentes.

Em suma, a partir da análise do comportamento que as dimensões econômicas e sociais revelaram, pode-se concluir que, em certa medida, a institucionalização da região metropolitana não gerou um desenvolvimento – econômico e social – equilibrado entre os municípios. A concentração e polarização ainda representa um desafio para a consolidação da região metropolitana, enquanto fenômeno espacial.

O estudo geográfico das interações entre dinâmica demográfica e questões socioeconômicas revela novas nuances em relação à distribuição e mudanças espaciais ocorridas. Assim, pensar as cidades pequenas requer sempre considerar o cenário no qual elas estão inseridas e os processos que as geraram. No caso de uma região metropolitana, o perfil demográfico não é um quadro definitivo, pronto ou acabado. Neste contexto, as cidades pequenas podem representar espaços que mudam muito rapidamente ao ampliar sua população, seu desempenho econômico, seus papéis e, por conseguinte, sua mancha urbana.

3.4. As cidades pequenas da Região Metropolitana de Campinas assumem seu papel

Com base no que foi exposto anteriormente é possível discutir uma tipologia dos municípios fundamentado nas atividades que desenvolve e na dinâmica de suas populações. Esta proposição é essencial para compreender os papéis desempenhados por cidades pequenas

no contexto da região metropolitana. Como auxílio para esta apreciação será utilizado o “Atlas da Economia Paulista” elaborado pela Fundação SEADE (SÃO PAULO, 2006), cuja metodologia se baseia no perfil do PIB. A representação da Região Metropolitana de Campinas está registrada na figura 32.

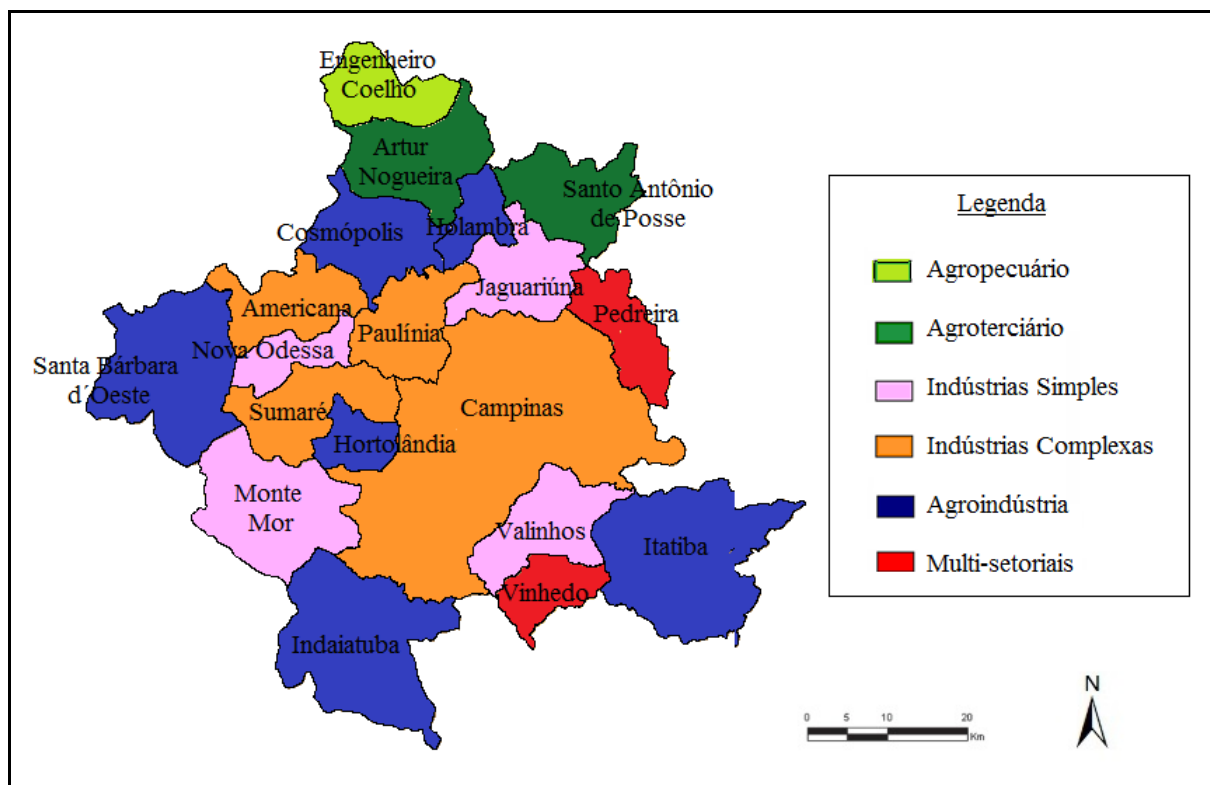


Figura 32: Tipologia econômica dos municípios da Região Metropolitana de Campinas segundo o predomínio das atividades desempenhadas, em 2006.

Fonte: SÃO PAULO, 2006.

Org.: Adaptado por Orlando Moreira Junior, 2014.

O cenário registrado na figura 32 demonstra a função principal que cada municipalidade assume no conjunto de uma rede urbana regional. Esta classificação funcional de cidades representa a descrição da divisão territorial do trabalho em termos urbanos e procura dar conta dos papéis que cada cidade cumpre na “criação, apropriação e circulação do valor excedente” (Corrêa, 1994). Estabelecida pela fundação SEADE, a tipologia dos municípios segundo o perfil do PIB, destaca, dentre as diversas atividades econômicas desempenhadas pelo município, a de maior peso na formação do PIB municipal.

Contudo, existem contradições em termos de terminologia, quando comparamos esta figura com aquela que representa a participação do PIB por setor (figura 25). Holambra, por exemplo, é caracterizada como município agroindustrial, sendo que em termos de participação no PIB, o setor agropecuário é maior que o industrial, apesar de que este se sustenta na

especialidade existente no primeiro. Engenheiro Coelho, que apresenta maior participação do setor secundário é classificado como município agropecuário.

Na análise da figura 32, nota-se uma variação entre as cidades pequenas. Engenheiro Coelho destaca-se no setor agropecuário; Artur Nogueira e Santo Antônio de Posse no setor agroterciário; Holambra na agroindústria; Pedreira aparece como multi-setorial; enquanto Monte Mor e Jaguariúna despontam com indústrias simples. Esta terminologia é definida pelo estudo da Fundação SEADE (SÃO PAULO, 2006), porém sua interpretação deve abranger a estrutura industrial – simples ou complexa.

A classificação por tipologia, acrescida de toda análise que se desenrolou neste capítulo, dão suporte para uma reflexão acerca das cidades pequenas em regiões metropolitanas de países com diferentes níveis de desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Esta leitura pode ser feita tendo por base a teoria dos circuitos da economia urbana apresentada em Santos (2008)¹⁹. Esta teoria ajuda tanto a compreender funcionalmente a cidade quanto a explicar “as relações externas da cidade, seja com sua região de influência, seja com outras cidades” (SANTOS, 2008).

Com o foco nesta segunda perspectiva e aceitando as mudanças que se sucederam num contexto histórico, esta teoria ainda contribui para o entendimento dos processos econômicos urbanos e de organização do espaço. Nota-se, na região metropolitana, um circuito superior constituído por instituições financeiras; comércios; indústrias de exportação e modernas; e serviços especializados. Concomitantemente, há um circuito inferior bem marcante, formado essencialmente por fábricas com baixo vigor tecnológico; comércio e serviços não-modernos; e outras atividades de pequena dimensão e baixa utilização de capital intensivo.

Sabe-se que, na atualidade, estas características se fazem perceber, de forma diferenciada, na maioria das cidades brasileiras. Porém, o que ganha relevo, aqui, é a análise regional. O desenvolvimento de uma economia urbano-regional, na região metropolitana, cria um comportamento espacial que reafirma a lógica centro-periferia, porém num nível de grandes complexidades. A leitura dos dois circuitos da economia é válida igualmente para a cidade sede da região e para as intermediárias, porém o foco está nas “cidades locais”. Afinal,

¹⁹ Teoria elaborada na década de 1970, na qual a cidade pode ser apreendida a partir de dois circuitos econômicos (o “circuito superior” e o “circuito inferior”), responsáveis não só pelo processo econômico, mas também pelo processo de organização do espaço. De acordo com o autor:

“O circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior. O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região”. (SANTOS, 2008, p. 22)

elas são colocadas na “periferia” socioeconômica e pagam um preço elevado por suas defasagens. Recria-se, portanto, condições para o aumento de suas “pobrezas”, seja em suas características urbanas ou urbanísticas, seja em seus aspectos sociais ou econômicos.

É claro que o tecido interno destas aglomerações se redefine, bem como a rede de fluxos entre áreas urbanas de diferentes portes. No entanto, as cidades pequenas ainda tendem a possuir características que mantêm sua influência territorial por intermédio do circuito inferior. Estas condições alargam-se na medida em que as cidades se afastam dos grandes centros econômicos. Isto ajuda a explicar a estreita relação que as cidades pequenas conservam com o campo, uma vez que é ao “circuito inferior que cabe a tarefa de manter relações constantes com o campo” (SANTOS, 2008).

Na região de Campinas, por exemplo, é evidente que a cidade central possui um papel polarizador, atingindo áreas que extrapolam os limites da região metropolitana. Em contrapartida, as cidades que mantêm maiores relações com o campo são as pequenas, mesmo com a especificidade existente, como as agroindustriais e as agroterciárias.

Entretanto, a relação urbano-rural ganha novas complexidades, que são expressas pela existência de atividades modernas, a atuação de atores hegemônicos ou outros aspectos típicos do circuito superior, influenciando a organização do espaço urbano e econômico de destas cidades. O fato de estarem localizadas numa área dinâmica contribui para o surgimento ou permanências destes fragmentos modernos, como se percebe na especificidade produtiva de Holambra e Jaguariúna, por exemplo.

Esta contextualização é importante para inferir algumas considerações acerca de cidades pequenas localizadas em regiões metropolitanas de um país com diferentes níveis de desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que permite estabelecer comparações com base nas tendências que seguiram os estudos geográficos sobre cidades pequenas no Brasil, como foi discutido no primeiro capítulo. Para tanto foram selecionados alguns aspectos que ora convergem ora divergem entre àquilo que tem guiado o pensamento geográfico sobre elas (em geral em áreas não-metropolitanas) e a realidade num contexto metropolitano (tendo por base a Região Metropolitana de Campinas). Assim, consideram-se nesta leitura nove aspectos selecionados a partir de diversas referências:

a) As cidades pequenas e a dependência econômica em relação ao capital

Além de constituir uma leitura entre o local e o global, esta abordagem procura estabelecer uma relação entre a urbanização e as transformações socioespaciais diante do contexto da globalização. Num cenário no qual os territórios são compostos por “uma rede de lugares e por uma rede de empresas” (CASTELLS, 1999), com vínculos de interdependência

entre empresas, tanto no âmbito produtivo quanto no financeiro, as cidades pequenas nem sempre irão se caracterizar como um lugar de economias domésticas residuais, informais ou atrasadas. Atividades de capital intensivo, típicas do circuito superior da economia, podem ser encontradas também.

No caso de regiões metropolitanas isto é ainda mais frequente de ser verificado. Em Jaguariúna e Monte Mor, por exemplo, destacam-se a presença tanto de estruturas industriais complexas quanto as simples. Mas, ambas “altamente dependentes da dinâmica econômica exógena” (SILVA NETO, 2008). Na primeira as atividades preponderantes circulam em torno das indústrias de material eletrônico e equipamentos de comunicações, enquanto na segunda, “a vida do município parece girar em torno do papel e da celulose” (op. cit.).

O autor citado aponta os riscos da “metropolização globalitária” para o caso de Monte Mor. Isto se verifica tanto na receita da esfera empresarial e da importância do setor para o valor adicionado fiscal, quanto para o campo de empregos. O que, entretanto, não tem colaborado para mudar o cenário de baixo nível de desenvolvimento humano da população e demais problemas sociais que se acirram espacialmente.

O papel seletivo e setorial das empresas deve ser considerado. Selingard-Sampaio (2009), pontuou Jaguariúna e Monte Mor, na Aglomeração Territorial da Indústria de Campinas, constituindo extensões do espaço industrial campineiro. Porém, sua localização é sempre representativa de um determinado momento, de acordo com interesses dos agentes econômicos. A transferência destas empresas para outros lugares em busca de vantagens competitivas pode reverberar em desdobramentos danosos. Por isto, não se pode confundir localização e lugar, já advertia Santos (1992), visto que o lugar pode ser sempre o mesmo, mas as localizações mudam, simbolizando um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar.

Esta dependência do capital, no entanto, não ocorre somente com relação ao setor industrial. Como já foi mencionado, tanto no caso da produção agropecuária quanto da agroindústria, os tipos de cultivo e os preços dos produtos são definidos por um mercado internacional. Logo, observa-se uma apropriação do território pelo capital, ficando a mercê dos interesses rentistas das grandes firmas, corporações ou empresas.

b) As cidades pequenas e a dependência do sistema urbano-regional

De acordo com Soares e Melo (2010), o sistema urbano-regional está ligado a três aspectos fundamentais: a densidade (relação entre o número de centros urbanos e o território); a topologia (relação entre o número de ligações, que representam o fluxo de bens e serviços entre as cidades integrantes do sistema urbano); e a hierarquia (identifica o ordenamento

espacial das funções urbanas). No caso dos estudos sobre cidades pequenas localizadas em áreas não metropolitanas, diversos autores transitaram por estas relações. No capítulo 1 observou-se uma gama de temáticas que envolvem o estudo das cidades pequenas e de suas interações urbano-regionais.

A maioria das cidades pequenas apresenta uma urbanização frágil. Seus papéis urbanos são pouco expressivos, com ausência ou insuficiência de infraestruturas, equipamentos e serviços que proporcionem qualidade de vida aos habitantes, bem como a representatividade política assume significado reduzido nas esferas estadual e federal. São cidades que apresentam intenso grau de dependência em relação a outras no que tange aos serviços especializados de saúde, educação, administração, entre outros. Estes são ainda mais indispensáveis para a população menos favorecida, logo, mais dependente dos serviços coletivos que a cidade deveria oferecer.

No caso do referencial empírico desta pesquisa, constata-se que há esta dependência. Numa análise regional, verifica-se que os reduzidos papéis destas cidades exigem de seus moradores movimentos diários para outros centros. Todavia, por se tratar de uma região metropolitana, o caráter mais flexível do sistema de transporte amplia, em muito, a acessibilidade, como pode ser verificado, neste capítulo, pelas disponibilidades de ligação entre as cidades pequenas e Campinas. Em contrapartida, há um preço que se paga por isto, tanto em termos de custo de deslocamento quanto no tempo que se desperdiça para tal.

c) As cidades pequenas e os centros especializados

Corrêa (2011a) considera que os centros especializados constituem núcleos de povoamento que desenvolvem atividades específicas, as quais lhes conferem uma identidade singular (centro têxtil, de confecções, celulose e papel, de mineração, de peregrinação, etc.). Mais que uma leitura funcional dos lugares, este aspecto deve considerar a especificidade das cidades. No caso da região metropolitana campineira, tem-se, por exemplo, os destaques de Holambra e Pedreira.

Holambra, além de ser considerada uma estância turística, forma também o Arranjo Produtivo Local das Flores. O ponto forte é a produtividade e a qualidade no segmento da floricultura, com a maior produção de flores e plantas ornamentais da América Latina. Assim, se a base de sua economia é a agropecuária, o setor industrial se favorece desta especificidade e assume característica particular para o município, como mostrou o mapa das tipologias econômicas (figura 32).

Já Pedreira, além de integrar o rol de cidades pertencentes ao Polo Turístico do Circuito das Águas Paulista, é também conhecida pela sua tradição na produção cerâmica e

porcelana. Suas peças de porcelana representam 50% da produção nacional e cerca de dois terços da receita municipal. Conta, ainda, com produtos de alumínio, ferro, madeira, gesso, vidro, plástico e resina.

Nota-se que o caráter de especialização destes municípios não envolve uma dependência com o grande capital ou estão, diretamente, atrelados a fatores exógenos, diferente do circuito inferior apontado por Santos (2008). Trata-se de uma característica intrínseca dos municípios, cujas peculiaridades geográficas e históricas lhes conferem uma identidade própria. São estas condições que caracterizam as cidades ante a constituição de uma rede urbana e as classificam ante a divisão territorial do trabalho. Por conseguinte, podem representar um mecanismo para o desenvolvimento local próprio.

d) As cidades pequenas e a dependência de recursos externos

Um aspecto que sobressai em muitos municípios é o fato de sua receita advir, principalmente, da transferência de recursos da União ou do Estado. Dentre as receitas obtidas por meio de transferências de outros entes da federação estão o ICMS e o IPVA (recursos do Estado) e o FPM (recursos da União). O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é o que têm sido o mais importante, senão principal, fonte de renda para parcela significativa dos municípios com população inferior a 50 mil habitantes. Em especial, aqueles com menos de 5 mil, como comprovou, por exemplo, Braga e Pateis (2003) ao analisar os valores do ano de 2000.

Isto é próprio também dos municípios estudados. A tabela 31 registra a participação destas transferências na receita municipal para o caso das cidades pequenas da Região Metropolitana de Campinas. São apresentadas também informações acerca da receita tributária de outros municípios, o que possibilita traçar comparações e avaliar a importância e dependência que se tem da transferência de recursos externos.

Tabela 31: Receita municipal (2007), segundo a participação relativa das diferentes fontes (%).

Municípios	FPM	ICMS	IPVA	Receita Tributária (própria)
Holambra	21,2	14,7	5,2	10,8
Engenheiro Coelho	30,0	23,1	4,0	10,2
Santo Antônio de Posse	12,7	27,4	4,2	14,0
Pedreira	16,5	40,5	2,8	9,8
Artur Nogueira	18,8	21,7	5,0	16,6
Jaguariúna	5,9	61,6	2,5	11,0
Monte Mor	23,4	18,0	3,8	23,9
Valinhos	9,5	28,3	7,3	26,4
Americana	9,2	31,2	7,5	17,9
Campinas	1,6	21,6	6,8	34,7

Fonte: GEOSNIC.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

A variação, no total dos recursos externos, é considerável entre estes municípios. A receita de Engenheiro Coelho, Jaguariúna e Pedreira advêm, em mais de 50%, da transferência de recursos externos. Entretanto, enquanto em Engenheiro Coelho a maior parte é decorrente do FPM, nos outros dois municípios o ICMS apresenta mais significância na constituição da receita municipal. Interessante observar, ainda, que a receita tributária só ultrapassa a marca de 20% em Monte Mor, representando uma participação baixa na receita dos municípios.

Duas questões sobressaem diante deste quadro. A primeira acerca dos componentes da receita própria, que advêm, principalmente do IPTU e ISS, considerando que os impostos são arrecadados de acordo com as atividades econômicas desempenhadas, ou seja, o setor industrial fornece mais recursos que o agropecuário, por exemplo. O segundo, abrange a questão da viabilidade econômica destes municípios, pois numa comparação com outros municípios, como Campinas, Americana e Valinhos, fica evidente a importância do papel que os recursos transferidos de outras esferas governamentais assume na receita municipal.

Por conta disto, Corrêa (2011a), em sua análise, coloca que muitos centros pequenos vivem de recursos externos. Além dos casos de transferências no âmbito governamental, o autor destaca, ainda, o envio de recursos monetários aos familiares por aqueles que migraram, as aposentadorias e as pensões pagas. Poder-se-ia acrescentar, hoje, a existência de políticas sociais de visam à distribuição de renda, como é o caso da Bolsa Família, do governo Federal. Se os valores são representativos para o caso das cidades em estudo, pode assumir significância ainda maior em municípios de áreas menos dinâmicas economicamente.

e) As cidades pequenas: as cidades do campo

Como cabe ao circuito inferior a tarefa de manter relações com o campo, parcela significativa das cidades pequenas sempre teve uma maior ligação com os valores rurais e com as formas de produção agrícola. Por conta disto, a relação cidade-campo e a discussão entre o urbano e o rural estão entre os temas mais apreciados pelos geógrafos que estudam cidades pequenas. O tênue limiar entre a cidade e o campo, bem como o forte vínculo existente com o rural e a dependência da produção no primeiro setor tem manifestações também na paisagem urbana, na morfologia das cidades e no modo de vida da população.

Inicialmente, vale retomar a discussão que Santos (1994a) fez para o Brasil ao distinguir as "cidades no campo" das "cidades do campo". Esta última terminologia serve para tratar as cidades que atendem às demandas do campo modernizado. Não deixa de ser uma espécie de centro especializado, à medida que visa atender as necessidades de resposta imediata e próxima às necessidades da produção, da circulação, do intercâmbio e da

informação dos agentes. Ademais, remete a uma leitura diferenciada de cidade e da população.

Esta determinação, no entanto, deve ser apreendida com base na posição que as cidades desempenham na divisão territorial do trabalho. Ademais, a dependência destas cidades em relação ao setor primário é tão significativa que variações nas atividades produtivas do campo reverberam em modificações no espaço intra-urbano. Por efeito disto, as pequenas cidades apresentam um caráter agrário na sua dinâmica territorial, interpretadas no “processo contraditório e conflituoso da expansão das relações de produção capitalistas” (FABRINI, 2009). Na região de Campinas tem-se, por exemplo, os casos de Holambra e Engenheiro Coelho. Na primeira, a especificidade do campo sustenta a existência de um setor agroindustrial, e abriga 46% de trabalhadores no setor primário. Na segunda, o setor agropecuário ainda define a tipologia municipal, assumindo papel importante para a economia do município.

No caso específico das cidades pequenas da região em estudo, este capítulo traz alguns elementos para a análise deste aspecto. De um lado, tem-se a tipologia de acordo com as atividades desempenhadas e a participação de cada setor na composição do PIB. Por outro, o percentual de pessoas ocupadas por setor de atividade e o alto grau de urbanização. Este conjunto auxilia na identificação de alguns municípios que, de modo diferenciado, ainda tem um perfil voltado para o setor primário, como são os casos de: Holambra, Engenheiro Coelho, Santo Antônio de Posse e Artur Nogueira.

Porém, embora o setor agropecuário tenha sua relevância, não atinge os níveis excessivos como nas “cidades do campo” de regiões tipicamente agrícolas. Todavia, pode-se observar uma ligação histórica, produtiva e social entre cidade e campo, de modo geral, e entre o urbano e rural, em particular.

Ressalte-se, ainda, que mesmo as cidades mais distantes do centro do núcleo metropolitano estão inseridas num circuito da modernidade em termos da locomoção, de produtos e de pessoas. Fica evidente, então, que no caso de uma região dinâmica como é o deste referencial empírico não é incomum existir um contraste entre práticas e objetos modernos, juntamente com outros mais rústicos. Além disto, a relação entre o urbano, o rural e o agrícola exerce influência sobre a morfologia das cidades pequenas. Envolvem, portanto, de um lado, a vivência do consumo, do uso de objetos e tecnologias e das relações de trabalho e, por outro, do vínculo identitário com o lugar, as tradições, dentre outros, fortemente presentes no cotidiano local.

f) As cidades pequenas: cidades-dormitório

Conforme Corrêa (2011a), tratam-se de cidades pequenas localizadas a uma distância próxima que viabilizam migrações pendulares daqueles que ali vivem, mas trabalham numa cidade maior. Importante ressaltar que, para o caso das “cidades do campo” em regiões agrícolas do país, a terminologia de cidade-dormitório pode corresponder, também, a parcela de trabalhadores rurais residentes urbanos que se deslocam, diariamente para o campo. Este aspecto, no entanto, não se aplica ao caso de Campinas.

Concorda-se com Ojima et al. (2010), quando apontaram, na análise de cidades-dormitório no Brasil, que a interação pelos fluxos pendulares clarificam as posições e funções das cidades metropolitanas, dentro de uma região. Anteriormente foi apontado e comprovado que as cidades-dormitório desta região são aquelas limítrofes a cidade central, como Valinhos e Vinhedo para os segmentos de alto padrão; e Hortolândia para os menos favorecidos.

A questão da proximidade e do fácil acesso por meio de vias rápidas é que irão definir a relação: local de trabalho e município de residência para parcela da população. Dentre as cidades pequenas, Monte Mor seria aquela que apresentaria maior interação em relação à Campinas. Isto é notável pelos fluxos constantes que interligam as duas cidades.

g) As cidades pequenas como reservatórios de força de trabalho

Olhar para a cidade pequena como reserva de mão de obra para o campo ou em relação ao sistema urbano-regional perpassa por considerar que muitas delas têm passado por processos que as levam a perder papéis e centralidade. Assim, se tornam, muitas vezes, lugar de moradia para as reservas de força de trabalho. Bernardelli (2004), por exemplo, em decorrência de seu estudo particular e a realidade das cidades pequenas no geral, destacou dois aspectos na atuação do poder público na reprodução de parcela da força de trabalho ocupada sazonalmente no campo. O primeiro contempla os programas sociais que fornecem cestas básicas, remédios e complementação de renda. Já o segundo, refere-se ao domínio e controle do espaço que visa garantir a reprodução social expressa, sobretudo, pela participação do Estado na produção de moradias e outras políticas que se destinam à reprodução da força de trabalho voltada à sustentação agroindustrial.

De acordo com Corrêa (2011a), os reservatórios de força de trabalho ocorrem tanto em áreas de povoamento recente (núcleos recentes), quanto em áreas integradas ao complexo agroindustrial (núcleos refuncionalizados). Este aspecto englobaria, sobretudo, cidades que se caracterizam pela existência e reprodução de força de trabalho expulsa do campo decorrente de sua industrialização ou porque se tornou decadente ou estagnada. Neste sentido, este aspecto não se aplicaria ao caso das cidades pequenas localizadas em regiões metropolitanas.

Todavia, além das características referentes à ocupação dos trabalhadores por setor de atividade, como foi feito anteriormente, é válido, ainda, considerar a categoria de emprego que predomina nas municipalidades, juntamente com o percentual de desempregados. A tabela 32 apresenta os registros destas informações, a partir das quais se podem inferir algumas considerações, o que permite avaliar se as cidades aqui estudadas poderiam ser classificadas como reservatórios de força de trabalho.

Tabela 32: Percentual de pessoas ocupadas por categoria do emprego no trabalho principal, em 2010.

	<i>Holambra</i>	<i>Engenheiro Coelho</i>	<i>Sto Antônio de Posse</i>	<i>Pedreira</i>	<i>Artur Nogueira</i>	<i>Jaguariúna</i>	<i>Monte Mor</i>
Empregados - com carteira de trabalho assinada	62,89	58,24	62,03	65,26	60,69	68,40	62,31
Empregados - militares e funcionários públicos estatutários	2,77	2,75	3,05	1,17	4,54	1,02	3,33
Empregados - sem carteira de trabalho assinada	12,29	20,38	18,20	13,93	15,97	9,95	15,07
Conta própria	14,94	15,75	12,27	15,39	13,93	17,09	16,80
Empregadores	5,67	0,81	3,19	3,40	2,93	2,39	0,95
Não remunerados	0,96	1,39	0,85	0,70	1,31	0,71	0,73
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	0,49	0,69	0,40	0,15	0,63	0,43	0,81
<i>População economicamente ativa desocupada</i>	<i>2,82</i>	<i>5,86</i>	<i>5,45</i>	<i>5,09</i>	<i>7,53</i>	<i>6,70</i>	<i>9,27</i>

Fonte: Censos demográficos 2010 – IBGE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Das informações contidas nesta tabela vale ressaltar, inicialmente, o percentual de população desocupada. O índice é mais alarmante para os casos de Artur Nogueira e Monte Mor. O segundo ponto engloba o número de empregados sem carteira de trabalho assinada e aqueles que trabalham por conta própria. Estes dois grupos apresentam valores, que somados, são expressivos para todas as municipalidades, como por exemplo: Engenheiro Coelho (36%); Monte Mor (32%); Santo Antônio de Posse (30%). Isto pode significar, especialmente, para o primeiro, certa vulnerabilidade decorrente da ausência de seguridade social.

A partir destas considerações pode-se constatar que, mesmo não se tratando de casos pujantes de exclusão de mercado de trabalho ou de informalidade – o que não pode ser medido diante dos dados aqui apresentados –, estes espaços podem ser vistos como reservatórios de força de trabalho. No contexto regional, como a maioria destas

municípios não conseguem absorver toda mão de obra existente, pode suprir necessidades de outros centros. Afinal, a proximidade e o dinamismo econômico de toda região propicia condições de maior mobilidade populacional, mesmo que resulte num distanciamento entre a residência e o local de trabalho.

h) As cidades pequenas e as relações mais próximas de sociabilidade

Ao se pensar acerca das cidades pequenas, não é raro, remeter-se a ideia de relações mais próximas de sociabilidade entre as pessoas tal qual uma maior proximidade dos agentes políticos com a sociedade local. Hipoteticamente, o tamanho territorial das pequenas cidades permitiria uma maior proximidade entre as pessoas que vivenciam os mesmos espaços públicos: a igreja, a praça, o centro, entre outros.

Ao mesmo tempo, não se pode excluir o fato do processo globalizador também estar presente nestas cidades. Ele é decorrente tanto das dinâmicas que regem a economia quanto pelos novos signos que são trazidos pelos meios de comunicação. Isto significa que a história marcante dos valores e modo de vida da população destes centros urbanos tende a ser alterada ganhando novos significados.

Mas, as questões de proximidade ainda se sobressaem. Envolve os referenciais para “a localização de endereços nas cidades, nas atividades comerciais e nas relações políticas” (SOARES; MELO, 2010). Este aspecto abrange a esfera econômica, pois além de dar garantia de sociabilidade, as relações de proximidade são sentidas, também, no quadro de empregos. Seja pela existência de trabalhadores formais e informais nos serviços públicos e administrativos das prefeituras, seja pelo comércio local, em especial, as feiras livres, que “se destaca pela sua centralidade e por abrigar muitos pequenos agricultores, artesãos e desempregados” (ASSIS; ARAUJO, 2009).

Graças a esta maior proximidade entre as pessoas e ante um cenário economicamente dinâmico, não estaria nestas cidades pequenas algumas possibilidades de criar formas de cooperação, como a economia solidária ou criativa? Estas perspectivas propiciam um salto qualitativo para o desenvolvimento, a partir de uma perspectiva endógena. Isto representaria uma forma de contribuição para a dinâmica econômica territorial, de tal modo que também viesse contemplar melhorias na qualidade dos indicadores sociais.

Para o caso das cidades pequenas em questão, este aspecto será trabalhado de forma mais acentuada no capítulo seguinte, contudo, as alterações das relações sociais da cidade e a fragilidade da unidade urbana não se dão apenas nas grandes e médias cidades, mas na sociedade como um todo. Ainda mais, quando se trata de uma região que no seu conjunto

apresenta-se articulada, mas uma análise de detalhe revela descontinuidades, cujos aspectos de sociabilidade extrapolam os limites da cidade e atingem um nível metropolitano.

i) As cidades pequenas: espaços de envelhecimento populacional e de involução demográfica

“É frequente, no caso brasileiro, a saída de população jovem da pequena cidade em busca de melhores condições de vida nos grandes centros. De um lado, lista a atratividade exercida pelas metrópoles, grandes e médias cidades. Ao mesmo tempo ocorre que as pequenas cidades, em geral, não conseguem reter a população expulsa do campo, assim como os próprios moradores urbanos, devido à ausência de um setor econômico dinâmico gerador de empregos, bem como de serviços educacionais que possibilitem formação técnica e superior”. (SOARES; MELO, 2010, p. 244)

Não é possível perceber na citação dos autores uma atenção a temporalidade, visto que fazem análises genéricas sem se ater a um período específico. Eles tratam do assunto de modo que deixa transparecer a ideia de um processo migratório intenso e contínuo. Este, na verdade, foi o retrato de um momento. Atualmente, esta análise não se sustenta mais empiricamente, pois o êxodo da população do campo perde o significado que tinha algumas décadas atrás. No geral, a dinâmica demográfica das cidades pequenas não é caracterizada por grandes turbulências de eventos demográficos.

Porém, elas apresentam algumas características particulares quanto ao quadro da população, especialmente no que diz respeito ao envelhecimento e a involução demográfica. Guidugli (2006, 2012) comprovou a tendência ao envelhecimento em cidades pequenas do estado de São Paulo. No entanto, como foi verificado anteriormente, no caso das cidades da região metropolitana campineira, não há uma grande variação desta na participação do total populacional, entre as cidades de diferentes volumes demográficos. Como exemplos, vale destacar os valores de Engenheiro Coelho (7,66%), Holambra (8,91%) e Monte Mor (9,16%) que são inferiores aos registrados por cidades intermediárias, como Indaiatuba (10,44%) e Americana (12,95%), ou mesmo, por Campinas (12,35%).

Importante frisar o número significativo de cidades que ultrapassam 10% de sua população com idade superior a 60 anos (tabela 20). No que diz respeito ao Índice de Envelhecimento, os valores não podem ser associados apenas às cidades pequenas. O conjunto da região caminha para o processo de envelhecimento, sendo que o que difere são os impactos que isto pode gerar para as diferentes localidades. Da mesma forma, os números revelam que houve, na região, um crescimento contínuo da população, descaracterizando a involução populacional. Porém, embora continuassem aumentando, apresentaram

desaceleração em suas taxas de crescimento. Já o processo de feminização é algo que desponta.

Em contrapartida, as cidades pequenas têm uma diferenciação em relação às aquelas localizadas em regiões menos dinâmicas: o papel da migração na composição do quadro populacional. Elas podem representar tanto qualificativos de atração migratória, quanto apenas assumir um papel de área de passagem para a população que tem por destino final as cidades maiores da região.

Os nove aspectos utilizados como referencial de análise devem ser considerados como interdependentes e os seus conteúdos como parte de uma contextualização socioespacial. Entretanto, os aspectos listados aqui não esgotam as características das cidades pequenas, nem em sua totalidade, nem nas particularidades daquelas localizadas em áreas metropolitanas. Esta tipologia de cidade constitui-se em um pequeno nó diante de uma vasta e complexa rede urbana e geográfica.

A multiplicidade de realidades e as peculiaridades nos processos de formação socioespacial ajudam a explicar a diversidade urbana no país. O que tem se tornado um grande desafio à Geografia Urbana brasileira, pela dificuldade em elaborar estudos com capacidade de abranger todas as cidades. Isto explica as razões pelas quais os estudos pontuais, com diferentes referenciais empíricos, têm se sobressaído nos estudos geográficos sobre cidades pequenas, como pode ser observado no Capítulo 1.

Da mesma forma, este trabalho também se centra num determinado recorte espacial. Foi formulado acerca da realidade de uma região inserida economicamente nas escalas nacional e internacional. Trata-se de espaços cujas dinâmicas demográficas e econômicas apresentam características que podem classificá-las como tal, mas que não diz respeito ao menor escalão de cidades do país. Os aspectos aqui apontados ajudam a compreender os diferentes papéis urbanos que as cidades em estudo tendem a desempenhar no contexto regional. Elas estabelecem interações socioeconômicas que ajudam a explicar e produzir as espacialidades e a história de uma região metropolitana, em seu caráter geográfico.

Os papéis urbanos de uma cidade pequena não são menos interessantes do que os de um grande centro. Mas, pode ser mais difícil de apreender devido os diferentes elementos que os compõem. Em sua totalidade assumem significado no conjunto regional. Desta forma, os aspectos que foram elencados contribuem para olhar esta classe de cidades para além de suas funções administrativas, políticas ou econômicas. Adiciona-se, neste referencial empírico, um fator primordial para a análise: os fluxos constantes que se estabelecem entre as cidades.

Estes não levam, necessariamente, à perda de papéis urbanos ou à estagnação econômica. Porém, os deslocamentos podem diminuir a necessidade do tamanho e nível funcional das cidades. Logo, a região metropolitana se insere num contexto de fluxos de investimentos e de pessoas, além de apresentar ritmos e intensidades urbano-regionais pujantes determinados, principalmente, pela sua complexidade funcional e econômica. No caso específico das cidades pequenas, elas desempenham papéis que não apresentam intermediação direta sequer com cidades externas à área metropolitana. Sua centralidade não ultrapassa os limites da cidade ou de seu entorno rural.

Este conjunto de feições peculiares não interfere, somente, na determinação dos papéis urbanos dos centros pequenos na região metropolitana. Também, inclui determinantes para refletir a estruturação e dinâmica intra-urbana de seus espaços. Assim, o estudo de cada uma das cidades pequenas pode trazer contribuições individualizadas ante um modelo regional de “desenvolvimento” urbano que cria espaços diferenciados e expressam velhas desigualdades sociais, visíveis numa reprodução excludente do espaço.

As questões e as respostas levantadas compuseram uma leitura das cidades pequenas numa perspectiva regional. A análise do conjunto possibilitou a constatação de similaridades, contrastes e diferenciações entre as cidades da região metropolitana, em geral, e das cidades pequenas, em particular. Deste modo, as questões abordadas neste capítulo acerca da dinâmica demográfica, dos aspectos socioeconômicos e suas interações na região metropolitana, oferecem subsídios para refletir sobre a dinâmica intra-urbana de cada cidade pequena, avaliando suas particularidades sociais e espaciais.

4. A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NAS CIDADES PEQUENAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

No capítulo anterior, procurou-se abordar a dinâmica demográfica e suas relações socioeconômicas na organização do espaço regional de Campinas. Para tanto, foram elencados alguns elementos considerados fundamentais para compreender o papel das cidades pequenas no contexto regional. A análise das atividades econômicas e sua distribuição na região; do trabalho e das necessidades de deslocamentos; bem como das questões voltadas à dimensão social representaram o conjunto que ajudou na compreensão das interações que se estabelecem entre a população – caracterizada por tamanhos diferentes; distintas estruturas por sexo e idade; e com ênfase para a questão migratória –, e suas relações econômicas, sociais e espaciais.

O enfoque das questões que ocorrem nas cidades sob a ótica regional é resultado da metodologia de análise adotado pela pesquisa. Sua fundamentação se alicerça no amplo levantamento bibliográfico realizado no primeiro capítulo, que se seguiu nos demais com suas particularidades, e nas especificidades urbano-regionais de Campinas, apresentado no segundo. Com efeito, a análise da rede urbana foi identificada como uma das principais leituras na interpretação das cidades pequenas em Geografia, de tal maneira que foi possível identificar os papéis que elas assumiram na constituição e nas mudanças originais da região metropolitana.

Dando continuidade à formulação teórica e à sequência metodológica que fundamentam esta pesquisa, o presente capítulo tem por objetivo principal analisar a dinâmica intra-urbana das sete cidades que compõe o referencial empírico do estudo. Os resultados do entendimento das mudanças no perfil demográfico, bem como das relações socioeconômicas e das suas interações espaciais no âmbito regional são essenciais para apreender as lógicas gerais e particulares que envolvem a dinâmica das cidades pequenas.

Na Geografia, “o espaço enquanto objetivação geográfica do estudo da cidade apresenta várias facetas que permitem que seja estudado de modo multivariado” (CORRÊA, 2005). Diferentes modos de encarar o espaço urbano, os seus habitantes e as suas dinâmicas tem permeado a abordagem dentro do pensamento geográfico. A multivariabilidade de modos e caminhos possíveis de pensar a Geografia, em diferentes momentos, “constitui-se numa riqueza que foi gestada, de um lado, pela própria realidade e, de outro, pela prática dos geógrafos” (CORRÊA, 2005).

Os estudos dedicados às cidades seguiram, grosso modo, três linhas principais na abordagem espacial, como pode ser observado em Carlos (2011). Elas se resumiram na interpretação teórica da cidade com os seguintes enfoques: na localização dos fenômenos no espaço; na organização do espaço; e na produção do espaço. Diante destes pressupostos, é possível refletir acerca do movimento do pensamento geográfico, especificamente na Geografia brasileira.

O estudo das cidades originou-se na Geografia Regional Francesa: nas monografias regionais, sobretudo, os estudos de regiões urbanas. Ainda sob a perspectiva da Geografia Regional, houve grande influência da Teoria dos Lugares Centrais, do alemão Walter Christaller, desenvolvida na década de 1930, na qual explicitou as relações regionais entre as cidades. No pós-guerra, as cidades consolidaram sua importância e assumiram um papel polarizador no espaço. Neste cenário, o estudo locacional despontou com maior relevância para a disciplina, que priorizava a distribuição dos fenômenos no espaço. A evolução urbana; o sítio; as funções; e a região de influência das cidades, estão entre os temas que envolviam a análise geográfica.

Importante frisar que isto não significa que os estudos no âmbito regional deixaram de existir. Pelo contrário, eles permaneceram até a atualidade, com modificações, inclusive no sentido que se atribui a região. Esta pesquisa é um exemplo disto, pois enfoca o estudo das cidades no domínio de uma região metropolitana, onde a localização geográfica assume papel chave para compreensão das diferentes formas de transformações do espaço das cidades pequenas, em particular.

O pensamento urbano da Geografia Tradicional sofre uma ruptura após a década de 1960. A crescente urbanização pelo mundo fortalece as análises sob a égide do Estruturalismo, que visava uma teoria de organização do espaço. Assim, no âmbito da Geografia Quantitativa, surge a preocupação com o planejamento e gestão dos territórios. Neste momento também despontam as teorias de localização e de desenvolvimento regional. Então, a Geografia Urbana passa a ser um estudo analítico da classificação, hierarquia e distribuição das cidades segundo o tamanho e os padrões espaciais, bem como foi priorizada a análise do traçado, do uso do solo e de suas funções.

Vale destacar que, sob esta influência, na década de 1970, foi criado o curso de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Estadual Paulista, em Rio Claro, principal escola da corrente Teórica no país, com a área de concentração “Organização do Espaço”. A partir dele passou a ocorrer a formação de docentes e pesquisadores, bem como tem contribuído com o desenvolvimento científico e tecnológico do modo de pensar a ciência.

Uma ruptura maior na construção do pensamento geográfico decorreu das influências marxistas na análise do fenômeno urbano. O propulsor principal desta teoria foi Henry Lefebvre, que em suas obras elaborou uma leitura a partir do marxismo sobre o espaço (LEFEBVRE, 1976, 1991, 1999, 2001), sempre relacionando com a história e com a sociedade. Esta teoria embasou o estudo das cidades pela Geografia Crítica, na qual a ideia de produção vai além daquela empregada pela economia, contemplando uma dimensão material e uma simbólica do mundo. O espaço inteiro entra na produção como mercadoria “através da compra, da venda e da troca de parcelas do espaço” (LEFEBVRE, 1999).

Carlos (2011) discorre acerca da passagem da noção de organização àquela de produção do espaço. Nesta última a autora pontua a construção teórico-metodológica que sustentam a disciplina de Geografia Urbana na Universidade de São Paulo. Destaque-se, também, que a nomenclatura “Produção do Espaço Geográfico” é a área de concentração do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, em Presidente Prudente, na atualidade um dos mais conceituados do país, o que indica uma forma de pensar teórico-metodologicamente o espaço.

Outros caminhos são possíveis para se pensar a cidade na Geografia. Tem-se a abordagem dos circuitos da economia urbana para as cidades do mundo subdesenvolvido, elaborada por Santos (2008). A concepção adotada por Benko (2002), sob influência da teoria da regulação. Ou ainda, a concepção da “Geografia Humanística que coloca em evidência o significado dos lugares para diferentes indivíduos” (CORRÊA, 2005). Esta última demonstra que todas as cidades tem um mosaico social, ou seja, o significado urbano não pode e nem deve ser atribuído apenas aos fatores econômicos.

Por envolver uma complexidade analítica do espaço, em especial das cidades, sua produção na interpretação do urbano em cidades pequenas tem despontado como uma forma de estudá-las pela Geografia. Contudo, na análise do intra-urbano também envolve a reflexão acerca da organização do espaço destas cidades, mas não numa visão idiográfica, de mera contemplação de lugares únicos, nem em formulações de natureza hipotética-dedutiva que nem descrevem nem explicam a diferenciação do espaço, assumindo um caráter normativo, como alerta Corrêa (2011b).

A leitura da organização do espaço como produto social é percebida também em Soja (1993), ao considerar que o espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produtos da translação, da transformação e da experiência social. A concepção de organização do espaço, neste sentido, indica a Geografia não apenas como uma

ciência que estuda e descreve a cidade, mas que procura analisá-la e explicá-la como espaço produzido pela sociedade.

Pensar na organização do espaço é reafirmar a posição do geógrafo em sua prática, que usufrui da teoria para sua aplicação – como no planejamento, por exemplo. A compreensão sobre o espaço (tanto sobre as partes quanto sobre a totalidade) necessita ser acompanhado de um saber técnico que permite sua atuação ante um processo de tomada de decisão.

Portanto, ao afirmar que a análise decorrerá sobre a produção do espaço, não exclui as reflexões acerca da organização espacial e da importância da localização dos fenômenos no espaço. O diálogo entre estas concepções possibilitam “geografizar” acerca da temática ao mesmo tempo em que permite o entendimento em suas múltiplas escalas e intencionalidades. Esta contextualização paradigmática sobre a cidade e o urbano na Geografia é importante para ajudar a explicar as opções teóricas, metodológicas e ideológicas que orientam a presente pesquisa. Desta forma, uma abordagem a partir da produção do espaço leva a uma melhor compreensão da realidade, pois, segundo Gottdiener (1997), procura explicar os padrões e eventos espaciais como produtos e processos, estruturais e transformações fundamentais da sociedade.

Mesmo porque o fervor de questões que tem permeado o debate na Geografia trata-se de uma leitura marcada pelo crescimento urbano que desdobra em problemáticas diversas. Diante da reafirmação dos processos aglomerativos do capitalismo, as metrópoles e as cidades médias tem sido alvo mais intenso das pesquisas. As primeiras, são mais fortemente marcadas pelo acirramento das desigualdades sociais, o que tem expressão em sua configuração territorial. O segundo grupo, por representarem novos centros urbanos potenciais no cenário nacional, com capacidade de receber fluxos de investimentos e população, além de apresentar ritmos e intensidades urbano-regionais. Assim, ao introduzir uma reflexão acerca das cidades pequenas, em especial numa região metropolitana, tem-se uma aproximação da análise das problemáticas que envolvem os grandes centros, além de ser necessário refletir e construir uma concepção teórico-metodológica que orienta a pesquisa.

As concepções teóricas e metodológicas deste trabalho estão bem definidas e são reafirmadas em cada um dos capítulos desenvolvidos. Nesta etapa, despontam algumas formulações gerais para a interpretação da dinâmica interna das cidades, como a morfologia e o uso do solo urbano; a presença, ausência ou insuficiência de equipamentos e infraestruturas urbanos; e as condições de moradia. Todas elas associadas a população que ocupa o espaço.

De maneira geral, o estudo das cidades pequenas em áreas não-metropolitanas tem envolvido a economia urbana, prioritariamente, as relações campo-cidade. A introdução de novos elementos permite denotar aquilo que é particular às cidades pequenas, no contexto da urbanização da sociedade e do território. Mas, ao mesmo tempo, pensando estritamente o caso do referencial empírico da pesquisa, deve-se acrescentar novos fatores, de caráter geográfico, que propiciam entender os processos de estruturação, de transformação e de permanências do espaço urbano, seja a partir das dimensões morfológicas, seja a partir das políticas, dos interesses e dos agentes envolvidos.

Portanto, as cidades pequenas da região estudada representam formas concretizadas de um processo mais amplo, que ajuda a explicar e só podem ser explicadas a partir da estruturação regional ante o processo de metropolização. Diante disto, lógicas gerais e particulares serão evidenciadas na produção do espaço urbano de Holambra, Engenheiro Coelho, Santo Antônio de Posse, Pedreira, Artur Nogueira, Jaguariúna e Monte Mor. As quais serão confirmadas de formas e intensidades diferenciadas em cada uma delas.

4.1. A produção do espaço urbano das cidades pequenas ante o processo de metropolização

Os estudos analisados, no Capítulo 1, deixaram evidente que, na análise da dinâmica intra-urbana de cidades pequenas, é fundamental compreender o cenário no qual as elas estão inseridas. Mudanças na estruturação do espaço regional resulta em transformações na dinâmica intra-urbana das mesmas.

De tal modo, no estudo das cidades pequenas de uma região metropolitana, é fundamental integrar as escalas inter e intra-urbana. Por conta disto, nos capítulos anteriores, procurou-se abranger a formação da região metropolitana, em seu caráter geográfico e institucional, bem como a história em comum, em termos de desmembramento territorial e administrativo. Do mesmo modo, foi demonstrado a constituição de uma rede urbana local e as contribuições significativas para compreender a dinâmica demográfica e suas interações econômicas e socioespaciais.

Toda esta contextualização serviu para identificar cinco particularidades – analiticamente indissociáveis – que devem ser contempladas na análise das cidades pequenas ante o processo de metropolização. São elas: relações entre os espaços regional e intra-urbano; os eixos viários e os processos espaciais de conurbação; as discontinuidades

espaciais; a questão da centralidade; e os interesses em comum no âmbito da aceção institucional da região metropolitana.

4.1.1. Relações entre os espaços regional e intra-urbano

O capítulo anterior apresentou alguns aspectos que explicitam determinadas interações que se estabelecem no âmbito da Região Metropolitana de Campinas, especialmente, no que confere aos aspectos populacionais, econômicos, sociais e espaciais. As constatações efetuadas comprovaram que ao considerar as cidades pequenas, neste caso, não se pode desconsiderar o sistema urbano-regional.

As alterações espaciais ocorridas na região devem ser contextualizadas à luz da sua história de ocupação e formação – territorial e institucional – que estabeleceram os limites e possibilidades que tem direcionado a produção do espaço urbano e regional. Mudanças na organização socioespacial da região, foram decisivas para a reestruturação urbana, redefinindo a divisão territorial do trabalho e a distribuição populacional no cenário metropolitano como um todo. Em decorrência disto, as cidades têm seus papéis redefinidos na rede urbana, especialmente a partir dos aspectos dimensionais, funcionais e espaciais.

Variações na dinâmica demográfica e socioeconômica resultaram em transformações na estrutura das cidades, ou seja, na lógica de distribuição e organização do uso do solo urbano. Estes se alteram continuamente, o que levou Sposito (2004), por exemplo, a falar num processo de reestruturação da cidade, englobando a estrutura no seu corte de tempo como determinante dos momentos seguintes do processo. Em suma, a reestruturação das cidades diz respeito a uma nova lógica de organização do uso do solo que se sobrepõe, em determinado momento, a outra em vigor até então. Trata-se de um processo em marcha contínua, que dá origem, em diferentes momentos, a uma estrutura intra-urbana diferente.

A reestruturação social e espacial em curso está, intrinsecamente, relacionada com mudanças econômicas e populacionais. Isto influencia, diretamente, na estruturação intra-urbana, mais precisamente em sua morfologia, pois novos conteúdos lhe são inseridos. No quadro da região metropolitana esta leitura integra o entendimento do espaço das cidades a partir da composição da rede urbana ante os aspectos particulares que caracterizam o processo de metropolização.

A ideia central nesta etapa do trabalho é, portanto, a de destacar que a produção do espaço urbano ultrapassa os limites do território municipal, atingindo o sistema regional. Isto

significa que do ponto de vista geográfico, a cidade no território e a cidade em si, simbolizam uma dupla escala, indissociável, para a análise.

O fato de estarem localizadas numa região metropolitana, traz para as cidades pequenas algumas particularidades que não são encontradas naquelas situadas distantes de grandes centros econômicos. Um exemplo, é o maior significado adquirido pelo setor secundário. Isto ajuda a explicar a representatividade, a nível estadual, assumida por Jaguariúna, que, setorialmente, integra o complexo de alta tecnologia em informática e telecomunicações, numa leitura dos Complexos Produtivos Setoriais, efetuado por Selingard-Sampaio (2009).

O dinamismo econômico realçado anteriormente traz à tona um aspecto que não pode deixar de ser observado: a propagação das cidades terciárias. Estas são a evidência, no sentido restrito, da passagem da cidade industrial para a cidade dos consumidores, em decorrência de mudanças, especialmente, no sistema produtivo; e, no sentido amplo, da concretização da perspectiva lefebvriana de “sociedade urbana” (LEFEBVRE, 1991, 1999).

Em contrapartida, para as cidades pequenas, a realidade social ante o desenrolar das cidades terciárias induz a uma reflexão acerca da superação do juízo de “cidades do campo” (SANTOS, 1994a; SANTOS e SILVEIRA, 2010). Nestas, tem-se uma relação mais intensa com o campo, como são os casos de Holambra, Engenheiro Coelho, Santo Antônio de Posse e Artur Nogueira. Correlatamente, fica evidente que o desenvolvimento do setor terciário visa atender as exigências de um setor primário modernizado. Notadamente, estas localidades encontram-se ao norte da região e são descontínuas da mancha metropolitana conurbada.

Harvey (1992), salienta que a profundidade com que se sucederam as mudanças econômicas no capitalismo coloca a sociedade diante de novos processos de trabalhos, novos hábitos de consumo e novas configurações geográficas. Logo, a atenção teórica e empírica para a compreensão das cidades pequenas em regiões metropolitanas submerge as formas pelas quais as escalas, urbana e regional, implicam na produção do espaço, que tem sido um aspecto fundamental e intrínseco à dinâmica da acumulação do capital.

São nas relações entre o espaço regional e o intra-urbano que se reproduzem a existência de um “circuito inferior” e de um “circuito superior” da economia urbana (SANTOS, 2008). Estas se manifestam no ordenamento e na localização diferenciada das atividades produtivas e da população, o que são decisivas para a construção de uma hierarquia urbana, para a intensificação dos processos espaciais de conurbação e para a consolidação das centralidades. Deste modo, para o caso das cidades pequenas, a proximidade e a inserção

institucional numa região metropolitana cumprem papel de destaque na dinâmica da cidade e em sua economia urbana.

4.1.2. Os eixos viários e os processos espaciais de conurbação

Para Villaça (2001), a conurbação metropolitana se apresenta como um processo devorador de cidades e produtor de bairros. Mas, refletindo o caso de Campinas, um paradoxo se evidencia na composição regional. De um lado, existe uma área já conurbada, cujas relações entre as dinâmicas socioeconômicas e físicas extrapolam os limites político-administrativos. A produção do espaço urbano e a (re) produção da moradia só faz sentido ante o processo de expansão da mancha urbano-regional. De outro, em especial ao norte e nordeste, áreas mais distantes da cidade central e sem contiguidade espacial, representam um desafio à integração efetiva de um arranjo metropolitano, especialmente, em seu caráter geográfico.

Os sistemas de transporte assumem importância primaz, neste contexto. Entretanto, sua relevância analítica não lhe confere uma autonomia em relação à sociedade. Gottdiener (1997), fez uma advertência aos cuidados que se deve ter para não cair num “determinismo tecnológico dos transportes”, que coloca, numa visão reducionista, este sistema técnico como condicionante da organização do espaço.

A abertura e a localização de vias representam um dos fenômenos que sempre ajudou a explicar a estruturação urbana paulista. Inicialmente, as linhas férreas tiveram papel estruturador da rede urbana contribuindo, sobretudo, para o surgimento de cidades. Assim, foi fundamental tanto para o escoamento da produção, quanto para a ocupação no interior do estado. Posteriormente, as rodovias ganharam destaque como responsáveis pela integração territorial. Em ambos os casos, a localização das vias contribuiu para a posição hierárquica da rede urbana e das regiões de influência que se constituíram.

Na região, a localização sobre um eixo rodoviário é um componente central para o processo de metropolização. Juntamente com a curta distância entre os centros, o tamanho das cidades na hierarquia urbana e a organização funcional, são elementos constitutivos que fortaleceram a institucionalização da região. As rodovias, complementadas por avenidas e ruas – no espaço intra-urbano –, representam não somente os vetores para a expansão urbana, como foi visto no capítulo anterior, mas dão um “caráter rizomático” (MARANDOLA JR et al., 2006) à região. Na figura 33 está registrada uma representação que permite visualizar tanto

os processos espaciais de conurbação, quanto os principais eixos rodoviários que conectam as cidades da região.

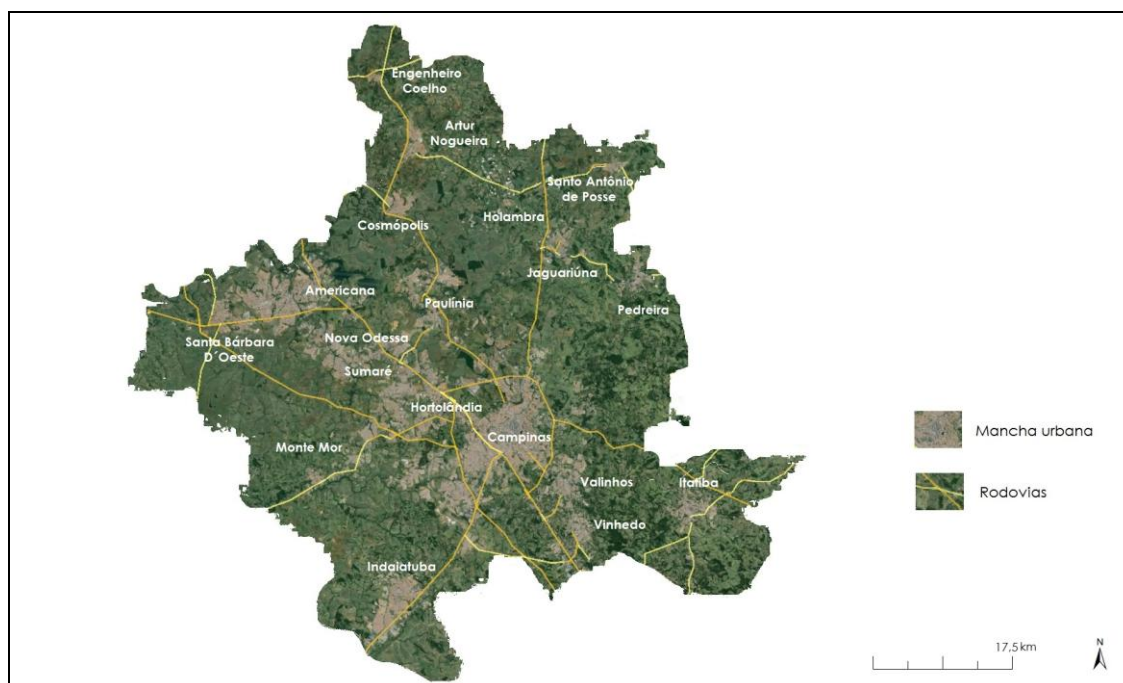


Figura 33: Os processos espaciais de conurbação e os principais eixos rodoviários que interligam os municípios da Região Metropolitana de Campinas.

Fonte: Google Earth.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

As principais rodovias atravessam praticamente todas as cidades, sendo um elemento estruturador não apenas para a rede, mas também para a organização interna dos espaços urbanos. Fica evidente, ainda, que os eixos são fundamentais para análise do processo de conurbação. Existe uma mancha urbana praticamente contínua, ao longo da via Anhanguera, desde Vinhedo até Americana. A rodovia General Milton Tavares de Souza que liga Campinas à Engenheiro Coelho apresenta, até a cidade de Paulínia, uma área com forte tendência de ser conurbada, graças sobretudo, ao vigor econômico paulinense.

As vias e a fácil acessibilidade deveriam representar um meio para que se estabeleça a articulação territorial, integrando as cidades pequenas à cidade central. Porém, um fato observável é que as cidades pequenas permaneceram à margem da expansão metropolitana, com exceção de Monte Mor. Isto significa que, do ponto de vista geográfico, não foram ultrapassados os limites político-administrativos de todas as localidades integrantes da região, ratificado pela fusão da mancha urbana.

No único caso em que uma cidade pequena apresenta integrada ao processo de conurbação, é possível identificar uma relação estreita entre a infraestrutura de transporte, a

acessibilidade e a influência nas decisões de localização habitacional e empresarial. O crescimento de Monte Mor tem ocorrido nas margens da rodovia Jornalista Francisco Aguirra Proença, que atravessa todo espaço urbano e liga Monte Mor à Hortolândia e Campinas. É evidente a relação entre os eixos viários e o uso e ocupação do solo, que contribui com a interação entre forma, estrutura e transporte.

Na figura 34 estão representados os eixos rodoviários como estruturadores do espaço urbano. No contexto metropolitano, eles não permitem apenas a circulação no espaço intra-urbano montemorense, mas também assumem papel relevante na interação com a cidade central.

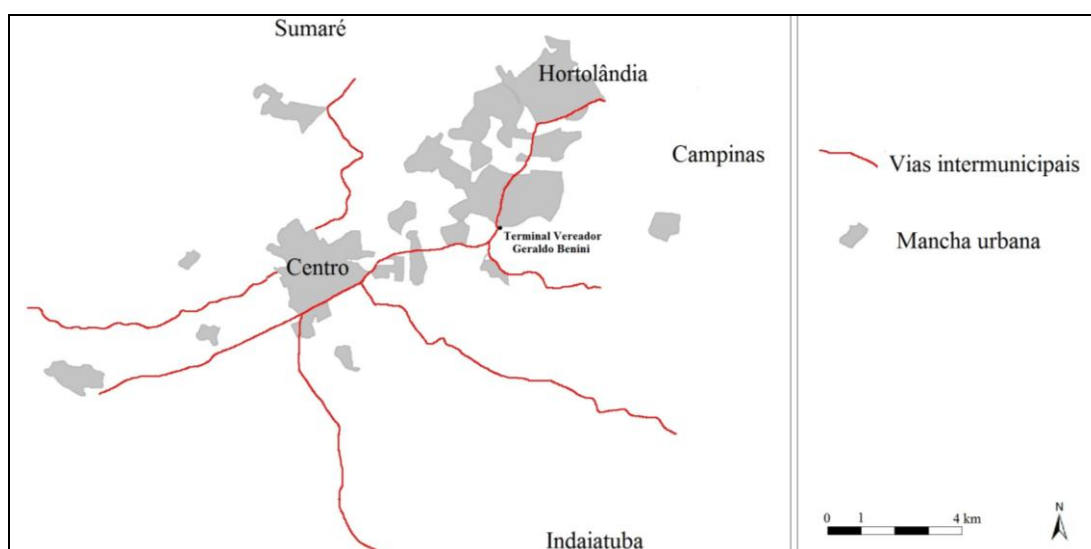


Figura 34: Mancha urbana de Monte Mor, com destaque para as estradas intermunicipais.

Fonte: Google Earth.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

A opção pela cartografia em mancha com destaque para as estradas intermunicipais tem por objetivo evocar a imagem da forma urbana. Esta, enquanto dimensão física concreta de todo objeto socialmente produzido, se desenha a partir de uma multiplicidade de fatores e condições dadas em determinado contexto. A cidade cresceu seguindo o sentido da rodovia em direção à Hortolândia. Como resultado principal, é notável um crescimento espacialmente descontínuo, num processo contraditório de distanciamento do centro principal, mas de aproximação com o município limítrofe e, por conseguinte, com a cidade principal da região.

No capítulo anterior, alguns fatores identificaram um perfil de cidade-dormitório assumido por Monte Mor. Isto se evidencia, ainda, pelo crescimento em arquipélago da mancha urbana, margeando a rodovia e influenciada pelo sistema de transporte. Este aspecto

simboliza a demanda cada vez maior com relação aos destinos de viagens no espaço metropolitano.

Diferentemente das outras cidades pequenas da região, Monte Mor é a mais próxima de Campinas. Por conta disto, suas relações entre produção do espaço, uso do solo e transporte tem sido afetadas pelo contexto de conurbação, no sentido restrito, e de metropolização, no sentido amplo. A construção de um Terminal de ônibus metropolitano às margens da rodovia e distante do centro da cidade, como mostra a figura 34, demonstra uma preocupação em integrar a população às interações espaciais com Campinas.

De tal modo, tanto para o caso particular de Monte Mor, quanto para as demais localidades da região, é praticamente impossível pensar sobre a cidade e o urbano sem considerar o transporte, os eixos viários, as infraestruturas necessárias para seu funcionamento, a circulação, entre outros. Afinal, existe relação entre produção do espaço urbano e metropolitano; o uso do solo; a valorização da terra; e o transporte nas cidades.

No entanto, o transporte não pode ser visto como a causa da descontinuidade “que se reflete diretamente na morfologia urbana, mas é sua condição, do ponto de vista técnico” (SPOSITO, 2011). No contexto regional, os eixos viários não permitem apenas a circulação e conexão no espaço intra-urbano, mas promovem a interação entre as cidades da área metropolitana. Assim, contribuem para explicitar, de um lado, os processos espaciais de conurbação e, de outro, a criação de descontinuidades.

4.1.3. As descontinuidades espaciais

É observável a existência de uma mancha urbana metropolitana em processo de consolidação, por meio da conurbação. Em contrapartida, a descontinuidade de alguns espaços urbanos é perceptível, com destaque para as cidades pequenas, distantes e dispersas da área central da região. Portanto, os processos aglomerativos estão evidenciados, tanto pelo espraiamento urbano, quanto pela densidade diferenciada de ocupação na área, ou seja, pela contradição entre concentração e descontinuidade.

Do ponto de vista da economia urbana existe uma interação que se consolida entre o espaço regional e o intra-urbano. Todavia, do ponto de vista geográfico, ainda existem descontinuidades espaciais na área metropolitana. A proximidade física propicia a existência de relações funcionais de interdependência, especialmente no que tange os deslocamentos pendulares, assim como a diversos aspectos sociais, econômicos ou de infraestrutura, por

exemplo. Em contrapartida, a fragmentação em oposição à existência de uma área contígua urbanizada é reveladora da composição de uma região metropolitana incompleta.

Este cenário é o retrato da metropolização institucional vivida no país, criando paradoxos entre as formas urbanas em seu sentido geográfico e em sua dimensão institucionalizada. Mesmo havendo alguns referenciais que caracterizam uma área metropolitana, como a alta taxa de urbanização, a polarização dentro de uma rede de cidades, um destaque socioeconômico no cenário estadual e nacional, bem como as fortes interações que se estabelecem entre os centros, como já foi mencionado, ainda existem questões que colocam em xeque o arranjo metropolitano em seu caráter socioespacial.

O IPEA (2011) alertou sobre a institucionalização de regiões metropolitanas em territórios que não possuem, a rigor, aquilo que pode ser reconhecido como o processo socioespacial da metrópole. Para o caso campineiro, apesar de haver áreas já com processo espacial de conurbação consolidado e forte tendência à expansão deste fenômeno, ainda existem partes do território que permanecem às margens da expansão metropolitana. As imagens apresentadas na figura 35 procuram explicitar a evolução da mancha urbana metropolitana.

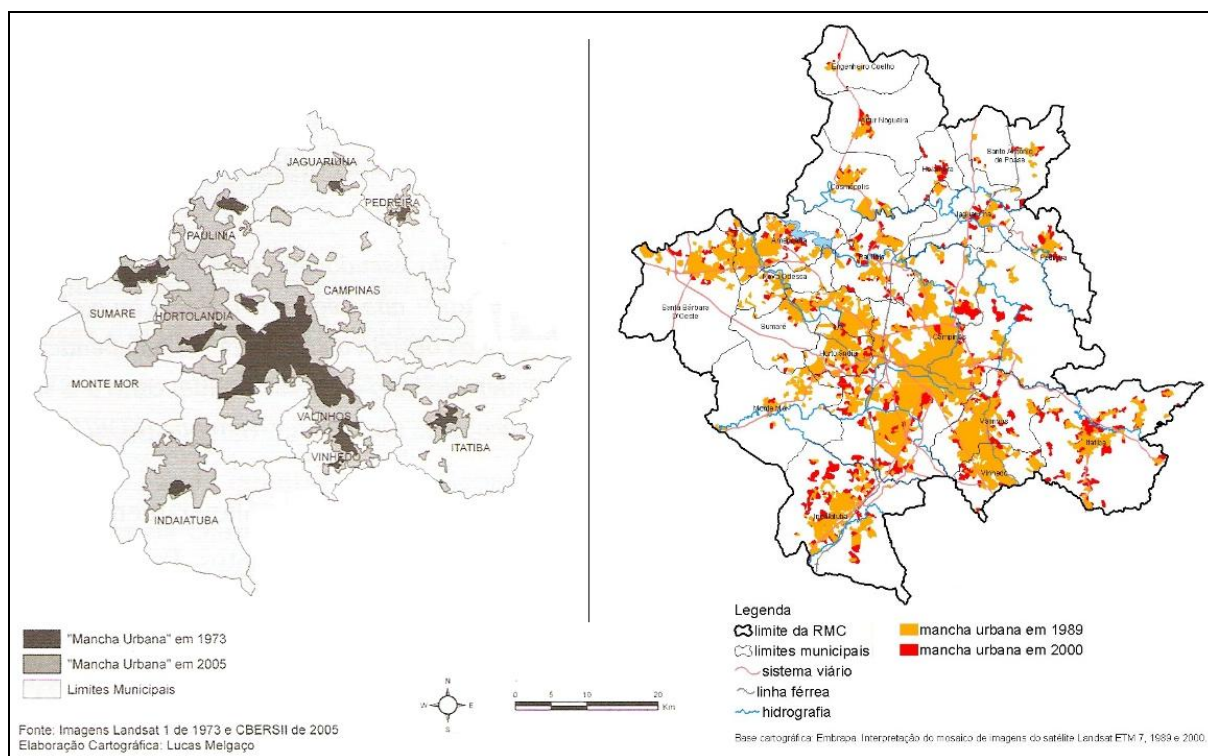


Figura 35: Comparação da evolução da mancha urbana na Região Metropolitana de Campinas em dois momentos (1973-2005 e 1989-2000)

Fonte: MELGAÇO (2008) e CAIADO; PIRES (2006).

As duas representações se aproximam à medida que procuram registrar a evolução da mancha urbana na região. Mas, como são de diferentes autorias, possuem objetivos específicos. Isto explica o fato de alguns municípios serem excluídos na análise da primeira imagem, que nitidamente prioriza o núcleo metropolitano.

A representação, retirada de Melgaço (2008), registra o quanto e em quais direções a mancha urbana de Campinas e seu entorno cresceu entre 1973 e 2005. A ênfase é dada a porção central da região, omitindo os municípios de Americana, Santa Bárbara D'Oeste, Cosmópolis, Nova Odessa, Artur Nogueira, Santo Antônio de Posse, Engenheiro Coelho e Holambra. Corresponde aos espaços nos quais houve maior intensidade no processo de conurbação.

Na segunda imagem, elaborada por Caiado e Pires (2006), tem-se a composição da mancha urbana metropolitana no ano de sua institucionalização. Em 2000, já existia um processo de contiguidade espacial das cidades, especialmente no sentido sudeste-noroeste. Verifica-se, portanto, a existência de um núcleo urbano (uma cidade nuclear), em torno do qual se desenvolvem outros a ele articulados, integrados e conurbados, necessários para o reconhecimento de uma região metropolitana como descreve o IPEA (2011).

Em ambos pode-se observar o aumento da urbanização e o crescimento do espaço urbano que dão condições geográficas para compor um processo de metropolização. Analogicamente, é como se Campinas absorvesse outras cidades quando passa a desenvolver com ela uma “intensa vinculação socioeconômica” (VILLAÇA, 2001), num processo em que “a paisagem urbana não apenas se estendeu por uma área muito mais vasta, como também se rompeu em muito mais pedaços” (SOJA, 1993).

4.1.4. A questão da centralidade

Toda cidade gera uma centralidade; assim como toda cidade possui um centro principal. De fato, “não existe cidade, nem realidade urbana, sem um centro” (LEFEBVRE, 1999). Todavia, é necessário ressaltar que existem diferenças entre o que se entende por centro e aquilo que pode ser compreendido como centralidade. Para Sposito (2004), o primeiro possui a possibilidade de que o segundo exista.

Esta diferenciação é importante, especialmente, numa análise regional, que envolve questões contraditórias, referentes à homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço. Embora uma região metropolitana possa apresentar significativo grau de dispersão da mancha urbana, ela é sempre uma aglomeração. Sendo assim, ela produz uma centralidade,

que não se define somente no nível intra-urbano, mas na articulação que se estabelecem em diversas escalas. Isto se sobressai ao considerar a concepção hierárquica urbana tradicional.

Em geral, é na cidade central que se concentra o vigor econômico da região, cabendo aos demais municípios se beneficiar deste dinamismo. Uma região metropolitana é dotada de grande centralidade, relacionada tanto ao espaço urbano quanto à hinterlândia da cidade. A análise dos eixos viários na figura 33 demonstra a constituição de uma rede num padrão predominantemente concêntrico, apesar de existir articulações variadas de fluxos.

O estudo da centralidade pode ser observado tanto na análise em rede, quanto na composição da existência dos dois circuitos da economia urbana, presentes nas ideias, respectivamente, de Corrêa (1995) e Santos (2008). No capítulo anterior foram analisadas as diferenciações existentes no âmbito econômico e socioespacial da região metropolitana. Como resultado, ficou evidente que a cidade central ostenta não apenas a maior aglomeração de pessoas ou edificações, mas também um espaço concentrador de atividades (principalmente os especializados), de emprego, de renda, etc..

Em Campinas percebe-se o processo de desconcentração da centralidade, fazendo analogia aquilo que Corrêa (2005) descreve ao analisar o que tem ocorrido com as principais metrópoles nacionais. Como consequência, têm-se a conformação de dois processos que contribuem para mudanças na estrutura urbana e metropolitana. De um lado, um núcleo central, concentrador de atividades terciárias, administrativas de todas as esferas de governo, ainda são o foco de convergência de transportes intra-urbanos. De outro, são criadas novas formas espaciais de centralidade: os sub-centros; os eixos e áreas especializadas; as áreas industriais; as instituições de ensino; e *os shopping centers*.

Mesmo com estas transformações espaciais e o fato de outras cidades produzirem suas centralidades, Campinas polariza e mantém uma área e influência significativa. Considerando as interações entre os espaços, a fonte da centralidade “está na possibilidade de minimizarem o tempo gasto e os desgastes e custos associados aos deslocamentos espaciais” (VILLAÇA, 2001). As direções dos fluxos e da circulação ajudam a explicar a centralidade existente a partir da localização, distribuição e organização espacial das atividades e da população.

Porém, isto ocorre de modo diferenciado em toda região metropolitana. Para o caso das cidades pequenas esta diferenciação é mais notável. Em Monte Mor e Jaguariúna a centralidade exercida por Campinas é mais significativa. Na primeira, tanto os fluxos constantes para cidade central quanto o processo espacial de conurbação confirmam isto. Na

segunda, são os nexos econômicos da atividade industrial de estrutura complexa que definem a centralidade que uma exerce sobre outra.

Em contrapartida, em Santo Antônio de Posse e Pedreira, apesar do levantamento do IBGE (BRASIL, 2008) colocá-las sob influência direta de Campinas, é notável que a centralidade, em termos de fluxos e interações socioespaciais, não é intensa. Da mesma forma, os casos de Artur Nogueira e Engenheiro Coelho denunciam que uma cidade localizada fora dos limites institucionais da região metropolitana possui centralidade sobre elas. Limeira, capital sub-regional, de acordo com classificação do IBGE (BRASIL, 2008), com cerca de 280 mil habitantes, devido, sobretudo à proximidade espacial, estaria exercendo expressiva influência sobre as duas cidades pequenas da Região Metropolitana de Campinas (figura 36), especialmente Engenheiro Coelho.

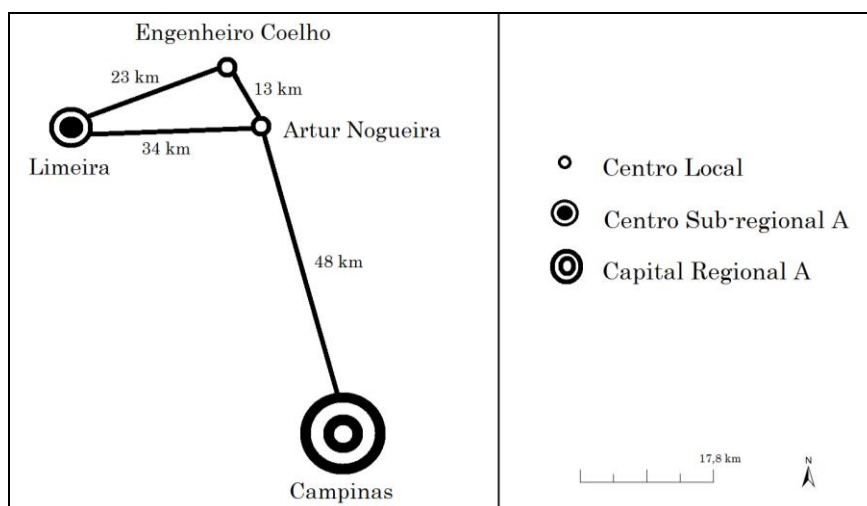


Figura 36: Integração rodoviária entre Engenheiro Coelho e Artur Nogueira e as cidades de Limeira e Campinas.

Fonte: GEOSNIC; BRASIL (2008).

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Na análise das regiões de influência realizada no segundo capítulo ficou evidente que Campinas também exerce influência sobre Limeira. Entretanto, o próprio levantamento feito pelo IBGE coloca Engenheiro Coelho dentro da região de influência limeirense. A complexidade da análise das cidades pequenas numa região metropolitana demonstra que processos espaciais, demográficos e socioeconômicos produzem centralidades diferenciadas, numa área que institucionalmente é tida como singular, mas que possui especificidades e interações geográficas diversas, em níveis e escalas diferentes.

Estas significarão condições que se estendem à produção do espaço urbano, criando lógicas particulares para cada cidade pequena ante o processo de metropolização. Os

processos de estruturação, de transformação e de permanências do espaço urbano são particularidades que merecem atenção quando se fala das cidades pequenas, ainda mais numa área metropolitana, onde as escalas da rede e da cidade se relacionam mais intensamente.

4.1.5. Os interesses em comum

“Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”. (BRASIL, 1988).

O citado trecho da Constituição professa, de um lado, que cada estado define seus critérios para a criação de regiões metropolitanas²⁰ e, de outro, que a finalidade é integrar a organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum entre os municípios. A gestão compartilhada visa, principalmente, o desenvolvimento econômico e social de todas as partes da região, de modo a promover uma maior equidade territorial, buscando, ainda, definir meios compensatórios dos efeitos da polarização.

De fato, “a metropolização consiste em um processo de integração de território a partir da cidade-núcleo, configurando um território ampliado” (IPEA, 2011). Contudo, em que medida a fragmentação espacial e a diferenciação socioeconômica não podem simbolizar impasses, desafios e incertezas para o caso campineiro?

Fica evidente a constituição de dois grupos de cidades bem definidos na região. Um integrado, articulado e com interações espaciais, econômicas e populacionais claramente estabelecidas. Enquanto, outro grupo, é composto por cidades menores, distantes, descontínuas e fragmentadas desta integração territorial.

Dentre as causas do chamado “desafio metropolitano” discutido por Souza (2000), a fragmentação está entre os fatores que explicitam a problemática socioespacial. Ainda, de acordo com o autor, os problemas ligados ao “caos urbano” e à “ingovernabilidade urbana” seriam decorrentes da manifestação da questão urbana brasileira, de diversos fatores referentes a escalas geográficas diversas e de numerosos aspectos. Isto significa que não tem relação direta com o tamanho (populacional e territorial) da região.

²⁰ Para a Constituição do Estado de São Paulo: “considera-se região metropolitana o agrupamento de Municípios limítrofes que assuma destacada expressão nacional, em razão de elevada densidade demográfica, significativa conurbação e de funções urbanas e regionais com alto grau de diversidade, especialização e integração socioeconômica, exigindo planejamento integrado e ação conjunta permanente dos entes públicos nela atuantes”. (SÃO PAULO, 1989)

Tal formatação regional, orientada por critérios político-administrativos, com intuito de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, aproxima-se da ideia de governança territorial. Esta, conforme Pires et al. (2011), pode ser apreciada a partir de duas perspectivas. A primeira, como instrumental teórico de análise de conceitos e modelos de regulação do território. A segunda, como ferramenta prática para as ações coletivas e formulação de políticas públicas de desenvolvimento local/regional.

Nesta segunda perspectiva, a AGEMCAMP (Agência Metropolitana de Campinas) simboliza a forma de cooperação entre as instituições no contexto regional. Vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, tendo por finalidade assegurar a execução de planos, programas e projetos relacionados às funções públicas de interesse comum na região metropolitana.

O alcance das chamadas funções públicas de interesses em comum é vasta. Envolve questões territoriais (planejamento, mobilidade, transporte, saneamento); ambientais (uso sustentável dos recursos, combate à poluição, gerenciamento de riscos); econômicos (emprego, renda, finanças, atividades); sociais (políticas sociais, segurança, saúde); além de questões institucionais e urbanísticas. Para cada uma, são exigidas legislações específicas para regulamentar programas e ações, nos seus respectivos setores de abrangência.

A superposição de formas de governança territorial constitui-se num fato concreto em algumas municipalidades. “Jaguariúna faz parte da meso e microrregião de Campinas, da região metropolitana e dos Circuitos turísticos das Águas e da Ciência e tecnologia” (PIRES, et. al., 2011). Há, ainda, os municípios de Pedreira e Holambra que estão inseridas, respectivamente, no Circuito das Águas e no Arranjo Produtivo Local das Flores.

Esta contextualização referente ao planejamento e gestão regional compartilhada entre os municípios tem interfaces na produção do espaço urbano. Alteram as práticas e estratégias dos atores; as tendências das políticas públicas; o perfil dos gestores; e tem desdobramentos diretos no ordenamento territorial, em sentido amplo, e nas transformações e configurações das cidades, no sentido restrito.

O processo contemporâneo de produção de espaço mescla uns poucos ganhadores grandes com muitos perdedores pequenos, como afirma Gottdiener (1997), isto em diversas escalas. Diante deste cenário, a pesquisa sobre as cidades pequenas, no contexto de inserção institucional em uma região metropolitana, deve ser estudada sob a ótica do planejamento e projeto territorial, à luz das normatizações que guiam a produção do espaço e estabelecem seus limites e possibilidades.

4.2. As cidades pequenas e os descompassos entre a norma e o fato urbano/metropolitano

“Não é por falta de Planos Urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam problemas graves. Não é também, necessariamente, devido à má qualidade desses planos, mas porque seu crescimento se faz ao largo dos planos aprovados nas Câmaras Municipais, que seguem interesses tradicionais da política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão. (...) A história do planejamento urbano no Brasil mostra a existência de um pântano entre sua retórica e sua prática, já que estava imerso na base fundante marcada por contradições: direitos universais, normatividade cidadã – no texto e no discurso – *versus* cooptação, favor, discriminação e desigualdade – na prática da gestão urbana”. (MARICATO, 2000, p. 124 e 135)

O planejamento e a legislação urbana têm por objetivo estruturar e garantir o estabelecimento de relações espaciais, organizando e classificando os espaços urbanos, à medida em que lhes confere significados. Representa, em certa medida, um modelo de cidade ideal ou desejável. Porém, como aborda Maricato (2000), nas cidades brasileiras existe um descompasso entre as matrizes ou ideias que alimentaram a atividade de planejamento e o rumo tomado pela produção do espaço urbano real. Diante desta constatação, a autora defende a tese de que o planejamento e a legislação urbana têm-se constituído como ideias fora do lugar, enquanto muitos lugares se dão fora das ideias²¹.

As leis e os planos existem e tem por finalidade regular a produção do espaço urbano, apesar de, por motivações variadas, nem sempre cumprir suas funções. Por conta disto, na atualidade, cabe estudar as ações humanas no contexto do planejamento e projeto territorial, à luz das normatizações que regulam a produção da cidade. Neste contexto englobam as possibilidades advindas com a aprovação da Lei Federal no 10.257/2001 – o Estatuto da Cidade – e a sua expressão nos Planos Diretores Municipais, bem como nas leis que normatizam o espaço urbano e metropolitano.

Para o caso do referencial empírico, a análise das cidades pequenas na região metropolitana está relacionada a um espaço institucionalizado. Desta forma, o estudo das cidades ultrapassa as fronteiras administrativas e territoriais de cada municipalidade, envolvendo questões que atingem o nível regional. As soluções para problemáticas no âmbito “do planejamento e uso do solo; do transporte e sistema viário regional; da habitação; do saneamento básico; do meio ambiente; do desenvolvimento econômico; e do atendimento

²¹ De acordo com Maricato (2000), o urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas.

social” (SÃO PAULO, 2000), constituem funções públicas de interesse comum e estabelecem as interações políticas e de gestão do território.

Na lei que institui a Região Metropolitana de Campinas estava prevista a criação do Conselho de Desenvolvimento e das Câmaras Temáticas (transporte, cultura, agricultura, saúde, saneamento, meio ambiente, habitação, entre outros), as quais deveriam apresentar legislações próprias. De tal modo, ao assumir uma preocupação voltada para o desenvolvimento regional, esta forma de compartimentação do espaço propicia, enquanto marco legal, condições para que a governança territorial aconteça. Mas que, por razões variadas, nem sempre elas são implementadas da mesma forma como são pensadas.

Conforme Pires et al. (2011), a governança territorial pode ser definida como o processo organizacional-institucional de construção de uma estratégia visando a resolução de problemas. Neste sentido, enquandram-se as ações e estratégias definidas tanto pela EMPLASA (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA) quanto pela AGEMCAMP (Agência Metropolitana de Campinas), diretamente vinculadas à Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.

A primeira, corresponde a um órgão institucional que engloba o planejamento, a implementação de projetos, sua viabilização e articulação, visando a organização do território da Macrometrópole Paulista. Isto significa que tem atuação numa escala mais ampla, cujos projetos e estudos, têm ocorrido com foco em temáticas diversas (mobilidade pendular na Macrometrópole Paulista; finanças públicas e capacidade de investimentos; sistema de informações geográficas para o planejamento metropolitano; entre outros). A segunda, possui diversas finalidades na região metropolitana campineira. Vai desde a fiscalização das execuções das leis e planos de interesse comum, até a manutenção de estruturas técnicas e administrativas.

Constituem, portanto, instrumentos para a governança metropolitana. Estão inseridas num nível de abrangência que englobam as dimensões tanto socioeconômica quanto àquelas ligadas aos serviços e infraestruturas. Ademais, os estudos realizados por elas favorecem, sobretudo, a elaboração e execução de novas estratégias e ações. O pensamento acerca de todo este conjunto envolve, também, as cidades pequenas, visando a consolidação da região metropolitana – em especial, em seu aspecto institucional –, cujos objetivos centralizam-se no desenvolvimento regional.

Sob esta ótica, é válido discorrer acerca das articulações interinstitucionais pactuadas entre os municípios, o que foram favorecidas, sobretudo, pela descentralização político-

administrativa²², promulgada na Constituição de 1988. Assim, as municipalidades passaram a procurar mecanismos que pudessem dar conta de solucionar problemas que afetam mais de um município, a partir de ações políticas regionalizadas. Isto significa que surgiram as alianças e parcerias para realizar ações de interesse em comum. Do “mirante da rede urbana, essas práticas correspondem a busca de relações de cooperação e de horizontalidade, ao invés de competitividade” (ENDLICH, 2007).

Levantamento realizado pelo IBGE (BRASIL, 2012), revelou os municípios que possuíam articulações interinstitucionais firmadas entre os entes federativos (União, estados, Distrito Federal e municípios), bem como entre estes e a iniciativa privada. As formas de associação levantadas pela pesquisa de informações básicas municipais deveriam conter: consórcios públicos e administrativos²³; e convênios de parceria com o setor privado e apoio do setor privado ou de comunidades²⁴. Entretanto, a tabela 33 mostra a incompletude disto para os municípios com menos de 50 mil habitantes da região.

²² Para Séguin e Germain (2000), a leitura da descentralização pode ser feita a partir de duas concepções analíticas: na primeira, como meio capaz de promover a equidade e justiça social local; enquanto na segunda, se trataria de uma maneira sutil para os níveis mais altos do governo reduzir os gastos com o estado de bem estar social, uma vez que a equidade é uma pré-condição para a autonomia local.

²³ De acordo com a definição adotada pelo IBGE (2012), consórcio administrativo é o pacto de mera colaboração (sem personalidade jurídica) ou associação civil, regida pelo direito privado, que poderá ser convertido para consórcio público; e o consórcio público consiste em pessoa jurídica formada exclusivamente por entes federativos, na forma da Lei, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum.

²⁴ De acordo com o IBGE (2012), os convênios de parceria com o setor privado, por não gerar uma pessoa jurídica, é muito mais restrito. Os convênios são como acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes. Enquanto, o apoio do setor privado ou de comunidades trata-se de cooperações associativas, sem nenhum vínculo contratual, entre órgãos da administração e o particular, instrumento este que possibilita a conjugação de esforços em diversas ações em benefício do município.

Tabela 33: Articulações interinstitucionais dos municípios, por tipo de articulação, em 2011.

	Consórcio Público												Consórcio Administrativo												Convênio de parceria com setor privado												Apoio do setor privado ou de comunidades																		
	A	C	D	E	e	H	M	S	S	T	t	A	C	D	E	e	H	M	S	S	T	t	A	C	D	E	e	H	M	S	S	T	t	A	C	D	E	e	H	M	S	S	T	t											
Holambra												U	U	U	U	U	U	U	U	U	U	U																																	
Eng. Coelho																																																							
Sto. A. de Posse	U			E																																																			
Pedreira																																																							
Artur Nogueira																																																							
Jaguariúna																																																							
Monte Mor																																																							

Fonte: IBGE - Perfil dos Municípios Brasileiros, 2012.
Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

(A) Assistência e Desenvolvimento Social
(C) Cultura
(D) Desenvolvimento urbano
(E) Educação
(e) Emprego e/ou trabalho
(H) Habitação
(M) Meio Ambiente
(S) Saneamento Básico

(s) Saúde
(T) Transporte
(t) Turismo

(U) União
(E) Estado
(I) Intermunicipal
(X) Existe com setor privado

Analisando as informações contidas na tabela, nota-se que uma variedade significativa de consórcios e parcerias foi firmada. Todavia, os dados registrados na tabela permitem, inicialmente, uma leitura mais quantitativa do que qualitativa dos mesmos. Do ponto de vista da institucionalização, as articulações existem, porém há a preocupação em relação à eficiência delas em sua implementação.

Centralizando uma leitura, especialmente, nos consórcios públicos e administrativos, pode-se averiguar que àqueles estabelecidos com o estado e a União ainda são maioria. A questão central, entretanto, encontra-se nas articulações interinstitucionais intermunicipais. Nos consórcios públicos tem-se: meio ambiente (Engenheiro Coelho, Santo Antônio de Posse, Pedreira, Artur Nogueira e Jaguariúna), saneamento básico (Engenheiro Coelho, Artur Nogueira, Jaguariúna e Monte Mor), saúde (Santo Antônio de Posse, Pedreira e Artur Nogueira), turismo (Pedreira, Artur Nogueira e Jaguariúna), desenvolvimento urbano (Pedreira e Jaguariúna) e educação (Monte Mor). Enquanto nos consórcios administrativos: assistência e desenvolvimento social (Pedreira) e turismo (Artur Nogueira).

Este quadro revela um descompasso entre as articulações intermunicipais e a proposta da deliberação das Câmaras Temáticas que visam propiciar ações em comum para o desenvolvimento dos municípios da região metropolitana. Para complementar a análise e realizar comparações, na tabela 34 estão registrados, dentre os municípios em estudo, quais compõe Câmaras Temáticas.

Tabela 34: Composição das Câmaras Temáticas nos municípios estudados da Região Metropolitana de Campinas.

<i>Câmara Temática</i>	<i>Holambra</i>	<i>Engenheiro Coelho</i>	<i>Santo Antônio de Posse</i>	<i>Jaguariúna</i>	<i>Pedreira</i>	<i>Artur Nogueira</i>	<i>Monte Mor</i>
Transportes							
Cultura							
Agricultura							
Saúde							
Educação							
Atendimento Social							
Saneamento							
Desenvolvimento econômico							
Transporte e sistema viário regional							
Planejamento e uso do solo							
Meio ambiente							
Habitação							
Assuntos relativos à segurança pública							

Fonte: AGEMCAMP.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Dentre as diversas questões que podem ser levantadas, três merecem destaque. A primeira refere-se às diferenças na participação das Câmaras Temáticas entre as cidades pequenas. Jaguariúna é a única que participa de todas. Em contrapartida Engenheiro Coelho e Santo Antônio de Posse tem uma participação mais reduzida. Este cenário auxilia na reflexão acerca da integração efetiva da área metropolitana. Afinal, apesar de compor a região em seu caráter institucional, na prática o conjunto de cidades não é pensado como totalidade.

A segunda questão, envolve a Câmara Temática de Agricultura, única composta pelos sete municípios com população inferior a 50 mil habitantes. Embora no espaço rural as novas formas assumidas pela atividade produtiva tenham significado mais relevante do que o número de pessoas que nele reside, ainda existe uma relação, segundo graus diferentes, entre as cidades pequenas e o campo. Isto justificaria a inserção de todos nesta Câmara Temática, contribuindo para conferir às cidades pequenas, no âmbito regional, uma funcionalidade particular.

Por fim, a terceira abrange os descompassos que se pode traçar com base nas tabelas 33 e 34. O levantamento realizado pelo IBGE data de 2011, cujos questionários foram respondidos pelas prefeituras municipais; enquanto as legislações que deliberaram as Câmaras Municipais são de 2002 e 2003. Isto sugere pensar que se, de um lado, do ponto de vista institucional, desde o início da criação da região, as tomadas de decisões que envolvem os interesses em comum não é pensado para todas as localidades (tabela 34), de outro, existe algum desacerto entre o que está legalmente instituído nas legislações específicas de cada Câmara Temática e as formas como as articulações interinstitucionais intermunicipais vêm sendo realizadas (tabela 33).

Holambra, por exemplo, compõe sete Câmaras Temáticas, mas a prefeitura Municipal declarou que não existem consórcios públicos ou administrativos intermunicipais. Da mesma forma, Engenheiro Coelho, que aparece em apenas uma Câmara Temática, alegou existir articulações intermunicipais, na forma de consórcio público, nas áreas de meio ambiente e saneamento básico. Torna-se uma teia complexa, que aparenta existir no plano do discurso, mas que na prática não se efetiva. Este cenário confirma a posição de Endlich (2009), ao afirmar que o resultado da gestão compartilhada dependerá dos agentes envolvidos, suas intenções e o alcance de suas ações, e da maneira de conduzir sua implantação. O que, no caso campineiro, ao invés da cooperação intermunicipal, há um cenário de descompassos que dificultam as ações em conjunto.

A partir destas constatações cria-se uma visão diferenciada entre a existência da região metropolitana em seu caráter institucional e em sua dimensão geográfica. Na primeira,

as normatizações existem e procuram englobar, mesmo que parcialmente, os municípios. As normas instituídas, neste contexto, privilegiam a região metropolitana como um todo e, no plano do discurso, há diversas tentativas de integração – econômica, social e espacial. Na segunda, ainda existem descontinuidades, não somente espaciais, na região. Além de criar dúvidas acerca das vantagens efetivas em participar de uma região metropolitana, ainda, nota-se um descompasso com o pensamento de totalidade e de pertencimento. Afinal, as declarações dadas pelas prefeituras municipais acerca das articulações intermunicipais desconsidera o fato de ser componente de uma Câmara Temática.

Para complementar esta leitura regional, é importante compreender como cada cidade pequena se vê diante do cenário metropolitano. As continuidades e descontinuidades institucionais e espaciais devem ser vislumbradas a partir da legislação de cada municipalidade. Diante disto, sob a jurisdição do Estatuto da Cidade, que tornou obrigatória a elaboração do Plano Diretor, entre outros, para municípios com população superior a 20 mil habitantes e para integrantes de regiões metropolitanas, torna-se relevante observar o aparato legal que orienta a produção e organização do espaço urbano. No levantamento do perfil dos municípios, o IBGE (BRASIL, 2009), incluiu uma análise das legislações e dos instrumentos de planejamento nos mesmos. Na tabela 35 estão dispostos os instrumentos de política urbana, quando existentes. Isto confere uma análise tanto do plano voltado para o intra-urbano quanto sua preocupação de integração regional.

Tabela 35: Os instrumentos de política urbana nos municípios em estudo.

		<i>Holambra</i>	<i>Engenheiro Coelho</i>	<i>Santo Antônio de Posse</i>	<i>Pedreira</i>	<i>Artur Nogueira</i>	<i>Jaguariúna</i>	<i>Monte Mor</i>
	<i>Plano Diretor</i>	<i>Sim Em rev.</i>	<i>Em elab.</i>	<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	<i>Sim</i>	<i>Em elab.</i>
Contempla os instrumentos de planejamento municipal e urbana	Parcelamento do solo	Não	-	Sim	Não	Sim	Sim	-
	Zoneamento ou equivalente	Sim	-	Sim	Sim	Sim	Sim	-
	Código de obras	Não	-	Sim	Sim	Sim	Sim	-
	Contribuição de melhoria	Não	-	Sim	Sim	Sim	Sim	-
	Operação urbana consorciada	Não	-	Não	Não	Sim	Não	-
	Existência de lei específica de Solo criado	Sim	-	Não	Sim	Sim	Sim	-
	Estudo de impacto de vizinhança	Não	-	Sim	Sim	Sim	Sim	-
	Código de Posturas	Não	-	Sim	Sim	Sim	Não	-
	Zonas especiais de interesse social	Não	-	Não	Sim	Sim	Não	-
	Outras zonas especiais	Não	-	Não	Não	Não	Não	-
	Solo criado	Não	-	Não	Não	Não	Não	-

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública, 2009.
Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Vale ressaltar, inicialmente, que as informações são referentes ao ano de 2009, porém a análise que será desencadeada a partir de agora engloba, também, as diretrizes dos planos diretores de Monte Mor. No caso de Engenheiro Coelho, não se tem informação da aprovação do Plano pelos órgãos municipais. Na tabela está explicitado que nem todos os instrumentos de política urbana previstos pelo Estatuto da Cidade são contemplados nos planos que norteiam os princípios que regulam a produção do espaço urbano. Um exemplo é a instituição de zonas especiais de interesse social, importante para baratear e viabilizar a produção habitacional para população com rendimento médio e baixo.

No tocante ao Plano Diretor, instrumento básico para o planejamento urbano, merece um parêntese, o fato de possuir cada vez mais um caráter de repetitividade, ao invés de inovações. Isto se deve ao fato das prefeituras terem que cumprir a legislação federal, dando ao documento um significado mais de executor de burocracias do que de instrumento para a implantação da política de desenvolvimento municipal. Por este motivo, em muitos, não se encontra uma identidade entre a cidade e o plano, o respeito por sua história e suas especificidades. Vale, então, observar os pontos que apresentam as inovações nos planos das cidades pequenas da região.

Os aspectos envolvendo o processo de metropolização são preocupações explicitadas nos planos de cada municipalidade. Tanto no plano de Holambra quanto no de Pedreira, esta preocupação se faz presente quando firma a cooperação entre o município e seus vizinhos para definição de políticas, normas, projetos e programas de interesse comum, tendo como objetivo “consolidar instrumentos para uma gestão metropolitana” (HOLAMBRA, 2007; PEDREIRA, 2008). No segundo, é enfatizada a cooperação, mesmo com municípios não incluídos na área metropolitana, além de exibir a necessidade de pensar a gestão integrada dos recursos hídricos e dos mananciais da região.

No Plano Diretor de Jaguariúna (2004), por sua vez, além da preocupação com a integração regional, via planejamento, há ainda, preocupação com medidas para fortalecer a posição do município como polo da Região Metropolitana de Campinas. O plano nogueirense visa fundar um “centro metropolitano de convenções e exposições” (ARTUR NOGUEIRA, 2007), bem como implantar um novo terminal rodoviário com objetivo inserir a cidade no contexto econômico metropolitano. Enquanto, em Monte Mor, a preocupação remete apenas a necessidade de melhorar os acessos rodoviários aos municípios vizinhos.

Outro aspecto que desponta é a atenção dada ao campo. Porém, isto ocorre de modo diferenciado e tem expressão mais significativa em alguns dos municípios, como Holambra, Artur Nogueira e Pedreira. As preocupações com a questão rural e o desenvolvimento

agroindustrial, sob o viés da divisão territorial do trabalho, reafirmam o posicionamento delas como “cidades do campo” (SANTOS, 1994a; SANTOS e SILVEIRA, 2010).

Como objetivo do plano de Holambra está especificado que se trata de uma política de desenvolvimento urbano e rural. Ademais, existe um espaço dedicado apenas às questões do agronegócio. Neste, estão registrados a preocupação com o estímulo ao desenvolvimento rural, visando, sobretudo, “a criação de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural” (HOLAMBRA, 2007). Adiciona-se, ainda, a previsão de investimentos em centros de pesquisas, visando a ampliação de mercado voltado ao agronegócio.

Incentivar as atividades agrícolas é um dos objetivos do plano de Artur Nogueira. No capítulo dedicado ao desenvolvimento econômico e social a questão agrícola desponta. Por um lado, visa fortalecer a vocação agrícola a partir de sua potencialidade de produção de monoculturas, como o milho e a cana de açúcar por exemplo, em expansão para a produção diversificada. De outro, indica a necessidade de criar novas polaridades e funções regionais para o município, como a vocação do Turismo Rural.

No plano de Pedreira, consta tanto uma política para preservação e dinamização da zona rural, quanto diretrizes para pensar a política agrícola. Prevê-se a manutenção e ampliação dos atuais índices de produtividade e rentabilidade, uma preocupação com o desenvolvimento de atividades agrícolas dentro do perímetro urbanos em pequenas propriedades, bem como a manutenção da população rural. Embora, a participação do setor no PIB seja baixa (0,5%, em 2010) e a população urbana tenha declinado consideravelmente, entre 1970 e 2010, passando de 19,81% para 0,15%. Logo, o plano deixa transparecer uma impressão errônea de que o rural tem um significado maior do que de fato possui.

Apesar de possuir algumas incongruências, as questões do campo estão presentes nos planos. Todavia, a reflexão sobre a questão rural merece alguns apontamentos, no que tange o arranjo institucional, cujas reflexões extrapolam o referencial empírico da pesquisa. De acordo com Veiga (2002) o desenvolvimento do Brasil rural também requer uma lei que seja equivalente e complementar ao Estatuto da Cidade. O Plano Diretor, implica na gestão e no ordenamento territorial pensado para todo o município, com ênfase para a cidade. Seria importante, portanto, elaborar políticas territoriais e não setoriais voltadas para o campo e complementares às normatizações urbanísticas.

A atenção dada ao espaço urbano, nos planos, é muito mais expressiva. Isto se justifica pela valorização de sua terra. Na cidade, o preço do solo e da localização geográfica é fundamental. O que a torna seletiva, tanto para as forças produtivas quanto para as instâncias sociais. De acordo com Santos (1994b), cada parcela do território urbano é

valorizada (ou desvalorizada) em virtude de um jogo de poder exercido ou consentido pela esfera pública.

Portanto, o poder público atua como regulador na produção e organização do espaço urbano. O seu papel é constitucional, apesar de expor problemas em decorrência da estrutura política, marcada pela não continuidade de planos e projetos, quando há mudança de governantes. Apesar deste aspecto, os documentos institucionais representam uma estratégia que visa superar o *laissez-faire*, fazendo com que as transformações urbanas promovidas pelo Estado e pela iniciativa privada obedeçam aos objetivos, diretrizes e proposições estabelecidas pela lei do Plano Diretor e pelas normas da legislação complementar.

A produção do espaço envolve, segundo Carlos (2007), a articulação indissociável dos planos econômico, político e social. Ao colocar as normas no centro do debate, a ênfase se dá no papel que a esfera pública deveria assumir ante a organização do espaço. Para Rolnick e Nakano (2000), o modo como se estabelece a lógica de organização do solo urbano remete a funcionalidade urbana, que se coloca como paradigma nos campos do planejamento e regularização do uso do solo, os quais como esfera técnica específica da gestão, define toda uma estrutura institucional.

Além de o planejamento urbano ter sido “criticamente examinado como um instrumento do Estado” (SOJA, 1993), envolve outros questionamentos que não podem ser desconsiderados. É perceptível a dicotomia que se construiu nos planos entre seus aspectos científicos, políticos e técnicos.

Diversas pesquisas científicas são realizadas por geógrafos, urbanistas, engenheiros urbanos, demógrafos, entre outros. Entretanto, a produção científica delas originárias não ultrapassam os muros das universidades. No plano político a cidade é pensada como espaço de dominação pelo Estado na medida em que este domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado. A equipe técnica de planejamento é quem pensa e elabora os planos.

Os descompassos, entretanto, são múltiplos. Isto ocorre, em decorrência de diversos fatores. Entre quem pensa e quem operacionaliza; entre equipe técnica e os responsáveis pela fiscalização e aplicação das leis. Planos diretores que são elaborados por órgãos ou empresas estranhas à administração pública local. A ausência de uma equipe com capacitação técnico-política eficiente para empregar com sucesso os instrumentos urbanísticos.

Em suma, o maior desafio se configura entre o Plano Diretor e a execução do mesmo. Há divergências entre as ideias do Plano Diretor enquanto plano do discurso apenas. Algo construído para ser arquivado, ou seja, prova de uma tarefa burocrática que deve ser cumprida. Isto é notável pelos clichês que se criam, sem atribuir um real significado a eles na

realidade, como ocorre com os usos de termos como: função social, instrumentos de política urbana, gestão participativa e sustentabilidade.

Nos municípios estudados, é possível fazer uma leitura espacial dos planos. Apesar do uso de clichês, é crível enxergar as cidades dentro dos planos, em diferentes níveis e aspectos. Em Jaguariúna, por exemplo, desponta a preocupação com o desenvolvimento econômico e do setor industrial. Dentre os objetivos de seu plano, consta instituir instrumentos que estimulem a “instalação de indústrias detentoras de tecnologia de ponta no município” (JAGUARIÚNA, 2004).

Outros exemplos também podem ser verificados. A regularização urbana e a política habitacional, bem como as preocupações com o desenvolvimento territorial (reforçar a centralidade da área de comércio; otimizar a infraestrutura existente; conter a expansão urbana e garantir a qualidade ambiental e paisagística) estão contidas no Plano Diretor Municipal de Artur Nogueira (2007).

O Plano Diretor de Pedreira tem cuidados específicos com a declividade, devido a topografia municipal. A “legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo deve considerar obrigatoriamente estudos técnicos específicos, especialmente de geomorfologia, geotécnica e de hidrologia, com ênfase nos aspectos que interfiram na taxa de permeabilidade do solo” (PEDREIRA, 2008).

Um aspecto que merece ser mencionado nos planos de Holambra e Jaguariúna é o favorecimento que se dá ao pedestrianismo. Na primeira, o debate acerca do sistema viário privilegia, além do transporte público coletivo, o de pedestres e de ciclistas. Na segunda, o plano prioriza o transporte coletivo e de pedestres sobre o transporte individual. Isto representa um aspecto importante na medida em que o tamanho territorial das cidades pequenas propiciam formas de deslocamentos que dispensem o automóvel.

Todavia, muitas incongruências são encontradas nos planos. É sabido que o urbanismo de mercado tem fundamentado o planejamento, carregado de intenções funcionalistas e de significados ideológicos. Como forma de mitigar isto, a gestão urbana participativa emergiu, não somente como uma forma de governança territorial, mas, sobretudo, do exercício do planejamento participativo, que “desenvolve a consciência cidadã e fortalece a democracia” (ORTIGOZA, 2009).

Neste aspecto, o Conselho Municipal de Política Urbana, também chamado de Conselho das Cidades, é a expressão do fortalecimento das bases democráticas estabelecidas pela Constituição de 1988. É papel deste colegiado avaliar as questões relativas à aplicação do Plano Diretor e monitorar a implementação da legislação urbanística, bem como debater

propostas para pensar melhorias para a qualidade de vida das cidades. Diante disto, é importante avaliar a existência e o caráter que este órgão assume nas cidades pequenas da região metropolitana campineira (tabela 36).

Tabela 36: Existência ou não do Conselho Municipal de Política Urbana, segundo o ano de criação, seu caráter e a realização de reunião nos últimos 12 meses, em 2009.

	Conselho municipal de política urbana	Ano de criação	Caráter do conselho	O conselho realizou reunião nos últimos 12 meses*
Holambra	Sim	1999	Consultivo / fiscalizador	Sim
Engenheiro Coelho	Não	-	-	-
Santo Antônio de Posse	Sim	2006	Consultivo	Sim
Pedreira	Não	-	-	-
Artur Nogueira	Não	-	-	-
Jaguariúna	Sim	2006	Consultivo / Deliberativo	Não
Monte Mor	Sim	2006	Consultivo	Sim

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública, 2009.

Nota: * tendo por base a data da pesquisa efetuada pelo IBGE.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

A gestão participativa é um instrumento de política urbana que tem destaque no Estatuto da Cidade, estando presente nos planos de todos os municípios. Porém, na prática existem paradoxos. Chama atenção o fato de que em 2009, Monte Mor, mesmo sem ter um Plano Diretor elaborado já possuía um Conselho Municipal. Em contrapartida, Pedreira e Artur Nogueira não. Embora, no documento pedreirense, conste estes órgãos como um dos instrumentos de democratização da gestão, sendo que no artigo 147 ficou “criado o Conselho Municipal de Gestão Urbana, de caráter consultivo e normativo, vinculado ao Gabinete do Prefeito” (PEDREIRA, 2008). Igualmente, a criação de mecanismos de planejamento e gestão participativa nas tomadas de decisão está presente no plano de Artur Nogueira.

As contradições entre o discurso e a realidade são diversas. Isto se confirma, ainda, pelo fato de, existindo o conselho, não há garantia da efetiva participação da sociedade na gestão urbana. O caso de Jaguariúna é um exemplo. Apesar de existir um conselho, criado desde 2006, não houve registro de reuniões nos doze meses que antecederam o ano da pesquisa. Sem reunião, não existe debate e, tampouco, participação efetiva na gestão urbana. O que parece é que muitas vezes normas, planos, conselhos, entre outras formas institucionais, são criados para cumprir requisitos burocráticos ou administrativos, sem ter preocupação com seu significado de fato.

O caráter dos conselhos também merece destaque. Em sua maioria eles são apenas de caráter consultivo. Somente em Holambra ele tem, também, uma função fiscalizadora; e, em Jaguariúna, deliberativa. Contraditoriamente, neste último, onde assume um poder decisório

na gestão, ele não se reúne. Pode-se concluir, portanto, que o novo paradigma do planejamento urbano, ainda enfrenta desafios e incertezas em sua implementação, que são sentidos, tanto no cumprimento dos seus princípios norteadores que advém, por exemplo, do Estatuto da Cidade e da Agenda 21, quanto na efetiva participação da população nas tomadas de decisão e no desenvolvimento de estratégias de governança territorial.

Para Souza (2000), o desafio metropolitano envolve, dentre outros, a incapacidade dos atuais modelos e instituições de gestão em garantirem uma governança mais democrática. Se, são questões pensadas, principalmente, no âmbito das tradicionais regiões metropolitanas brasileiras, os desafios e as incertezas já fazem parte da realidade das novas áreas metropolitanas, como pode ser observado em Campinas.

O direito à cidade a que se refere Lefebvre (1991), contempla o poder dos cidadãos de controlar a produção social do espaço. Nesta perspectiva, constata-se méritos à descentralização político-administrativa. Especialmente, quando inclui novas modalidades de gestão urbana, imprescindíveis para se pensar o futuro das cidades. As possibilidades e limitações nos processos de planejamento são, cada vez mais, pensadas e redefinidas localmente. O protagonismo da população se acentua.

Se no discurso isto é um fato, na prática, ainda é um horizonte possível. Por conta disto, os documentos institucionais constituem um ponto importante para que se busquem meios de dar significado e alcance à participação popular. Ademais, a construção da nova “matriz urbanística passa pela eliminação da distância entre planejamento urbano e gestão” (MARICATO, 2000). Isto significa: administrar questões imediatas e procurar meios de precaver problemas futuros.

No país, o aparato legal é vasto e, em certa medida, excessivo. Uma das principais interferências do poder público é, justamente, na elaboração de leis (lei do parcelamento; lei do perímetro urbano; lei de uso e ocupação do solo; código de obras, entre outros). Da mesma forma é o principal responsável pelo controle e fiscalização da aplicação delas. Todavia, como elucidou Maricato (2000), as leis são sempre aplicadas de acordo com as circunstâncias, tendo como resultado cidades que se desenvolvem ao largo das leis e dos planos. O melhor exemplo disto é a existência de diversos instrumentos de planejamento municipal que antecedem a elaboração dos planos diretores. Seus princípios, geralmente, são reafirmados por estes planos, como se somente neles assumissem verdadeira expressão e importância.

Sobre este conjunto legal, são importantes algumas observações sobre os sete municípios estudados (tabela 37). Segundo levantamento do IBGE, Engenheiro Coelho é o

único que registra a inexistência destes instrumentos. Isto pode ser explicado pela sua emancipação recente, porém denuncia um risco grave à reprodução de seu espaço urbano.

Tabela 37: Existência ou não de instrumentos de planejamento municipal, em 2009.

	Legislação específica sobre zona e/ou área de interesse social	Lei de parcelamento do solo	Lei de zoneamento ou equivalente	Código de obras
Holambra	Sim	Sim	Sim	Sim
Engenheiro Coelho	Não	Não	Não	Não
Santo Antônio de Posse	Sim	Sim	Sim	Sim
Pedreira	Não	Sim	Sim	Sim
Artur Nogueira	Não	Sim	Sim	Sim
Jaguariúna	Não	Sim	Sim	Sim
Monte Mor	Sim	Sim	Sim	Não

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública, 2009.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

A legislação específica sobre área de interesse social existe apenas em Holambra, Santo Antônio de Posse e Monte Mor. Mesmo havendo uma lei federal que rege a desapropriação para interesse social e sua aplicação (Lei nº. 4.132, de 1962), esta questão adquiriu maior importância após a criação do Estatuto da Cidade que dispõe sobre o tema. No entanto, ainda não ostentou a devida relevância, social e espacial, junto ao poder público, o que justifica a situação descrita na tabela 37. Merece destaque, ainda, o fato de Monte Mor não possuir um código de obras²⁵, para estabelecer os princípios do espaço construído. Um dos municípios que mais cresceu demograficamente na região, que apresentou uma ampliação de seu espaço de forma descontínua, e por isto tende a arcar, futuramente, com os desdobramentos desta ausência, com espaços edificados sem nenhuma preocupação com o planejamento, com o meio ambiente e com o crescimento espacial e populacional.

Cabe, ainda, indagar acerca da Lei do Perímetro Urbano. Além de definir o limite legal entre o espaço urbano e o rural do município, representa tanto o alcance dos serviços públicos urbanos quanto direciona a expansão da cidade. Isto significa que, nem todo perímetro urbanos já está totalmente urbanizado.

A lei e a cidade, por vezes, representam a construção de territórios empiricamente diferenciados, na medida em que a norma, legalmente instituída, nem sempre condiz com a realidade. Se a legislação estabelece as delimitações legais, os processos socioespaciais devem assumir maior relevância em sua análise. Isto se evidencia, por exemplo, no que tange a definição oficial do IBGE de urbano e rural, que não dá mais conta de explicar as multiplicidades que envolvem os fenômenos espaciais no país. Como exemplo, pode-se citar,

²⁵ O Código de Obras deste município foi instituído pela Lei Complementar nº. 0020, de março de 2011.

com características específicas, a existência de ruralidades no urbano e de urbanidades no espaço rural.

No geral, a lei de Perímetro Urbano é apresentada, somente, por meio descritivo, apontando os pontos e coordenadas, o que dificulta uma interpretação ágil. Para o caso de Monte Mor, por exemplo, a Prefeitura Municipal disponibilizou juntamente com as legislações de uso e ocupação do solo, um mapa que registra os limites urbanos e rurais do município, bem como indica a área de expansão urbana (figura 37). Nele é possível constatar a tendência do crescimento da cidade em direção a outros municípios da região metropolitana.

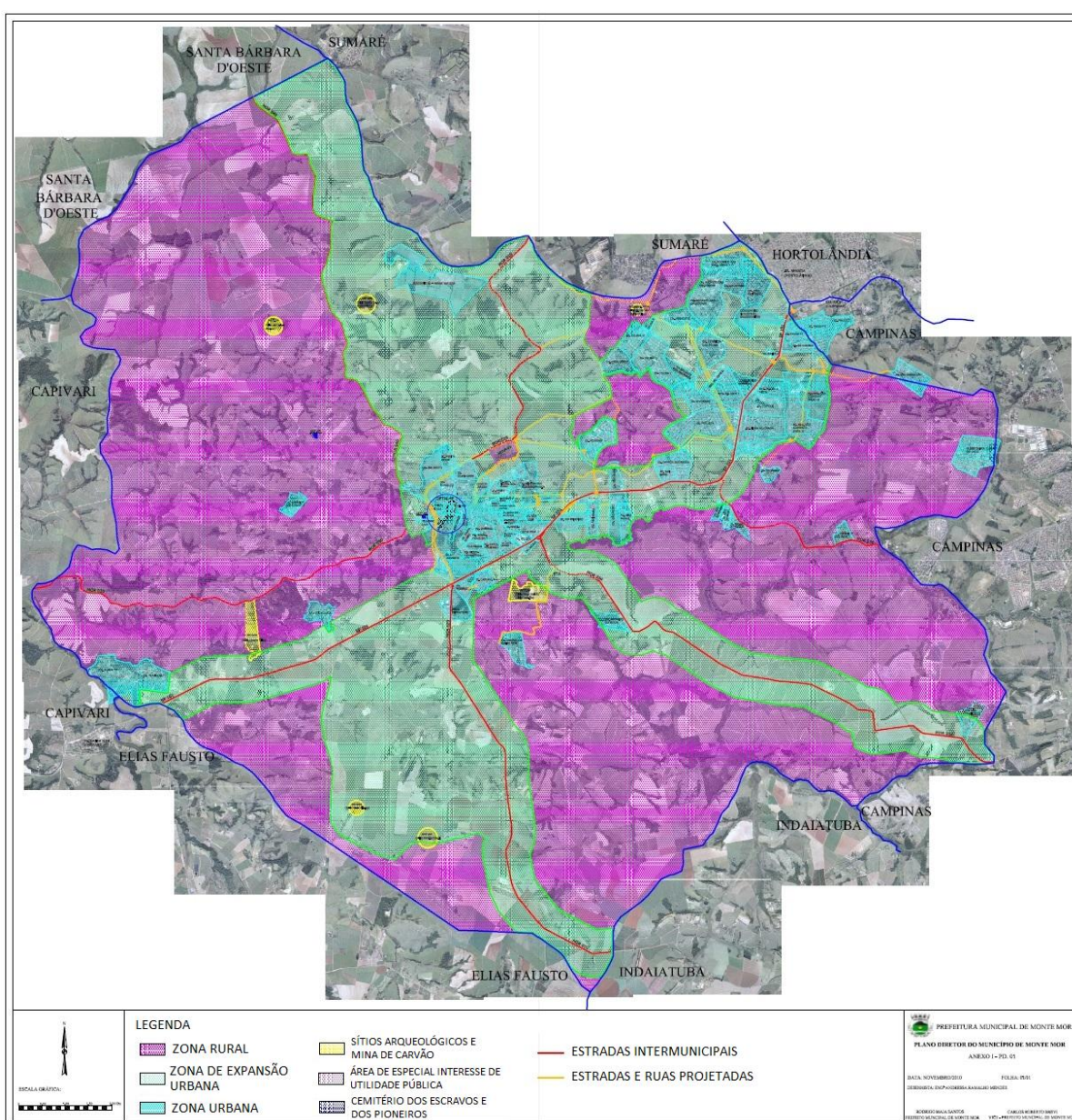


Figura 37: Zona urbana, rural e de expansão urbana do município de Monte Mor.

Fonte: Prefeitura Municipal de Monte Mor, 2010.

A definição da posição legal que o município estabelece para o limite do espaço urbano e para sua expansão, seja por meio da lei do perímetro urbano e suas constantes redefinições, seja através de outras leis ou planos, trazem consigo outros significados. A relevância deles não se dá somente pelo fato de estabelecer limites, mas pela própria necessidade de alterações legais e espaciais. Estas são justificáveis tanto em decorrência do crescimento populacional, quanto devido aos interesses fundiários (público ou privado). Para o primeiro serve como artifício para aumentar a arrecadação de impostos, enquanto para o segundo, o processo de incorporação da terra rural ao espaço urbano eleva seu valor de troca.

Em suma, o importante é destacar a leitura geográfica dos aspectos institucionais que envolvem os espaços urbanos e regionais, bem como das normatizações que os regulam. A expansão das cidades, o desenho urbano e as necessidades da população tornaram-se questões relevantes para a esfera política. Nas diferentes escalas de organização do poder público, os projetos, os planos e as estratégias de gestão, estão em pauta no debate.

Porém, ainda, existem suas limitações. No caso das cidades pequenas da região campineira é possível identificar desafios técnico-normativos que representam obstáculos à gestão, ao planejamento e às possibilidades de articulações intermunicipais. A capacitação técnica deficiente; a ausência de bases cartográficas atualizadas; problemas de cadastros desorganizados e desatualizados; a desorganização do corpo administrativo; a ausência de profissionais qualificados para exercer papel de fiscalização; entre tantas outras deficiências, são exemplos de entraves enfrentados pela gestão administrativa dos municípios.

Apesar de possuírem uma história própria, a produção do espaço urbano nestas cidades está submergida aos elementos que envolvem tanto as particularidades de cada município, quanto os esforços em buscar uma identidade e de integrar-se regionalmente. No plano regional, os nexos econômicos e, por conseguinte, as necessidades constantes de deslocamento da população revelam as preocupações na esfera das normas e dos planos. Isto se exemplifica nos projetos e políticas de integração dos sistemas viários e de transporte.

No que tange a expansão urbana e as manifestações das carências da população, o fator metropolitano não aparenta ter significativas influências. As descontinuidades espaciais talvez seja a principal justificativa para que isto não ocorra. Em Monte Mor, única envolvida no processo de conurbação, os planos para a cidade confirmam a tendência que foi seguida sem a existência de qualquer norma anterior: o crescimento deverá ocorrer em torno das rodovias e em direção ao núcleo metropolitano. Isto se explica, de um lado, pela ligação com os outros municípios e, de outro, pela localização das indústrias, comprovando o controle da produção do espaço e a dependência econômica que se estabelece em relação ao capital.

Diversos são os desafios e incertezas que permeiam a gestão e planejamento do território, ao passo que este recorte espacial, envolve múltiplas escalas, diversos atores e interesses. Todas as ações ocorrem dentro de um marco jurídico, que não é neutro. Assim, o caráter pedagógico e de orientação para ação das normas é inibido diante de ações imediatistas que tem por objetivo atender, sobretudo, a interesses políticos e econômicos, em detrimento do social. O plano das ideias nem sempre condiz com a *práxis* na produção do espaço, ou seja, existem descompassos entre as matrizes ou princípios que alimentam as atividades da gestão e do planejamento, e a pobreza dos processos operacionais. O resultado é a constituição de diferenciações espaciais que repercutem, diretamente, na vida da população.

4.3. Processos excludentes e produção do espaço urbano nas cidades pequenas da Região Metropolitana de Campinas

Partindo do pressuposto que “quanto mais intenso o processo de divisão do trabalho de que uma cidade é teatro, tanto maior será a sua subdivisão em subespaços particulares, organizados para servir como suporte às atividades correspondentes” (SANTOS, 1994b), a análise de cidades pequenas no cenário metropolitano assume algumas complexidades. Por um lado, elas também podem ser vistas como subespaços funcionais, indicados para atender demandas do processo de metropolização. Por outro, os subespaços que são criados se configuram, principalmente, a partir de determinantes regional-metropolitano, cuja divisão territorial do trabalho é responsável por reconfigurações econômicas e populacionais.

De tal modo, estudar o espaço intra-urbano delas inclui considerar o contexto regional e todas as dinâmicas que a envolve, incluindo, a histórica. Entretanto, vale salientar que o objetivo central é discorrer acerca da análise geográfica para além da economia política da cidade e da urbanização. É, justamente, neste sentido que o espaço urbano, produzido e reproduzido a partir dos conflitos, é um espaço de disputas diversas, cuja origem não está somente no aparato econômico.

Paradoxalmente, a cidade é o espaço da coexistência de múltiplas interações e de partilha de diversos territórios, ao mesmo tempo em que é palco de diversos conflitos. Assumindo este pensamento, analisar, problematizar e identificar os processos de produção, estruturação, transformação e permanências do espaço urbano inclui considerar as características excludentes que neles estão presentes. O que é expressão de velhas desigualdades socioespaciais. Portanto, pensar as condições de vida da população é fundamental, devido os desdobramentos desta produção para a vida das pessoas.

Estas condições podem ser avaliadas a partir de uma série de aspectos. Neste trabalho optou-se por quatro conjuntos que ajudam a identificar a manifestação das desigualdades no espaço urbano: a estrutura das cidades e a importância do fator locacional; os meios de consumo coletivos (as infraestruturas e os serviços públicos); a habitação e os processos de segregação socioespacial; e, o papel da gestão urbana local. Todos moldados ou moldando uma estrutura demográfica.

4.3.1. A estrutura das cidades e a importância do fator locacional

As configurações espaciais das cidades mudam ao longo do tempo. Os usos e funções do solo urbano alteram-se. Com as revoluções industriais foram introduzidas grandes modificações estruturais nas cidades. Igualmente, com a emergência das cidades terciárias está surgindo novas formas de organização da vida profissional e pessoal, como o *homework*, que acarreta em transformações no espaço das cidades, como foi mencionado anteriormente.

Por conta desta consideração, pensar a estruturação urbana é traçar um olhar sobre a lógica de distribuição ou organização do solo, bem como a articulação destes usos no espaço, em um determinado momento. O modo como se estabelece esta lógica remete à funcionalidade urbana. Portanto, está inserida nos estratos institucionais que englobam tanto o planejamento quanto a regularização do espaço. Mas, também tem relações com a sociedade e o mercado de terras. Por conta desta multiplicidade, Villaça (2001), considera a estrutura urbana enquanto um todo articulado de partes que se relacionam, no qual alterações em uma parte, ou em uma relação, acarretam alterações nas demais partes e relações.

A estruturação do espaço urbano está diretamente ligada à hierarquia do sistema viário. No caso da região metropolitana, as vias de circulação e interligação intermunicipal assumem papel de destaque. Os eixos viários não consentem apenas a circulação nos espaços intra e interurbano, permitem, ainda, a interação entre as diversas partes da cidade e da região.

Assim, como a exemplo de Monte Mor, para as demais cidades, a rodovia apresenta uma função estruturadora. Se para este município, ela é responsável pelo processo de conurbação (figura 34), nos demais, além de integrar espacialmente ao conjunto da região, também assume papel estruturador na cidade, como mostra a figura 38. Em Engenheiro Coelho, Santo Antônio de Posse, Pedreira e Artur Nogueira, é mais evidente a forma como o espaço urbano se expande margeando as rodovias. Sendo que, muitas vezes, a rodovia se converte na principal via da cidade, como são os casos de Pedreira e Santo Antônio de Posse, por exemplo, onde se localizam os principais serviços comerciais.

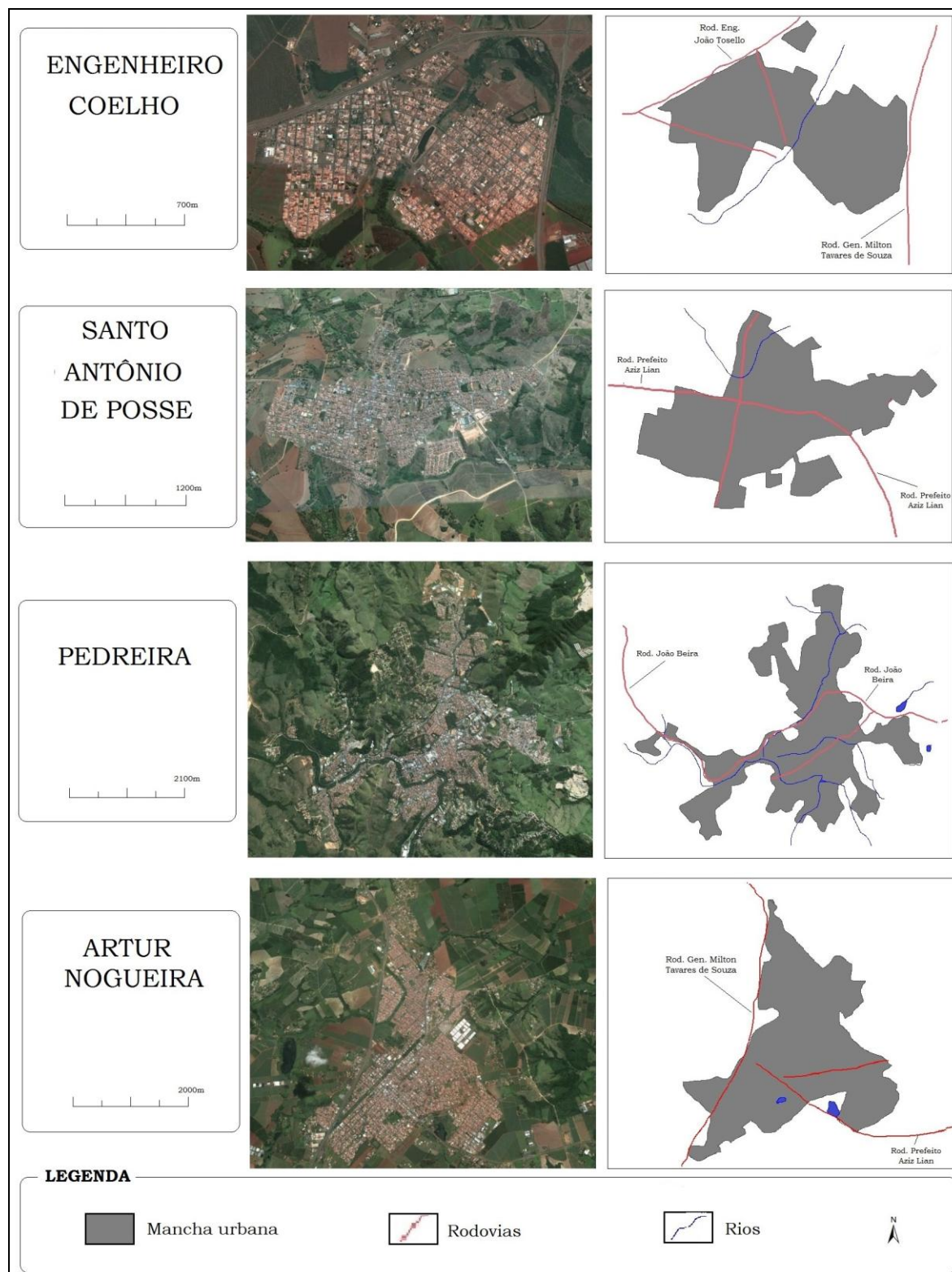


Figura 38: Mancha urbana com destaques para os eixos estruturadores do espaço urbano e os corpos d'água.
 Fonte: Google Earth; Prefeituras municipais.
 Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

A opção pela cartografia em mancha com destaque para os eixos viários e os corpos d'água evoca a imagem da forma urbana enquanto dimensão física. Nesta direção, ao considerá-la associada ao seu suporte geográfico, aproxima-se da definição elaborada por

Lamas (2004), pois é indissociável do seu sítio e do território. Então, é importante considerar os aspectos físicos do espaço, pois são determinantes para o desenho da cidade e é a partir de sua configuração topográfica que se definem a forma urbana e o traçado das principais vias.

Para o caso específico de Pedreira, o relevo irregular é determinante para a ocupação do espaço urbano. Na figura, pode-se notar que a cidade vai se desenhando de acordo com as possibilidades permitidas pelo espaço físico, o que limita a ocupação espacial. Isto ficará mais perceptível quando da apresentação do mapa de uso e ocupação do solo urbano. Estas preocupações são postas, sobretudo, no Plano Diretor do município, tanto ao determinar os diferentes usos do solo urbano, quanto para pensar nos processos de expansão da cidade.

Uma sutil comparação que pode ser efetuada, ainda, é acerca da disposição dos corpos d'água. Em geral, a ocupação do espaço se dá às margens dos corpos d'água. Ainda assim, eles ainda mantêm sua forma sinuosa, sendo pouco presente, a intervenção humana por tamponamento, retificação ou canalização. Ademais, existem áreas de preservação permanente e parques florestados, como o Parque Luiz Barbosa em Jaguariúna, por exemplo.

Quanto às consequências dos eixos viários, vale uma abordagem mais empírica. Isto significa considerar, explicitamente, as ruas, avenidas e rodovias como elementos que contribuem para a estruturação do espaço e, implicitamente, os meios de transportes, enquanto condição para o deslocamento e acesso da população aos espaços intra e interurbano. Em suma, a produção do espaço, urbano e metropolitano, sofre influência das condições de deslocamento, das possibilidades de acessibilidade e pelas demandas por transporte.

A cidade de Engenheiro Coelho se desenvolveu entre as rodovias Engenheiro João Tosello e a General Milton Tavares de Souza. A primeira tem ligação direta com Limeira. A segunda dá acesso a Artur Nogueira e, por conseguinte, à Campinas. Adjacente a primeira estão os dois principais eixos viários da cidade: a Rua João Berton e a Avenida Luiz Favero.

Em Santo Antônio de Posse a Rodovia Prefeito Aziz Lian é importante eixo de amarração com outras: a Rodovia Dr. Governador Adhemar Pereira de Barros (que liga a Mogi-Mirim e Jaguariúna) e a Rodovia João Beira (que dá acesso a Pedreira e Amparo). Na cidade, ela tem continuidade, mas sobre mudança de denominação para Rua Dr. Jorge Tibiriçá e pela Rua Américo Lucon. Além destas, a Rua Santo Antônio, que atravessa a cidade no sentido norte-sul é importante para sua estruturação.

A Rodovia João Beira assume importância, também, para Pedreira, ligando-a com Jaguariúna e Pedreira. Na cidade é cortada pela Rua Vanderlei J. Vicentini, que segue no sentido da Av. Antônio Serafim Petean e Rua Antônio Aleixo Neto, até atingir novamente a rodovia. Ademais, a Rua Antônio Pedro é um importante eixo que atravessa o espaço urbano.

Em Artur Nogueira, a cidade cresceu a leste da Rodovia General Milton Tavares de Souza. Ao sul está a Rodovia Prefeito Aziz Lian. No espaço interno da cidade, as avenidas Dr. Fernando Arens e Antônio Sai, são os principais eixos estruturadores. A primeira, se une à Rodovia Prefeito Aziz Lian, sendo importante via de acesso ao centro comercial e administrativo. A segunda liga a primeira aos bairros residências, no sentido nordeste.

O que pode ser extraído deste exercício analítico-cartográfico é que a produção do espaço, nestes casos, é influenciada diretamente pelas rodovias, tornando-se verdadeiras cidades vicinais. Segundo Villaça (2001), as vias de transporte têm enorme influência não só no arranjo interno das cidades, mas também sobre os diferenciais de expansão urbana. Assim, ela, igualmente, é um fator determinante para o arranjo das atividades no cenário regional.

A dimensão locacional, ainda, é pauta para o desenvolvimento das atividades produtivas. Ao distinguir as determinantes e os interesses que envolvem as escolhas locais das atividades nos espaços regional e intra-urbano, Villaça (op. cit), conclui que, no tocante às localizações intra-urbanas, todas as atividades têm interesse em comum a acessibilidade ao centro. Com base nisto, é possível extrair algumas observações.

Esta conclusão não se enquadra somente na análise das metrópoles estudadas pelo autor, podendo ser estendido seu pensamento para cidades médias e pequenas. Ainda mais, numa análise regional, onde algumas complexidades não podem ser esquecidas. As atividades econômicas estão presentes em todo quadro espacial, mesmo que organizadas diferencialmente. Tomando por base as cidades pequenas, o seu centro não é o principal determinante para a localização daquelas atividades que não visam atender sua população local. Como exemplos, pode-se citar o segmento da floricultura de Holambra; a produção cerâmica e porcelana de Pedreira; ou de aparelhos eletrônicos de Jaguariúna. O centro adquire importância apenas nos serviços que atendem as necessidades mais imediatas da população.

O que se destaca na região metropolitana é o papel da centralidade exercida por Campinas. A localização das atividades econômicas de maior vigor tem por objetivo principal, as possibilidades de escoamento de sua produção. Por conta disto, a localização de indústrias e dos condomínios empresariais se materializa às margens dos eixos rodoviários, o que é replicado nos demais municípios. Da mesma forma, os *shopping centers* das cidades maiores estão situados na rodovia, aumentando a acessibilidade de pessoas de diversas partes da região. Estrategicamente, o espaço é pensado para atender os interesses econômicos e, diante disto, são gerados conflitos diversos, especialmente no uso e ocupação do solo urbano.

Diferentemente das cidades localizadas em áreas menos dinâmicas, neste referencial empírico encontra-se alguns pontos que indicam uma disputa da ocupação espacial, muitas

vezes mais voltado para o espaço regional do que intra-urbano. Ao mesmo tempo é possível perceber cidades nas quais o uso e ocupação do solo, aparentemente, nada condizem com uma preocupação em termos metropolitanos.

Na sequência são apresentados os mapas de uso e ocupação do solo urbano das sete cidades. A fim de reforçar o exercício analítico e comparativo, foram separados dois grupos que possibilitam entender as diferentes formas de organização do espaço urbano destas cidades. No primeiro, como está registrado na figura 39, estão as três menores da região (Holambra, Engenheiro Coelho e Santo Antônio de Posse) e Artur Nogueira. Enquanto, no segundo, estão agrupadas Pedreira, Jaguariúna e Monte Mor (figura 40).

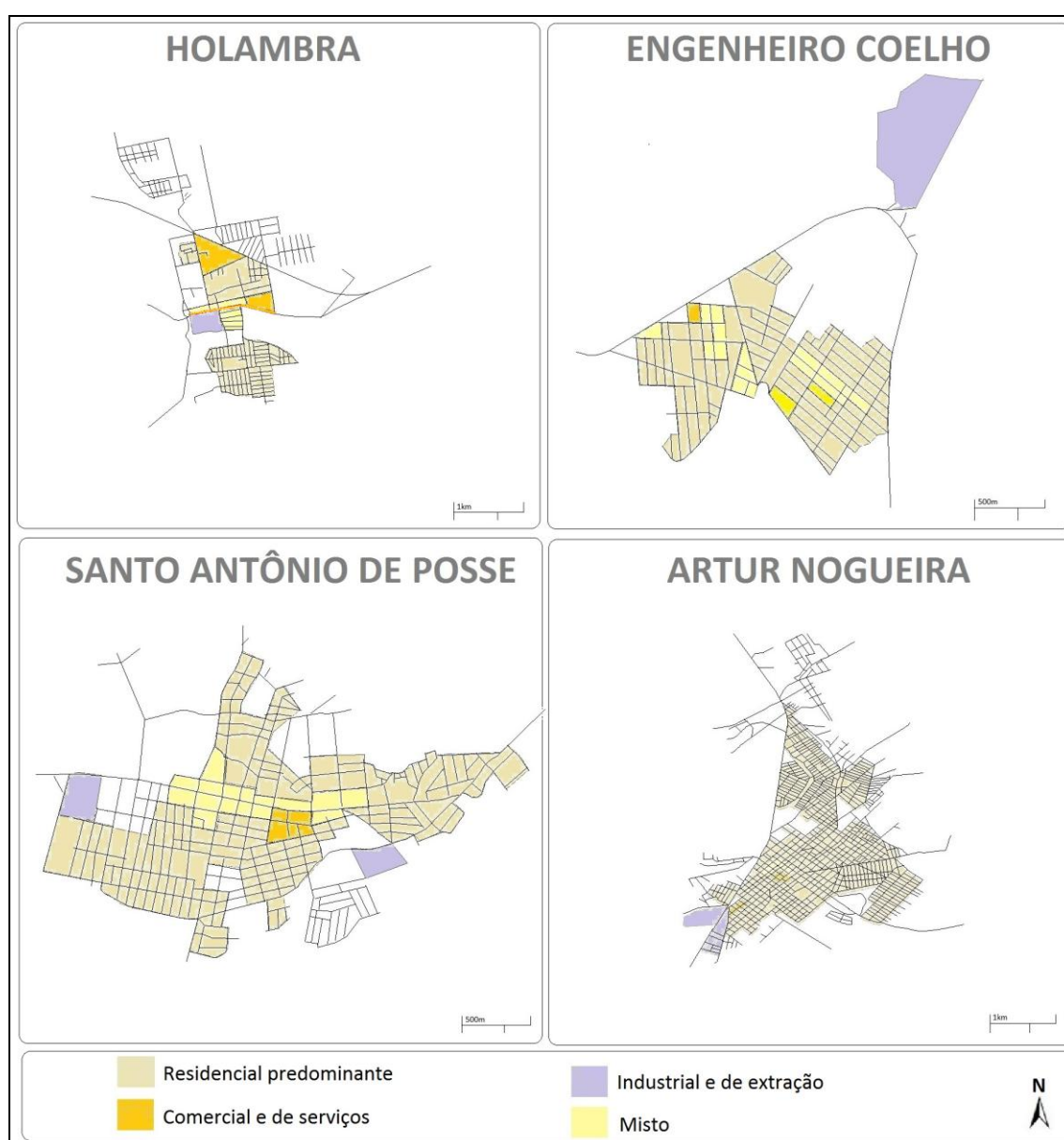


Figura 39: Uso e ocupação do solo urbano de Holambra, Engenheiro Coelho, Santo Antônio de Posse e Artur Nogueira.

Fonte: EMPLASA.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Além de reunir as três menores cidades, em termos populacionais, outras duas motivações principais ajudaram a identificar semelhanças na estruturação, incluindo também, Artur Nogueira. A primeira, diz respeito a uma demarcação espacial bem definida do par centro-periferia. Possuem um centro modesto, onde estão localizados os principais estabelecimentos comerciais, as agências bancárias, os postos de serviços, além dos órgãos político-administrativos do município. Em torno deste, a área residencial predomina, sendo sempre margeada por rodovias. Diretamente relacionada a esta característica, a segunda motivação para identificar este grupo é o fato de se tratar de cidades mais compactas. O tecido urbano ainda não apresenta um espraiamento espacial, em crescimento descontínuo.

Um perfil diferente é observável nas demais cidades pequenas da região (figura 40). Em Pedreira, Jaguariúna e Monte Mor, a organização das cidades, por motivos diferenciados, apresenta uma estruturação que se desenha num espaço que cresceu descontinuamente, deixando vazios urbanos no decorrer do processo.

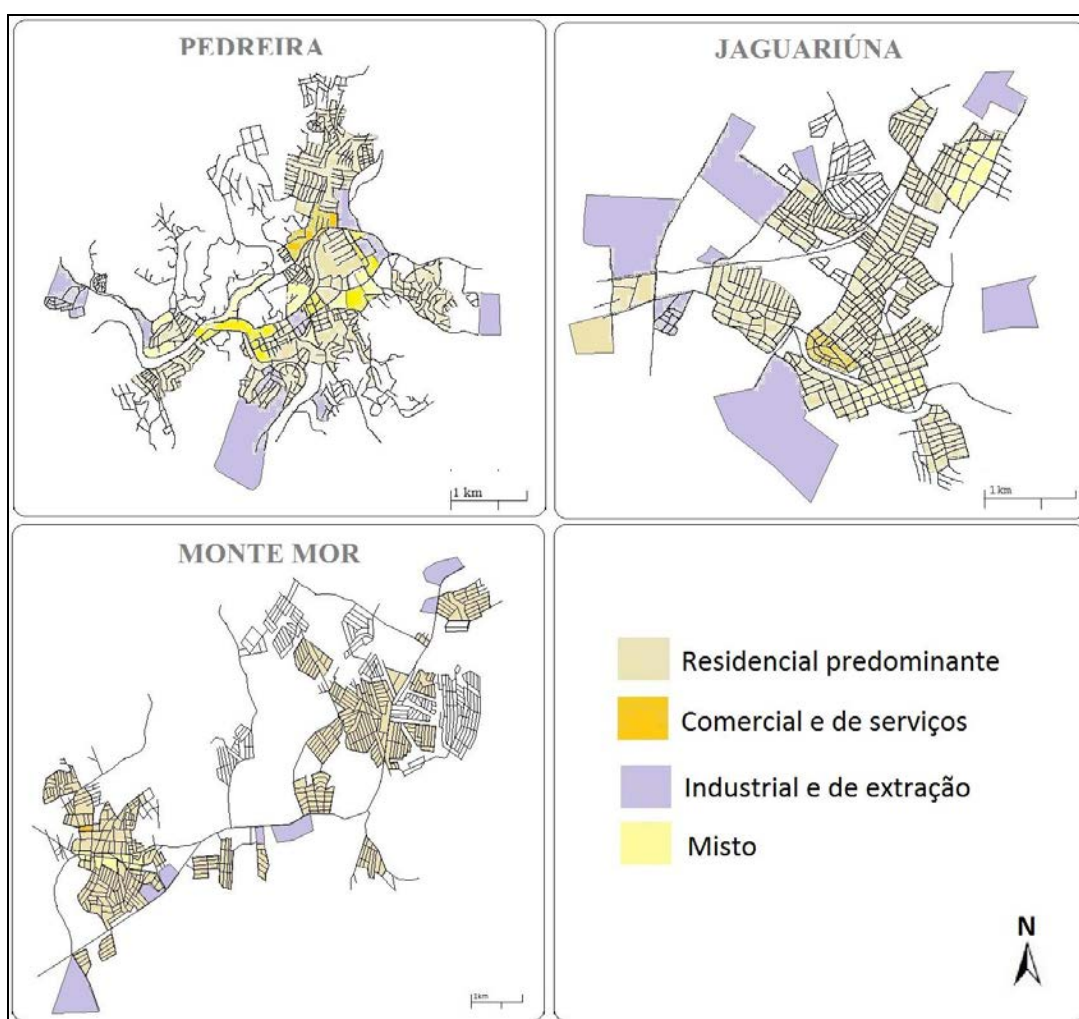


Figura 40: Uso e ocupação do solo urbano de Pedreira, Jaguariúna e Monte Mor.

Fonte: EMPLASA.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

A relação centro-periferia não se configura da mesma forma que a descrita nas outras cidades. No intra-urbano das três cidades, a produção do espaço é regida pela especulação do mercado imobiliário. Além dos espaços reservados ao setor industrial ser mais amplo para os três casos, existe também particularidades que merecem destaque com relação às atribuições residenciais e comerciais de cada uma.

Os vazios urbanos de Pedreira são decorrentes do relevo acidentado no qual se assenta a cidade. A produção de cerâmica e de porcelana não é motriz somente da atividade industrial, mas também envolve todo o setor comercial. Isto explica o porquê desta atividade se desenvolver, igualmente, as margens da rodovia que dá acesso à cidade (figura 41), pois está voltado para atender a um público específico, que não é o residente local.



Figura 41: Lojas de porcelanas as margens dos eixos que dão acesso à Pedreira e que fazem ligação com outras cidades.

Fonte: Orlando Moreira Junior, 2014.

Este é um dos fatores que ajuda a aclarar porque tanto as áreas comerciais e de serviços quanto aquelas de uso misto, estão espalhadas por todo espaço urbano e tem uma representatividade relevante na cidade. Por se tratar de um centro especializado, a produção do espaço urbano e sua estruturação ocorrem de acordo com a organização da atividade principal que nela se desenvolve.

Em Jaguariúna, a cidade foi, historicamente, estruturada pelo eixo ferroviário existente. Este, ainda, possui uma linha turística de locomotiva a vapor, conectando-se a Campinas. Entretanto, o que se destaca na atualidade é o fato de ser bem servida em termos rodoviários. Isto lhe garante uma localização estratégica com facilidades ao acesso, transporte e logística. O que explica ter se tornado um centro de atração de indústrias de tecnologia de ponta, como a MOTOROLA, por exemplo. Além de ser um dos maiores produtores de aparelhos celulares, computadores e equipamentos de telecomunicações, tem grande

expressão sua participação nos segmentos de bebidas, com a instalação da AmBev (Companhia de Bebidas das Américas) e indústrias dos setores alimentícios e farmacêuticos.

Este cenário justifica e explica tanto o elevado crescimento relativo da população entre 2000 e 2010 (50%), quanto a organização do espaço urbano, com ênfase para as áreas de uso industrial. Deste modo, fica evidente na figura 40, que as áreas residenciais cresceram em direção aos espaços destinados à produção industrial, deixando, sobretudo, vazios em relação ao centro da cidade. Ademais, se a cidade mantiver-se como um núcleo de atração, a tendência ao crescimento populacional e espacial é um fato observável, podendo se confirmar com o avanço para o processo de conurbação com Campinas.

No caso de Monte Mor, onde o processo de conurbação já está em fase de concretização, como foi mencionado anteriormente, a organização do espaço urbano revela algumas particularidades. O centro principal localiza-se na porção onde teve origem a cidade, sendo que a expansão do tecido urbano, em especial das áreas residenciais, ocorreu tendo como preocupação a proximidade com Hortolândia e Campinas. Não somente o setor residencial se localiza as margens da rodovia, bem como as indústrias, como a Tetra Pak, a Haver & Boecker, por exemplo. As características destacadas no capítulo anterior, de crescimento populacional e de maior intensidade de deslocamentos pendulares, em Monte Mor, evidenciam um crescimento espacial que tem por preocupação maior as questões com a fluidez e a proximidade com a cidade central da região.

Em suma, a rodovia é a expressão máxima para integração espacial das cidades pequenas ao conjunto da região. São em suas margens que se localizam os principais parques industriais. Por conta disto elas são os principais eixos estruturados da região metropolitana, em sentido amplo, e das cidades pequenas, em particular. Mas, o que está implícito neste aspecto, é o fato da atividade econômica dominar todo processo de produção espacial, tendo como desdobramento principal a explicitação das contradições existentes nas relações entre o local de trabalho, a moradia e a constante reprodução do espaço.

Para Carlos (2001), o espaço contempla uma dupla dimensão: a localização e o conteúdo social. A localização no espaço tem um preço, seja para a indústria, o comércio ou a moradia. O espaço entra no circuito de valorização e todos os lugares se submetem a esta lógica. Portanto, a cidade torna-se, também, uma mercadoria. Por conseguinte, mesmo sob o comando do poder público, o controle do uso e ocupação do solo urbano está inserido nesta lógica. A diversidade do uso do solo baseia-se, portanto, no fato de que as pessoas exercem, “em função da divisão social do trabalho, uma série de atividades concorrentes ou complementares, o que enreda uma disputa de usos” (CARLOS, 1994).

As mudanças, em curso, descritas por Carreras (2005), no sistema produtivo, na sociedade, na vivência dos tempos das cidades e nas dinâmicas espaciais, contribuem para nelas introduzir novas necessidades e demandas populacionais e econômicas. Como resultado surgirão novas disputas que reorganizarão o espaço tanto o urbano, quanto o metropolitano. As transformações no perfil do local de moradia e de trabalho, bem como as mudanças da cidade industrial para a terciária já dão indícios de alterações na fisionomia que a cidade assume e no cotidiano das pessoas.

Mas, como aponta Soja (1993), a sequência das espacializações urbanas é cumulativa, sendo que cada fase contém vestígios das geografias anteriores. Eles não estão presentes somente na forma, mas também nos conteúdos sociais que dão significado e produzem uma cultura que é própria de cada cidade. Daí a opção em descrever e procurar explicações para as formas de ocupação do solo urbano para o atual contexto empírico. Apesar de ser entendido enquanto parte de um processo, em constante transformação, ajuda a pensar acerca do uso funcional do chão na cidade, além de dar pistas para refletir acerca do papel delas ante o conjunto metropolitano.

Esta caracterização de cunho mais econômico é importante para que se possa interpretar as diferenciações que ocorrem no uso e ocupação do solo urbano das cidades. A partir deles é que será possível pensar acerca das lógicas que envolvem cada caso. Estas, de um lado, orientam a produção do espaço urbano e, de outro, acirram as diferenciações da ocupação populacional nas cidades.

Nesta direção, a localização no espaço urbano é de suma importância. O que envolve, ainda, as engenharias urbanas e todos os serviços públicos, bem como as questões ambientais. As áreas mais bem servidas das infraestruturas, de melhor acesso (para o centro da cidade ou para a cidade central da região) e com as melhores amenidades ambientais são aquelas que tendem a ser mais valorizadas nos espaços intra e interurbano. Como resposta, a especulação imobiliária se faz presente, corroborando com a produção de espaços desiguais.

4.3.2. Os meios de consumo coletivo e os desdobramentos socioespaciais

A organização do espaço pautada num urbanismo funcionalista denuncia que a função normativa de uso e ocupação do solo “subordinou-se aos interesses das classes de renda alta e média” (JACOBI, 2006). A concepção de produção e organização do espaço urbano ainda se pauta nos conceitos de desenvolvimento urbano do século passado, tendo como principal referencial a Carta de Atenas. Esta prega, entre outros pontos, a separação das

áreas residenciais, de lazer e de trabalho, através da setorização das áreas e de um planejamento do uso do solo. O objetivo deste documento era propor aspectos que deveriam ser incorporados e respeitados para a melhoria da estrutura das cidades.

A estruturação das cidades tem sido pensada, principalmente, a partir da dimensão econômica. As dimensões social e política tem ficado a mercê dos interesses mercadológicos. Como consequência os processos excludentes se ampliam, gerando espaços diferenciados. Atrelado a aspectos de outras naturezas, diversos temas estão ligados a esta diferenciação, como alguns já mencionados anteriormente: as possibilidades de transporte e deslocamento ou o planejamento e uso do solo.

Porém, é válido esboçar um exercício analítico acerca do acesso aos serviços urbanos e existência das infraestruturas básicas, que estão vinculados tanto aos processos excludentes nos espaços urbanos quanto à degradação ambiental das cidades. As infraestruturas e serviços são essenciais para o desenvolvimento das funções urbanas. Elas são importantes tanto para o fortalecimento econômico, quanto para a vida social. Assim, inicialmente, na tabela 38 está registrado o percentual de domicílios atendidos pelos serviços de saneamento básico dos municípios estudados, tendo como referência para comparação a cidade de Campinas.

Tabela 38: Percentual de domicílios atendidos pelos serviços de saneamento básico, em 1991 e 2010.

	Abastecimento de água		Coleta de lixo		Esgoto sanitário	
	1991	2010	1991	2010	1991	2010
Holambra	NE	90,87	NE	99,67	NE	88,46
Engenheiro Coelho	NE	97,65	NE	99,70	NE	97,14
Santo Antônio de Posse	95,41	97,90	92,89	99,86	1,65	61,04
Pedreira	96,00	97,70	95,20	99,66	92,74	95,23
Artur Nogueira	99,30	97,82	99,12	99,89	95,89	96,26
Jaguariúna	97,83	96,02	97,46	99,58	91,38	90,07
Monte Mor	92,18	95,51	85,11	98,93	42,72	54,26
<i>Campinas</i>	<i>96,92</i>	<i>98,89</i>	<i>96,94</i>	<i>99,76</i>	<i>85,39</i>	<i>87,02</i>

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1991 e 2010.

Nota: NE (não existia).

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

No que tange o abastecimento de água, houve pouca variação entre os dois períodos analisados. Nos casos em que houve queda no percentual de residências atendidas pelo serviço, fica explícito que tem significado maior em loteamentos que surgiram em decorrência do crescimento populacional e, por conseguinte, da expansão espacial descomprometido com o planejamento urbano.

O esgotamento sanitário representa o maior desafio. Embora apresente um crescimento de domicílios atendidos entre os períodos de 1991 e 2010, ainda possui números preocupantes, como em Santo Antônio de Posse (61%) e Monte Mor (54%). Se na primeira, o

crescimento do serviço é notável; na segunda, observa-se uma ampliação mais desacelerada, em decorrência, sobretudo, da expansão descontínua do tecido urbano, separado geograficamente do núcleo central da cidade. Ressalte-se, também, que mesmo Holambra com o menor tamanho populacional, não atingiu 90% de residências atendidas, ao lado de Jaguariúna, que apesar do vigor econômico ainda está aquém de atender toda população.

A coleta de lixo é o serviço que possui os melhores percentuais. Contudo, as observações que devem ser traçadas aqui extrapolam a coleta em si, e se refletem na destinação deste lixo. Um dos principais problemas ambientais na atualidade está relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos, pois engloba não somente a escala de geração, mas também da sua disposição “em virtude de saturação e de limitadas possibilidades de expansão, em virtude da forte pressão urbana no seu entorno” (JACOBI, 2006).

O inventário estadual de resíduos sólidos, elaborado pela CETESB (SÃO PAULO, 2011), mostrou um cenário no qual houve mudanças positivas neste aspecto. Dos sete municípios estudados, apenas Holambra possuía condição adequada em 1997. No entanto, em 2010, todos atingiram este nível. Isto é decorrência da resposta brasileira ao capítulo 21, da Agenda 21 Global, que dezoito anos após a Rio-92, a lei nº 12.305 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ela atribui aos municípios a elaboração do plano de gestão integrada de resíduos sólidos.

Em 2010, a disposição dos resíduos de Monte Mor era feita em aterro particular de Indaiatuba, enquanto nos demais municípios a disposição era efetuada em Paulínia. Isto comprova a necessidade de aderir a consórcios ou outras formas de cooperação intermunicipal, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e à redução dos custos envolvidos. Contudo, contraditoriamente, Santo Antônio de Posse e Pedreira alegaram não haver articulação intermunicipal na área do saneamento básico. Ao passo que na Câmara Temática deste setor estavam incluídas Pedreira, Holambra e Jaguariúna. Logo, fica claro que as decisões, tomadas em comum, são particulares dos municípios, não se tratando de ações pensadas a totalidade regional ou que representam os louros da metropolização institucional.

A questão do saneamento, em especial sua ausência ou deficiência, é tema fundamental, pois “além de poluir diretamente as águas dos rios e córregos, constitui um problema de saúde e de baixa qualidade de vida para a população residente, assim como a perda do valor das águas” (JACOBI, 2006). Mas, outros fatores devem ser apreciados, como a qualidade dos serviços prestados e o conjunto de meios de consumo coletivo.

Nesta direção, e envolvendo mais diretamente a vida da população estão o acesso à educação e os benefícios do sistema público de saúde. A Constituinte de 1988, apoiou-se,

fundamentalmente, nos aspectos de descentralização, consagrando o princípio constitucional da autonomia municipal, estendida ao campo político-administrativo e da fiscalidade. Nela, está estabelecida que a educação e a saúde são direitos de todos e um dever do Estado. Isto explica o maior número de unidades escolares sob a gestão dos municípios (tabela 39).

Tabela 39: Número de unidades escolares com ensino fundamental e/ou médio, em 2010.

	Estaduais	Municipais	Particulares	Faculdades
Holambra	1	5	3	-
Engenheiro Coelho	1	6	1	1
Santo Antônio de Posse	1	7	3	-
Pedreira	5	8	2	-
Artur Nogueira	5	9	5	-
Jaguariúna	3	11	5	1
Monte Mor	5	29	4	-

Fonte: Diretorias de Ensino de Campinas Leste, Capivari, Limeira e Mogi Mirim.
Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

No sistema de ensino, o acesso as escolas públicas ainda predomina, oferecendo uma educação praticamente sem custos durante os ensinos fundamental e médio. Concomitantemente, e relacionado à qualidade do ensino, observa-se a expansão do ensino privado, também, nas cidades pequenas. Vale lembrar que o IDH-Educação é a variável que registrou os piores valores nos últimos anos, como os casos de Santo Antônio de Posse (0,576), Monte Mor (0,639) e Engenheiro Coelho (0,668).

Outro aspecto que merece destaque é a presença de faculdades particulares nestes espaços. De fato, a região se beneficia com a presença de uma universidade pública de grande porte e de prestígio nacional. Todavia, o acesso ao ensino superior gratuito, ainda, passa por limitações, o que justifica a proliferação das ofertas em instituições particulares. Estas, além de buscarem atender as necessidades do mercado de trabalho local e regional, também tem relações com a produção do espaço urbano destas cidades (figura 42).

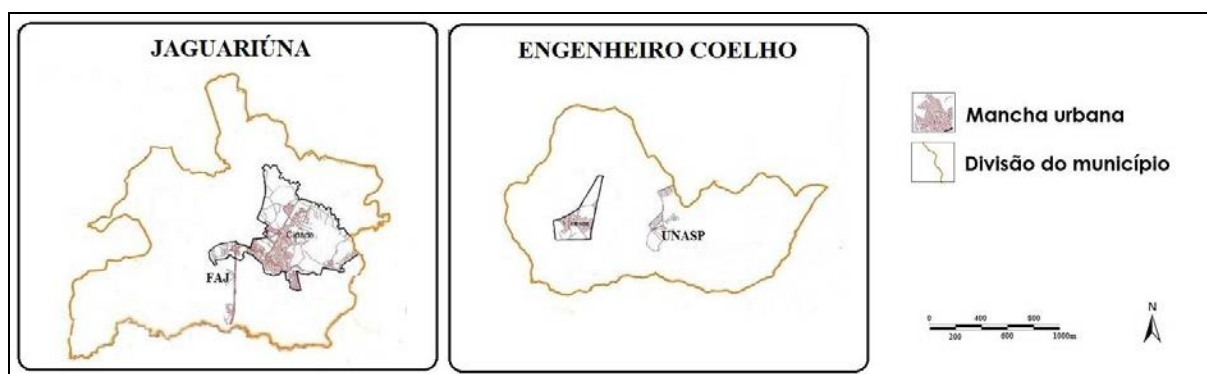


Figura 42: Localização das faculdades no espaço municipal de Jaguariúna e Engenheiro Coelho.

Fonte: EMPLASA.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

A Faculdade de Jaguariúna (FAJ) oferece cursos diretamente relacionados aos interesses do desenvolvimento econômico do município, tais como: logística, automação industrial, ciência da computação, engenharias (de alimentos, de automação, de produção), entre outros. Se, de um lado, estão relacionados as necessidades de mão de obra das empresas locais, de outro, sua localização, junto a rodovia que liga à Campinas, facilita a circulação dos estudantes e dos veículos utilizados para deslocamento, seja da própria cidade ou de outras.

O Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), em Engenheiro Coelho, possui uma gama variada de cursos, não estando diretamente ligados a economia municipal. Em contrapartida, geograficamente, o centro universitário assume papel importante no espaço municipal. Localizada distante do núcleo central, ela produz um dinamismo próprio, gerando não apenas deslocamentos, mas também criando, juntamente com outras dinâmicas, novos espaços urbanos no território municipal (figura 43).

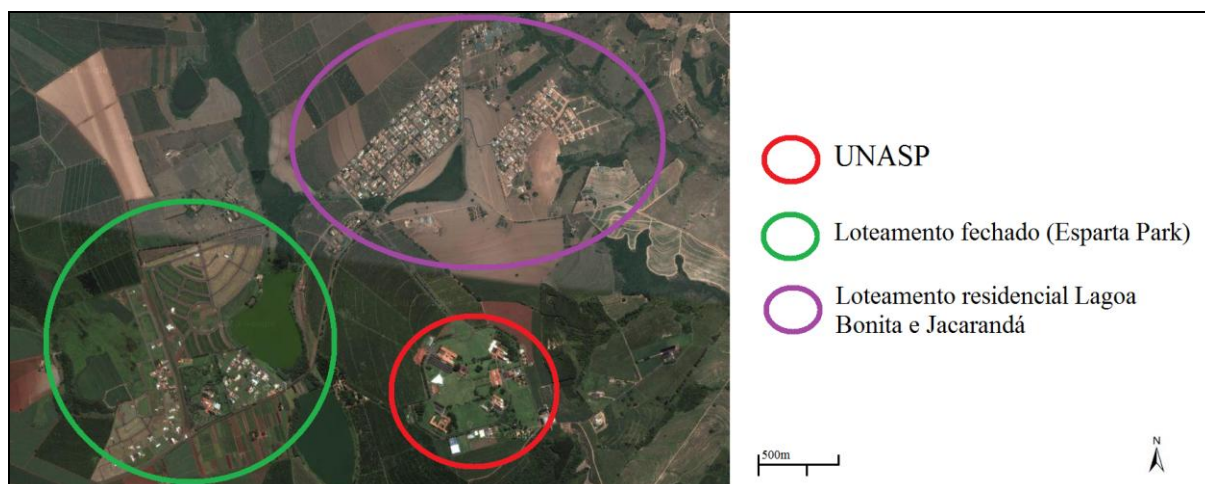


Figura 43: Novos espaços urbanos em Engenheiro Coelho.

Fonte: Google Earth.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Como pode ser observado na figura, além de se tratar de uma área distante e descontínua do núcleo urbano consolidado, trata-se de uma espacialidade com características particulares. O caráter residencial é voltado, de um lado, para estudantes, e de outro, para população de rendimento médio e alto. Os loteamentos destinados a este último grupo está em processo de consolidação, havendo ainda muitas áreas vazias. Assim, fica evidente a criação de uma área segregada, com uma funcionalidade bem definida.

Diferentemente do sistema educacional, a saúde possui outros predicativos que ajudam a refletir sobre os espaços urbanos, sua reprodução e a existência de diferenciações sociais. Inicialmente, é importante frisar que a proximidade com Campinas simboliza uma

possibilidade ampla de serviços especializados de saúde. Cabe ao nível municipal, portanto, a presença de estabelecimentos prestadores de serviços mais emergenciais ou básicos, como está registrado na tabela 40.

Tabela 40: Número de estabelecimentos, por tipo de prestador e segundo sua natureza, nos municípios, em dezembro de 2009.

	Holambra				Engenheiro Coelho				Sto. Ant. de Posse				Pedreira				Artur Nogueira				Jaguariúna				Monte Mor			
	Público	Filantróp	Privado	Total	Público	Filantróp	Privado	Total	Público	Filantróp	Privado	Total	Público	Filantróp	Privado	Total	Público	Filantróp	Privado	Total	Público	Filantróp	Privado	Total	Público	Filantróp	Privado	Total
Central de Regulação de Serviços de Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro de Atenção Psicossocial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro Saúde / Unidade Básica de Saúde	3	-	3	3	3	-	3	4	4	4	-	4	6	-	6	10	10	-	10	6	6	-	6	11	-	11	-	11
Clinica Especializada / Ambulatório Espec.	-	-	1	1	1	1	2	2	2	-	2	-	1	1	1	3	5	5	2	2	-	2	3	-	3	-	3	5
Consultório Isolado	-	-	5	5	-	-	3	3	6	6	-	6	-	-	7	19	19	1	1	32	33	-	-	-	-	-	19	19
Hospital Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Policlínica	1	-	1	1	1	1	1	2	4	2	2	4	-	-	3	3	-	-	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-
Posto de Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pronto Socorro Geral	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Secretaria de Saúde	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	1
Un. Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	8	8	-	-	2	2	4	4	-	-	-	-	1	1
Unidade de Vigilância em Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	2	2	-	-	2	2	-	2	2
Unidade Móvel Terrestre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1
Total	4	-	6	10	6	1	4	11	17	9	-	8	9	20	29	14	1	27	42	14	39	53	19	1	22	42	42	42

Fonte: DATASUS/CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Nota: Número total de estabelecimentos, prestando ou não serviços ao SUS.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Diferentemente da educação, a iniciativa privada está mais fortemente presente no sistema de saúde. A variedade de estabelecimentos computados pelo levantamento revela, principalmente no que tange o setor público, que predominam os centros ou unidades básicas de saúde e as clínicas ou ambulatórios especializados. Dentre os hospitais, somente, em Jaguariúna há um público – municipal. Pedreira e Artur Nogueira possuem particulares e, em Monte Mor, um filantrópico.

A descrição deste cenário é fundamental para compreender a acessibilidade que cada localidade oportuniza aos seus habitantes. Porém, mais importante do que o número de estabelecimentos ligados à saúde ou à educação, é avaliar a localização destes nos espaços urbanos. Tratando especialmente daqueles de cunho público, a figura 44, procura espacializar os hospitais; os postos de saúde; e as escolas de ensino fundamental e médio presentes no espaço urbano dos municípios. O exercício cartográfico favorece uma análise da localização na cidade, sendo importante, ainda, refletir que estão envolvidos também com a população. O arranjo espacial deles procura atender dois pontos principais. De um lado, se dispõe de tal maneira que atinja um raio maior de pessoas. De outro, que se avance sobre as áreas socialmente mais vulneráveis, a fim de atender demandas da população mais carente.

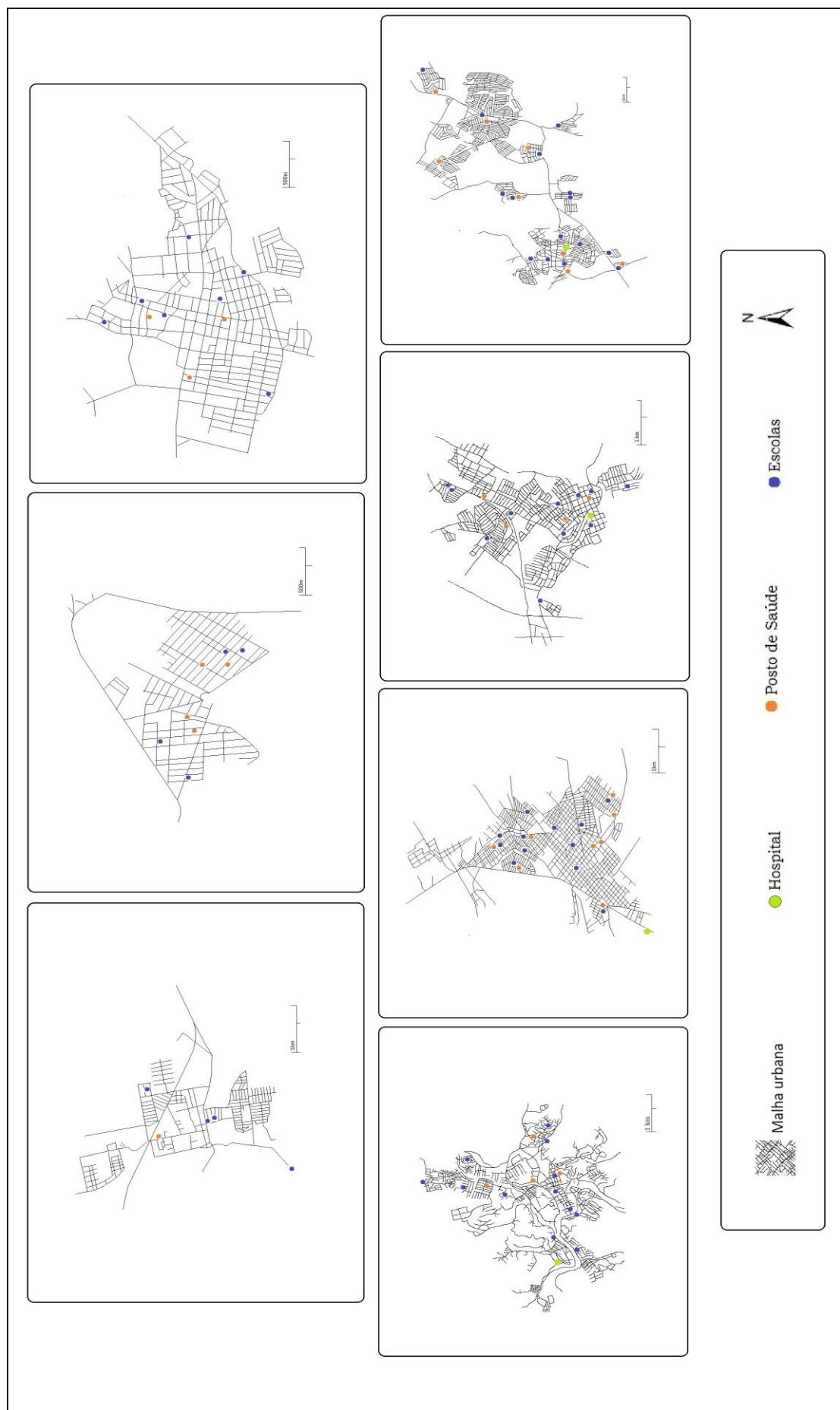


Figura 44: Localização das unidades escolares e dos postos de saúde nos espaços urbanos de Holambra, Engenheiro Coelho, Santo Antônio de Posse, Pedreira, Artur Nogueira, Jaguariúna e Monte Mor.

Fonte: DATASUS; Diretorias de ensino de Campinas Leste, Capivari, Limeira e Mogi Mirim. / Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

A questão da descentralização desponta, nesta análise. Cada vez mais, cabe ao município a responsabilidade sobre as prestações de serviços públicos, tornando-os mais acessíveis à população e visando diminuir as discrepâncias socioespaciais. No caso das cidades pequenas, fica claro que, de modo geral, existe uma boa distribuição destes serviços. Monte Mor merece certa atenção, pois o modo como se deu a produção da cidade, em descontinuidades, criou espaços distantes uns dos outros, o que suscita um número maior de unidades, escolares e de saúde, para dar conta de atender a população dispersa geograficamente.

Ao se pensar em cidade pequena, tem-se a ideia de que, devido seu tamanho populacional, ela também possua um porte físico-territorial mais compacto ou integrado. No entanto, tanto a lógica de integração ao processo de metropolização, quanto o avanço da especulação imobiliária, tem propiciado um crescimento descontínuo do espaço urbano, que se expande deixando uma série de vazios. Os principais desdobramentos destes para o âmbito habitacional serão avaliados posteriormente.

Se os meios de consumo coletivos (infraestruturas, equipamentos e serviços) são compartilhados para todos os habitantes das cidades, é comum que existam diferenças na distribuição dos mesmos. O modo como se dá a produção do espaço urbano tem gerado espaços com diminuição da equidade territorial entre os moradores. No contexto da região metropolitana, isto pode ser sentido tanto na escala regional quanto na intra-urbana. Como consequências dos processos que acarretam a exclusão territorial, Maricato (2000), cita a escalada da violência e a predação ambiental.

A violência pode ser medida pelo número de homicídios. Os números destes são diferenciados, de acordo com o tamanho populacional, o que não significa que para as cidades pequenas, seus valores, mesmo quando aparentemente reduzidos não tenham expressão. Por conta disto a taxa de homicídios indica com maior clareza o significado que os homicídios têm para cada municipalidade. Outro equívoco é pensar que a violência está distante da vida nas cidades pequenas. Soriano (2007), procurou desmistificar isto, desenvolvendo um estudo sobre violência, criminalidade e os espaços de medo em cidades pequenas.

Por uma série de fatores, esta tipologia de cidades, de um modo geral, vem perdendo o *status* de eldorados de paz e tranquilidade. O mundo atual revela uma globalização de todas as formas de criminalidade que atinge, de modo e intensidade diferenciados, todos os espaços. Como meio de comprovar isto, a tabela 41, registra os valores referentes ao número e taxas de homicídios, por grupo de tamanho de municípios. Contendo dados sobre dois períodos, é possível realizar um exercício analítico comparativo.

Tabela 41: Número e taxa de homicídios (em 100 mil habitantes) por tamanho do município, no estado de São Paulo, em 2000 e 2010.

Tamanho do Município	Homicídios 2000		Homicídios 2010	
	Número	Taxa	Número	Taxa
Até 5 mil habitantes	33	6,9	32	6,3
De 5.001 a 10.000	60	7,6	74	8,6
De 10.001 a 20.000	143	9,0	137	7,8
De 20.001 a 50.000	505	14,6	443	11,3
Até 50.000	741	12,9	686	10,8
De 50.001 a 100.000	581	19,2	437	12,8
De 100.001 a 200.000	1.097	26,9	744	15,9
De 200.001 a 500.000	3.137	41,3	1.423	16,4
Mais de 500.001	10.075	62,9	2.455	14,0
Total	15.631	42,2	5.745	13,9

Fonte: SIM/SVS/MS.

Org.: WAISELFISZ (2011).

Tanto o número quanto a taxa aumentam de acordo com o tamanho populacional. Porém, o que merece destaque na análise é o fato de ter havido uma queda significativa, dos valores avaliados, nos grupos com mais de 100 mil habitantes. Em contrapartida, nos grupo de municípios com menor tamanho populacional, houve pouca variação. Especificamente, no conjunto que vai até 50 mil, os dados comprovam que, tanto o número quanto a taxa de homicídios, tiveram diminuições menores do que nos demais grupos. Como resultado, nota-se uma tendência para que atinjam taxas similares aos de municípios com maior porte populacional.

Este cenário é genérico, merecendo uma leitura mais minuciosa para o referencial empírico da pesquisa. Para tanto, é apresentado na figura 45, um exercício analítico-cartográfico que procura diferenciar as taxas de homicídios nos municípios, de uma forma qualitativa e espacial.

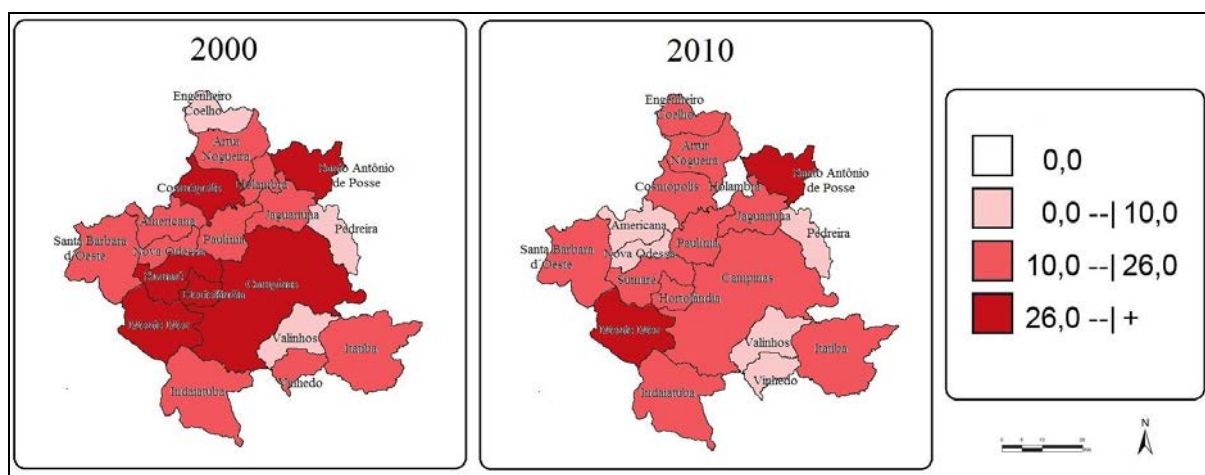


Figura 45: Distribuição da violência – taxa de homicídios, em 100 mil habitantes, nos anos de 2000 e 2010.

Fonte: SIM/SVS/MS; WAISELFISZ (2011).

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Na figura está evidenciado que, na região, o tamanho populacional dos municípios não está diretamente ligado à escalada da violência. Nos dois períodos analisados, de modo geral, ocorreu diminuição da taxa de homicídios no conjunto da região. Todavia, o que merece destaque é o fato de que, no quadro de 2010, os municípios que possuíam as taxas mais elevadas eram Monte Mor e Santo Antônio de Posse.

Com exceção de Pedreira e Holambra, os demais municípios com população inferior a 50 mil habitantes estão em situações parecidas com aqueles mais populosos. O caso de Engenheiro Coelho é exemplo disto, pois apresentou aumento na taxa de homicídios para o período analisado. Logo, o dinamismo regional, não propicia apenas um desenvolvimento no âmbito da economia, mas os ônus também são divididos, quiçá de modo mais contundente que os bônus sociais do chamado desenvolvimento urbano.

Outras informações podem corroborar com esta hipótese. Na tabela 42, além do número absoluto de homicídios, encontram-se também dados acerca dos furtos, roubos, latrocínios e estupros que ocorreram em 2001 e 2010. Os valores registrados devem ser refletidos, considerando-se o tamanho populacional de cada municipalidade. Afinal, aparentemente trata-se de pequenos números, o que carece de determinado cuidado analítico, para não cair no equívoco de camuflar a realidade.

Tabela 42: Ocorrências de homicídios dolosos, furtos, roubos, latrocínios e estupro nos municípios nos anos de 2001 e 2010.

	Homicídio Doloso		Latrocínio		Ocorrência de estupro		Total de furtos		Furtos de veículos		Total de roubos		Roubo de veículos	
	2001	2010	2001	2010	2001	2010	2001	2010	2001	2010	2001	2010	2001	2010
RM de Campinas	893	346	41	25	276	491	38.037	42.881	9.277	8.903	27.710	22.997	10.706	7.106
Holambra	-	-	-	-	-	2	106	104	7	12	30	14	21	5
Engenheiro Coelho	-	3	-	-	-	4	81	166	4	7	55	42	26	7
Santo Antônio de Posse	2	4	-	-	1	1	200	172	13	20	65	36	32	7
Pedreira	1	3	0	1	1	7	496	511	96	101	98	76	43	15
Artur Nogueira	6	4	2	0	3	10	921	732	118	123	184	177	79	58
Jaguariúna	5	3	-	1	3	11	623	658	88	139	263	133	99	23
Monte Mor	32	11	-	-	3	18	305	438	32	23	216	230	64	55

Fonte: Fundação SEADE, a partir da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP.

Notas: Homicídio doloso (ato de matar alguém deliberadamente, ou seja, com intenção e vontade de fazê-lo); Furtos (ato de subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel); Roubo (ato de subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência contra a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência); Latrocínio (roubo seguido de morte); Estupro (ato de constringer alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso).

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Os dados registrados na tabela deixam claro que as cidades pequenas não estão livres da criminalidade. De modo diferenciado, tem-se então, aquilo que pode ser definido como difusão espacial da criminalidade. Monte Mor apresenta o quadro mais violento, seja em relação aos homicídios, latrocínios e estupros, seja em relação aos elevados números de furtos e roubos. Estes últimos, no entanto, ocorrem em maior volume em Jaguariúna, o município considerado mais desenvolvido. De tal modo, pode-se considerar que estas problemáticas estão relacionadas, também, ao fato de pertencerem a uma área economicamente dinâmica. Se, de um lado, para Monte Mor pode representar a parte mais perversa da resposta direta às desigualdades e injustiças sociais; de outro, para Jaguariúna, simboliza as mazelas do vigor econômico.

Entretanto, não é o crescimento da cidade, da população urbana ou desenvolvimento econômico em si que estão ligados ao aumento da violência, mas sim a forma como eles ocorrem. O modo como se dão os processos de reprodução do espaço e da organização das atividades econômicas, em suas múltiplas escalas, geram espaços diferenciados. Então, as mudanças na dinâmica e nas características demográficas (migrações, distribuição populacional, raça, estrutura por sexo e idade, entre outras), também, assumem relevância por apresentar repercussões espaciais. Se, o cerne desta diferenciação é o social e o econômico, na conjuntura atual adquire, ainda, outras dimensões que são incorporadas ao planejamento e gestão urbana, ao menos no plano das ideias.

Em decorrência da desigualdade urbana, da escalada da violência, da falta de saneamento, dos riscos socioambientais, da iniquidade territorial, entre tantos outros problemas que se manifestam nas cidades, as políticas públicas tem buscado meios de incorporar a sustentabilidade social e ambiental. Segundo Jacobi (2006), trata-se de um meio de promover a justiça social, a qualidade de vida e equilíbrio ambiental nas cidades contemporâneas.

Esta concepção está presente nas diretrizes da Agenda 21. Mas, ainda na década de 80, Topalov (1986), já vislumbrava a mudança de paradigma no planejamento. Segundo este autor, era eminente a emergência de um novo paradigma no qual fossem redefinidas as relações entre o homem e a natureza. A sociedade deixa de estar no centro do discurso, ficando incluída na natureza. Assim, por exemplo, o problema da habitação não estaria ligado somente ao acesso à casa própria, mas também, à proteção dos lugares.

Ainda que de forma vagarosa, estas ideias tem se propagado pelos discursos e planos daqueles que pensam as cidades. Neles a questão ambiental está sempre ligada aos riscos desta natureza: as mudanças no meio natural; as funções normativas de uso e ocupação do

solo; e a perda da biodiversidade e da cobertura vegetal. Contudo, do ponto de vista da Geografia, “o meio ambiente do discurso ecológico dominante carece, muitas vezes, de dimensão social, essência de todo espaço geográfico” (CRUZ, 1998). Nesta perspectiva, a natureza aqui considerada não diz respeito àquela natural ou primitiva, mas a natureza presente num espaço impregnado de técnica, ciência e informação.

O modelo de desenvolvimento tem conduzido a uma situação de degradação ambiental nas cidades. Porém, ela é sentida de modo diferenciado entre seus habitantes. São os menos favorecidos que vão conviver mais de perto com a degradação do meio físico, ao passo que as áreas ricas ainda vislumbram uma paisagem mais privilegiada.

Como resultado, tem-se uma diferenciação, não apenas social, mas também ambiental nas cidades. Sustenta-se, assim, a ideia de “*apartheid* urbano-social-ambiental” (MENEGAT e ALMEIDA, 2002) ou de “segregação socioambiental” (MARICATO, 2000). Os problemas ambientais nada mais são do que “a materialização, no espaço, das distorções e contradições presentes nas relações sociais” (CRUZ, 1998). Estas são ainda mais perceptíveis no processo de produção do espaço urbano. Daí o despontar de um novo paradigma para a questão urbana, no qual se preza tanto para as questões sociais quanto para as questões ambientais das cidades.

Um exercício de aproximação dessas duas dimensões pode ser visto no estudo desenvolvido pelo Observatório das Metrópoles (2009), cujo resultado está exposto na figura 46. De acordo com a metodologia aplicada, foram elaborados mapas da vulnerabilidade social (variáveis econômicas, sociais e demográficas) e do risco ambiental (inadequação aos três serviços básicos de saneamento – abastecimento de água, escoamento sanitário e coleta de lixo). Sendo que, para se chegar ao mapa de síntese – vulnerabilidade socioambiental –, foi feita uma leitura inter-relacionada dos dois primeiros.

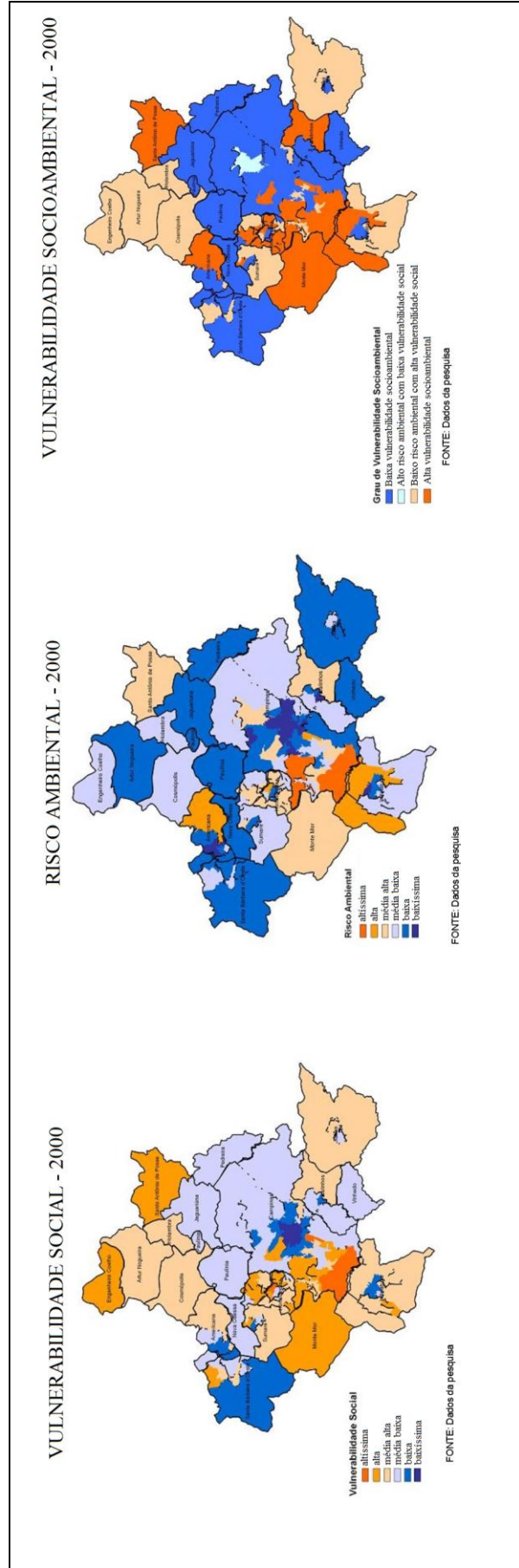


Figura 46: Vulnerabilidade social, riscos ambientais e vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Campina – 2000. Fonte: Observatório das metrópoles. Relatório – vulnerabilidade socioambiental das regiões metropolitanas brasileiras. (2009).

Pensando tanto as cidades pequenas quanto as maiores, pode-se observar que no que tange a vulnerabilidade social, ela é mais complexa quanto maior for o tamanho populacional do município. No grupo daquelas com população até 50 mil, a vulnerabilidade social é alta em Engenheiro Coelho, Santo Antônio de Posse e Monte Mor; e média-alta em Holambra e Artur Nogueira. Quanto aos riscos ambientais, os piores indicadores estão nos municípios maiores (Campinas, Americana e Indaiatuba), enquanto Monte Mor e Santo Antônio de Posse, com risco médio-alto, são as que apresentam piores condições no grupo das cidades pequenas.

Do cruzamento das dimensões social e ambiental, chegou-se ao seguinte resultado: baixa vulnerabilidade socioambiental em Pedreira e Jaguariúna; baixo risco ambiental com alta vulnerabilidade social em Holambra, Engenheiro Coelho e Artur Nogueira; e alta vulnerabilidade socioambiental em Santo Antônio de Posse e Monte Mor. Fica claro, portanto, que existe uma lógica perversa de distribuição da vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana, que não atinge, somente, as cidades grandes. Isto afeta, desigualmente, a população.

A ocorrência de alguns processos ajuda a compreender melhor a situação. O registro de escorregamento, inundações e erosões, em quatro dos municípios com população inferior a 50 mil habitantes da região, é apresentado na tabela 42. Também está incluída os números de ocorrências para os municípios de Campinas, Hortolândia e Cosmópolis, o que permite a comparabilidade.

Tabela 42: Número de ocorrência de processos de escorregamento, inundação e erosão.

Município	Número de ocorrências por processo			Total de ocorrência por município
	Escorregamento	Inundação	Erosão	
Santo Antônio de Posse	2	0	0	2
Artur Nogueira	0	1	0	1
Jaguariúna	0	14	0	14
Monte Mor	0	4	0	4
<i>Campinas</i>	<i>7</i>	<i>50</i>	<i>0</i>	<i>57</i>
<i>Hortolândia</i>	<i>0</i>	<i>10</i>	<i>2</i>	<i>12</i>
<i>Cosmópolis</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>0</i>	<i>3</i>

Fonte: IPT, 2004.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Por apresentar uma ocupação mais densa e maior intervenção antrópica, Campinas registrou os maiores números de eventos, com destaque para as inundações. Estas tem sua expressão maior no espaço urbano. Para as cidades pequenas, tanto o número de inundações em Jaguariúna e Monte Mor quanto de escorregamento em Santo Antônio de Posse, representam fatores que contribuem na construção do risco a eventos pluviais, principalmente.

A identificação destes riscos levantam questões para o futuro das cidades, num cenário de possível expansão de seu espaço urbano. Voltam-se as preocupações com o planejamento.

Novos instrumentos de planejamento e gestão urbano ambiental, como o Atlas Ambientais, a Agenda 21 local, a Agenda Habitat, o Zoneamento Ambiental, os Estudos de Impactos Ambientais e os Estudos de Impactos de Vizinhança, estão sendo incorporados com a finalidade de atingir um desenvolvimento urbano mais equitativo e sustentável. Inserido numa concepção de cidade como “sistema urbano-social-ambiental” (MENEGAT E ALMEIDA, 2001), cada vez mais é necessário compreender o “lugar da cidade na natureza e o lugar da humanidade na cidade” (op. cit.).

As áreas em expansão urbana, como é o caso das cidades pequenas, sofrem com as mudanças espaciais advindas com os novos padrões de ocupação, de deslocamentos e das atividades econômicas. Isto implica em desdobramentos no setor de empregos, na escassez de serviços urbanos, na sobrecarga de infraestruturas, na falta de acesso à moradia adequada e na degradação ambiental. Ademais, como elucidou Bernardelli (2004), o fato das cidades não possuírem todos os meios de consumo coletivos, pode ampliar e tornar ainda pior a segregação socioespacial e a exclusão de seus habitantes.

4.3.3. A questão habitacional e os processos socioespaciais de segregação

Os meios de consumo coletivo possuem capacidade de agregar valor ao solo urbano e, por conseguinte, tem relação direta com seu preço. Tanto o acesso aos meios de consumo coletivo quanto as possibilidades de mobilidade no espaço, despontam como elementos primordiais quando se estuda a segregação. Para Villaça (2003), a segregação urbana atua através da acessibilidade, ou seja, através das facilidades ou dificuldades de locomoção no espaço urbano. Mas, tanto o solo urbano quanto os meios de locomoção nele tem um preço. A lógica mercadológica e tributária se faz presente na produção do espaço e ganha significado direto na organização do mesmo. Isto define os espaços valorizados para cada momento histórico.

De tal modo, o acesso à moradia está ligado ao seu preço que, por sua vez, depende de sua localização, tanto absoluta quanto relativa, na cidade. Santos (1988) já assinalava que a localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação de forças de mercado e decisões de governo. Porém, além das esferas econômica e pública, a dimensão social também revela sua face. Assim, as ocupações, a ilegalidade, a irregularidade passam a conviver, juntamente, com a especialização, a refuncionalização e a valorização de

determinadas áreas em detrimento de outras. Processos espaciais diversos que tem sua expressão mais significativa na segregação induzida e na auto-segregação urbana.

Como foi mencionado no item anterior, a segregação contempla uma série de fatores da vida urbana, inclusive o ambiental. Portanto, a vulnerabilidade socioambiental será considerada, inclusive na dimensão habitacional. O padrão de moradia reflete todo um complexo processo de segregação e de diferenciação na cidade. Para Castells (1983), a segregação urbana é um efeito da distribuição do produto entre os sujeitos, e do produto-moradia no espaço. Logo, a segregação tem seu início no problema da habitação e nas dificuldades de acesso das partes à totalidade da cidade.

Apesar de ser mais comum os estudos de segregação urbana em cidades grandes e médias, ela também está presente nas pequenas. Isto pode ser confirmado com as pesquisas empírico-analíticas realizadas por Roma (2006; 2008a; 2008b), Lahorgur et. al. (2008) e Vieira (2010), que discutiram a existência e as formas de segregação em cidades pequenas. Embora tratem, especificamente, de estudos de casos, estes trabalhos trazem questões gerais que podem ser utilizadas, teórico-metodologicamente, na reflexão de outras realidades. Desta maneira, contribuem para a construção de um pensamento sobre a produção do espaço urbano, a reprodução da moradia e as formas pelas quais se manifesta a segregação socioespacial em cidades pequenas.

Nestas cidades, o tamanho territorial tem uma significância em relação aos processos de segregação decorrentes da expansão urbana. A intensidade com que os fenômenos acontecem é menor e, em geral, assumem um perfil diferente. Em contrapartida, podem dar indícios de problemas mais graves para o futuro das cidades.

Para o caso das cidades pequenas da região campineira, a análise procura contemplar os agentes envolvidos na produção do espaço. A sociedade civil, por suas escolhas locais e pelas suas ocupações que colocam em questão o próprio aparato legal que rege a organização espacial. O poder público, que atua tanto na produção da legislação, no controle e fiscalização, quanto nas decisões sobre investimentos nos espaços urbanos e na construção de empreendimentos ou engenharias urbanas. Por fim, a esfera privada que estimula a criação de novas demandas no mercado imobiliário e vendem novos símbolos urbanos.

Inicialmente, vale considerar a leitura de Corrêa (1995), sobre a atuação dos grupos sociais excluídos do acesso a terra, que é a primeira condição para a moradia. Numa abordagem contempladora dos cortiços, da autoconstrução, dos conjuntos habitacionais e das favelas, o autor destaca que:

“As três primeiras possibilidades pressupõem uma vinculação a um agente social (...) Nenhuma delas transforma, em princípio, a população excluída em agente modelador do espaço urbano. Nem mesmo aqueles que produzem imóveis no sistema de autoconstrução. (...) É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes”. (CORRÊA, 1995, p. 30)

Diante desta constatação teórica, não há registro da existência de favelas ou similares nas cidades pequenas da região metropolitana (tabela 43). O que não significa que elas não exibam outras problemáticas que envolvem a questão habitacional e sofra com as consequências dos processos de (re) produção da moradia.

Tabela 43: Existência ou não de favelas, cortiços e loteamentos irregulares, ou similares, em 2012.

	Favelas, mocambos, palafitas ou assentamentos	Cortiços / casas de cômodos ou cabeça-de-porco	Loteamentos Irregulares e/ ou clandestinos
Holambra	Não	Não	Sim
Engenheiro Coelho	Não	Não	Sim
Santo Antônio de Posse	Não	Não	Sim
Pedreira	Não	Não	Não
Artur Nogueira	Não	Não	Sim
Jaguariúna	Não	Sim	Não
Monte Mor	Não	Sim	Sim

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2012.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Existem registros de cortiços²⁶, somente, nas duas maiores cidades avaliadas. A situação mais crítica, entretanto, abrange os loteamentos irregulares ou clandestinos, que também podem ser vistos como espaços produzidos por grupos sociais excluídos. Segundo Maricato (2000), a ocupação irregular de terras, no Brasil, é estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário e pela ausência de políticas sociais. Este cenário é revelador da problemática habitacional que afeta a população urbana, indiferente do tamanho das cidades.

Todavia, os processos excludentes nas cidades, não estão presentes apenas na vida daqueles excluídos da urbanidade formal. São sentidos, também, nos indivíduos incluídos nela, mesmo que de forma precária. O sistema de autoconstrução é um exemplo. Este fenômeno aparece cada vez em maior intensidade e faz parte da paisagem das cidades pequenas. Está presente em todas as cidades, como por exemplo: no Jardim San Remo, Jardim Moreira e Parque do Café (Monte Mor); Jardim Minas Gerais (Engenheiro Coelho); e Jardim Portal Pérolas e Jardim Maria Helena (Santo Antônio de Posse).

²⁶ Resumidamente: os cortiços se caracterizam por se tratar de casas enfileiradas e geminadas ou por se constituir a partir de casas antigas em avançado estado de obsolescência e subdividido em várias unidades domiciliares, cujas áreas úmidas (instalações sanitárias e a cozinha) são de uso comum.

Nela, o cuidado urbanístico praticamente desaparece. Causa a sensação de que as moradias estão inacabadas, pelo fato de serem construídas no tempo livre dos seus moradores. Ademais, o tamanho dos lotes, em geral são menores, atingindo o tamanho mínimo aceitável pelos requisitos urbanísticos para o loteamento (lei 6766/79).

Este conjunto de situações dificulta, no processo de construção, o atendimento a outras exigências urbanísticas, pois este é limitado apenas à construção da moradia, sem espaço para as áreas permeáveis, os recuos laterais, etc.. O código de obras dos municípios, quando existente, também, não é respeitado. O que evidencia “uma alternativa de moradia popular implementada pela dinâmica própria de produção da cidade e não pelas propostas de regulação urbanística ou de política habitacional” (MARICATO, 2000).

Tanto a existência de favelas, loteamentos irregulares e cortiços, quanto o sistema de autoconstrução, são algumas das facetas da atuação da sociedade civil na produção do espaço. Assim, desloca-se o enfoque do plano econômico para o plano social que foi trabalhado, especialmente, no que concernem as alternativas impostas pelos processos excludentes de organização da vida na cidade. Como resultado coloca-se em questão: o estatuto da propriedade de terra, de um lado, e a própria ordem legal instituída, de outro.

A leitura da questão habitacional envolve, também, a dimensão demográfica. Sua importância está relacionada, especialmente, ao crescimento decorrente da migração. As oportunidades de trabalho e a busca por melhores condições de vida são atrativos populacionais que alteram a dinâmica demográfica, criam demandas de moradias e inserem novos conteúdos às cidades.

Como medida para sanar os problemas sociais da habitação, o poder público interfere e atua como agente produtor direto de espaço, por meio da construção de empreendimentos: os conjuntos habitacionais. Alguns trabalhos vêm destacando estas ações e apontando os desdobramentos espaciais que elas assumem no contexto das cidades pequenas. Bernardelli (2000; 2002; 2003; 2004), Domingues et. al. (2006), Bernardelli e Matushima (2008) e Moreira Junior (2010), são exemplos de análises com foco na questão da reprodução da moradia (popular), cujos resultados trazem indicativos para se refletir acerca da segregação nestas realidades urbanas.

A tabela 44 registra o número de unidades construídas por programas habitacionais. Excetuando-se as duas cidades menores, as demais tiveram, no Estado, um importante agente produtor de espaço, em especial, de moradias. Além de indicar os períodos em que ocorreram os empreendimentos, também são apontados os programas sob os quais foram construídos.

Tabela 44: Número de unidades habitacionais realizados por programas habitacionais.

	Empreendimentos programados / em produção	Empreendimentos entregues na gestão 2011-2014	Empreendimentos entregues entre 1995-2006	Empreendimentos entregues em gestões de governo anteriores a 1995
Holambra	-	-	-	-
Engenheiro Coelho	0	0	1 (Carta de crédito)	0
Santo Antônio de Posse	0	0	100 (Empreitada Global)	116 (SH3)
Pedreira	14	6 (RH)	56 (Empreitada Global) 394 (Empreitada Global) 17 (Administração Direta)	180 (SH3) 200 (SH3) 115 (PHP)
Artur Nogueira	0	0	0	300 (SH3)
Jaguariúna	0	0	2 (Carta de crédito)	118 (SH2) 221 (SH3)
Monte Mor	258	0	298 (Empreitada Global)	70 (SH3) 132 (SH3)

Fonte: CDHU - Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Para Santo Antônio de Posse, Pedreira, Artur Nogueira, Jaguariúna e Monte Mor estes empreendimentos habitacionais tiveram importante papel na produção do espaço urbano, especialmente até 2006. O número de unidades construídas confirma isto, dando origem a novos bairros, como: o Jardim Morada das Flores e o Conjunto Habitacional Prefeito Augusto Lala (Santo Antônio de Posse); os conjuntos habitacionais Rainha da Paz, Ignes Ceconello Camilotti e Shiguelo Kobayashi (Pedreira); a Vila Guilherme e a Vila Miguel Martini (Jaguariúna); entre tantos outros exemplos.

Em todos os municípios é expressiva a quantidade de unidades entregues: Santo Antônio de Posse (226); Artur Nogueira (300); Jaguariúna (341); Monte Mor (500); e Pedreira (968). Nestes dois últimos, o papel do poder público na construção de moradias populares foi mais intenso, sendo que, ainda, se faz presente, estando programados ou em construção: 258 e 14 unidades habitacionais, respectivamente.

Porém, a habitação urbana vai além dos números. Maricato (1997), já advertia que ela deve estar conectada às redes de infraestrutura (água, esgoto, energia elétrica, drenagem pluvial, pavimentação) e ter o apoio dos serviços urbanos (transporte coletivo, coleta de lixo, educação, saúde, abastecimento, etc.). Diante disto, uma análise espacial deve considerar o quesito locacional destes empreendimentos no conjunto da cidade. Afinal, como mostra a figura 47, os conjuntos habitacionais são construídos às margens da cidade, muitas vezes, distantes do centro comercial e administrativo.

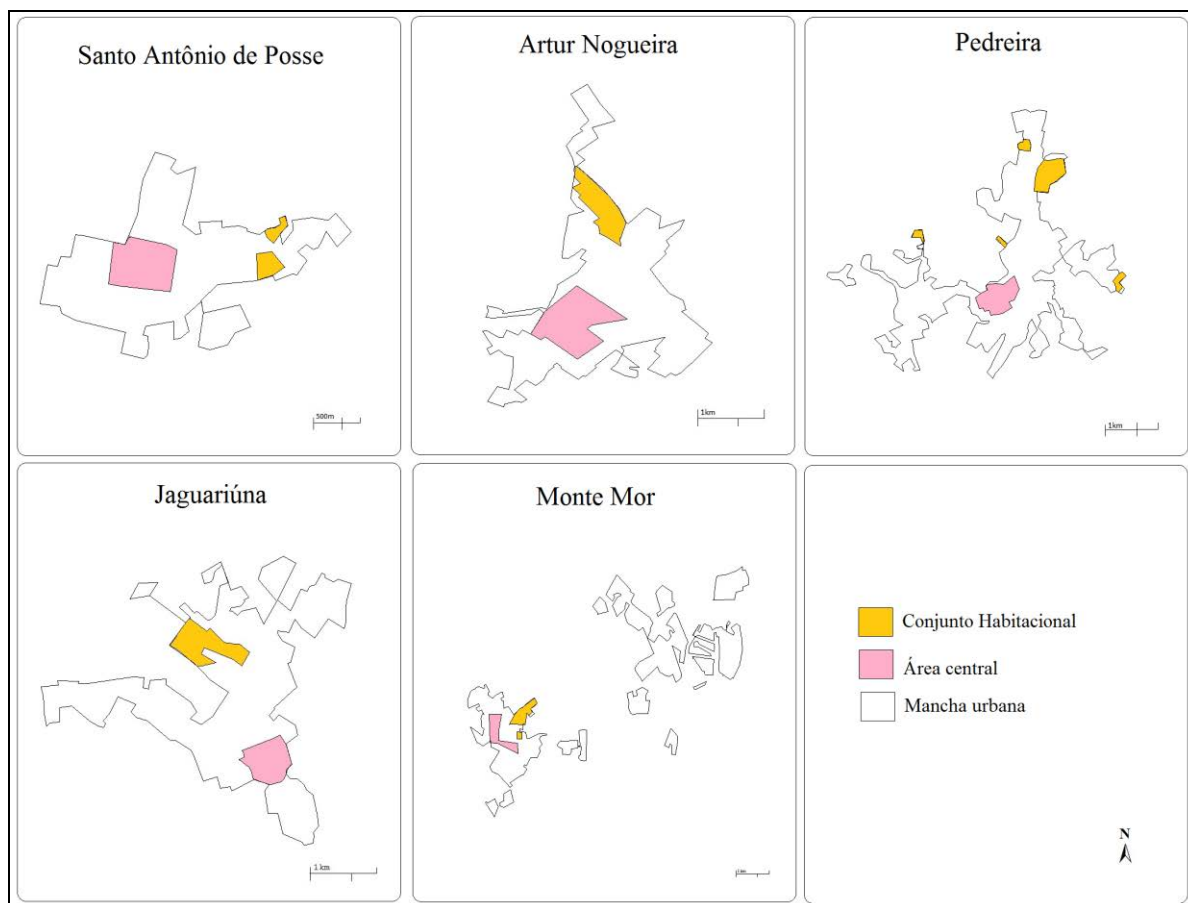


Figura 47: Localização dos conjuntos habitacionais no espaço urbano de Santo Antônio de Posse, Artur Nogueira, Pedreira, Jaguariúna e Monte Mor.
 Fonte: CDHU - Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo; Prefeituras Municipais; Trabalho em campo.
 Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Respeitando-se as escalas e os diferentes tamanhos territoriais das cidades, algumas conclusões podem ser observadas no que tange a acessibilidade, condição principal para que a segregação aconteça. O acesso não se restringe ao conjunto da cidade apenas, mas à distância entre os conjuntos e a área central. Devido a inexistência de um transporte público intra-urbano, as distâncias tornam-se ainda maiores, para as pessoas idosas, com deficiências ou com crianças. Pode-se acrescentar, ainda, a ausência ou insuficiência de bens, serviços e infraestruturas nestas localidades.

Algumas destas novas áreas recebem, somente, a infraestrutura básica (asfalto, rede de água, rede de esgoto, rede de luz), outras nem isto. No geral, junto com a construção destes conjuntos habitacionais, não são realizados investimentos nos equipamentos urbanos como escolas, creches, postos de saúde, áreas de lazer. Outras questões importantes podem ser inseridas, como a má qualidade arquitetônica; a impessoalidade das habitações que não consideram as características populacionais e a estrutura familiar; a ausência de um projeto da paisagem urbana, integrado ao planejamento urbano-ambiental, entre outros.

A atuação do poder público, via construção de habitações de interesse social, nos moldes nos quais tem ocorrido tem, de fato, uma ação focada na efetiva inclusão urbana? O direito à cidade não diz respeito apenas à um registro legal de propriedade, mas na condição digna de habitação e do acesso ao conjunto de benefícios que a cidade tem a oferecer.

Esta reflexão pode ser estendida a outras partes das cidades. Espaços que não foram produzidos diretamente pelo poder público, mas que também sofrem das mesmas carências descritas aqui. Os casos de Monte Mor e Pedreira, especialmente, revela isto. No primeiro, a produção do espaço a partir de descontinuidades espaciais dificulta o acesso à área central da cidade àquela população que reside nos bairros mais longínquos. No segundo, as dificuldades se acentuam em decorrência do relevo acidentado.

A mercantilização do espaço urbano produz espaços diferenciados para diversos segmentos sociais. Tanto o mecanismo de mercado quanto o poder público produzem espaços onde os pobres ficam com as piores localizações. Em contrapartida há um fortalecimento para a auto-segregação urbana das camadas de renda mais elevada, que selecionam para si as áreas mais bem servidas de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos.

Este fenômeno pode ser observado na produção do espaço caracterizado tanto pela verticalização quanto pela horizontalização. O primeiro é característico das grandes e médias cidades. O intuito não é discutir os prós e contras do processo, mas indicar que as cidades pequenas tem assumido um papel de reprodução da forma de morar dos grandes centros, sem se tratar de um processo urbanístico ligado ao planejamento e organização do espaço.

A figura 48 traz alguns exemplos de construções verticais nas cidades pequenas. Estes edifícios destoam na paisagem urbana, uma vez que são poucos diante do maior número de construções horizontais.



Figura 48: Exemplos do processo de verticalização nas cidades pequenas da Região Metropolitana de Campinas.

Fonte: Trabalho em campo.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

O morar num edifício simboliza um *status* diferenciado numa cidade pequena. Assume certo destaque ante as outras formas de habitação, especialmente, porque estão radicados nas áreas mais povoadas das cidades. Diferentemente, os loteamentos fechados²⁷ e os loteamentos de chácaras, localizam-se em áreas de menor densidade. São exemplos: Condomínio Recanto Mirim, Condomínio Reserva da Mata, Haras & Fazenda Larissa (Monte Mor); Condomínio Fechado Tamboré, Condomínio Piazza Ville, Condomínio Lago da Barra, Condomínio Fazenda Duas Marias (Jaguariúna); Portal dos Manacas, Loteamento Fechado Flor D'Aldeia, Residencial Califórnia, Residencial San Marino, Condomínio Boa Esperança (Artur Nogueira); Condomínio Náutico Represa (Pedreira); Esparta Park (Engenheiro Coelho); Loteamento Fechado Flor D'Aldeia (Holambra).

Estes empreendimentos produzem lugares diferenciados: murados, vigiados e com acesso controlado. Ao mesmo tempo transforma os espaços urbanos, como foi visto anteriormente no caso de Engenheiro Coelho (figura 43), na qual o loteamento fechado

²⁷ De acordo com dados do Plano Metropolitano de Habitação de Interesse Social da RMC, elaborado pela AGEMCAMP, entre 2000 e 2007, foram aprovados 10 empreendimentos em Jaguariúna, 4 em Artur Nogueira, 2 em Monte Mor, 2 em Holambra, 2 em Engenheiro Coelho e 2 em Pedreira.

Esparta Park, juntamente com outros residenciais e a universidade estão produzindo um espaço separado do núcleo central da cidade, voltado para um segmento específico.

As novas formas de moradias criadas pela iniciativa privada e que cultivam novos símbolos urbanos não são, necessariamente, frutos da demanda dos moradores locais. Na maioria dos casos, tem relação com o fato de estar inserida numa região dinâmica. A possibilidade de conexão rápida dá condições para que se crie esta tipologia de inovações de moradia (como é o caso dos loteamentos de chácaras), tornando-se interessante para pessoas de outras cidades, o que justifica, sobretudo, a localização geográfica dos mesmos, concentrados nas proximidades do núcleo metropolitano. A questão dos valores que são postos pelo mercado imobiliário contrapõe a construção de uma identidade local, visto que a população de outras cidades não vai residir nestas localidades para integrá-las, mas para usufruir e impor sua condição de vida.

As situações descritas aqui são a melhor expressão da segregação urbana, “forma acentuada de diferenciação socioespacial, que por sua vez reforçam as dinâmicas de acesso desigual à cidade” (SPOSITO, 1999a). Isto afeta diretamente a condição de vida da população. Se a problemática socioespacial é mais perceptível em cidades maiores, já se torna notável, também, nas cidades pequenas. Nestas, ela pode ser mais alarmante, ao se considerar os seus valores diante do seu tamanho territorial e populacional.

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), desenvolvido pela Fundação SEADE, é um exemplo de diagnóstico da qualidade de vida, a partir da representação espacial da vulnerabilidade social nas cidades. Seguindo a metodologia empregada, que combina as dimensões socioeconômica e demográfica, é feita a classificação dos setores censitários em grupos de vulnerabilidade. Este indicador se apoia conceitualmente em dois pressupostos:

(...) “o primeiro a constatação de que as inúmeras dimensões da pobreza (...) não se limita a considerar a privação de renda, mas também a composição familiar, as condições de saúde e o acesso aos serviços médicos, o acesso e a qualidade do sistema educacional, a possibilidade de obter trabalho com qualidade e remuneração adequadas, a existência de garantias legais e políticas, etc.. O segundo pressuposto em que se apoia o IPVS é a consideração de que a segregação espacial é um fenômeno presente nos centros urbanos paulistas e que contribui decisivamente para a permanência dos padrões de desigualdade social”. (SÃO PAULO, 2013, p. 8)

Por relacionar as variáveis que englobam a análise tanto da pobreza quanto da segregação espacial, o IPVS contribui para a análise das desigualdades socioespaciais nos municípios paulistas. Portanto, vale apresentar os resultados obtidos, em nível municipal. Na tabela 45 está registrada a distribuição da população de cada municipalidade, por grupo de

vulnerabilidade. Enquanto, na figura 49, a representação cartográfica elaborada pela Fundação SEADE permite uma leitura territorializada do fenômeno.

Tabela 45: Distribuição da população segundo os Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) 2010, em %.

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7
<i>Estado de São Paulo</i>	6,1	40,1	18,0	19,2	11,1	4,4	1,0
Holambra	22,6	30,1	39,4	7,9	0	0	0
Engenheiro Coelho	19,8	11,5	22,4	0	46,3	0	0
Santo Antônio de Posse	0	31,9	18,9	23,8	25,4	0	0
Pedreira	0	65,8	22,2	7,1	4,8	0	0
Artur Nogueira	1,2	30,7	48,3	8,3	11,5	0	0
Jaguariúna	1,7	30,5	61,0	4,2	2,6	0	0
Monte Mor	0	22,7	14,8	29,5	31,4	0	1,6

Fonte: SÃO PAULO, 2013.

Nota: **Grupo 1**- baixíssima vulnerabilidade. **Grupo 2**- vulnerabilidade muito baixa; **Grupo 3**- vulnerabilidade baixa; **Grupo 4**- vulnerabilidade média; **Grupo 5**- vulnerabilidade alta; **Grupo 6**- Vulnerabilidade muito alta; **Grupo 7**- setores censitários rurais de alta ou muito alta vulnerabilidade. **NC**- não consta.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

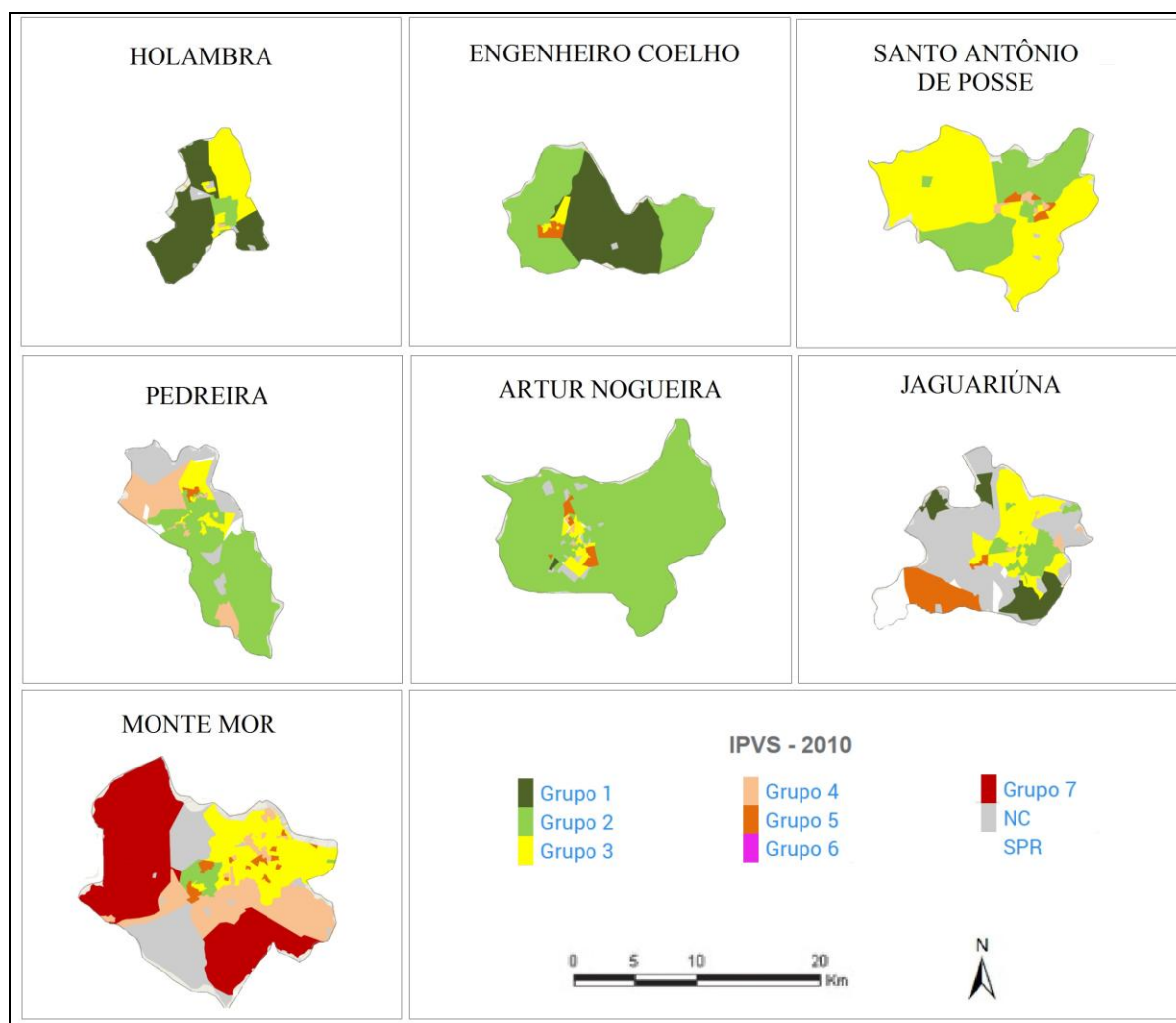


Figura 49: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social das cidades pequenas da Região Metropolitana de Campinas.

Fonte: SÃO PAULO, 2013.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Enquanto a tabela contempla os números relativos, a figura apresenta a espacialização deles. Isto permite, com algumas limitações, analisar a distribuição espacial da população acoplada à vulnerabilidade em nível tanto municipal quanto intra-urbano. Entre os municípios, é possível observar dois conjuntos bem definidos. O primeiro, composto por aqueles em que predominam os grupos 1, 2 e 3: Holambra, Pedreira, Artur Nogueira e Jaguariúna. No segundo estão Engenheiro Coelho, Santo Antônio de Posse e Monte Mor, cujos espaços ocupados por setores censitários prevalecem os grupos 4, 5 e 7. Isto indica que não há relação direta entre o tamanho populacional e a distribuição da vulnerabilidade social. Afinal, cidades de portes diferentes não estão agrupadas num mesmo conjunto. As especificidades de cada município, no geral, e das cidades, em particular, possibilitam identificar possíveis causas da diferenciação.

Os bons índices de Holambra têm explicações em suas particularidades econômicas e sociais. Tanto o processo de formação sócio-territorial e as especificidades da atividade econômica desenvolvida criaram especialidades ao município. Em contrapartida, Engenheiro Coelho e Santo Antônio de Posse, localizados mais distantes do centro metropolitano, com características econômicas dependentes dos setores primeiro e terceiro, mostram certa carência no desenvolvimento social dos municípios.

Mas, o principal diferencial é obtido na análise de Jaguariúna e Monte Mor. As duas mais integradas ao processo de metropolização possuem características bem distintas. Enquanto a primeira possui bons índices, a segunda revela a alta fragilidade social em que se encontra a maioria de sua população, tanto urbana quanto rural. Em Monte Mor fica evidente que a forma como se deu a expansão urbana e, conseqüentemente, seu tamanho territorial, favoreceram a intensificação do ônus social da urbanização, principalmente, nos bairros que surgiram na faixa que segue em direção à Campinas.

Deste modo, nem todas as cidades são favorecidas positivamente pelo processo de metropolização. Algumas são incluídas apenas institucionalmente, sem auferir vantagens econômicas e sociais que poderiam advir da regionalização. Se, economicamente, elas são frágeis e dependentes de transferência de receitas, do ponto de vista social a vulnerabilidade desponta, com manifestação espacial de diversos processos excludentes.

Esta interpretação pode ser complementada tanto pela leitura regional da vulnerabilidade social, ambiental e socioambiental (figura 46), quanto pela análise regional efetuada no Capítulo 3, que evidencia a composição de uma rede urbana e de interações entre os municípios no contexto regional. Daí a importância em se considerar diversas perspectivas analíticas quando se estuda cidades pequenas, desde a escala do intra-urbano até a escala

regional ou nacional. A localização da cidade, sua posição na rede urbana, sua distância e acessibilidade aos centros melhor equipadas são fatores que não podem ser ignorados.

Os fluxos entre as cidades são visíveis. Assim, uma série de deslocamentos pendulares se estabelece, como foi comprovado anteriormente. Os deslocamentos, produto de diversas motivações, ocorrem para suprir necessidades não atendidas nestas cidades. Isto é facilitado pela proximidade entre os núcleos urbanos, o que pode ser confirmado pelo número de linhas de ônibus que integram as cidades pequenas à cidade central.

Diante disto, a segregação pode ser pensada, também, para além do espaço intra-urbano, como propõe Roma (2008b), quando levanta a hipótese de que existe uma segregação socioespacial interurbana, ao se avaliar a posição da cidade (principalmente a pequena) na rede urbana. Esta hipótese baseia-se, conforme a autora, nos seguintes indicadores: o fato de se tratar de uma cidade local; a dependência das relações interurbanas para suprir as necessidades de acesso aos meios de consumo coletivo e privado; e a presença de elementos que levam ao questionamento da existência ou não, do caráter urbano da cidade.

É difícil afirmar a composição de um cenário de segregação interurbana na região. Novamente, a análise a partir dos circuitos da economia urbana pode contribuir para uma reflexão neste sentido. Existem atributos ou componentes da vida urbana que são próprios do circuito superior, e, desta forma, não tem sentido a sua presença em cidades pequenas. Em contrapartida o caso da região metropolitana, a proximidade e as possibilidades de conexões contribuem para integrar as cidades à região. O que chama atenção, no entanto, são os casos relacionados à forma de produção do espaço urbano, no qual é nítida uma reprodução da moradia desprendida da cidade e com ligações mais fortes com a cidade central, como é o caso de Monte Mor. O crescimento em arquipélago, em torno da rodovia, revela a busca por lotes mais baratos, mas que, ao mesmo tempo, tem uma preocupação com a ligação viária.

A dependência ao sistema urbano-regional; a confirmação do caráter de cidade-dormitório; as necessidades de deslocamentos; a escalada da violência; bem como a proliferação de espaços social e ambientalmente vulneráveis, são elementos que contribuem para uma reflexão da segregação na escala interurbana. Paradoxalmente, a população destas cidades está diante de um circuito inferior da economia urbana – verificados pela fonte do PIB, pelos setores dos empregos e pelo rendimento médio por ramo de atividade –, ao mesmo tempo em que tem contato com objetos técnicos modernos, necessários ao processo de metropolização.

As questões apontadas neste capítulo auxiliam na compreensão dos processos excludentes na região metropolitana de Campinas, que tem na segregação, a manifestação

espacial do fenômeno. Como a acessibilidade é um fator que desponta em sua compreensão, vale uma observação acerca das formas e meios de deslocamento. Afinal, além de ter um “preço”, ela não é igual nem no espaço interno das cidades, nem no conjunto de possibilidades de integração metropolitana.

Como já foi destacado: as cidades se limitam a partir dos eixos nos quais a circulação pode ser mais rápida ou mais lenta. No capítulo anterior foi comprovada a necessidade de deslocamento destas para outras cidades (Monte Mor, 31,7 %; Artur Nogueira, 31,1%; Santo Antônio de Posse, 27%, Engenheiro Coelho, 20%, etc.), bem como destacou-se o tempo habitual de deslocamento para o trabalho. Complementando a análise, foi apresentado o número de linhas de ônibus que fazem a integração diária entre as cidades pequenas e as outras da região metropolitana, com resultados bastante variados.

Todavia, a fim de complementar a análise a tabela 46 registra o número total de veículos nas cidades, e alguns de seus tipos. Isto permite delinear algumas considerações complementares àquilo que foi analisado anteriormente. Afinal, se naquele momento foi examinado o meio de transporte coletivo, neste desponta o individual, que é utilizado, não somente, para deslocamento na área metropolitana, mas interior de cada cidade. O que acarreta em consequências diretas no espaço intra-urbano.

Tabela 46: Frota dos municípios, por tipo de veículos, em 2010.

	Holambra	Engenheiro Coelho	Santo Antônio de Posse	Pedreira	Artur Nogueira	Jaguariúna	Monte Mor
Total de veículos	6.159	5.598	9.350	23.894	23.353	26.597	16.467
<i>Proporção para cada 1000 hab</i>	<i>545</i>	<i>356</i>	<i>453</i>	<i>575</i>	<i>528</i>	<i>599</i>	<i>336</i>
Automóveis	3.247	2.881	5.011	11.113	13.352	14.998	10.532
Caminhão	355	296	674	673	912	997	633
Caminhonetes/camionetas	855	616	1.097	2.226	2.387	2.443	1.445
Micro-ônibus	32	34	40	101	83	88	70
Motocicletas	1.192	1.302	2.005	8.187	5.171	6.105	2.970
Motonetas	177	135	194	1.161	776	1.053	262
Ônibus	64	130	117	64	143	160	117
Utilitários	24	15	22	66	21	83	36

Fonte: Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN – 2010.
Org. Orlando Moreira Junior, 2014.

Uma observação inicial na tabela permite concluir que as cidades pequenas já possuem um número elevado de veículos. Estes números assumem outra significância quando o seu total tem relações com a população. Por conta disto, a inclusão da sua proporção para

cada mil habitantes. Fica claro que, nesta relação, Jaguariúna e Pedreira possuem os maiores valores, enquanto Monte Mor e Engenheiro Coelho, os menores. Então, uma explicação para a importância do transporte coletivo para os montemorenses.

No exercício de relacionar o número de veículos e o número de habitantes de cada municipalidade, é importante considerar as pessoas pertencentes às faixas etárias que não se enquadram no grupo de motoristas²⁸, especialmente aquelas que não atingiram a idade mínima para dirigir. Também é válido observar o número de automóveis e motocicletas/motonetas no total da frota, afinal são estes os principais meios de locomoção no espaço urbano e metropolitano.

De um lado, pode ser visto como meio de locomoção, em sentido restrito, ou de integração a totalidade da cidade e da região, num sentido amplo. De outro, representam fatores que contribuem para organizar o espaço, originando diversas problemáticas. Contraditoriamente, apensar do número significativo de frotas, não se observa, nos planos diretores municipais, ações estratégicas para melhorar e tornar mais homogênea a acessibilidade e aumentar a mobilidade da população. É notória a necessidade de se criar medidas para adequar o sistema viário. No espaço intra-urbano, é preciso pensar em meios de minimizar os percalços na ligação da área central com as demais partes da cidade. Na região metropolitana, de um lado, as reflexões devem considerar a integração efetiva das áreas espacialmente descontínuas e, de outro, na área já em processo de conurbação, as questões devem atentar aos custos dos deslocamentos²⁹ e as consequências espaciais, sociais, econômicas e ambientais que deles advém.

Por conta disto, não se pode desvincular, como visto no capítulo anterior, as distâncias entre habitação, local de trabalho e o centro comercial e de serviços. Os deslocamentos se tornam necessários, indiferentemente do meio de transporte utilizado. Na região metropolitana eles extrapolam os limites de cada cidade, o que torna mais complexa a compreensão das relações que se estabelecem tanto com o custo de deslocamento quanto com a condição de moradia e o valor dos imóveis, seja para compra ou locação.

O espaço intra-urbano já sofre com o trânsito, composto tanto por veículos motorizados, como mostra tabela 46, quanto os não motorizados (bicicletas e veículos de

²⁸ No item 3.2.1. Estrutura sexo/idade: características e consequências (página 125), no terceiro capítulo, são apresentadas as pirâmides de idade das cidades pequenas no ano de 2010, a partir das quais se pode observar as faixas etárias da população e observar aquelas que não compreendem os grupos de motoristas.

²⁹ Por custos de deslocamento deve-se entender não somente os custos com combustível, manutenção dos veículos ou pagamentos de pedágios, quando existentes. Acrescenta-se, também, o tempo necessário para tal, o consumo de espaço, em decorrência dos congestionamentos, aumento do número de acidentes, diversos tipos de poluição (do ar, visual, sonora), a necessidade de infraestruturas, a manutenção das vias, entre outros.

tração animal). Seus centros já sofrem com falta de estacionamentos, as vias são tomadas por carros estacionados, há ausência de ciclovias, bicicletários, entre outras infraestruturas necessárias para viabilização de outros modos de transporte. Ressalte-se que, paradoxalmente, esta tipologia de cidade, devido seu tamanho territorial, poderia privilegiar as vias destinadas à circulação de pedestres ou ciclistas, com segurança e conforto. Mas, não existe nenhum cuidado urbanístico que beneficie esta prática, ao contrário, são favorecidas as vias voltadas para o uso do automóvel.

Villaça (2001), destacou que a cidade capitalista é aquela que está sob a égide do mecanismo de mercado, pautadas nas transações imobiliárias, nos loteamentos e no espaço produzido sob o impacto do automóvel. Mesmo com a emergência dos subcentros, os volumes de viagens, tanto de transporte público quanto de veículos particulares, tem se concentrado em direção ao centro da cidade ou ao núcleo metropolitano.

Os apontamentos elencados aqui procuram refletir acerca das feições espaciais que assumem a segregação nas cidades pequenas da região metropolitana. Além da questão da escala, servem para responder a questão já pontuada: nas cidades pequenas, ante o cenário metropolitano, são estabelecidas relações mais próximas de sociabilidade?

Apesar de ser difícil formular generalizações, pode-se observar duas situações. Na primeira, existem situações que revelam uma diminuição da sociabilidade: a escalada da violência, a auto-segregação urbana, a produção do espaço em descontinuidades, a descentralização da escala intra-urbana em virtude da centralização metropolitana (no sentido das pessoas se deslocarem e realizarem diversas atividades fora das cidades onde residem), dentre outras. Este cenário demonstra situações que alteram tanto as escolhas locacionais e as práticas socioespaciais, quanto os conteúdos e imagens de cada parte da cidade.

Em contrapartida, a segunda, evidencia aspectos de sociabilidade. Além da “pessoalização”, ou seja, a marca pessoal de cada indivíduo (nome, parentesco, endereço, etc.), pode-se acrescentar o papel da praça para cidade. Ela, ainda, é apropriada para uso coletivo, especialmente entre os mais jovens. Da mesma forma, a rua, diferentemente, de ser um lugar de passagem como em cidades maiores, também simboliza um lugar de encontros.

O centro da cidade não assume, somente, o sentido de um espaço institucionalizado pelo Estado, capital ou igreja. Adquire um sentido de partilha de um território comum, mas que vem se perdendo pelas novas configurações socioespaciais que as cidades veem adquirindo. A segregação é uma delas e tem ampliado a diferenciação entre as pessoas e o consumo do espaço urbano. A questão social, ainda, é um problema que parece estar longe de uma solução satisfatória. Os mapas de vulnerabilidade social ou socioambiental revelam que

existe uma divisão social no espaço urbano, bem como na região metropolitana. O pensamento acerca de uma sustentabilidade social e ambiental nas cidades da atualidade está intrinsecamente relacionado às diferenças econômicas e socioespaciais que nelas coexistem. Eis uma questão para o poder local ou para o Estado?

4.3.4. O papel da gestão urbana local

A inserção do poder e a gestão urbana local na análise dos processos excludentes foi motivada pelo texto de Séguin e Germain (2000), os quais debateram as cidades inclusivas a partir da política local para a área metropolitana de Montreal. Apesar da existência da pobreza, de uma divisão social do espaço e da problemática que envolve a integração dos imigrantes, os autores consideraram-na socialmente sustentável, graças a descentralização da gestão e do poder local.

Assim, diante da realidade brasileira, de modo geral, e da Região Metropolitana de Campinas, em particular, procura-se discorrer sobre questões que envolvem o papel do Estado nas intervenções nos níveis local e regional, bem como a própria gestão metropolitana. Em Lefebvre (1991), há uma crítica ao Estado que reproduz a segregação nas cidades através do próprio sistema que ele impõe sobre a sociedade. Nesta direção, em que medida pode-se pensar numa sustentabilidade (social ou ambiental), para a região metropolitana, como um todo, e para as cidades pequenas, em particular?

O debate sobre o poder local ganhou nova relevância com a Constituição de 1988 quando, legalmente, foi promovida a descentralização. Esta conferiu maior autonomia e funções para as instâncias municipais e estaduais. Com as mudanças no plano institucional passou a caber, principalmente, aos municípios, a responsabilidade de assumir a política e a gestão dos serviços sociais, bem como promover o desenvolvimento local. Juntamente, houve favorecimento da democracia, pois houve, ainda, garantias de maior participação popular nas decisões de governo, especialmente nas áreas de políticas sociais.

Antes de passar para a análise conclusiva da Região Metropolitana de Campinas e suas cidades pequenas, vale destacar que o Estado promoveu uma espécie de descentralização centralizadora³⁰. O que passou a ser notável no país foi uma centralização das metas, diretrizes e instrumentos gerais das políticas na esfera federal, ao mesmo tempo em que,

³⁰ Este termo foi cunhado por Sposito (1999b), quando analisou as características da política da educação brasileira na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Geografia. Todavia, por acreditar que ele retrata o caráter das mudanças ocorridas a partir da Constituição de 1988, será utilizado aqui para pensar outras propostas políticas.

constitucionalmente, aumentou as responsabilidades dos estados e municípios na implantação e gerenciamento de políticas sociais. Isto pode ser verificado, por exemplo, no Estatuto da Cidade, na Política Nacional de Resíduos Sólidos, nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental e médio, entre outros.

É, justamente, na Constituição de 1988 que foi delegado aos estados o poder de criar as regiões metropolitanas. Isto explica o porquê delas terem se multiplicado pelo país afora, sem critérios definidos para delimitá-las, como foi discutido e demonstrado no Capítulo 2. Um exemplo é Campinas, mas que, diferentemente de outras, possui aspectos metropolitanos.

Importante salientar que a instituição de uma região metropolitana incide numa forma de descentralização meramente administrativa. Embora tenha por objetivo integrar os municípios na organização, planejamento e execução das funções públicas de interesse comum, não assume um caráter político. Resumidamente, há somente mudança para determinadas tomadas de decisões que se deslocam do plano local para o regional.

Porém, como foi verificado: isto não tem ocorrido em sua totalidade. Os desafios são diversos. Os impasses e as limitações das articulações interinstitucionais dos municípios e das Câmaras Temáticas exemplificam isto. O título ou *status* de região metropolitana aparenta ter mais valor que a governança metropolitana em si. Esta, por sinal, é falha; é evidenciada muito mais pelo caráter econômico do que social ou geográfico. Mas, mesmo assim, a questão que fica é acerca do papel da gestão urbana local, nas cidades pequenas, ante o processo de metropolização e da necessidade de tomada de decisões em comum.

Tanto as tentativas de articulações intermunicipais nas mais diversas áreas, quanto os esforços da AGEMCAMP em promover e incentivar as interações, representam possibilidades para uma gestão das funções em comum. Todavia, o problema é que eles têm ficado no plano das ideias e do discurso. São elaborados diagnósticos, planos, relatórios, seminários e propostas entre as prefeituras. Mas, como se tudo fizesse parte de um roteiro, institucionalmente, imposto. Correspondem a ações normativas ou reguladoras que reúnem as principais ideias, fundamentos e orientações que servem mais para justificar os arranjos institucionais, do que adotar uma postura transformadora.

Estas limitações não se restringem, apenas, ao debate regional. Estão presentes nas cidades, incluindo as pequenas. Nestas, talvez, os entraves sejam, ainda, maiores. Se o enquadramento diante das leis estaduais ou federais e a elaboração de planos são pontos positivos, a sua execução denuncia as falhas. Pensar a cidade não é pensar num produto, pronto e acabado, mas num processo contínuo de reprodução do espaço, repleto de especificidades.

A metropolização institucional não garante que ocorram articulações em prol de melhorias nos diversos temas que envolvem a gestão urbana. Atualmente, existem outras possibilidades de articulações, como os casos das experiências do Comitê de Bacias Hidrográficas e dos consórcios municipais. Estes são exemplos de políticas participativas e decisórias que podem ser firmadas entre municípios, nas mais diversas escalas territoriais.

No que tange a política local em cidades pequenas, Soares e Melo (2010), destaca a problemática que envolve a administração pública e a população, como um dos componentes na interpretação das cidades pequenas. Neste aspecto, Bacelar (2008), identificou três características particulares das cidades pequenas: as relações mais estreitas entre a população e o poder público municipal; a descentralização e a crise administrativa local; e a política do favor e do clientelismo que, ainda, faz parte da vida política destas cidades. Poderia ser acrescentada, ainda, a turbulência demográfica por que passam estas cidades e que afetam as políticas locais, como são os casos da queda da fecundidade, o aumento da população idosa e as demandas migratórias.

O patrimonialismo e as relações de compadrio, nas formas como se utiliza do aparelho e das benfeitorias públicas, imperam nas cidades pequenas. Isto tem consequências diretas na produção do espaço, priorizando-se algumas partes da cidade em detrimento de outras. A esfera pública, como foi discutido, interfere nas mais diversas áreas da vida urbana. Desde a elaboração da legislação urbanística que, em tese, regularia a esfera privada, até a produção de chão, tanto pelas engenharias urbanas quanto pelos empreendimentos habitacionais. Se, de um lado, procura sanar as deficiências no espaço urbano, por outro contribui para o estabelecimento de novas divisões na cidade.

A descentralização trouxe novos instrumentos de política urbana e de desenvolvimento municipal. A participação da população, pela instituição dos Conselhos Municipais, é um exemplo disto. Apesar de representar novas formas de governança pública, na prática eles ainda não se concretizaram, representando um desafio aos novos arranjos que a gestão urbana deve assumir. Em tese, o contexto atual fortalece o poder local e amplia as oportunidades da população na tomada de decisões de temas que permeiam a vida cotidiana.

O Estatuto da Cidade e seus novos instrumentos de política urbana simbolizam um avanço neste sentido. Representa uma nova racionalidade normativa e possibilidades para o fortalecimento da gestão local, seja na busca de uma identidade ou na inserção do processo metropolitano. É preciso pensar a cidade do ponto de vista do Capital Social, que existe em todas as cidades, mas que “não estão ao alcance de todos” (SANTOS, 1994b), como revelou a

análise dos meios de consumo coletivo e seus desdobramentos socioespaciais, que é apropriado seletivamente.

Se as políticas nas esferas estadual e federal concentram-se, sobretudo, em auxiliar as famílias de menor rendimento, por meio de diversas ações setoriais – saúde, educação, redistribuição de renda, acesso à casa própria, entre outros –, a política local atua mais diretamente na vida de toda população municipal. As intervenções são diretas e sentidas no dia a dia. No município, existe uma maior proximidade do poder público com a sociedade civil, o que viabiliza a participação do povo na gestão administrativa local.

Nesta direção, a institucionalização da região metropolitana apareceu como um ponto positivo, na medida em que facilitou a gestão pública compartilhada, a nível regional. As possibilidades atingidas nas estratégias nas áreas de transporte exemplificam bem isto. Afinal, o objetivo é integrar as pessoas e os lugares, em prol do desempenho econômico. Mas, é preciso avançar em outros setores também.

Pensar a descentralização e a governança metropolitana, ante este cenário, requer uma reflexão acerca da heterogeneidade das cidades que a compõe. Para cada município fica a complexidade de ter de cumprir as diretrizes oferecidas e impostas pelo poder federal. Cria-se um nó que engloba várias formas de governança (administrativa), evidenciada pelas diversas formas de regionalização, mas que, contraditoriamente, não geram produtos que promovam, de fato, uma sustentabilidade social. O oposto é que muitas vezes as questões sociais são negligenciadas. Então, qual seu significado para as cidades pequenas?

Uma hipótese conclusiva é a de que os aspectos ligados ao poder local envolvem tanto uma forma de governo marcada pelas relações de proximidade entre o poder público e a população, quanto pela modernidade que envolve os novos arranjos de gestão, que devem ser cumpridos em diversas escalas. Os aspectos que envolvem a gestão e o desenvolvimento econômico – mesmo que, muitas vezes, no plano das ideais ou do discurso – estão mais em evidência, do que os aspectos metropolitanos na paisagem urbana. Embora haja características de metropolização na região, não se observa a constituição de uma identidade metropolitana em sua totalidade, o que resulta em diferenciações na produção do espaço urbano e regional.

4.4. Lógicas gerais e lógicas particulares na produção do espaço urbano das cidades pequenas da Região Metropolitana de Campinas

Todas as cidades brasileiras exibem, com diferenças de grau e intensidade, problemáticas semelhantes. Isto se deve as lógicas gerais de produção do espaço, que se

fundamentam nas leis do mercado imobiliário e nas desigualdades ao acesso a terra. Numa região dinâmica estes aspectos tornam-se ainda mais evidentes. Prontamente a estas lógicas gerais, que envolvem as esferas pública e privada, bem como a sociedade civil, a produção do espaço em cidades pequenas de uma área metropolitana possui aspectos particulares, próprias de cada cidade ou do contexto regional que a envolve.

O exercício analítico efetuado até aqui trouxe diversas questões para analisar as cidades pequenas numa região metropolitana. Ao mesmo tempo, obtiveram-se respostas valiosas que permitiram elaborar reflexões conclusivas no contexto do referencial empírico. Assim, das inúmeras maneiras que se poderia encerrar (porém não findar) a discussão que se desenvolveu, principalmente neste capítulo, optou-se por realçar os aspectos espaciais e socioeconômicos. De tal modo, é possível agrupar as cidades em dois conjuntos bem definidos ante as características assumidas pelo processo de metropolização. Os dois conjuntos evidenciam, claramente, as particularidades das cidades pequenas naquilo que tange tanto sua dinâmica interna quanto o cenário regional-metropolitano:

a) As cidades pequenas tipicamente metropolitanas

Paradoxalmente, como foi mencionado, a metropolização é mais visível no plano das ideias, seja nas tentativas de integração regional ou de governança territorial, do que na paisagem urbana das cidades pequenas. Contudo, de modo diferenciado, Jaguariúna e Monte Mor, possuem elementos demográficos, econômicos e espaciais, mais estreitamente atrelados ao processo de metropolização. O termo “tipicamente” procura assumir este sentido, o que não exclui o fato das demais cidades exibirem algumas características do processo ou esforços para poder atingi-lo.

Como se sabe, a expansão físico-territorial, desdobrada a partir de Campinas, de seus processos de parcelamento do solo e do sistema rodoviário, propiciou uma ocupação rarefeita na região. A dinâmica de expansão horizontal, repleta de descontinuidades, tiveram implicações na ocupação diferencial dos subespaços, na organização das atividades econômicas e na distribuição da população na região. Monte Mor e Jaguariúna são exemplos disto, porém, de modo diferenciado, estão mais integradas à região metropolitana, em sua dimensão geográfica.

O desenvolvimento das atividades econômicas é um catalisador da urbanização e da metropolização. A análise destas duas cidades comprovou que, além do peso atingido pelo setor terciário, a atividade industrial é destaque tanto na participação do PIB, quanto na distribuição dos empregos. Este cenário foge a regra das características encontradas nos estudos de outras cidades pequenas. Mesmo as pesquisas sobre cidades pequenas industriais

indicavam que tal atividade estava diretamente relacionada ao extrativismo ou esferas ligadas à agropecuária. O que difere neste cenário é a presença de uma atividade industrial vinculada a estruturas mais complexas e envolvendo tecnologia de ponta. Da mesma forma, o setor terciário também reage a este contexto, possuindo uma gama mais ampla de comércios e serviços.

Este perfil está diretamente relacionado ao fato das cidades estarem inseridas numa região economicamente dinâmica. O processo de metropolização favoreceu a extensão do território produtivo campineiro. Este fenômeno se expandiu espacialmente atingindo, com maior intensidade, as áreas mais próximas ou com melhores possibilidades de interligações.

Este processo, juntamente, com a forma de expansão do território regional são sentidos no comportamento da dinâmica populacional. Tanto Monte Mor quanto Jaguariúna registraram elevado crescimento entre 1970 e 2010, com tendência de continuidade no incremento populacional. Igualmente, são as cidades que possuem maior intensidade de deslocamento pendular, que pode ser medido, por exemplo, pelos números de linhas de ônibus que ligam as cidades à Campinas.

Monte Mor está localizada no sentido oeste de Campinas, onde o processo de conurbação já está em curso. Apresenta uma urbanização caracterizada pela precariedade dos assentamentos, pela descontinuidade espacial e pela implantação de indústrias, especialmente as margens de sua rodovia. Devido às altas taxas de deslocamentos pendulares, seja para trabalho ou para estudo, pode ser atribuído a ela o caráter de cidade-dormitório, como foi exposto no capítulo anterior.

Este conjunto de feições, juntamente, com a forma como vem ocorrendo o seu processo de expansão urbana dão a ela um caráter metropolitano. No entanto, o que transparece é que, contraditoriamente, estes aspectos contribuem para que a cidade sofra com o ônus da metropolização. Além de ser dependente do sistema urbano-regional, das transferências de recursos e do capital (no sentido das indústrias localizadas em seu território), Monte Mor registra os piores indicadores sociais.

Em contrapartida, Jaguariúna possui características diferentes. Apesar de não estar conurbada, utilizou-se do sistema rodoviário e do dinamismo econômico-regional como vantagens competitivas que propulsionaram o seu desenvolvimento. À nordeste de Campinas, tem sido o eixo preferencial de implantação de indústrias de alta tecnologia, o que propiciou uma integração diferenciada deste município à região metropolitana.

Apesar de possuir problemas de natureza socioespacial, os indicadores mostram que, dentre as sete, esta cidade é a que possui, juntamente com Holambra, as melhores condições

de vida para sua população. O desempenho econômico trouxe consigo melhores ofertas de emprego e maiores remunerações. Os efeitos localizados das políticas locais nos diversos setores – educação, saúde, habitação, infraestrutura, transporte –, contribuíram para que a cidade se tornasse socialmente sustentável.

O papel da gestão urbana local tem sido fundamental para explicar o desenvolvimento da cidade. Além de ter, em seu Plano Diretor, princípios para se manter e ampliar o vigor econômico no contexto regional, Jaguariúna é a única cidade pequena que participa de todas as Câmaras Temáticas da região metropolitana. Ademais, está vinculada a outras formas de governança territorial, integrando os circuitos: Turísticos das Águas e da Ciência e Tecnologia.

Resumidamente, as duas cidades possuem características tipicamente metropolitanas, apesar de possuir predicados que, também, podem negá-las. O modo de vida possui características interioranas, marcadas pelas relações de maior pessoalidade e sociabilidade. No espaço interno da cidade, entre os vazios urbanos, ainda se nota a existência de pastagens, criações de animais, hortas e atividades simples. A complexidade em definir estas cidades se amplia, justamente, pela coexistência do moderno e globalizado, com os conteúdos históricos (seja na preservação de formas arquitetônicas, nos traçados das vias ou no modo de vida) e manifestações de simplicidade do dia a dia (a feira livre, os festejos religiosos ou típicos, entre outros).

b) As cidades pequenas com características não-metropolitanas da Região Metropolitana de Campinas

Diferentemente de Monte Mor e Jaguariúna, as demais cidades, com suas especificidades, se assemelham em alguns pontos aos resultados obtidos em pesquisas de cidades pequenas em áreas não metropolitanas. O levantamento efetuado no Capítulo 1, trouxe alguns indicativos tanto do papel reduzido que esta tipologia de cidades assumem na rede urbana, quanto dos conteúdos sociais e morfológicos derivados da produção do espaço.

É claro, que por estar incluída, institucionalmente, numa região metropolitana, as cidades pequenas expressam mudanças, permanências e mesclas decorrentes disto. Sem cair no equívoco de generalizar, é importante fazer uma leitura dos elementos que se sobressaem e dão a elas o caráter não metropolitano, em seu sentido geográfico. Isto condiz, não somente, pela distância e descontinuidade em relação ao núcleo central e seu entorno, mas também pelas características que são expressas por elas nas escalas inter e intra-urbana. Com base no perfil demográfico, na funcionalidade na rede e nos aspectos gerais que envolvem a dinâmica interna, é possível elaborar uma caracterização das cidades.

Holambra, Engenheiro Coelho e Santo Antônio de Posse formam um grupo que se aproxima analiticamente, mas que apresentam diferenças empíricas interessantes. São as únicas que possuem população inferior a 25 mil habitantes, e com projeções de manter seu crescimento estável nos próximos anos, apesar de variações. São as que registraram maior participação do setor primário na composição do PIB e nos empregos formais. Isto não significa que elas são dependentes das atividades primárias, mas, que existe uma “relação indissociável da tríade rural/urbano/agrícola” (ROMA, 2008a), que são fundamentais para a sua leitura espacial. Afinal, os setores industrial e terciário constituem-se, principalmente, a partir dela.

No capítulo anterior foram caracterizadas como “cidades do campo”. Porém, foram expostas também as especificidades de cada uma. Afinal, a atividade agropecuária que se desenvolve em Holambra é diferente de Engenheiro Coelho e Santo Antônio de Posse. Nas duas últimas a atividade agropecuária assume papel importante e, conseqüentemente, desponta a agroindústria. Enquanto em Holambra, o caráter é especializado (produção de flores e plantas ornamentais), da qual despontam o turismo e o comércio.

Reúnem, portanto, uma série de atributos que envolvem a vida das pessoas: as atividades, as profissões, os trabalhadores agrícolas residentes urbanos, entre outros. A morfologia, também, é marcada pelo tênue contraste entre o rural e o urbano, como exemplifica a figura 50. Envolve feições concretas como as verificadas no modo de vida e valores rurais (os quintais, os espaços destinados às hortas ou criação de animais); as áreas de habitação dos trabalhadores rurais residentes urbanos; os espaços destinados aos serviços de armazenagem de grãos e carnes; e os espaços voltados para as novas áreas do saber e pesquisas no setor agropecuário.

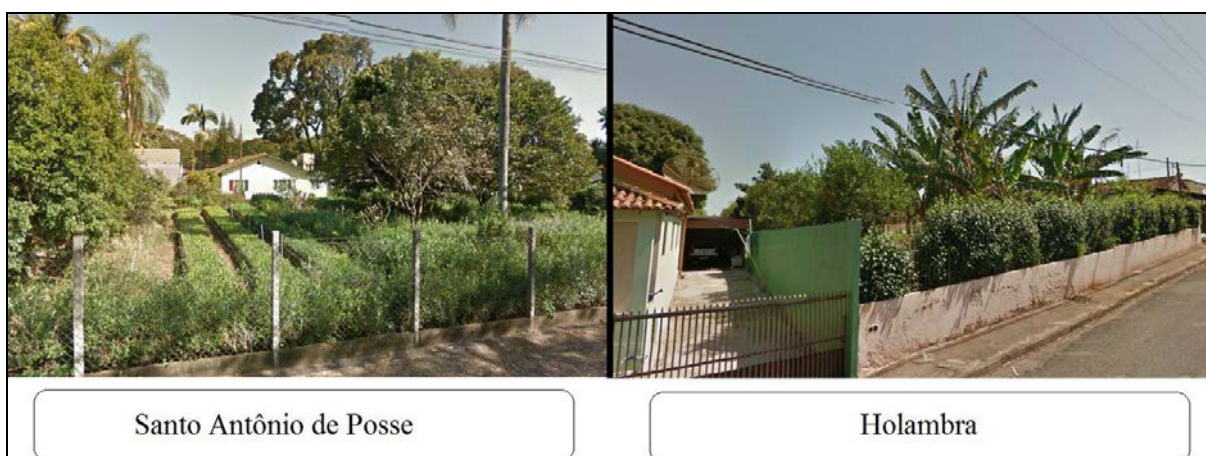


Figura 50: Presença de hortas nos espaço intra-urbano de Holambra e Santo Antônio de Posse.

Fonte: Trabalho em campo.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Se, por um lado, existem afinidades entre os municípios, por outro, as diferenças são significativas. Na dimensão social, Holambra desponta como um dos municípios com melhores níveis em toda região metropolitana. Em contrapartida, Engenheiro Coelho e Santo Antônio de Posse, no geral, não registram bons indicadores sociais.

O caso de Holambra necessita uma análise a parte. Afinal, existe uma diferenciação em seu processo de formação territorial e os fatores históricos tem um peso no seu desenvolvimento, econômico e humano. Uma cidade pequena, que possui um centro (comercial e histórico) que atende as necessidades básicas da população. A paisagem é bastante heterogênea. É formada, na porção mais antiga da cidade, por construções com estilo arquitetônico holandês e residências que adquirem um aspecto de chácara, por serem construídas em terrenos espaçosos. Enquanto, nos loteamentos mais recentes, por lotes de tamanho padrão e com casas de portes variados, com arquitetura comum.

Holambra, por si e por sua história possui predicativos que justificam o seu nível de desenvolvimento atual. A centralidade exercida por Campinas não é determinante para a definição de seu papel na rede urbana. O desenvolvimento da principal atividade municipal demanda da migração holandesa. Ademais, o bom desempenho apresentado pelo município se deve mais as ingerências comerciais externas do que as relações internas da região. Logo, as especificidades do município garantem um destaque que extrapola o cenário regional.

Embora Campinas exerça uma centralidade na área comercial e de serviços, Holambra possui maiores interações com Jaguariúna e Artur Nogueira. De tal modo que existe maior número de linhas de ônibus interligando-a a elas. Ainda sob esta questão, no que tange a centralidade, Engenheiro Coelho também tem mais ligação com Limeira, não havendo sequer uma linha de ônibus com conexão direta à Campinas. Enquanto Santo Antônio de Posse possui, devido a proximidade espacial, relações mais direta com Jaguariúna.

Este conjunto analítico-descritivo elucidada que, de modo diferenciado, são cidades pequenas que não possuem aspectos estritamente metropolitanos, do ponto de vista geográfico e social. As características de Engenheiro Coelho e Santo Antônio de Posse justifica, o levantamento realizado pelo IBGE (BRASIL, 2008), defini-las como cidades locais na rede urbana. Diferentemente, Holambra e suas interações ultrapassam o nível de seu território municipal e atingem outras escalas geográficas.

O mesmo ocorre com Pedreira, porém, possui algumas particularidades que merecem ser comentadas. Pedreira é um centro urbano especializado, cuja economia está voltada para um setor industrial específico. Dele, também, deriva o setor comercial. Juntos são

responsáveis pela quase totalidade do PIB municipal e por grande contingente de postos de empregos. Embora possua baixos níveis de riqueza, apresenta bons indicadores sociais.

Estar localizada numa área dinâmica favorece sua atividade produtiva. No entanto, o caráter industrial especializado, bem como as condições de vida de sua população não decorre do fato de pertencer a uma região metropolitana. São as condições geográficas e suas particularidades que favoreceram o desenvolvimento desta atividade no município.

O caso de Artur Nogueira é emblemático. É classificada como cidade local pelo IBGE (BRASIL, 2008). Porém, demograficamente, tende a ultrapassar a margem dos 50 mil habitantes no próximo censo. Registra baixo nível de riqueza, e oscila quanto aos indicadores sociais e de vulnerabilidade. Do ponto de vista econômico destacam-se os setores industrial e terciário, mas com resquícios de atividades e participação da agropecuária. Sua localização aproximada de Limeira e Mogi Mirim, bem como de Paulínia, dão um significado mais restrito ao seu papel na rede urbana. Em termos de deslocamentos, possui 31% de residentes trabalhando em outros municípios. Sua proximidade com Paulínia, principalmente, favorece deslocamentos para este polo empregatício.

Fica claro, portanto, que Artur Nogueira vivencia aspectos decorrentes da metropolização, em especial na dinâmica da rede. Apesar disto, não possui elementos que caracterizem um forte processo de metropolização em seu espaço intra-urbano, como os verificados em Monte Mor e Jaguariúna.

Em suma, chegar ao resultado de que, na Região Metropolitana de Campinas, existem tanto cidades pequenas tipicamente metropolitanas quanto aquelas que não possuem esses predicativos, pode parecer um risco. Mas, as evidências comprovam que apesar de todas estarem inseridas num contexto institucional, não garante, geograficamente, que venham a formar uma unidade, nem mesmo que deste processo advenha o desenvolvimento para sua população.

A complexidade que envolve a produção do espaço urbano e regional, engendradas pelo processo de metropolização, traz consigo distintos processos, os quais, de forma diferenciada, estruturam as localidades e dão a elas significados diferentes. O entendimento das cidades pequenas, portanto, perpassou pelo entendimento do conjunto da região. Somente a partir deste diálogo entre o inter e intra-urbano é que foram possíveis, ora com maior ênfase em uma ora em outra, compreender a leitura que as cidades pequenas fazem internamente de si mesmas e de seus vizinhos mais próximos ou distantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os quatro capítulos trouxeram diversas reflexões, algumas respostas e novos questionamentos para o estudo da urbanização, em sentido amplo, e das cidades pequenas, em particular. Temas como rede urbana, regionalização, região metropolitana, cidade pequena, dinâmica populacional, entre outros, evidenciaram uma gama complexa e contraditória de possibilidades e limitações para o estudo da realidade a partir dos aspectos geográficos e institucionais.

Naquilo que confere as definições institucionalmente aceitas de região metropolitana e de cidade, existem verdadeiros desencontros entre elas e as concepções cientificamente consideradas pela Geografia. O plano institucional está imbuído de uma ideologia política. Deste modo, tem um peso para a esfera governamental em suas diferentes escalas de organização. Por possuir estes atributos, os critérios adotados pela demarcação institucional, nem sempre caminham em concordância com aqueles que são atributos geográficos e que, de fato, definem os fenômenos espaciais.

O debate sobre o que é cidade e os critérios para contagem da população urbana, no país, é um exemplo. Este assunto envolve, de um lado, um questionamento científico por parte daqueles que estudam o espaço e, de outro, possui um caráter técnico que é o adotado pelos órgãos institucionais. Daí as discussões recorrentes ao caráter urbano das sedes dos 3.914 municípios brasileiros com população inferior a 20 mil habitantes (se acrescentar a população até 50 mil, chega-se a 4.957, de um total de 5.565). Estes dados não tem importância somente pelos números em si, mas, principalmente, pelo que representam político-administrativamente. Ainda, expõem a questão da pulverização de criação de municípios e os riscos para a gestão dos territórios.

Da mesma forma, a importância diferenciada dos critérios seguidos para a regionalização, seja em seu aspecto físico-territorial, seja em seu interesse político-administrativo. Atinge-se, então, a questão metropolitana com os absurdos da criação institucional de regiões metropolitanas em espaços onde não existem sinais de um processo geográfico de metropolização. Esta é uma questão pertinente, principalmente, para as regiões menos dinâmicas do território nacional.

Destaque-se um ponto que diferiu a escolha do referencial empírico da pesquisa. O objetivo era, justamente, o de efetuar uma análise sobre cidades pequenas numa área economicamente dinâmica, como o caso da Região Metropolitana de Campinas. Mesmo

assim, foram identificados nela, atributos que ora confirmam a consolidação de seu caráter metropolitano, ora o nega. A conclusão de que existem cidades pequenas tipicamente metropolitanas e outras com características não-metropolitanas, é o principal exemplo disto.

Se, a pretensão inicial foi a de identificar as características e interações particulares nas configurações inter e intra-urbana associadas à dinâmica demográfica, econômica e de produção do espaço das cidades pequenas, uma questão emergiu a partir das análises. Quais vantagens ou desvantagens, para estas cidades, em pertencer a uma área metropolitana?

Para tornar mais didática a questão, vale adicionar o caso de Morungaba. Com seus 11.775 habitantes, passou a ser, desde março de 2014, a vigésima cidade a compor a Região Metropolitana de Campinas (figura 51). Justificado por estudo da EMPLASA que, além de realçar a proximidade geográfica, concluiu que o município mantém atualmente fluxo de pessoas e relações econômicas e sociais mais intensas com Campinas e com os municípios limítrofes.



Figura 51: Notícia de Jornal sobre a inclusão de Morungaba na Região Metropolitana de Campinas.
Fonte: Correio Atibaïense, 14 de março de 2014.

Para os governantes locais a expectativa é que tal feito resulte em melhorias e investimentos do governo estadual. No entanto se integrar, institucionalmente, uma região metropolitana, possibilita ampliar a capacidade de trazer políticas públicas aos municípios, não exclui a necessidade do poder local ampliar sua habilidade gestora para ser beneficiada pelos programas e projetos que são desenvolvidos em comum. Os interesses políticos parecem se sobressair, pois dar a cidade o “título” de metropolitana pode resultar num certo *status*, quando na realidade nada se altera em termos econômicos, sociais, demográficos e espaciais.

“O mundo moderno é metropolitano”, destacou o governador paulista Geraldo Alckmin, ao assinar o projeto de lei que incluía Morungaba à região metropolitana campineira. Mas que metropolitano é este? Qual seu significado real? Ainda mais quando ficou claro que a função de agregar, num nível mais elevado a solução de problemas, tem sido pífia.

É preocupante o modo como as concepções vem sendo adotadas no âmbito político, sem considerar o caráter científico. A definição geográfica de região metropolitana perdeu sentido, e seu caráter institucional tem se sobressaído na sua definição. Como se a criação da região metropolitana fosse a solução para todos os “problemas urbanos” que assolam as cidades brasileiras. Lembrando que, como já foi mencionado, existem outras formas de governança política e territorial que podem ter resultados mais positivos que este.

Embora, empiricamente, não se tenha um modelo ou um exemplo bem sucedido advindo da metropolização institucional, ainda, é uma leitura feita não apenas pelo estado de São Paulo, mas por todas as unidades federativas do território nacional. Trata-se da afirmação e reafirmação de tendências aglomerativas, ao mesmo tempo em que desrespeita a heterogeneidade urbana. Como se, somente, desta forma fosse possível atingir o crescimento ou desenvolvimento econômico. Tem-se, então, uma leitura errônea de urbano, de moderno e de desenvolvimento. É preciso cautela, por parte da esfera governamental, para pensar instâncias de planejamento, respeitando muito mais o desenvolvimento gerado pela ordem espacial e populacional do que por critérios políticos usados na inclusão desmedida de novos municípios a uma formatação regional preestabelecida.

Para encerrar as reflexões que foram discutidas ao longo dos quatro capítulos apresentados, vale levantar três pontos principais que se complementam: a questão demográfica e o futuro das cidades; a construção de um quadro conceitual para as cidades pequenas na Região Metropolitana de Campinas; e questionamentos gerais para problematizar o tema no contexto geral da Geografia.

a) A questão populacional e o futuro das cidades

As cidades se caracterizam por suas mudanças, uma vez que elas são a representação de sucessivos períodos históricos de uso e institucionalização do espaço. A essência da realidade contempla um movimento ininterrupto que articula passado, presente e futuro. Ao considerar a urbanização como um processo, não se deve aceitar apenas um pensamento sobre o espaço do presente. Como se trata de um movimento constante tem que se pensar, também, aquele do futuro.

Neste sentido, a Geografia Prospectiva tem contribuído em pensar o futuro dos espaços, prevendo impactos possíveis e estratégias de intervenção. Esta corrente de pensamento corresponde a “uma reflexão sobre o futuro dos territórios a partir de um diagnóstico, onde são identificados os vetores de mudança e criação de cenários” (EMSELLEM, et. al, 2012). Sem objetivo de utilizar as concepções teóricas mais aprofundadas e os modelos geoestatísticos, esta abordagem traz questionamentos importantes que podem ser pensadas também para o recorte empírico desta pesquisa: “quais lições são possíveis tirar do passado para compreender o futuro” (VOIRON-CANICIO, 2012), bem como “o que é possível fazer?” e “o que se deve fazer?” (EMSELLEM, et. Al, 2012).

Para além das técnicas metodológicas, as contribuições recaem, sobretudo, no reconhecimento da trajetória do território, cujas questões incidem sobre as lições que se pode apreender com o passado. Logo, os processos historicamente definidos ajudam a compreender as tendências e pressupor o porvir, a partir da interconexão entre os significados do passado e do futuro, perscrutado na realidade atual.

Uma das óticas preferidas para esta análise é o cenário normativo. É, neste aspecto, que esta abordagem traz sua maior contribuição para o referencial empírico desta pesquisa. Afinal, considera o território como um quadro institucional. Como tal, as questões em comum procuram ser respondidas num conjunto normativo que contempla a gestão e o planejamento. Suas ações e estratégias visam, de um lado, o desenvolvimento econômico e social da região, e de outro, minimizar as problemáticas socioespaciais, a curto, médio e longo prazo.

Assim, atingindo o momento de finalização, é válido tecer algumas considerações acerca das tendências para a Região Metropolitana de Campinas, especialmente, naquilo que concerne as forças subjacentes em suas mudanças econômicas, demográficas e políticas. Isto sem abandonar o fio condutor que abalizou o desenvolvimento da pesquisa, ou seja, as dimensões populacional, funcional e espacial.

É, justamente, na dimensão demográfica que os órgãos, responsáveis pela contagem da população, tem atuado mais ativamente em esforços para projetar o futuro. Mudanças na dinâmica demográfica sempre ocorreram, mas a velocidade com as quais elas vêm ocorrendo a tornam, cada vez mais, relevantes. Em especial, por estarem atreladas mais a estrutura demográfica do que ao crescimento populacional. Por conta disto, no terceiro capítulo foi dada uma atenção especial a ela, para o caso da região. De tal modo, o que ganha importância agora é pensar o futuro do comportamento populacional e os desdobramentos espaciais que assumirá.

Vale, portanto, refletir acerca da projeção populacional para as cidades, em particular, e a região metropolitana, no geral (tabela 47). Este exercício contribui para conjecturar os processos e transformações na configuração espacial, visto que muitas delas deixarão de ser consideradas pequenas, enquanto outras manterão este atributo.

Tabela 47: Projeção da população total dos municípios da Região Metropolitana de Campinas para os anos de 2020 e 2030.

Municípios	2010	2020	2030	Crescimento relativo 2010-2030
Holambra	11.292	14.493	16.536	46,4
Engenheiro Coelho	15.719	20.535	23.737	51,0
Santo Antônio de Posse	20.635	22.849	24.453	18,5
Pedreira	41.549	46.548	49.717	19,7
Artur Nogueira	44.220	52.609	58.294	31,8
Jaguariúna	44.331	54.848	60.561	36,6
Monte Mor	48.971	59.614	68.415	39,7
Nova Odessa	51.278	58.039	61.984	20,9
Cosmópolis	58.821	71.282	80.085	36,2
Vinhedo	63.685	77.521	85.651	34,5
Paulínia	82.150	124.742	133.638	62,7
Itatiba	101.450	117.916	127.769	25,9
Valinhos	106.968	124.742	133.638	24,9
Santa Bárbara d'Oeste	180.148	188.745	193.153	7,2
Hortolândia	192.225	230.268	260.650	35,6
Indaiatuba	201.848	242.868	264.595	31,1
Americana	210.701	233.458	246.562	17,0
Sumaré	241.437	283.212	313.381	29,8
Campinas	1 080.999	1.175.501	1 223.394	13,2
<i>Região Metropolitana</i>	<i>2 798.427</i>	<i>3 180.085</i>	<i>3 413.030</i>	<i>22,0</i>

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2010; Fundação SEADE – projeções demográficas de 2020 e 2030. Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Numa análise geral, pode-se constatar que o ritmo de crescimento tende a uma queda, em comparação àquele observado entre 1970 e 2010³¹. Os maiores valores encontram-se em Paulínia (devido a atividade econômica que ali vem sendo desenvolvida), bem como em Engenheiro Coelho e Holambra, os dois menores. Em contrapartida, Santa Bárbara d'Oeste, Campinas e Americana apresentarão valores abaixo da média da região, o que evidencia a desaceleração do crescimento urbano de cidades maiores. Da mesma forma, Santo Antônio de Posse e Pedreira, também, apresentarão crescimento menor que o esperado para o conjunto metropolitano.

De tal modo, é difícil pensar em generalizações. Contudo, é possível identificar dois fatores que ajudam a explicar os casos de maior crescimento relativo. O primeiro, contempla os municípios que tendem a apresentar incremento populacional devido, sobretudo, o aspecto

³¹ Para efeito de comparação ver tabela 17 (página 122) e figura 10 (página 124), do Capítulo 3.

econômico, seja pelas particularidades da atividade desenvolvida, seja pelo favorecimento da extensão do território produtivo campineiro. A segunda, tem relação direta entre o comportamento relativo e o tamanho populacional: municípios como Engenheiro Coelho e Holambra apresentam valores altos porque partem de números baixos, ou seja, mesmo ensejando um crescimento maior, ainda é pequeno em termos de quantidade de pessoas.

Em suma, a perspectiva é a de que, dentre as sete cidades com menos de 50 mil habitantes em 2010, apenas quatro mantenham-se nesta classe populacional até 2030. Que as cidades mudam no tempo e no espaço é um fato. Porém a questão que se evidencia é até que ponto a mudança de classe populacional altera suas características, funções e relações. Nova Odessa, que já possui uma população superior a margem dos 50 mil, será ultrapassada por Jaguariúna e Monte Mor. O que evidencia que ultrapassar um determinado porte populacional não influi diretamente em alterações no papel que a cidade assume no contexto regional. Elas podem crescer populacionalmente e manterem-se estagnadas economicamente. Ou seu crescimento pode ser decorrente, especialmente, no caráter residencial.

Diante de tantas possibilidades e cenários, destaca-se uma relevância maior para as projeções populacionais na orientação para a governança territorial. Elas figuram como um importante instrumento para o planejamento e a administração pública e privada, especialmente, num contexto da descentralização, no qual se propicia os processos de terceirização, concessão e privatização.

Todavia, é importante detalhar os números totais e compreender como se dará a composição da população, por idade e sexo. Isto facilita a previsão das principais ações públicas e os setores nos quais as políticas deverão intervir. A figura 52 apresenta o cenário em 2030, o que permite tecer algumas considerações acerca do comportamento populacional, das preocupações com as questões socioespaciais e as estratégias de intervenção.

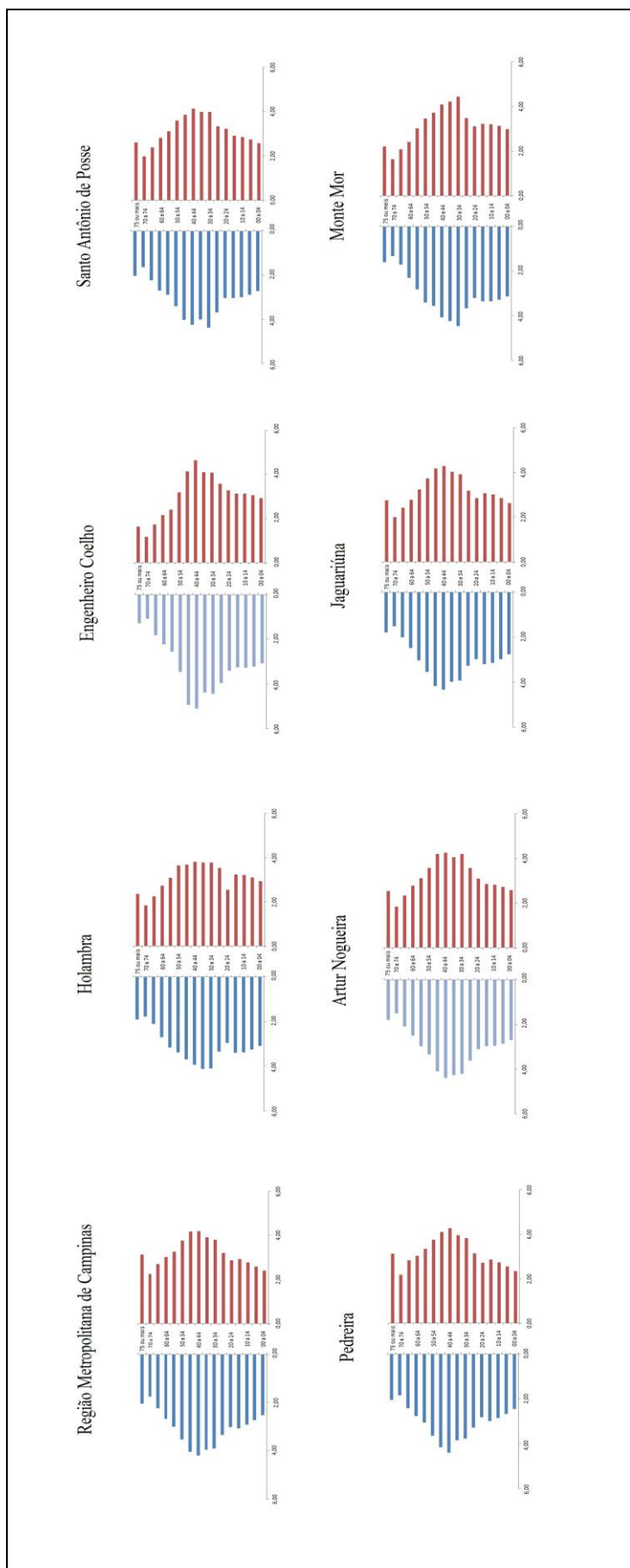


Figura 52: Pirâmide de idade da Região Metropolitana de Campinas e dos municípios pequenos, segundo as projeções populacionais para 2030.

Fonte: Fundação SEADE – Projeção demográfica para 2030.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

É possível elaborar um exercício comparativo entre o fato medido³² e o projetado. Embora haja uma continuidade na mudança do formato da pirâmide, seria difícil supor que no cenário descrito em 1970 se atingiria o perfil projetado para 2030. De modo geral, o estreitamento da base se consolida e há um alargamento do topo.

Assim, é relevante avaliar os grupos etários ao longo dos anos. No Capítulo 3 foi apresentada uma comparação entre os anos de 1970 e 2010. Vale, portanto, acrescentar a projeção para 2030 (figura 53), que permite observar uma mudança significativa no perfil dos municípios, nos períodos analisados.

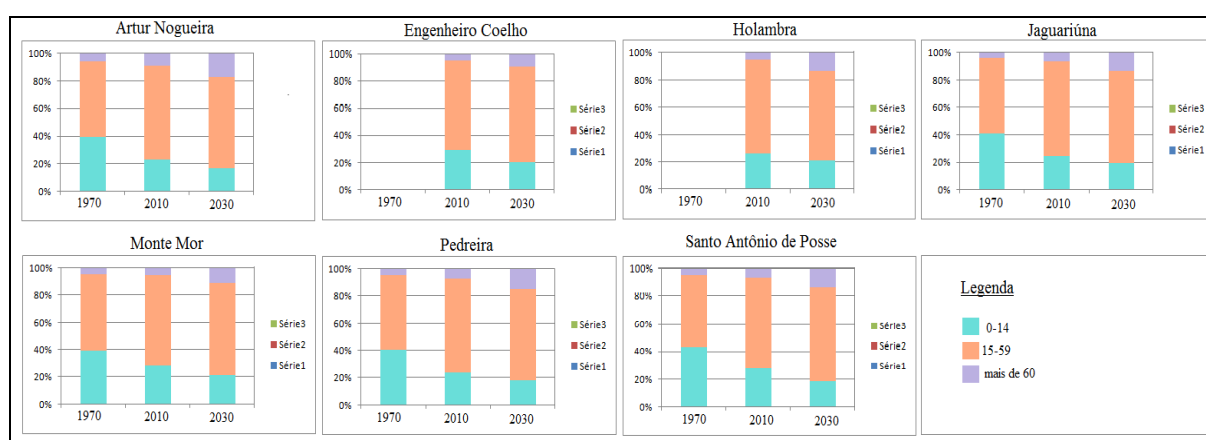


Figura 53: Agrupamento da população dos municípios por faixa etária, para os anos de 1970, 2010 e 2030.

Fonte: Censos demográficos 1970 e 2010 – IBGE; Fundação SEADE – projeções demográficas de 2030.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2014.

Fica evidente, nos dados registrados, a tendência a consolidação do aumento do número de idosos e queda no percentual de crianças, que só atinge a marca de 20% em Engenheiro Coelho, Holambra e Monte Mor. Estas informações são importantes para ponderar as tomadas de decisões, em termos de políticas públicas, para as demandas nos diferentes momentos: saúde, educação, habitação, previdência, emprego, transporte, etc..

Ademais, torna possível trabalhar com uma imagem mais aproximada das mudanças nos arranjos familiares, os quais têm sido bastante significativos. Compreender as condições em que se dão as mudanças no perfil familiar contribui para os gestores públicos, desenvolvam esforços antecipados para atender as demandas demográficas, reduzindo ou evitando os problemas e as dificuldades enfrentadas pela população. No caso, as cidades pequenas adquirem dimensões diferenciadas.

Estas mudanças terão expressão no espaço, uma vez que as relações atreladas a eles alteram o seu significado. Neste aspecto pode-se, ainda, realçar a valorização e desvalorização

³² Ver figuras 14,15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, a partir da página 132, do Capítulo 3.

dos aspectos culturais. Em que medida as cidades pequenas manterão suas características de relações interpessoais? As cidades vêm crescendo, mas tem evidências de declínio nas relações socioespaciais. Estes espaços desvalorizados replicam os arranjos espaciais das cidades pequenas pela falta de segurança e deficiência nos diversos setores de consumo coletivos, se juntam a deterioração das relações e dos valores culturais. Holambra é um caso a parte, pois procurou valorizar os traços culturais de sua população, sendo uma preocupação presente, inclusive, em seu plano normativo.

Quanto aos aspectos funcionais, suas mudanças remontam, no âmbito econômico, a um cenário institucional, o qual reforça as distinções dos papéis desempenhados pelas diferentes cidades, no contexto regional. Estar localizada num espaço economicamente mais dinâmico evidencia dois diferenciais principais. O primeiro, é o favorecimento da extensão do território produtivo da cidade central para seu entorno. O segundo, é o fato de criar novas forças atrativas. Por isto, os setores secundário e terciário assumem expressão diferenciada daquelas cidades pequenas localizadas em áreas não metropolitanas.

Isto repercute na compreensão dos papéis que tendem a desempenhar na rede urbana e de sua viabilidade econômica. As cidades pequenas não possuem apenas funções administrativas e políticas enquanto sede de municípios. Apresentam diversas especificidades que só podem ser compreendidas diante da composição regional-metropolitana, tais como: cidade-dormitório; centro especializado; cidade industrial; reservatório de força de trabalho; entre outras atribuições. A dependência, tanto do sistema urbano-regional quanto do capital produtivo, se consolida e passa a compor a história dos municípios. Todavia, paradoxalmente, ainda são dependentes da transferência de recursos para compor a receita municipal, o que coloca em xeque a viabilidade econômica e a capacidade de ação de seus governos.

No plano espacial, indissociável dos demais, as mudanças no sistema produtivo e na estrutura populacional desenham as tendências e projeções dos conteúdos e formas urbanas futuras. Os processos de ordenação e aparelhamento do território têm como plano de fundo a integração e composição do cenário metropolitano. No nível das ideias elas têm sido bastante promissoras. Contudo, na prática as cidades pequenas aparecem como cumpridoras de normas advindas de outras esferas governamentais, com caráter mais burocrático-administrativo do que de intervenção espacial. Nesta direção as cidades vão crescendo, mas sem evidências concretas de exaltação da ordem urbanística.

A configuração espacial destas cidades sofrem transformações em menor intensidade, especialmente, no desenho urbano de sua área central, que tem ligações diretas

com sua história de ocupação. Isto, entretanto, não é resultado direto das ações dos governos locais, que nem sempre privilegiam em seus planos os valores históricos e culturais dos municípios. As formas passadas se cristalizam com maior intensidade no espaço urbano, visível: na arquitetura; nos tipos de construções; nos monumentos; no traçado, extensão e largura das vias; no desenho e disposição das quadras; no uso do solo; e em diversos objetos arquitetônicos. Todas estas linhas, espaços, volumes, planos, cores e geometrias contrastam com a expansão da cidade e novas formas que passam a compor a paisagem urbana, que ocorrem em velocidade mais acelerada naquelas cidades mais integradas ao processo de metropolização. Notável tanto nos espaços da moradia, quanto nas obras de engenharias urbanas.

Tanto as mudanças advindas da expansão do tecido urbano quanto das novas técnicas e sistemas para integrar e compor o cenário metropolitano remete a pensar nos processos de refuncionalização dos espaços. O “novo” tende a metamorfosear o “antigo”, que se refuncionaliza a fim de atender novos interesses que surgem. Desta forma, ficou evidente que estar localizada numa área economicamente dinâmica traz, com intensidade e modos diferenciados, novas interações e características singulares para as cidades pequenas. Mesmo não havendo uma integração por completo, o ônus e o bônus da metropolização são sentidos, em níveis individualizados, pelos municípios e, por conseguinte, por sua população.

Tencionar sobre os rumos da população, os realces na funcionalidade das cidades e as transformações no espaço, levam a constatações que evidenciam o planejamento como importante ferramenta para a gestão territorial. Deste modo, o futuro deve ser vislumbrado no contexto do planejamento e do projeto territorial, à luz das normatizações que guiam a produção do espaço e estabelecem seus limites e possibilidades. Normatizações que assumam um caráter pedagógico, um instrumento de orientação para a ação.

Mas, o futuro não passa apenas por aí, mas também pelo comprometimento da população com a vida política e social, defendida, sobretudo, pelos princípios de participação na tomada de decisão presentes na Constituição de 1988. A sociedade civil organizada assumirá, portanto, um papel chave para o futuro das cidades³³. Sobressai a solidificação de

³³ Seu peso já é sentido em diversas partes do mundo. Por um lado, em seu sentido amplo: derrubam governos ditatoriais (Egito, Tunísia e Líbia, por exemplo); protestam contra os bancos (como tem ocorrido na Europa ante a crise econômica que assolou o continente); reivindicam contra as condições de vida nas cidades e a qualidade dos serviços públicos (como ocorreu nas cidades brasileiras em junho de 2013); lutam pelo acesso a terra e contra o avanço do latifúndio (como é o caso da Via Campesina na América Latina). De outro, num sentido restrito, representam um ativismo social dentro de cada cidade, ora como forma de resistência, ora com fins reivindicatórios que atendam as necessidades de cada localidade.

uma democracia participativa na construção de um projeto territorial comum, onde conflitos, problemas e potencialidades são fatores fundamentais na reconstrução de espaços includentes.

b) A construção de um quadro conceitual para as cidades pequenas na Região Metropolitana de Campinas

A análise conclusiva, apresentada no final do Capítulo 4, revelou dois grupos bem definidos de cidades pequenas, mais o caso emblemático de Artur Nogueira. O pensamento prospectivo, que antecede esta análise, é contributivo para o entendimento da cidade pequena numa região metropolitana, na medida em que aponta as mudanças que tendem a se desenhar a partir das dimensões populacionais, funcionais e espaciais.

Isto ajudar a tecer algumas considerações e construir um quadro conclusivo que permita um esforço de contribuição conceitual para “cidade pequena”. Afinal, o amadurecimento teórico e metodológico mostra a complexidade em identificar as semelhanças e diferenças existentes entre cidades pequenas na região metropolitana. As relações entre o espaço regional e o intra-urbano, a malha viária, os processos espaciais de conurbação, as descontinuidades espaciais, a centralidade urbano-regionais e as questões que envolvem os interesses em comum, são elementos fundamentais que auxiliam na compreensão das características destas cidades.

A Tese comprovou que o fato de pertencer a uma região metropolitana não garante feições que, especialmente do ponto de vista geográfico, apontem diferenciações tão significativas em comparação com cidades pequenas de áreas localizadas distantes de grandes centros econômicos. Estes são os casos de Holambra, Engenheiro Coelho, Santo Antônio de Posse e Pedreira. Contudo, o processo de metropolização pode atribuir características e interações particulares, como são os casos de Monte Mor, Jaguariúna e, com ressalvas, Artur Nogueira.

As cidades pequenas com características não metropolitanas, as cidades pequenas tipicamente metropolitanas e Artur Nogueira revelam alguns traços que ajudam a defini-las. Este exercício é válido pelo fato de permitir identificar aquilo que há em comum e aquilo que difere nas relações socioeconômicas, populacionais e espaciais entre as cidades.

Primeiro aspecto que chama atenção é a devida diferenciação entre cidade pequena e cidade local. Ambos os termos não são sinônimos. Existe uma construção teórico-conceitual que procuram diferenciá-las. O exercício empírico-analítico desenvolvido aqui mostrou que, cidades possuem alcance espacial que extrapolam o local, o que, no contexto metropolitano, possuem diferenciações significativas.

Engenheiro Coelho e Santo Antônio de Posse se aproximariam, conceitualmente, da cidade local definida por Santos (1982, 1994a). Correspondem aos níveis mais baixos da rede urbana regional, revelando maior grau de dependência das cidades maiores ao seu entorno. Holambra e Pedreira, devido seu caráter especializado, aparecem integradas em redes geográficas mais amplas e complexas, que extrapolam o cenário regional.

Em contrapartida, Jaguariúna e Monte Mor possuem aspectos que diferem das demais. A dependência em relação ao capital é mais acentuada. Ademais, as interações com a cidade principal se dá em diversos níveis da vida econômica e urbana. Seja pelo processo de conurbação ou pela extensão do território produtivo, possuem características que dão a elas particularidades que fogem as feições corriqueiras que são atribuídas as cidades pequenas. Já Artur Nogueira está inserido num dinamismo regional que revela a drenagem econômica das cidades maiores que a envolvem, o que caracteriza uma espécie de estagnação econômico-social, mesmo com crescimento populacional. O mesmo ocorreu com outras cidades, como por exemplo, Cosmópolis e Nova Odessa.

A questão da centralidade exercida pela cidade principal da região metropolitana é outro fenômeno relevante na compreensão deste cenário. Ademais, com intensidades diferenciadas, nem todas as cidades necessitam de intermediações diretas nas relações estabelecidas entre as cidades pequenas e Campinas. O caráter econômico, também, diferenciado pode representar indicativos para o entendimento destas cidades.

De tal modo que, no contexto regional metropolitano, o tamanho representa um mero aspecto quantitativo. A conceituação de cidade pequena só pode ser esboçada ante a complexidade que envolve os qualificativos presentes ante a estruturação urbana. As evidências observadas no transcorrer da pesquisa deixaram claro que as cidades pequenas devem ser pensadas, não apenas, pelo tamanho demográfico, mas por sua história e suas especificidades. Holambra e Pedreira possuem um caráter especializado que não advém da metropolização, é anterior a ela. Em contrapartida, Monte Mor e Jaguariúna se beneficiaram pela extensão do fenômeno produtivo campineiro, devido as características espaciais de proximidade e os meios técnicos que favoreceram tais interações. Neste caso, o processo de metropolização possui uma qualidade geográfica, o que justificaria seu reconhecimento institucional.

O que uma cidade precisa ter para ser considerada pequena? Este tipo de questionamento pode apontar alguns elementos para trabalhar a definição do conceito de cidade pequena. Nesta direção, segundo Fresca (2010), cidade pequena seria aquela com

complexidade de atividades urbanas que extrapola o denominado nível mínimo, mas que tal complexidade de atividades urbanas não gera elementos necessários para que as mesmas possam ser consideradas cidades intermediárias ou metrópoles. Ou seja, ela ofereceria uma gama mais restrita de serviços aos seus moradores, da mesma forma que, do ponto de vista econômico, apresentaria menores complexidades em seu espaço urbano advindos da organização interna das atividades produtivas.

Mas o contexto dinâmico da região metropolitana apontou variações qualitativas que, do ponto de vista geográfico, lhes conferem singularidades. As diferenciações nos setores primário, secundário e terciário indicam as particularidades no desenvolvimento local e nos processos e transformações na configuração do espaço urbano, nos quais, em setores específicos, extrapolam os níveis mínimos. Afinal, este contexto regional propicia, ainda, o estabelecimento de pactos territoriais que ampliam as questões e as possibilidades que envolvem a gestão e planejamento.

O término da pesquisa trouxe a possibilidade de comparação da área em estudo com trabalhos efetuados em outros cenários regionais. Não apenas a estrutura territorial é diferenciada na rede urbana, mas também a dinâmica populacional e o decurso das transformações na configuração dos espaços intra-urbanos estão envolvidos no processo. O dinamismo econômico regional-metropolitano, expressão da extensão do território produtivo campineiro, insere as cidades pequenas num outro contexto da divisão territorial do trabalho, atribuindo características múltiplas, variadas e mais complexas aos seus espaços, tanto naquilo que envolve as características e interações dos setores econômicos quanto nos conteúdos que cercam a vida de sua população.

Para além do ponto de vista econômico, a questão cultural poderia, também, ser explorada para conceber uma possibilidade de leitura com destaque para a percepção da população sobre a cidade e o que a caracteriza como pequena. O fortalecimento da identidade local, bem como a interpretação das relações sociais estabelecidas, pode contribuir, significativamente, com a construção social da ideia daquilo que vem a ser uma cidade pequena. A territorialidade que se constitui na vida cotidiana das cidades é estruturada espacial e temporalmente de modo diferente em cada sociedade.

c) Possibilidades e limitações para o tema

Em síntese, os assuntos tratados até aqui correspondem a considerações que estão relacionadas tanto às cidades pequenas no contexto metropolitano, quanto podem, também, ser estendidas para um nível mais amplo, no qual insere o debate acerca da complexidade do

tema no cenário nacional. No desenvolvimento do trabalho já foram expostos alguns aspectos que envolvem o entendimento destas realidades urbanas, buscando, inclusive, delinear comparações. Assim, ainda que a intenção não seja reescrever as questões pertinentes as cidades pequenas, vale levantar alguns elementos para discussão do tema, na ciência geográfica.

Inicialmente, ficou evidente a importância do contexto regional para a análise das cidades pequenas. Não está relacionado apenas aos papéis urbanos desenvolvidos, mas tem influência direta na dinâmica interna das cidades. É, justamente, no âmbito regional que as interações, fluxos e conexões se estabelecem entre as redes urbanas e geográficas. Portanto, as cidades pequenas só podem ser compreendidas perante a composição do cenário regional no qual estão inseridas.

Em segundo lugar, é imprescindível reconhecer que cada cidade tem sua história, de ocupação e de formação territorial. Esta história traz particularidades e identidades para o significado urbano destes espaços. Isto não deve ser considerado, somente, no que tange a atividade produtiva, como são os exemplos das cidades históricas, cidades turísticas, cidades do campo, cidades ribeirinhas, entre outras. Deve ir além, englobando a cultura como um difusor de possibilidades para preservar a identidade local ou resistir às imposições dos novos conteúdos que são introduzidos pelo poder econômico, principalmente.

O terceiro aspecto remonta a dinâmica demográfica. Como o trabalho procurou explicitar, diz respeito a um critério fundamental na definição de cidade pequena. Contudo, mais importante que seu uso como limiar para definir o que é uma cidade pequena, é importante considerar as variáveis que compõem a dinâmica demográfica, como o crescimento populacional e a estrutura por sexo-idade; as tendências migratórias que envolvem estes espaços; e seus atributos sociais (a escolaridade, o mercado de trabalho, a renda, a questão residencial, entre outros). Este conjunto possui particularidades expressivas, nestas realidades urbanas.

Em quarto lugar, a questão ambiental emerge como um tema importante. Não somente deve ser considerado para minimizar os impactos futuros da expansão do tecido urbano, mas também é importante no que tange o espaço rural que, regra geral, abrange maior extensão do território municipal. O meio ambiente sofre com os efeitos das atividades produtivas. No caso da atividade primária pode-se citar: o lançamento de lixo, venenos, agrotóxicos, fezes; derrubada da mata ciliar; além dos efeitos nocivos das bombas de irrigação que sugam vorazmente sua água e derrama sobre ela grande quantidade de óleo. Quando o

destaque é a atividades de extrativismo, também reverbera em impactos danosos, igualmente, ocorre com a atividade industrial. Em muitas destas cidades suas populações tem sido submetidas, de forma crescente, aos “azares” ambientais.

O quinto aspecto envolve a questão normativa e regulatória. Ainda mais quando cabe aos municípios a obrigatoriedade em cumprir com diretrizes estabelecidas pelo governo federal, como é o caso da elaboração dos Planos Diretores, por exemplo. A concepção de urbanismo de mercado e o planejamento pautado na competitividade, bem como a visão de um plano que contemple as especificidades desta tipologia de cidade, são questões que emergem neste ponto. Elas precisam ser interpretadas e seu alcance na produção e organização do espaço deve ser explicitado, pois tratam-se de ações que ficam gravadas no espaço, e que permitem pensar sobre o futuro, as relações entre os homens e a cidade; e entre esta e a natureza. Ademais, favorece a formação de um quadro de cidadania, especialmente, pelas possibilidades de participação na gestão urbana.

O sexto, contempla um ponto que não foi discutido diretamente no trabalho, mas que possui relevância do ponto de vista do ensino de Geografia. É, parafraseando Fresca (2001), a defesa do estudo da cidade pequena na Geografia Escolar. O currículo e os materiais curriculares tem privilegiado o estudo do urbano a partir das grandes cidades e das regiões metropolitanas. Todavia, como foi exposto no transcorrer do trabalho, as cidades pequenas são a maioria, o que justificaria a sua utilização pelos professores e alunos. Para os alunos, moradores destas cidades, o estudo do local é o ponto de partida para o ensino de outros conteúdos que estão relacionados diretamente à disciplina. Por conta disto, autores como Callai (2001), defendem o município como unidade territorial inicial para o ensino geográfico nas escolas. É nesta escala que se encontram as possibilidades de aproximação do cotidiano dos alunos, ultrapassando o plano da abstração para o da concretude.

Por fim, mas não por último, um aspecto que emergiu foi a necessidade de pesquisas fundamentadas numa mesma metodologia. Isto forneceria tanto abordagens comparativas quanto o estabelecimento de uma agenda comum entre os pesquisadores na compreensão destas cidades e da vida urbana. Ademais, o exercício da comparabilidade permite identificar elementos – populacionais, funcionais e espaciais – similares que podem ser utilizados para elaborar uma conceituação científica, para cidade pequena.

Os sete aspectos destacados simbolizam questões que figuraram como pano de fundo da pesquisa. São, de fato, elementos gerais que emergem do tema, a partir dos quais se podem desmembrar diversos outros apontamentos. No conjunto expressam uma série de temáticas

que vislumbram como possibilidades e limitações que devem e podem ser consideradas para novas pesquisas teórico-conceituais e empíricas.

Os desafios ainda são diversos. É necessário superá-los. A Geografia precisa corrigir esta lacuna que ainda permanece em aberto, pois as cidades pequenas representam uma faceta importante no quadro da urbanização nacional. Elaborar análise sobre elas numa região economicamente dinâmica (como é o caso de um espaço metropolitano), revela apenas mais um aspecto a ser considerado. De tal modo, este trabalho não tem a pretensão de findar o debate. Representa, somente, mais uma etapa. É preciso continuar...

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. Produção industrial em pequenas cidades e reinserções na rede urbana: o caso de Assai-PR. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG**, 2010. CD Rom.

AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. **Caderno de Geografia**. Belo Horizonte: PUC-Minas, v. 13, n.20, jan./jun. 2003, p. 21-38.

ANDRADE, M. A. A. **Transformações em curso no perfil econômico e sócio-espacial de cidades de pequeno porte: o exemplo de Bom Jesus de Itabapoana no noroeste fluminense**. 2001. 114f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

ANDRADE, R. C. G. **A cidade de Coremas - PB: Geografia Histórica de uma pequena cidade**. 2008. 184f. Dissertação (Mestrado) – UFPB, João Pessoa, 2008.

ARTUR NOGUEIRA (prefeitura municipal). Lei Complementar nº 441 de 03 de abril de 2007. **Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Artur Nogueira e dá outras providências**. Artur Nogueira: Prefeitura Municipal, 2007.

ASSIS, L. F. de; ARAÚJO, F. F. A centralidade do comércio na cidade pequena nordestina: o caso da feira livre de Varjota (Ceará/Brasil). **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de julho de 2009, v. XIII, n. 29 <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-294.htm>> [ISSN: 1138-9788]

BACELAR, T. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva? In: CASTRO, I. E.; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. G. (Org). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; FAPERJ, 2000, p. 73-91.

BACELAR, W. K. A. Pequena cidade: caracterização e conceituação pelo ponto de vista político-administrativo. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG**, 2010. CD Rom.

_____. **A pequena cidade nas teias da aldeia global: as relações e especificidades sócio-políticas nas pequenas cidades de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara-MG**. 2008. 411f. Tese (Doutorado em Geografia) – UFU, Uberlândia, 2008.

BAENINGER, R. Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista. In: HOGAN, D.; BAENINGER, R.; CUNHA, J. M. P.; CARMO, R. L. do (orgs.) **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2001. p. 321-348.

BAKER, A. R. H.; GREGORY, D.: Some terra e incognitae in historical geography: an exploratory discussion. In: _____ Org.): **Explorations in historical geography: interpretative essays**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 180-194.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia Urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

_____. **Geografia da População**. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1971.

BELL, D.; JAYNE, M. Small Cities? Towards a research agenda. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 33, n. 3., 2009, p. 683-699.

BELTRÃO, L. M. V. **A industrialização em Sombrio: gênese e evolução**. 2001. 162f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC, Florianópolis, 2001.

BENEVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **A Ciência regional**. Oeiras: Celta Editora, 1999.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**. Florianópolis, v. 16, n.32, jul./dez. 2001, p. 31-50.

BERNARDELLI, M. L. F. H. **Pequenas cidades na região de Catanduva-SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. 2004. 347f. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT, UNESP, Presidente Prudente, 2004.

_____. Os papéis urbanos na região de Catanduva: relações entre a produção de moradia e o trabalho volante. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, ago. 2003, v. VII, n. 146(081) <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(081\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(081).htm)> [ISSN: 1138-9788].

_____. Os papéis urbanos na região de Catanduva-SP: relações entre a produção de moradias e o trabalho volante. In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG**, 2002. CD Rom.

_____. Os Papéis urbanos na região de Catanduva-SP: relações entre a produção de moradias e o trabalho volante. In: XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, **Anais XII ENG**, 2000. CD Rom.

BERNARDELLI, M. L. F. H.; MATUSHIMA, M. K. Pequenas cidades no vale do Ivinhema-MS: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. In: XV Encontro Nacional de Geógrafos. São Paulo, **Anais XV ENG**, 2008. CD Rom.

BÉRUBÉ, A. La géographie évolue. Elle est utile. Mais les géographes le sont peut-être moins... **Cahiers de Géographie du Québec**, Quebec, v. 32, n. 87, 1988, p. 261-267.

BORGES, G. V.; SOARES, B. R. Cidades locais do Cerrado mineiro: uma leitura preliminar. In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG**, 2002. CD Rom.

BRAGA, R.; PATEIS, C. S. Criação de municípios: uma análise da legislação vigente no Estado de São Paulo. **Revista de Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul**. Mato Grosso do Sul, ano IX, n.º 17, jan./ jun. 2003, p. 07-14.

BRASIL. Lei n.º. 10257 de 10 de Julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei n.º. 4.132 de 10 de setembro de 1962. **Define os casos de desapropiação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação**. Brasília, 1979.

BRASIL. IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros**. Brasília, 2012.

_____. **Perfil dos municípios brasileiros**. Gestão Pública, 2009.

_____. **Censo demográfico 2010**. Brasília, 2011.

_____. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

BRIDI, J.; SOARES, B. R. A modernidade nos espaços rural e urbano das pequenas cidades do cerrado mineiro: estudo em Tupaciguara-Minas Gerais. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a Geografia no século XXI. Goiânia, **Anais VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 2004. CD Rom.

CAIADO, A. S. C. Dinâmica socioespacial e a rede urbana paulista. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação Seade, v.9, n.3 jul./set. 1995, p.46-53.

CAIADO, M. C. S.; PIRES, M. C. S. Campinas metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: CUNHA, J. M. P. (org.) **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006, p. 275-304.

CALLAI, H. C. A Geografia e a escola: muda a Geografia? Muda o ensino? **Terra Livre**, n. 16, p. 133-152, 1º sem/2001.

CAMPOS, E. T. **A expansão urbana na Região Metropolitana de Florianópolis e a dinâmica da indústria da construção civil**. 2009. 197f. Tese (Doutorado em Geografia) – UFSC, Florianópolis, 2009.

CAMPOS, H. R. **Transformações urbanas recentes em Tiradentes-MG: anos 80 e 90 do século XX**. 2006. 183f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – USP, São Paulo, 2006.

CAPEL, H. Las pequeñas ciudades en la urbanización generalizada y ante la crisis global. **Investigaciones Geográficas**, México, n. 70, diciembre, 2009, p. 7-32.

CARLOS, A. F. A. A “Geografia Urbana” como disciplina: uma abordagem possível. **Revista do Departamento de Geografia-USP**, vol. especial 30 anos, p. 92-111, 2012.

_____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. Seria o Brasil menos urbano do que se calcula? **GEOUSP**. Revista da Pós-Graduação em Geografia, FFLCH/USP, n. 13, 2003.

_____. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da USP, 1994.

CARRERAS, C. Da cidade industrial à cidade dos consumidores: reflexões teóricas para debater. In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (org.). **Urbanização e mundialização**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 21-28.

CASARIL, C. C. Pequenas cidades ou cidades locais? Por uma perspectiva teórico-metodológica atual. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG**, 2010. CD Rom.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTILHO, D.; CHAVEIRO, E. F. Cidade e dinâmica cultural: o contexto das cidades locais da microrregião Ceres, Goiás. In: XV Encontro Nacional de Geógrafos. São Paulo, **Anais XV ENG**, 2008. CD Rom.

CAVALCANTE, C. M. Perfil sócio-econômico das cidades pequenas do seridó ocidental da Paraíba. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG**, 2010. CD Rom.

CIGALE, D.; LAMPIČ, B.; OGRIN, M.; et. al. Sustainable development of small towns: a Slovenian – Moravian comparative methodological approach. **Moravian Geographical Reports**. 2006; v. 14, n. 1, p. 17-28.

CHAGAS, J. B.; ASSUNÇÃO, V. S.; ARAÚJO, W. T.; SANTOS, R. L. O geoprocessamento como ferramenta de gestão urbana de cidades pequenas. In: XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, **Anais XII ENG**, 2000. CD Rom.

CHAGAS, S. E. A. Pequenas cidades e produção territorial: elementos para a discussão geográfica. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG**, 2010. CD Rom.

COLLISCHONN, E. **Inundações em Venâncio Aires/RS**: interações entre as dinâmicas natural e social na formação de riscos socioambientais urbanos. 2009. 327f. Tese (Doutorado em Geografia) – CFH, UFSC, Florianópolis, 2009.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP**. Revista da Pós-Graduação em Geografia, FFLCH/USP. São Paulo, n. 30, 2011a, p. 05-12.

_____. Organização do espaço: dimensões, processo, forma e significados. **Geografia**. Rio Claro, v. 36, número especial, p. 7-16, set. 2011.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

_____. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Cidades**. Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 65-78, 2004.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. In: **Território**, Rio de Janeiro, v.4, n.6, jan./jun. 1999, p.41-53.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

_____. **A rede urbana**. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

_____. **Região e organização espacial**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1991.

COSTA, Z.; DORANTE, A.; PEREIRA, S. C. Transformações no espaço rural e a situação do pequeno proprietário: o caso de Louveira e Vinhedo no estado de São Paulo. In: XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Petrolina. **Anais...**, 2002.

CRIVELARO, S. H. R. **Espaço vivido, cotidiano e qualidade de vida em pequenos municípios**. Caso: município de Urupês (SP). 2008, 113f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNICAMP, Campinas, 2008.

CRUZ, R. C. A. A Dimensão social da questão ambiental: contribuições da obra do professor Milton Santos a compreensão do espaço geográfico. **GEOUSP**. Revista da Pós-Graduação em Geografia, FFLCH/USP, n. 3, p. 9-12, 1998.

CUNHA, J. M. P. (org). **Novas metrópoles paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO/ Unicamp, 2006.

_____. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 19, n.4, out./dez. 2005, p. 3-20.

CUNHA, J. M. P.; DUARTE, F. A. S.; HOGAN, D. Migração, redes sociais, políticas públicas e a ocupação dos espaços metropolitanos periféricos: o caso de Paulínia-SP. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006. p. 515-537.

CUNHA, J. M. P.; JAKOB, A. A. E.; HOGAN, D. J.; CARMO, R. L. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006. p. 143-168.

DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização: apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: CLACSO, Dez. 2006. p. 135-147.

DEFILIPPO, A.; PAULA, A. M.; FERREIRA FILHO, N.; SOARES, R. A. Astolfo Dutra: dinâmica industrial de uma cidade local. In: XV Encontro Nacional de Geógrafos. São Paulo, **Anais XV ENG**, 2008. CD Rom.

DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. **Cidades**. Presidente Prudente, GEU. v.1, n. 1, 2004, pp. 119-46.

DELFINO, D. S.; DIAS, V. L. N. Um olhar sobre a urbanização, seus problemas e o planejamento das cidades locais. Estudo de caso da cidade de Jaguaruna/SC. In: XIV Encontro Nacional de Geógrafos. Rio Branco, **Anais XIV ENG**, 2006. CD Rom.

DIAS, A. C. J. Reflexões sobre o papel do planejamento urbano na pequena cidade de Rio de Contas/BA. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG**, 2010. CD Rom.

DOMINGUES, A. T.; CAVALI, A. P.; CALIXTO, M. J. M. O processo de redefinição do espaço urbano em uma cidade de pequeno porte: uma análise do Conjunto Habitacional Catulino Rodrigues de Lima em Rio Brillhante/MS. In: XIV Encontro Nacional de Geógrafos. Rio Branco, **Anais XIV ENG**, 2006. CD Rom.

DUBUC, S. Dynamisme rural. l'effet des petites villes. **L'Espace géographique**, Montpellier, jan-mar, 2004; v. 33, n. 1, p. 69-85.

ELIAS, D. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. X, n. 218 (03), ago/2006. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-03.htm>> Acesso em: 23 jun. 2009.

ENDLICH, A. M. Gestão territorial compartilhada em espaços não-metropolitanos. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, v. XI, n. 245 (64).

_____. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná**. 2006. 507f. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT, UNESP, Presidente Prudente, 2006.

_____. Rede urbana, urbanidades e as pequenas cidades: ensaiando a discussão. In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG**, 2002. CD Rom.

ENGEL, A. S.; BESSA, K. C. F. O.; SOARES, B. R. A importância das cidades médias e locais na dinâmica urbana da bacia do rio Araguari-Minas Gerais. In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG**, 2002. CD Rom.

ENGEL, A. S.; SOARES, B. R. A dinâmica urbana das pequenas cidades do cerrado mineiro e sua participação na rede urbana regional. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a Geografia no século XXI. Goiânia, **Anais VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 2004. CD Rom.

EMSELLEM, K.; LIZIARD, S.; SCARELLA, F. La géoprospective: l'émergence d'un nouveau champ de recherché. **L'espace géographique**, v. 41, n. 2, 2012, p. 154-168.

FANTE, K. P. Análise da variabilidade termal nas cidades de pequeno e médio porte paulista: o caso de Presidente Prudente e Votuporanga-SP (1976-2009). In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG**, 2010. CD Rom.

FABRINI, J. E. A Reprodução contraditória do rural nas cidades pequenas. **Terra Livre**, v. 1, n. 32, jan/jun 2009, p. 137-152.

FERNÁNDEZ, S. T. Langreo, Mieres, Ponferrada, Puertollano: cambios funcionales y morfológicos en ciudades minero industriales. **Scripta Nova. Revista Electrónica de**

Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 20 de setembro de 2010, v. XIV, n. 336 <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-336.htm>>. [ISSN: 1138-9788].

FERREIRA, A. R. **Tupaciguara 'Lá Tem':** revitalização urbana e cultura popular. 2005. 183f. Dissertação (Mestrado) – UFU, Uberlândia, 2005.

FIALHO, E. S. **Ilha de calor em cidade de pequeno porte:** Caso de Viçosa, na Zona da Mata Mineira. 2009. 259f. Tese (Doutorado em Geografia Física) FFLCH, USP, São Paulo, 2009.

FIGUEIREDO, V. D. M. **Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul:** contrastes, perfil do desenvolvimento e dequalidade de vida, 1980-2000. 2008. 265f. Tese (Doutorado em Geografia) - IGCE, UNESP, Rio Claro, 2008.

FINDLAY, A. M. Population geographies for the 21st century. **Scottish Geographical Journal**, v. 119, n. 3, 2003, p. 177-190.

FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Londrina, 2010: dez. p. 75-81.

_____. Centros locais e pequenas cidades: distinções necessárias. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG**, 2010. CD Rom.

_____. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de Geografia. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 27-34, jan./jun. de 2001.

_____. **A Rede urbana do norte do Paraná.** Londrina, Eduel, 2004.

FUENTE, R. S.; ANTÍN, M. G.; TORDESILLAS, J. M. C.; CAPDEPÓN, F. P.; FRANCÉS, J. M. U. Análisis de las consecuencias territoriales del AVE en ciudades pequeñas: Ciudad Real y Puertollano. **Estudios Geográficos**, Enero-Junio 2006; LXVII, 260, p. 199-229.

GEORGE, P. Geografia da população. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.

GILBERT, L. Immigration as local politics: rebordering immigration and multiculturalism through deterrence and incapacitation. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 33, n. 1, March 2009, p. 26–42.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.

GOMES, R. C. C.; BARBOSA, A.; SILVA, V. P. Planejamento, gestão do território e desenvolvimento socioespacial das pequenas cidades do Rio Grande do Norte. In: XIV Encontro Nacional de Geógrafos. Rio Branco, **Anais XIV ENG**, 2006. CD Rom.

_____. Gestão social das políticas públicas nas pequenas cidades. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, v. IX, n. 194 (9).

_____. Gestão pública nas pequenas cidades do Rio Grande do Norte na era da informação. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a Geografia no século XXI. Goiânia, **Anais VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 2004. CD Rom.

GONÇALVES, F. E.; COSTA, A. A. Para entender as cidades pequenas: contribuições para o debate. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a Geografia no século XXI. Goiânia, **Anais VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 2004. CD Rom.

GONÇALVES, F. E. **Cidades pequenas, grandes problemas: Perfil Urbano do Agreste Potiguar**. 2005. 173f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRN, Natal, 2005.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1997.

GRAAFF, T.; OORT, F. G. V.; FLORAX, R. J. G.. M. Regional population – employment dynamics across different sectors of the economy. **Journal of Regional Science**, v. 52, n. 1, feb. 2012, p. 60-84.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 7, n.1, mai. 1997, p. 43-81.

GUIDUGLI, O. S. A espacialização do envelhecimento demográfico no estado de São Paulo: convergências, divergências e consequências – 1980-2010. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Águas de Lindóia, **Anais XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2012. CD Rom.

_____. Envelhecimento e desenvolvimento humano nos pequenos municípios (>5000hab.) do estado de São Paulo . In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú-MG, **Anais XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2006. CD Rom.

GHIZZO, M. R. **A mobilidade do consumo e a produção do espaço no aglomerado urbano de Maringá-PR**. 2012. 200f. Tese (Doutoramento em Geografia) – UEM, Maringá, 2012.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. In: **Geographia**. Ano I, nº. 1. 1999. p. 15-39. (Revista Eletrônica). Disponível em <www.uff.br/etc> acesso em: 08 de outubro de 2011.

HARVEY, D. **Condição pós-modernas**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HENRIQUE, W. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010, p. 45-58.

HÉRIN, R. Violencias en la periferias urbanas francesas: los disturbios del otoño del 2005. **Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, n. 270(96) <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-96.htm>> [ISSN: 1138-9788].

HOLAMBRA (prefeitura municipal). Lei complementar nº183 de 25 de abril de 2007. **Institui o Plano Diretor da estância turística de Holambra e dá outras providências**, Holambra: Prefeitura Municipal, 2007.

IPEA. **Desafios contemporâneos na gestão das regiões metropolitanas**. Comunicado 116. Brasília: IPEA, 2011.

IPEA; IBGE; UNICAMP/IP/NESUR; SEADE. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: redes urbanas regionais: Sudeste. Brasília: IPEA, 2001.

JACOBI, P. Dilemas socioambientais na gestão metropolitana: do risco à busca da sustentabilidade urbana. **Política e Trabalho**, n. 25, Curitiba: UFPR, p. 115-134, out. 2006.

JAGUARIÚNA (prefeitura municipal). Lei complementar n^o96 de 20 de dezembro de 2004. **Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor do Município de Jaguariúna e dá outras providências**, Jaguariúna: Prefeitura Municipal, 2004.

JURADO DA SILVA, P.; SPOSITO, E. S. Discussão geográfica sobre cidades pequenas. **Geografia**, Rio Claro, v. 34, n. 2, mai/ago 2009, p. 203-217.

KALLABOVÁ, E.; FRANTÁL, B. Use of telecommunication and information technologies by inhabitants of small Moravian towns. **Moravian Geographical Reports**. 2005; v. 13, n. 1, p. 26-36.

KLEIN, J.L., FONTAN, J.M., TREMBLAY, D.G. Question métropolitaine et gouvernance locale : enjeux et pistes d'intervention à partir du cas montréalais », dans Jean-Marc FONTAN et al. (s.d.). **Entre la métropolisation et le village global**, Québec, Presses de l'Université du Québec, 1999, p. 9-26.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

_____. **Escritos urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

KWIATEK-SOLTYS, Agnieszka. Place and role of the centre in the spatial structure of a small town in Poland. **Moravian Geographical Reports**. 2007; v. 15, n. 4, p. 31-36.

LAHORGUE, M. L.; GOULART, E. F. M.; FELÁCIO, R. M. Existe segregação socioespacial em municípios pequenos? O caso de Forquilha (SC). In: XV Encontro Nacional de Geógrafos. São Paulo, **Anais XV ENG**, 2008. CD Rom.

LAMAS, J. M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.

LANGENBUCH, J. R. O fenômeno da contra-urbanização e seu estudo. **Geografia**. Rio Claro, v. 24, n.1, abr. 1999, p. 27-84.

LEÃO, C. S.; SPOSITO, E. S. A dinâmica econômica em cidades pequenas: estudo de caso de Ouro Verde/SP. In: XIV Encontro Nacional de Geógrafos. Rio Branco, **Anais XIV ENG**, 2006. CD Rom.

LEFÈBVRE, H. **The production of space**. Oxford, UK: Blackwell, 2001.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 1999,

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

_____. **Espacio y politica**: el derecho a la ciudad II. Barcelona: Península, 1976.

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

LEVINE, M. V. “A third-world city in the first world”: social exclusion, racial inequality, and sustainable development in Baltimore, Maryland. In: POLÈSE, M.; STREN, R. **The social the sustainability of cities**: diversity and the management of change. Toronto: University of Toronto Press, 2000, p. 123-156.

LIMA, M. H. P. **Cidade-campo, urbano-rural**: uma contribuição ao debate. 2008. 271f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

LISBOA, S. S. **Da migração à não-migração**: o exemplo de pequenas cidades da zona da mata mineira. 2008. 133f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

LOBATO, M. **Cidades mortas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

LOPES, D. M. F. **O conceito de urbano e as cidades de pequeno porte no semiárido baiano**: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto. 2005. 175f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

_____. Cidades pequenas não devem ser consideradas urbanas? O caso de Novo Triunfo/Bahia. In: XIV Encontro Nacional de Geógrafos. Rio Branco, **Anais XIV ENG**, 2006. CD Rom.

LOPES, S. A. **autoconstrução em Sertanópolis**: resolução do problema da moradia ou exaustão da força de trabalho?. 2000. 300f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCT, UNESP, Presidente Prudente, 2000.

MACHADO, M. M. **Sistemas de informações geográficas para auxiliar no desenvolvimento local, endógeno e sustentável de municípios de pequeno porte**: o caso de Jaboticatubas. 2001. 141f. Dissertação (Mestrado) – UFMG, Belo Horizonte, 2001.

MALDANER, I. de S. **Decomposição dos diferenciais de rendimento do trabalho na Região Metropolitana de Curitiba e região não metropolitana do estado do Paraná**. 2007. 123f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNIOESTE, Toledo, 2007.

MARANDOLA JR., E.; DE PAULA, F. C.; PIRES, M. C. S. Diários de campo: aproximações metodológicas a partir da experiência metropolitana (Campinas e Santos). In: CUNHA, J. M. P. (org.) **Novas metrópoles paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006, p.459-491.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES. Otilia; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

_____. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

_____. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINUCCI, O. S. O uso das ferramentas de geoinformação nas políticas públicas sociais em municípios de pequeno porte. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG**, 2010. CD Rom.

MEDEIROS, D. A.; CARVALHO, T. A. P.; CARVALHO, A. A. T. Reconstituindo o estudo das cidades de pequeno porte na Geografia urbana brasileira. In: XV Encontro Nacional de Geógrafos. São Paulo, **Anais XV ENG**, 2008. CD Rom.

MEDEIROS, M. S. S. **A produção do espaço das pequenas cidades do Seridó Potiguar**. 2005. 152f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRN, Natal, 2005.

MELGAÇO, L. M. Território em atrito: a violência sob o olhar da complexidade dialética. In: SOUZA, M. A. A. (Org.). **A metrópole e o futuro: refletindo sobre Campinas**. Campinas: Edições Territorial, 2008, p. 447-469.

MELLO, N. C. S. **A cidade local no contexto da globalização: o exemplo de Machado/MG**. 2001. 155f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFU, Uberlândia, 2001.

MELO, N. A. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas**. 2008. 527f. Tese (Doutorado em Geografia) – UFU, Uberlândia, 2008.

MELO, N. A.; SOARES, B. R. Pequenas cidades da microrregião de Catalão (GO): papel dos processos de “modernização” econômica na dinâmica urbana. In: XV Encontro Nacional de Geógrafos. São Paulo, **Anais XV ENG**, 2008. CD Rom.

MENEGAT, R.; ALMEIDA, G. Sustentabilidade, democracia e gestão ambiental urbana. In: _____. **Sustentabilidade e democracia: elementos para uma estratégia de gestão ambiental urbana no Brasil**. Porto Alegre: ANAMMA, 2002, p. 175-195.

MICHELOTTO, B. G.; GROSSI, S. R.; SOARES, B. R. A cidade pequena e sua participação na organização espacial regional: um estudo de sustentabilidade ambiental em Estrelado Sul-MG. In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG**, 2002. CD Rom.

MIGLIORANZA, E.; CUNHA, J. M. P. Valinhos: um novo padrão de cidade-dormitório? In: CUNHA, J. M. P. (org.) **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006, p.539-560.

MITICHEL, W. J. **E-topia: a vida urbana, mas não como a conhecemos**. São Paulo: Senac, 2002.

MIYAZAKI, V. K. Interações espaciais em cidades pequenas e médias: o caso do processo de aglomeração urbana. In: XV Encontro Nacional de Geógrafos. São Paulo, **Anais XV ENG**, 2008. CD Rom.

MONTE MOR (prefeitura municipal). Lei Complementar nº. 0016 de 05 de novembro de 2010. Dispõe sobre a revisão do **Plano Diretor do Município de Monte Mor e dá outras providências**. Monte Mor: Prefeitura Municipal, 2010.

MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Revista Ciência Geográfica**. AGB-Bauru. n. 6, abril de 1997, p. 1-5.

MOREIRA JUNIOR, O. Produção do espaço urbano, reprodução social da moradia e desigualdades socioespaciais em cidades pequenas paulistas: os casos de Capão Bonito e Buri. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG**, 2010. CD Rom.

MOURA, M. L. G. C. B.; FIRKOWSKI, O. L. C. F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 19, n.4, out./dez. 2005, p. 121-133.

MOURA, R.; DELGADO, P. R.; DESCHAMPS, M. V.; BRANCO, M. L. C. O metropolitano no urbano brasileiro: identificação e fronteiras. In: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. (Org.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Revan/Observatório das metrópoles, 2007. p. 127-156.

NASCIMENTO, M. A. **Planejamento ambiental para cidades pequenas**: o caso de Perdões-MG. 2004. 158f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IGCE, UNESP, Rio Claro, 2004.

NUNES, V. G. A. **Plano Diretor**: uma metodologia de elaboração para municípios de pequeno porte. 2005. 223f. Dissertação (Mestrado) – UFU, Uberlândia, 2005.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Análise das regiões metropolitanas do Brasil. **Relatório de atividades 4**: como andam as metrópoles brasileiras. Observatório das Metrópoles/IPPUR/FASE. Brasília: Ministério das Cidades, 2005. Disponível em < http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/como_anda/como_anda_brasil.pdf >

_____. Vulnerabilidade socioambiental das regiões metropolitanas brasileiras. **Relatório**. Curitiba: Observatório das Metrópoles/CNPq, 2009.

OGDEN, P. E. Population geography. **Progress in Human Geography**. Londres, n. 22, Jan. 1998, p. 105-114.

OJIMA, R.; MARANDOLA JR, E.; PEREIRA, R. H. M.; SILVA, R. B. O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v. 12, n.24, jul./dez. 2010, p. 395-415.

OLANDA, E. R. **Sancrerlândia-GO**: do povoado do Cruzeiro às novas centralidades. 2010. 208f. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT, UNESP, Presidente Prudente, 2010.

OLIVEIRA, B. S.; SOARES, B. R. Cidades locais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba/MG: algumas considerações. **Caminhos de Geografia** (UFU – online), Uberlândia, v. 3, p. 52 – 72, 2002. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/10104/5973> >. Acesso em: 15 set. 2008.

_____. Cidades locais: importância para o desenvolvimento do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-MG. In: XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, **Anais XII ENG**, 2000. CD Rom.

OLIVEIRA, I. M. **A Região Metropolitana de Florianópolis e a dinâmica das áreas de pobreza: o caso da Comunidade Frei Damião**. 2011. 202f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC, Florianópolis, 2011.

OLIVEIRA, L. A. P.; SIMÕES, C. C. S. O IBGE e as pesquisas populacionais. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v. 22, n.2, jul./dez. 2005, p. 291-302.

OLIVEIRA, M. S. **Na Esquina do Brasil**: uma leitura geográfica da (re)construção do território. 2002. 217f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRN, Natal, 2002.

ORTIGOZA, S. A. G. Desenvolvimento sócio-espacial e dinâmica urbana. In: BIZELLI, J. L.; FERREIRA, D. A. O. (org.) **Governança pública e novos arranjos de gestão**. Piracicaba: Jacintha Editora, 2009, p. 140-168.

OWUSU, G. The role of small towns in regional development and poverty reduction in Ghana. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 32, n. 2, June 2008, p. 453-472.

PAIVA, P. T. A.; WAJNMAN, S. Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v. 22, n.2, jul./dez. 2005, p. 303-322.

PARADIS, T. W. Conceptualizing small towns as urban places: the process of downtown redevelopment in Galena, Illinois. **Urban Geography**, January/February, 2000a; v. 21, n. 1, p. 61-82.

_____. Main street transformed: community sense of place for nonmetropolitan tourism business. **Urban Geography**, Oct./Nov., 2000b; v. 21, n. 7, p. 609-639.

PEDREIRA (prefeitura municipal). Lei nº 2.792, de 25 de março de 2008. **Institui o Plano Diretor do Município de Pedreira**. Pedreira: Prefeitura Municipal, 2008.

PEREIRA, G. A. S. **De Belo Horizonte a Confins**: A reconfiguração espacial metropolitana e a tipicidade do lugar. 2011. 197f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFU, Uberlândia, 2011.

PEREIRA, A. M. **Cidade média e região**: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 2007. 350f. Tese (Doutorado em Geografia) – UFU, Uberlândia, 2007.

_____. M. Existe segregação socioespacial em municípios pequenos? O caso de Forquilha (SC). In: XV Encontro Nacional de Geógrafos. São Paulo, **Anais XV ENG**, 2008. CD Rom.

PERILLO, S. R.; PERDIGÃO, M. L. Percursos migratórios no estado de São Paulo: uma análise do período 1995-2000. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 19, n.3, jul./set. 2005, p. 97-109.

PERROUX, F. O conceito de Polos de Crescimento. In: SCHARTZMAN, J. **Economia Regional**. Textos Escolhidos: Belo Horizonte: Cedeplar, 1977, p. 145-156.

PINTO, L. A. V. **Jaguapitã-PR**: pequena cidade da rede urbana norte-paranaense especializada na produção industrial de mesas para bilhar. 2007. 235f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – UEL, Londrina, 2007.

PIRES, A. “Novas” ruralidades, “velhas aspirações”: reflexões sobre os caseiros de Vinhedo (SP). **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, v. 12, n.2, 2004 p. 171-193.

PIRES, E. L. S. Mutações econômicas e dinâmicas territoriais locais: delineamento preliminar dos aspectos conceituais e morfológicos. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. 1, p. 47-70.

PIRES, E. L. S.; FUINI, L. L.; MANCINI, R. F.; PICCOLI NETO, D. **Governança territorial: conceito, fatos e modalidades**. Rio Claro: UNESP-IGCE; Programa de pós-graduação em Geografia, 2011.

PLANE, D. A.; ROGERSON, P. A. Chapter I: Introduction. In: _____ **The geographical analysis of population: with applications to planning and business**. New York: Blackwell, 1994, p. 1-22.

PORTER, M. E. **Vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

QUEIROGA, E. F. A metrópole de Campinas diante da megalópole do sudeste do Brasil: um olhar dialético-espacial. In: SOUZA, M. A. A. (Org.). **A metrópole e o futuro: refletindo sobre Campinas**. Campinas: Edições Territorial, 2008, p. 119-135.

QUEIROZ, M. A. Entre o rural e o urbano: cidades locais no CONSAD Paraná Centro-PR. In: XV Encontro Nacional de Geógrafos. São Paulo, **Anais XV ENG**, 2008. CD Rom.

ROBIC, M. C. La ville, objet ou probleme ? **Sociétés contemporaines**. 2003, 1/20: 03, n. 49-50, p. 107-138.

_____. Métropole/métropôle. Les géographes et les métropoles d'équilibre. **Strates: matériaux pour la recherche en sciences sociales**, 1989, n. 4, p. 67-88. Disponível em: < <http://strates.revues.org/4432> > Acesso em 01 de fev. de 2012.

ROCHEFORT, M.. Des métropoles d'équilibre aux métropoles d'aujourd'hui. **Strates: pour la recherche en sciences sociales**, 2002, Hors-série. Disponível em: < <http://strates.revues.org/515> > Acesso em: 03 de fev. de 2012.

_____. O futuro das metrópoles no mundo globalizado. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org). **A metrópole e o futuro: refletindo sobre Campinas**. Campinas: Edições Territorial, 2008, p. 23-34.

RODRIGUES, V. L. G. S. **Urbanização e ruralidade: os condomínios e os conselhos de desenvolvimento municipal**. Brasília: MDA, 2009.

ROLNIK, R.; NAKANO, K. Cidades e políticas urbanas no Brasil: velhas questões, novos desafios. RATTNER, H. (org). **Brasil no limiar do século XXI: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável**. São Paulo: Edusp, 2000. p. 105-122.

ROMA, C. M. **Segregação sócio-espacial em cidades pequenas**. 2008. 156f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - FCT, UNESP, Presidente Prudente, 2008a.

_____. Segregação socioespacial interurbana: uma hipótese? **Terra Livre**, v. 2, n. 31, jul/dez 2008b, p.111-132.

_____. Segregação socioespacial em cidades pequenas. In: XIV Encontro Nacional de Geógrafos. Rio Branco, **Anais XIV ENG**, 2006. CD Rom.

RONCAYOLO, M. Métropoles: hier et aujourd'hui. In: METT Plan Urbain, DATAR, CGP, avec le concours de l'Agence d'urbanisme de la communauté urbaine de Lyon. **Métropoles en déséquilibres?** Paris: Economica, 1993, p. 9-17.

ROSSATO, P. S. **O sistema termodinâmico do clima urbano de Nova Palma, RS: contribuição ao clima urbano de cidades pequenas**. 2010. 119f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSM, Santa Maria, 2010.

ROSSI, R.; MARTINUCI, O. S. Processos excludentes em pequenas cidades paulistas – a modelização cartográfica em Álvares Machado-SP. In: XV Encontro Nacional de Geógrafos. São Paulo, **Anais XV ENG**, 2008. CD Rom.

RUOPPILA, S. Processes of residential differentiation in socialist cities: literature review on the cases of Budapest, Prague, Tallinn and Warsaw. **European Journal of Spatial Development**, feb. 2004, n.9, p. 1-24.

SAFFNAUER, T. **A (re) produção do espaço urbano de Dois Vizinhos no contexto do sudoeste paranaense**. 2005. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UEM, Maringá, 2005.

SANT'ANA, M. J. R. A questão do lugar para a compreensão da vida cotidiana em Regente Feijó: uma análise em cidades pequenas. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a Geografia no século XXI. Goiânia, **Anais VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 2004. CD Rom.

SANTO ANTÔNIO DE POSSE (prefeitura municipal). Lei Complementar nº171 de 2007. **Institui o Plano Diretor do Município de Santo Antônio de Posse**. Santo Antônio de Posse: Prefeitura Municipal, 2007.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994a.

_____. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994b.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **Metrópole corporativa fragmentada**. Nobel, São Paulo, 1990.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, P. G. S. Territorialidades e espaço público em pequenas cidades da fronteira amazônica: reflexões sobre Oiapoque-AP . In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG**, 2010. CD Rom.

SÃO PAULO (estado). CETESB. Secretaria do Estado do Meio Ambiente. **Inventário estadual de resíduos sólidos domiciliares 2010**. São Paulo: CETESB, 2011.

SÃO PAULO (estado). Fundação SEADE. **Atlas da economia paulista**. São Paulo: SEADE/FAPESP/Secretaria de Estado de Economia e Planejamento/Governo do Estado de São Paulo, 2006. Disponível em: < <http://www.seade.gov.br/produtos/atlasecon/> >. Acesso em 10 de nov. 2012.

_____. **Índice paulista de responsabilidade social - IPRS**. São Paulo: SEADE/Secretaria de Estado de Economia e Planejamento/Instituto do Legislativo Paulista/Assembleia Legislativa, 2013. Disponível em: <<http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/index.php?prodCod=1#sub1>>. Acesso em 06 de abr. 2013.

_____. **Índice paulista de vulnerabilidade social 2010 - IPVS**. São Paulo: SEADE/Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional/Instituto do Legislativo Paulista/Assembleia Legislativa, 2013. Disponível em: <<http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/index.php?prodCod=2>>. Acesso em 10 de fev. 2014.

SÃO PAULO (estado). Lei Complementar Estadual nº 870, de 19 de junho de 2000. **Cria a Região Metropolitana de Campinas, o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas e autoriza o Poder Executivo a instituir entidade autárquica**. São Paulo: Palácio dos Bandeirantes, 2000.

SÃO PAULO (estado). Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento Regional. Instituto Geográfico e Cartográfico. **Quadro de desmembramento territorial-administrativo dos municípios paulistas**. São Paulo: IGC, 1995.

SÃO PAULO (estado). Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano. **Rede urbana e regionalização do Estado de São Paulo**. São Paulo: EMPLASA, 2011.

SCHERER, F. B. **Construção do espaço urbano da pequena cidade**: um estudo sobre São Sepé-RS. 2009. 108f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSM, Santa Maria, 2009.

SCHLICHTMAN, J. J. The Niche City Idea: how a declining manufacturing center exploited the opportunities of globalization. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 33, n. 1, March 2009, p. 105–125.

SEABRA, O. São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. (org). **Geografias de São Paulo**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 271-311.

SÉGUIN, A. M.; GERMAIN, A. The social sustainability of Montreal: a local or a state matter? In: POLÈSE, M.; STREN, R. **The social the sustainability of cities: diversity and the management of change**. Toronto: University of Toronto Press, 2000, p. 39-67.

SELINGARDI-SAMPAIO, S. **Indústria e território em São Paulo: a estruturação do multicomplexo territorial industrial paulista**. Campinas: ALÍNEA, 2009.

SILVA, A. L.; SANTOS, P. C. B.; CANARGO, S. C.; SETTE, D. M. O clima das cidades tropicais de pequeno porte na região sudoeste de Mato Grosso: Pedra Preta, Dom Aquino e Guiratinga. In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG**, 2002. CD Rom.

SILVA, M. P. **Regiões Metropolitanas/Ride brasileiras: um estudo comparativo a partir dos setores de serviços de educação e saúde**. 2012. 230f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFBA, Salvador, 2012.

SILVA, A. B. A gestão do território no contexto da redemocratização do Brasil: um olhar sobre as pequenas cidades do cariri paraibano. In: XIV Encontro Nacional de Geógrafos. Rio Branco, **Anais XIV ENG**, 2006. CD Rom.

SILVA, G. K. N.. O uso do espaço pelas vaquejadas em cidades pequenas: o caso de Santo Antônio no Rio Grande do Norte. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG**, 2010. CD Rom.

SILVA, L. F. P. M. Os rondonistas e os desafios na elaboração de propostas de contribuição para o plano diretor de pequenas cidades do interior do país. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG**, 2010. CD Rom.

SILVA NETO, M. L.. Campinas em dois tempos: fato metropolitano e desigualdades da metropolização globalitária em São Paulo. In: SOUZA, M. A. A. (Org.) **A metrópole e o futuro: refletindo sobre Campinas**. Campinas: Instituto Territorial, 2008, p. 55-81.

SILVEIRA, G. S. O turismo como subsídio para o desenvolvimento de pequenas cidades do norte de Minas Gerais. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG**, 2010. CD Rom.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SOARES, B. R.; MELO, N. A. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010, p. 229-250.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SORIANO, E. **Os espaços de medo e os de castigo nas pequenas cidades do estado de São Paulo**: o caso Itirapina. 2007. 157f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - IGCE, UNESP, Rio Claro, 2007.

SOUZA, M. A. A. (org). **A metrópole e o futuro**: refletindo sobre Campinas. Campinas: Edições Territorial, 2008.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

_____. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

SPOLAOR, S. **Os papéis urbanos nas pequenas cidades da região da Quarta Colônia-RS**. 2010. 192f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSM, Santa Maria, 2010.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. S.; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p. 123-145.

_____. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo**. 2004. 508f. Tese (Livre Docência) – FCT, UNESP, Presidente Prudente, 2004a.

_____. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**. Universidad Nacional Autónoma de México, Distrito Federal, n.54, ago. 2004b, p. 114-139.

_____. Espaços urbanos: territorialidades e representações. In: SPOSITO, E. S. (org). **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: UNESP/FCT : GAsPERR, 1999, p. 13-29.

_____. Parâmetros curriculares nacionais para o ensino de Geografia: pontos e contrapontos para uma análise. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (org.) **Reformas no mundo da educação: parâmetros curriculares e Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999b, p. 19-35.

_____. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1994.

STORPER, M.; MARREWIJK, C. V.; OORT, F. G. V. Introduction: processes of change in urban systems. **Journal of Regional Science**, v. 52, n. 1, feb. 2012, p. 1-9.

STORPER, M.; VENABLES, A. J. O burburinho. A força econômica da cidade. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (org). **Economia e Território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

TOPALOV, C. Do planejamento à ecologia: nascimento de um novo paradigma de ação sobre a cidade e o habitat? **Cadernos IPPUR**, Ano1, nº 1, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, jan/abr 1986, p. 19-42.

TREWARTHA, G. T. A case for population geography. **Annals of the Association of American Geographers**, XLIII (2), 71-97, 1953.

VAISHAR, A.; HLAVINKOVÁ, P.; HOFÍRKOVÁ, S.; et. al. Geography of small Moravian towns: case study Bučovice. **Moravian Geographical Reports**. 2001; v. 09, n. 1, p. 43-62.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas-SP: Autores Associados, 2002.

VEIGA, L. A.; FRESCA, T. M. Serviços especializados como nova inserção na divisão do trabalho em pequenas cidades: o caso de Santa Fé-PR. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG**, 2010. CD Rom.

VERCEZ, J. T. **O meio-técnico-científico-informacional e o espaço relativizado da Região Metropolitana de Maringá**. 2012. 406f. Tese (Doutoramento em Geografia) – UEM, Maringá, 2012.

VIDAL DE LA BLACHE, P. Quadro da Geografia da França. **GEOgraphia**. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, v. 1, n.1, 1999, p. 141-145.

_____. As características próprias da Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982, p. 37-47.

VIEIRA, J. R. S. Segregação em pequenas cidades: um estudo de caso na cidade de Anadia Alagoas. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, **Anais XVI ENG**, 2010. CD Rom.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2001.

VITTE, C. C. S. Experiências de políticas de desenvolvimento econômico local nos municípios da Região Metropolitana de Campinas (SP) e os impactos no território. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, v. XI, n. 245
<<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24550.htm>> [ISSN: 1138-9788].

VOIRON-CANICIO, C. L'anticipation du changement en prospective et des changements spatiaux en géoprospective. **L'espace géographique**, v. 41, n. 2, 2012, p. 99-110.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012**: os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.